

Centro Social de Santa Maria de Sardoura

Quinta da Devesa – Santa Maria de Sardoura

4550-736 Castelo de Paiva

Pessoa Colectiva n° 504 650 939



(Medida 5.1 – Apoio ao Desenvolvimento Social e Comunitário)

Acção Co-Financiada Pelo Fundo Social Europeu e Estado Português



União Europeia
Fundo Social Europeu



PROGRAMA OPERACIONAL EMPREGO,
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
(POEFOS)



Ministério da Segurança Social, da Família e da Cidadania



Portugal em Acção

ÍNDICE

Descrição das siglas usadas neste estudo de diagnóstico.....	3
1. Introdução	5
1.1. Objectivos específicos do estudo de diagnóstico.....	8
2. Metodologia	10
2.1. Plano de trabalho e fontes de informação.....	10
2.2. Instrumentos.....	13
2.3. População envolvida no diagnóstico.....	14
3. O Concelho de Castelo de Paiva	18
3.1. Caracterização geográfica, económica, sócio-demográfica e cultural.....	18
3.1.1. Bairros.....	24
3.1.2. Fornos.....	26
3.1.3. Santa Maria de Sardoura.....	26
3.1.4. S. Martinho de Sardoura.....	27
3.1.5. Sobrado.....	28
3.1.6. S. Pedro do Paraíso.....	29
3.1.7. Pedorido.....	30
3.1.8. Raiva.....	30
3.1.9. Real.....	32
4. Apresentação e Discussão dos Resultados	34
4.1. Indivíduos (multi)problemáticos - famílias (multi)problemáticas	34
4.1.1. Caracterização dos indivíduos – primeira amostra.....	36
4.1.2. A família dos inquiridos.....	53
4.1.3. Apoio(s) social(ais).....	85
4.1.4. Sistema de cuidados de saúde.....	90
4.1.5. Actividades sócio-culturais.....	96
4.1.6. Percepções pessoais.....	101
4.1.7. Situação formativa	116
4.2. Indivíduos (multi)problemáticos - famílias (multi)problemáticas – a visão dos técnicos.....	111
4.2.1. Problemas identificados pelos técnicos.....	113
4.2.1.1. Problemas económicos.....	113
4.2.1.2. Problemas sócio-culturais.....	117
4.2.1.3. Problemas patológicos: psicológicos/psiquiátricos.....	123
4.2.2. Acções interventivas sugeridas.....	135
4.3. Indivíduos desempregados.....	139
4.3.1. Caracterização dos indivíduos – segunda amostra.....	140
4.3.2. A família dos inquiridos.....	151
4.3.3. Apoio(s) social(ais).....	170
4.3.4. Sistema de cuidados de saúde.....	173
4.3.5. Actividades sócio-culturais.....	177
4.3.6. Percepções pessoais.....	181
4.3.7. Situação formativa.....	184

4.4. Perspectiva geral dos técnicos.....	187
4.4.1. Experiências diferentes.....	189
4.4.1.1. Os problemas na escola.....	189
4.4.1.2. Outros problemas identificados.....	194
4.4.1.3. Freguesias (mais) problemáticas.....	202
4.4.1.4. Âmbito de intervenção das Instituições.....	203
4.4.1.5. Necessidades das famílias (multi)problemáticas.....	206
4.4.2. Experiências diferentes – visões comuns.....	206
5. Considerações finais.....	216
6. Referências Bibliográficas.....	219

Descrição das siglas usadas neste estudo de diagnóstico

APAV	<i>Associação Portuguesa de Apoio à Vítima</i>
ATL	<i>Actividades de Tempos Livres</i>
CAT	<i>Centro de Atendimento a Toxicodependentes</i>
CPCJ	<i>Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco</i>
CSSMS	<i>Centro Social de Santa Maria de Sardoura</i>
EB	<i>Ensino Básico</i>
GNR	<i>Guarda Nacional Republicana</i>
IEFP	<i>Instituto de Emprego e Formação Profissional</i>
IPSS	<i>Instituição Privada de Solidariedade Social</i>
INE	<i>Instituto Nacional de Estatística</i>
NMUME	<i>Núcleo de Protecção da Mulher e do Menor</i>
RSI	<i>Rendimento Social de Inserção</i>
SPO	<i>Serviço de Psicologia e Orientação</i>

1. INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, o processo de desenvolvimento social tem-se apresentado de uma forma desigual e irregular. Deste modo, é mais observado em certos grupos da população, fixando-se em certos locais ou contextos.

O Centro Social de Santa Maria de Sardoura tem, desde sempre, procurado conhecer e actuar no sentido de minorar as fragilidades, vulnerabilidades e problemas sociais na sua comunidade envolvente.

No âmbito de anteriores projectos, destinados, essencialmente, a dar uma resposta a pessoas carenciadas, houve uma preocupação em preparar essas pessoas para a vida e para modelos mais saudáveis e propícios a uma melhor sociedade, onde a exclusão social começasse a deixar de ser uma realidade. Foi com o desenvolvimento destas experiências que se constatou que a baixa escolaridade e formação que caracterizavam as pessoas envolvidas, constituíam apenas a “ponta do *iceberg*”, já que outros problemas eram, ora por causa ou por consequência, também característicos não só dessas pessoas mas do seu meio envolvente, nomeadamente da sua família, assumindo outras facetas ou existindo sob outras formas. Por outro lado, estas pessoas eram aquelas que mais dificuldades tinham no acesso às respostas adequadas aos seus problemas, entre os quais, a dificuldade na integração profissional.

Para dar conta destas fragilidades, problemáticas sociais e outras vulnerabilidades, foram envolvidos três grupos distintos neste estudo de diagnóstico: indivíduos (multi)problemáticos, indivíduos desempregados e técnicos/profissionais. Estes grupos não são representativos de todos os grupos sociais a que se referem, mas pretendem tomar como referência aqueles que se encontrem em maior vulnerabilidade, permitindo a sua caracterização e, depois de concretizada, facilitar a intervenção com os grupos problemáticos. Neste caso, interessa identificar a diversidade de problemas (sejam eles sociais, educacionais, culturais, económicos, geográficos, patológicos, ou eventualmente outros) que enfrentam, as respostas institucionais a que podem aceder e as estratégias utilizadas (ou não) para a resolução de problemas.

Este estudo de diagnóstico encontra-se estruturado em quatro grandes partes. A **primeira**, envolve a caracterização e análise de indivíduos (multi)problemáticos e das famílias, também elas (multi)problemáticas, em que estão inseridos, nas diferentes dimensões que as compõem e nas relações que estabelecem com outros sistemas. A **segunda** parte pretende apresentar a visão dos técnicos relativamente aos indivíduos (multi)problemáticos – famílias (multi)problemáticas, de acordo com o conhecimento que estes têm na interacção com este sistema familiar (derivado das respostas que, de alguma forma, vão proporcionando às famílias). A **terceira** parte envolve um grupo de indivíduos, e respectivas famílias, aparentemente não (multi)problemáticas mas afectadas pelo desemprego, pretendendo-se comparar com os indivíduos (multi)problemáticos – famílias (multi)problemáticas. A **quarta** e última parte apresenta uma visão global de alguns técnicos de Castelo de Paiva que lidam diariamente, nos seus contextos profissionais, com diversas problemáticas, e que ajudam a retratar e a reflectir sobre a sociedade de Castelo de Paiva. Previamente, é feita uma apresentação da metodologia que orientou este estudo, bem como uma caracterização geral do concelho de Castelo de Paiva em termos geográficos, económicos, sócio-demográficos, e culturais.

Pretende-se que, com este diagnóstico concelhio, seja possível conhecer melhor os problemas que afectam a sua população, tal como são vividos por ela, conhecer melhor as experiências dos profissionais que se enquadram nessa realidade, os recursos existentes e mobilizáveis para combater esses problemas e projectar intervenções futuras.

Esta introdução não pode terminar sem expressar os agradecimentos às Instituições concelhias que colaboraram no presente estudo e respectivos profissionais nelas integrados. Assim, ao Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão, Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, Câmara Municipal de Castelo de Paiva, Centro de Saúde de Castelo de Paiva, Centro Social do Couto Mineiro do Pejão, Centro Social de Real, Centro Social de Bairros “Os Cucos”, Centro Social de Santa Maria de Sardoura, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Castelo de Paiva Escola Secundária de Castelo de Paiva, Guarda Nacional Republicana de Castelo de Paiva, Junta de Freguesia de Santa Maria de

Sardoura, Paróquia de Fornos e Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva, os mais profundos reconhecimentos!

1.1. Objectivos específicos do estudo de diagnóstico

Intervir ou propor a mudança sem um conhecimento sólido da população-alvo, não permite a implementação de estratégias adequadas e adaptadas. Isto porque intervir é também ouvir o fenómeno e população envolvida.

Apesar de se constatar que em termos concelhios, através da rede social, existem algumas informações e alguns conhecimentos relativos a estas problemáticas, não existem registos formais e diagnósticos profundos e detalhados sobre as temáticas em causa. Por outro lado, as informações de que se dispõem são sempre suportadas por causalidades inevitavelmente lineares e não apoiadas em causalidade circular, em que os acontecimentos se relacionam por anéis de interacção e se influenciam mutuamente, de forma complexa, sendo que cada um é simultaneamente causa e efeito do outro. Por outro lado, adivinham-se casos “por descobrir”, dos quais poucas pessoas têm conhecimento, vivendo com certeza à margem da sociedade e meio envolvente.

Não dar conta destes casos é contribuir para o aumento da exclusão e marginalização das pessoas que vivem numa situação de privação (quem sabe, múltipla).

Portanto, os objectivos principais deste diagnóstico são os seguintes: a) identificar novos casos problemáticos, em situação ou risco de exclusão social; b) reunir uma base de dados e um rigoroso diagnóstico concelhio sobre as disfunções familiares e problemáticas sociais do concelho, de forma a melhorar a qualidade de intervenção a médio e longo prazo; c) reflectir, estudar e analisar sistematicamente as problemáticas identificadas; d) conhecer os recursos existentes e mobilizáveis para combater os problemas identificados; e e) identificar acções que contribuam para direccionar propostas de intervenção inovadoras.

2. METODOLOGIA

2. METODOLOGIA

Procede-se, neste capítulo, à análise e descrição geral dos procedimentos metodológicos gerais utilizados para a realização do presente diagnóstico de necessidades. Procura-se assim dar conta das estratégias a que se recorreu no sentido de conhecer e caracterizar a envolvente psicológica, social, cultural e económica, bem como obter informações ajustadas e reais sobre a comunidade que representa Castelo de Paiva. Desta forma, será mais realista e evidente a possibilidade de usar este diagnóstico para fixar objectivos adequados e adaptados às verdadeiras necessidades desta população.

2.1. Plano de trabalho e fontes de informação

Este trabalho distribuiu-se por diferentes fases. Em primeiro lugar, foi solicitado a diferentes profissionais e técnicos que integram diversas Instituições concelhias que, por sua vez, integram a Rede Social de Castelo de Paiva (na sua maioria envolveu Psicólogos, Assistentes Sociais, Professores, Presidentes de Juntas de Freguesia e Párcos) que identificassem indivíduos, da sua zona de actuação, que estivessem inseridos em famílias caracteristicamente problemáticas ou com algum tipo de disfunção (fosse ela social, económica, cultural ou psicológica/psiquiátrica). Tal pedido foi feito nas reuniões desenvolvidas pela Rede Social, bem como através de ofícios dirigidos aos respectivos técnicos ou profissionais de cada freguesia que constitui o Concelho. Com este trabalho de identificação procurou-se atingir um dos objectivos deste estudo, já indicado anteriormente (“Identificar novos casos de disfunção/novos casos problemáticos” – ver “Objectivos do Diagnóstico”). As Instituições que contribuíram para a identificação de casos problemáticos foram as seguintes: Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão, Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, Câmara Municipal de Castelo de Paiva, Centro Social do Couto Mineiro do Pejão, Centro Social de Real, Centro Social de Bairros “Os Cucos”, Centro Social de Santa Maria de Sardoura, Escola Secundária de Castelo de Paiva, Junta de Freguesia de Santa

Maria de Sardoura, Paróquia de Fornos e Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva.

Identificados os indivíduos que faziam parte da primeira amostra, e reunidas as listas disponibilizadas, procedeu-se ao contacto dos mesmos através de telefone (no caso de ter sido disponibilizado o contacto) ou através de ofício, para o preenchimento de um questionário. Este método de recolha de dados através da população concelhia desenvolveu-se em períodos distintos. Foram organizados diferentes grupos, de acordo com a zona de residência, tendo-se preenchido também em diferentes locais: juntas de freguesia respectivas, sede do CSSMS e, nos casos em que a mobilidade se tornava difícil e em que tal era autorizado, no próprio domicílio do inquirido. No que concerne a esta abordagem de identificação de “casos problemáticos”, convém referir que não se pretende a rotulagem das pessoas, com determinada disfunção, mas antes caracterizar o concelho de Castelo de Paiva quanto às suas disfunções e problemáticas principais, que afectam as suas gentes, e avançar com dados para serem tratados e trabalhados no sentido da sua adequação ao real. Nesta fase foram identificados 240 indivíduos, integrados em determinado agregado familiar, pelos técnicos/profissionais. No entanto, nem todos participaram no estudo – nenhum dos identificados foi excluído, mas os próprios não aceitaram participar no mesmo.

Numa terceira fase, e como há informações que dificilmente são reveladas pela população (que por inúmeras razões são ocultadas), solicitou-se novamente os técnicos e profissionais envolvidos na primeira fase, partindo do princípio que, de alguma forma, se não acompanham o caso, conhecem a situação familiar de cada inquirido. Este pedido envolveu o preenchimento de um segundo instrumento (questionário), que se pretendia que complementasse a informação dada pelos inquiridos que constituem a primeira amostra (informação essa dificilmente adquirível directamente pelo indivíduo em causa), relativamente à situação económica, existência de problemas do tipo social/cultural, existência de problemas de tipo patológico (psicológico e/ou comportamental), acções interventivas das quais esse agregado poderia beneficiar, pedindo ainda uma apreciação global do funcionamento familiar do inquirido em causa.

Numa quarta fase, e partindo da hipótese que o desemprego poderá ser um factor que conduz a problemas de disfunção social, a um aumento das

necessidades, e aparece, de certo modo, como uma forma paradigmática de exclusão social na Europa, já que o emprego é um dos principais mecanismos de integração social e estar desempregado além de implicar a privação da principal fonte de rendimentos, faz com que se perca um dos vínculos mais importantes de ligação à sociedade (Costa 1998), procurou-se reunir um grupo de indivíduos (que constituiria uma segunda amostra), outrora e aparentemente integrados na vida económica e social do país, mas actualmente desempregados há mais de um ano. Escolheu-se um grupo de desempregados da *C.J.Clark`s* (estrutura fabril na área do calçado, encerrada em 2003 e que empregava cerca de 600 pessoas), que constava da base de dados do CSSMS, pois inscreveram-se para acções de formação profissional promovidas nesse ano. Deste modo, estes indivíduos preencheram o mesmo questionário que foi preenchido pelos indivíduos que fazem parte da primeira amostra, com o objectivo de se recolherem informações relativamente às actuais problemáticas que o desemprego poderá gerar neste grupo, que, provavelmente, contou com certo nível e qualidade de vida e que agora se poderá encontrar em declínio crescente, bem como comparar com as problemáticas identificadas nas famílias dos indivíduos da primeira amostra, (constituída por aqueles que foram identificados pelos técnicos/profissionais).

Por último, e como para haver uma intervenção consistente é necessário existir um diagnóstico o mais completo, objectivo e viável possível, procedeu-se também a uma recolha de informações relativas à visão de alguns técnicos sobre as problemáticas e necessidades (mais) sentidas em Castelo de Paiva. Portanto, recorreu-se a entrevistas junto de fontes privilegiadas, considerando que estas constituem um meio expedito e eficaz para se obter informações complementares de grande utilidade. Estes testemunhos privilegiados envolveram os seguintes: Técnica Superior de Serviço Social da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, Assistente Social do Centro de Saúde de Castelo de Paiva, Psicólogas dos Agrupamentos de Escolas de Castelo de Paiva e do Couto Mineiro do Pejão, Psicólogo da Escola Secundária de Castelo de Paiva, Director do Centro Social de Santa Maria de Sardoura, Comandante da GNR de Castelo de Paiva e Assistente Social do Centro Social do Couto Mineiro do Pejão.

Além destes diferentes passos seguidos para a recolha de dados, procedeu-se ainda à recolha de informações disponíveis sobre o Concelho que pudessem

comprovar, complementar ou enriquecer os dados obtidos pelas fontes já identificadas. Assim, recorreu-se à informação disponibilizada pelo INE, IEFP/Centro de Emprego de S. João da Madeira, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Castelo de Paiva, Serviço Local de Segurança Social de Castelo de Paiva, Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão, Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva e Escola Secundária de Castelo de Paiva.

2.2. Instrumentos

Neste sentido, foram elaborados e usados três instrumentos distintos, com o objectivo de recolher informações a serem trabalhadas para conhecer e diagnosticar as principais problemáticas e necessidades existentes no concelho de Castelo de Paiva.

Para os indivíduos identificados pelos técnicos e profissionais das diversas Instituições da Rede Social, bem como para os antigos empregados da *C. J. Clark's* (que constam na base de dados do CSSMS) foi aplicado um mesmo questionário dividido em sete partes distintas, que correspondem a sete áreas de avaliação: Identificação Pessoal, Constituição e Caracterização Familiar, Apoio(s) Social(ais), Sistema de Cuidados de Saúde, Actividades Sócio-Culturais, Percepções Pessoais e Situação Formativa (ver – Anexo I).

Tal como referido anteriormente, devido à ocultação de certas informações por parte dos inquiridos, nomeadamente em áreas mais “polémicas” como é o caso do alcoolismo ou violência doméstica, bem como devido à conveniência de evitar sobrecargas ou pressões na população com pedidos de informação cujos resultados, em si, já poderão ser problemáticos, procedeu-se à elaboração e aplicação de um segundo questionário, dirigido aos técnicos e profissionais que indicaram os “casos problemáticos” (indivíduos da primeira amostra). Este questionário, com o objectivo de complementar a informação dada pelos inquiridos da primeira amostra, incidiu nas seguintes áreas: situação económica, presença de problemas do tipo social/cultural, presença de problemas de tipo patológico (psicológico e/ou comportamental), acções interventivas de interesse para o

agregado familiar em causa, pedindo-se ainda uma apreciação global do funcionamento familiar do respectivo inquirido (ver – Anexo II). Este segundo questionário não envolveu o grupo de antigos empregados da *C. J. Clark's*, uma vez que não foram identificados pelos técnicos/profissionais em causa, pois não são conhecidos pelos seus, eventuais, problemas, sendo portanto impossível a caracterização familiar respectiva.

Um último instrumento usado envolve as entrevistas realizadas junto de testemunhos (ver anexo III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X), considerados como fontes privilegiadas de informação. As entrevistas foram gravadas, transcritas e submetidas a uma análise de conteúdo. Estas entrevistas apresentam uma estrutura comum, sendo algumas das questões que as compõem diferentes, pois adaptam-se à realidade profissional com que cada entrevistado se confronta no seu dia-a-dia. No entanto, elas servem um mesmo objectivo – caracterizar a realidade social e económica da população com a qual intervêm, identificando as maiores problemáticas existentes.

2.3. População envolvida no diagnóstico

No presente estudo avaliativo podem ser encontradas três amostras distintas. A primeira amostra integra os indivíduos identificados pelos técnicos/profissionais de diversas Instituições concelhias como sendo “casos problemáticos”, com algum tipo de disfunção.

A segunda amostra envolve os antigos trabalhadores ou empregados da unidade fabril encerrada em 2003 – *C. J. Clark's* – que constam da base de dados do CSSMS, por anteriores inscrições feitas para formação profissional.

Relativamente aos inquiridos destas duas amostras, um aspecto que importa salientar relaciona-se com aquilo que geralmente se designa por “consentimento informado”. O “consentimento informado” poderá definir-se com base em três elementos essenciais (Friedman, 1975, in Negreiros, 1998): a) “competência” (que se refere à capacidade do indivíduo para tomar uma “decisão ponderada” relativamente à possibilidade de participar num estudo), b) “conhecimento” (que diz respeito à compreensão da natureza do estudo, às alternativas existentes e aos

seus potenciais riscos e benefícios; e “volição” (que tem a ver com a anuência do sujeito em participar no estudo, livre de qualquer coerções).

No presente diagnóstico, o “consentimento informado” obteve-se solicitando aos indivíduos contactados o preenchimento de um questionário para fins de diagnóstico concelhio, para a caracterização da realidade de Castelo de Paiva em diferentes áreas (saúde, educação, família, entre outras). No entanto, embora o “consentimento informado” vise assegurar que certos direitos dos indivíduos serão protegidos, esta condição não implica que todos os aspectos de um estudo sejam sistematicamente descritos (Kazdin, 1979, in Negreiros, 1998). Neste diagnóstico, os inquiridos da primeira amostra não sabiam que iriam ser alvo de avaliação por parte dos técnicos que os identificaram, através do preenchimento de um outro questionário onde complementariam informação sobre a sua situação. Outra dimensão importante associada a esta noção refere-se à liberdade que assiste à pessoa de participar (ou não) num determinado estudo (Negreiros, 1998). Neste estudo de diagnóstico, alguns dos indivíduos contactados, quer no que respeita à primeira amostra, quer no que respeita à segunda, não aceitaram participar no preenchimento do questionário. Deste modo, nem todos os casos identificados como “casos problemáticos” ou desempregados da *C. J. Clark's* entraram nas respectivas amostras.

Os inquéritos, apesar de confidenciais, não são anónimos uma vez que estão identificados pelo inquirido. De outra forma, não seria possível o preenchimento de uma segunda parte pelos técnicos responsáveis pela identificação dos casos, como complemento à informação dada pelo mesmo (e isto, no caso da primeira amostra).

Uma última “população” que constitui também amostra neste diagnóstico, na medida em que contribui para a caracterização da população de Castelo de Paiva através de informação sobre a sua experiência profissional com esta população, integra os seguintes profissionais: Técnica Superior de Serviço Social da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, Assistente Social do Centro de Saúde de Castelo de Paiva, Psicólogas dos Agrupamentos de Escolas de Castelo de Paiva e do Couto Mineiro do Pejão, Psicólogo da Escola Secundária de Castelo de Paiva, Director do Centro Social de Santa Maria de Sardoura, Comandante da GNR de Castelo de Paiva e Assistente Social do Centro Social do Couto Mineiro do Pejão.

As pessoas que constituem as três amostras não foram aleatoriamente seleccionadas, ou seja, trata-se em todos os casos de uma amostra propositada, já que foram contactadas as pessoas que foram encaminhadas ou identificadas por alguns técnicos/profissionais do concelho, pessoas que constavam na base de dados do CSSMS e alguns dos técnicos que trabalham no concelho e que foram seleccionados enquanto testemunhos privilegiados de informação sobre a realidade da comunidade Paivense.

3. O CONCELHO DE CASTELO DE PAIVA

3. O CONCELHO DE CASTELO DE PAIVA

Antes de apresentar cada parte deste trabalho de diagnóstico, será pertinente proceder a uma apresentação geográfica, económica, sócio-demográfica e cultural que caracteriza Castelo de Paiva, concelho onde foi realizado o presente estudo.

3.1. Caracterização geográfica, económica, sócio - demográfica e cultural

O concelho de Castelo de Paiva encontra-se situado na Província do Douro Litoral e, como tal, orgulha-se de vistas maravilhosas sobre o rio Douro e beneficia de uma região verdejante coberta de vinhas. Este concelho faz fronteiras com os municípios de Arouca, Santa Maria da Feira, Penafiel e Cinfães, estendendo-se ao longo de uma área com cerca de 115 Km², com uma densidade populacional de 150,8 hab./Km², distribuídos por nove freguesias: Bairros, Fornos, Paraíso, Pedorido, Raiva, Real, Santa Maria de Sardoura, S. Martinho de Sardoura e Sobrado.

O concelho de Castelo de Paiva é o mais distante da sede do distrito a que pertence – Aveiro – separando-o 84 quilómetros, enquanto que da cidade do Porto não dista mais de 50 quilómetros. Limitado a norte e a nascente pelo Rio Paiva (outro rio do concelho que desagua no lugar do Castelo) e a poente pelo Rio Douro, o concelho confina a sul com as terras altas de Arouca e a sudoeste com as de Santa Maria da Feira. No conjunto do distrito, Castelo de Paiva pode considerar-se dos concelhos mais interiores, sendo o mais setentrional de todos.

Como acontece com as terras afastadas dos principais centros económicos e administrativos, as vias de comunicação tornam-se factores fundamentais para o seu desenvolvimento. Estas vias de comunicação tornam Castelo de Paiva mais próximo dos grandes centros e zonas periféricas, como é exemplo da construção da Variante à EN 222, uma nova ponte em Entre-os-Rios, bem como a construção da Variante à EN 224.

O clima que se sente em Castelo de Paiva é ameno, acompanhando as características próprias de cada estação. Este tipo de clima, associado a outras condições naturais e geográficas, fazem com que Castelo de Paiva seja especialmente direccionado para a agricultura, favorecendo a existência de solo muito fértil, principalmente nos vales. Sendo o concelho uma terra com quatro rios (Douro, Paiva, Sardoura e Arda), bem como vários ribeiros e riachos, há uma grande abundância de água e, conseqüentemente, a formação de nevoeiros e neblinas. É este o clima característico que potencia produção de vinho, bastante conhecido.

As indústrias ligadas à madeira, como é natural numa região rica em pinheiros e eucaliptos, têm considerável expansão, contando-se com algumas serrações, fábricas de aglomerados e de mobiliário existentes no concelho. Por outro lado, novas unidades fabris foram surgindo em zonas industriais, além das relacionadas com as madeiras e mobiliário, destacando-se o investimento nas áreas têxtil, calçado, metalomecânica e marroquinaria. Deste modo, tradicionalmente rural e agrícola, este concelho, outrora marcado pela extracção carbonífera do Pejão, tem passado por uma industrialização nos últimos tempos tendo em vista a reconversão económica do concelho.

As vias de escoamento dos produtos manufacturados são facilitadas pela construção do Porto Fluvial em Sardoura, uma estrutura integrada no projecto de navegabilidade do Rio Douro, que veio dar o seu contributo para o progresso da economia regional.

Em termos paisagísticos, podemos afirmar que os recursos e as riquezas naturais existentes nestas terras fazem deste Concelho uma região bastante atractiva, quer para os seus habitantes, quer para os seus visitantes.

Os 115 Km² de área total de Castelo de Paiva permitem a existência de um total de população residente de 17 338 indivíduos (sendo o maior grupo etário aquele que integra indivíduos entre os 25 e os 55 anos) o que, comparando com 1991, e de acordo com os resultados apurados nos censos de 2001, traduz um acréscimo populacional de 5%. Entre os residentes, 8 534 são do sexo masculino (INE, 2001). Ao nível da população residente, a freguesia de Sobrado é a mais populosa, seguindo-se a freguesia de Santa Maria de Sardoura, Raiva, Bairros, S.

Martinho, Fornos, Pedorido, Real e Paraíso, esta última com pouco mais de mil habitantes, mas a segunda maior em termos de área. A população presente é inferior à população residente – cerca de 16 569 indivíduos dos quais 8 022 são do sexo masculino.

No que concerne aos indicadores demográficos, a taxa de natalidade situa-se nos 15,2%, a taxa de fecundidade nos 54,4% e a taxa de mortalidade em 8%. A taxa de natalidade é superior à de mortalidade, embora em 2000 se tenha observado um ligeiro acréscimo da taxa de mortalidade e um ligeiro decréscimo da taxa de natalidade. A taxa mortalidade infantil atingiu os 4%, a taxa de divórcio atingiu os 9% e o índice de envelhecimento ronda os 46% (INE, 2001).

Na observação dos indicadores demográficos (idem, 2001), verifica-se um índice de dependência de jovens superior ao índice de dependência de idosos e de envelhecimento, não ultrapassando, contudo, a média registada na sub-região Tâmega (região onde se localiza Castelo de Paiva).

Ainda com base nos resultados do recenseamento de 2001, a proporção de indivíduos sem qualquer nível de ensino diminuiu para cerca de metade quando comparado com os valores do recenseamento de 1991, enquanto que a proporção de residentes no concelho com o 3º ciclo do EB quase que quadruplicou, entre os dois últimos recenseamentos (idem, 2001).

Ainda segundo o recenseamento da Habitação de 2001, perto de metade dos edifícios correspondia a uma data de construção anterior a 1970. Os edifícios construídos entre 1991 e 2001 correspondiam a pouco mais de dois quintos do total de edifícios recenseados, o que sugere que o parque habitacional do concelho de Castelo de Paiva tem vindo a sofrer um envelhecimento. O índice de poder de compra per capita era, em 2000, de 51,58, sendo portanto, inferior ao valor observado para a região norte (85,96) (idem, 2001).

Quanto à actividade económica, encontram-se presentes os três sectores de actividade (primário, secundário e terciário): o sector primário atinge os 2,7%, o secundário os 47,7% e o terciário os 49,6%.

A actividade de cultivo exercida em Castelo de Paiva produz grande quantidade de cereais, principalmente milho e centeio, destacando-se também o

cultivo da batata, fruta, legumes e azeite, para além do vinho. Na pecuária, destaca-se a criação de gado de qualidade, nomeadamente o bovino. Com um solo carregado de riquezas naturais, a terra de Paiva é marcada pela abundância de água que fertiliza as terras. Deste modo, situado numa zona marcadamente de cariz rural, onde ainda predomina a agricultura de subsistência com a exploração e produção de minifúndio, destaca-se a produção vitivinícola, pela excelente qualidade do seu produto.



Integrado numa região de clima ameno, todo o concelho é possuidor de potencialidades e de riquezas naturais que devem ser aproveitadas e trabalhadas. De facto, apesar de se reconhecer que o sector primário, em comparação com os restantes sectores, tem, ao longo do tempo, enfraquecido, são evidentes as virtudes e as riquezas desta área geográfica ao nível dos relevos, do clima e da qualidade e fertilidade dos solos.

Outro aspecto pertinente a referir é a riqueza florestal que envolve todo o concelho. Verifica-se que aqui a produção florestal é ainda um meio de subsistência para muitos agricultores, sendo por isso fundamental apostar na protecção destas riquezas naturais.

A indústria foi outrora marcada pela exploração carbonífera do Pejão, marcadamente agrícola e florestal, de uma forte tradição rural, passou, nos últimos

anos, por uma forte industrialização. Novas e modernas unidades fabris foram surgindo, destacando-se investimentos realizados nas áreas do calçado, têxtil, mobiliário, marroquinaria, metalomecânica e mármore e granitos. Actualmente, com o encerramento da unidade fabril C.J.Clark's, o tecido económico desta região, sofreu um duro revés, sendo por isso importante apostar agora noutras áreas de riqueza desta região, tirando partido das matérias-primas já existentes, de forma a potenciar novos investimentos e novas oportunidades laborais.

Relativamente ao comércio e serviços, Castelo de Paiva também deu um salto nesta área, com a abertura de novos estabelecimentos bancários, lojas e a construção de novos edifícios e espaços dedicados ao sector. Por todo o concelho é bem visível a evolução, pois existem vários estabelecimentos comerciais que se dedicam aos mais diversos sectores de actividade.

De destacar ainda o fabrico de objectos artísticos em cobre, a manufactura de mantas e outras peças que ainda são produzidas em teares rudimentares, a confecção de peças em linho e a cestaria são aquilo que envolve e caracteriza o artesanato em Castelo de Paiva. Embora algumas destas actividades comecem a rarear, há entidades responsáveis que se empenham em activá-las.

Em termos culturais, Castelo de Paiva sempre foi terra de grandes festas e romarias que, em muitos casos, se concentram nos arredores de igrejas e capelas, algumas situadas em altos montes, e às quais vêm muitos peregrinos, como é o caso de festividades em honra de Santo Adrião ou S. Domingos, S. João ou a romaria de St^a. Eufémia. Castelo de Paiva aposta ainda em algumas feiras e exposições (por exemplo, Feira do Vinho Verde, Gastronomia e Artesanato, Feira do Século XIX, entre outros eventos), Turismo, Hotelaria e Gastronomia, com o objectivo de abrir Castelo de Paiva a todos.

Ainda no que respeita à economia, importa referir que, actualmente, assiste-se a uma procura crescente de emprego e a uma ausência de oferta, o que provoca situações de desânimo e instabilidade social, familiar e económico. Para além disso, são ainda visíveis muitas situações de baixa escolaridade e deficitária

qualificação profissional que em nada contribuem para a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento sócio-económico desta região.

De acordo com os dados disponibilizados pelo IIEFP/Centro de Emprego de S. João da Madeira, relativos ao mês de Maio de 2005, o retrato da situação profissional de 1509 habitantes do Concelho de Castelo de Paiva poderá ser observado na tabela a seguir apresentada.

Sexo	Total	Por Categorias		Grupos Etários				Tempo de Inscrição			Habilitações Escolares			
		1º Emprego	Novo Emprego	<25	25 a 34	35 a 54	55 e +	<3	3 a 12	12 e +	<=6 anos	9 anos	11/12 anos	Méd./Sup.
HM	1509	84	1425	161	355	817	176	169	349	991	1255	166	71	17
H	385			35	62	190	98	44	118	223				

Quadro 1 – Caracterização do desemprego em Castelo de Paiva

Fonte: IIEFP/Centro de Emprego de S. João da Madeira

Deste modo, pode-se constatar que a situação de desemprego atinge maioritariamente as mulheres, com um total de 1124 mulheres desempregadas para 385 homens. Tal poderá revelar a tendência dos homens para se mobilizarem para fora do seu concelho onde encontram mais facilidades em ingressarem um trabalho. Pelo contrário, as mulheres têm menores condições e mais dificuldades nessa deslocação para fora do seu concelho, dadas as responsabilidades e papéis que lhes são atribuídos, nomeadamente cuidar da casa e da família. Um dado igualmente relevante prende-se com o facto de a maioria dos desempregados não estarem à procura de 1º emprego - 1245 desempregados procura, novo emprego, enquanto que 84 procuram 1º emprego.

A faixa etária mais afectada pelo desemprego envolve os 35 - 54 anos de idade. Os menos afectados são os indivíduos com idades inferiores a 25 anos.

Existe ainda uma outra classificação do desemprego destes inquiridos, realizada em função da duração. Assim, sabe-se que a situação da maioria destes indivíduos é a do desemprego de «longa duração» (desempregados há mais de um ano), situação que poderá surgir como forma de exclusão social que caracteriza estas pessoas, já que o emprego é um dos principais mecanismos de integração social; estar desempregado não é só estar privado de fontes de rendimento, como

equivale à perda de um vínculo de ligação ao meio social e rede de relações interpessoais que o emprego proporciona.

Por último, parece existir uma relação entre desemprego e baixa escolaridade, ou pelo menos escolaridade igual ou inferior a 6 anos, visto o maior número de desempregados apresentar essas habilitações escolares.



3.1.1. Bairros

A freguesia de Bairros situa-se junto ao Rio Paiva, a cerca de cinco quilómetros do centro da vila, apresentando-se com uma área de 8.59 Km², sendo a sua densidade populacional de 215,67 hab./Km².

De acordo com os dados dos Censos de 2001 (INE, 2001), a sua população residente total é de 1853, sendo 903 habitantes homens e 950 mulheres. O total da população presente na freguesia é de 1753 indivíduos, dos quais 841 são homens e 912 são mulheres.

De acordo com a mesma fonte, e relativamente às famílias, esta freguesia possui 596 famílias clássicas¹ residentes. Tem um total de 669 alojamentos familiares², sendo 666 alojamentos familiares clássicos³ e ainda três alojamentos

¹ Trata-se de um conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco, de direito ou de facto entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento; ou a pessoa independente que ocupa uma parte ou totalidade de um alojamento.

² Entende-se por alojamento aquele que, pelo modo como foi construído ou está a ser utilizado, se destina a alojar, normalmente, apenas uma família, embora nele possam residir várias.

familiares com a designação de “outros”, não possuindo qualquer tipo de alojamento colectivo⁴. O número total de edifícios⁵ é de 569 e contabilizam-se 554 núcleos familiares⁶ residentes.



Solar da Fisga

lugares de S. Lourenço e Ladroeira.

É uma freguesia que tem uma população agrícola com cerca de 380 indivíduos, sendo a superfície agrícola utilizada de 190 ha, 86 ha utilizados por conta própria (INE, 1999).

Trata-se de uma localidade pitoresca que cresce em socacos, onde predominam as culturas da cereja e citrinos, para além da vinha. As actividades económicas predominantes prendem-se exactamente com a agricultura e também com a extracção e transformação da madeira, serralharia, construção civil e fabrico de fornos de carvão vegetal.

De acordo com a informação dos censos de 2001 (idem, 2001), verificou-se que existiram 22 nados vivos, sendo 7 do sexo masculino; neste mesmo ano também se verificaram 10 óbitos, dos quais 5 eram do sexo masculino.

Esta freguesia possui duas escolas do 1º ciclo (do EB) e dois Jardins-de-Infância, situadas nos

³ A divisão ou conjunto de divisões e seus anexos que, fazendo parte de um edifício clássico, ou seja, com carácter não precário, ou sendo estruturalmente separados daquele pela forma como foi construída, reconstruída ou reconvertida, se destina à habitação permanente de uma família.

⁴ Este tipo de alojamento envolve todo o local que, pela forma como foi construído ou transformado, se destina a alojar mais do que uma família.

⁵ Por edifícios entende-se toda a construção independente, compreendendo um ou mais alojamentos, divisões ou outros espaços destinados à habitação de pessoas, coberta e incluída dentro de paredes externas ou paredes divisórias, que vão das fundações à cobertura, independente da sua afectação principal ser para fins residenciais, agrícolas, comerciais, industriais, culturais ou de prestação de serviços.

⁶ Conjunto de pessoas dentro de uma família clássica, entre as quais existe um dos seguintes tipos de relação: casal com ou sem filho(s), não casado(s), pai ou mãe com filho(s) não casado(s), avós com neto(s), não casado(s) e avô(ó) com neto(s) não casado(s).

3.1.2. Fornos

Freguesia situada na margem esquerda do rio Paiva e próxima da confluência deste rio com o Douro, Fornos dista 4 Km da vila e tem cerca de 1598 habitantes.

Esta freguesia tem cerca de 4,11 Km² de área total, sendo a sua densidade populacional de 390,04 hab./ Km². A população residente, no ano de 2001 (INE, 2001), era de 1602 indivíduos, dos quais 761 são do sexo masculino e 841 do sexo feminino; o total de população presente era de 1540 indivíduos (815 do sexo feminino e 725 indivíduos do sexo masculino). No ano de 2001, verificaram-se 16 nados vivos, dos quais 16 foram homens. Neste mesmo ano, ocorreram um total de 16 óbitos, sendo seis do sexo masculino.



Residem, nesta freguesia, 490 famílias clássicas, sendo o total de alojamentos familiares clássicos de 589; existe ainda um alojamento colectivo, perfazendo uma totalidade de 507 edifícios e 484 núcleos familiares residentes.

Nesta freguesia podemos encontrar uma escola do 1º ciclo do EB e dois Jardins-de-Infância.

A superfície agrícola utilizada em 1999 (INE) era de 113 ha, sendo 63 ha utilizados por conta própria; a sua população agrícola envolve 195 indivíduos. As actividades económicas presentes nesta freguesia envolvem principalmente a agricultura (viticultura).

3.1.3. Santa Maria de Sardoura

Esta freguesia do concelho de Castelo de Paiva dista do centro da vila pouco mais de 4 Km e situa-se na margem esquerda do Douro, entre a localidade de Entre-os-Rios e as freguesias de S. Martinho de Sardoura e Sobrado, sendo a mais populosa do concelho.

A freguesia atinge uma área total 10,06 Km², com uma densidade populacional de 268,08 hab./Km². A população residente envolve 2698 indivíduos

(1256 homens e 1272 mulheres), embora a população presente seja apenas de 2528. O número de famílias clássicas residentes é de 797, com um total de 858 alojamentos familiares, existindo 5 alojamentos familiares com a designação “outros”. Quanto ao número de edifícios, encontram-se nesta freguesia 741, com 781 núcleos familiares residentes. Em 2001, registaram-se 33 nados vivos, dos quais 18 eram do sexo masculino e 32 óbitos (com 18 do sexo masculino).

Esta região, de cariz marcadamente rural, possui paisagens muito bonitas. De facto, o rio e a montanha, além de comporem um quadro paisagístico sublime, possibilitam a prática de alguns desportos náuticos, bem como de actividades de lazer e convívio, nomeadamente, caminhadas, piqueniques, jogos tradicionais, pesca, entre outras. Assim, importa fazer referência a alguns pontos turísticos, tais como, o monte de S. Gens, o Monte de S. Paúl, as zonas ribeirinhas, as igrejas e as capelas, entre outros.



Convém, ainda, destacar duas importantes infra-estruturas da região, nomeadamente um campo coberto com relvado sintético, destinado à prática de desporto, e o Porto Fluvial de Sardoura (já referido anteriormente).

A freguesia tem três escolas do 1º ciclo do EB e três Jardins-de-Infância.

A sua população agrícola envolve 478 indivíduos, sendo a superfície agrícola utilizada de 210 ha, 123 ha utilizados por conta própria (INE, 1999). As actividades económicas mais presentes relacionam-se com a agricultura, o comércio e a indústria.

3.1.4. S. Martinho de Sardoura

Contígua à freguesia de Santa Maria de Sardoura, surge a freguesia de S. Martinho de Sardoura, a mais pequena do Concelho, situada a 3 km do centro da sede do concelho, nas proximidades da margem esquerda do rio Douro, com uma área de 4,31 Km² e uma densidade populacional de 447,76 hab./ Km².

A população presente nesta freguesia é de 1931 indivíduos, sendo que destes 960 são homens e 971 são mulheres. O número de população presente atinge os 1796 indivíduos, divididos entre 932 mulheres e 864 homens. Registam-se ainda 567 famílias clássicas residentes e 561 núcleos familiares residentes; tem um total de 477 edifícios.



Esta freguesia tem duas escolas do 1º ciclo do EB e quatro Jardins-de-Infância.

A população agrícola atinge os 167 indivíduos, com uma superfície agrícola utilizada de 83 ha, em que 54 ha são utilizados por conta própria (INE, 1999). As actividades económicas mais presentes são a agricultura, extracção e transformação da madeira, fabrico artesanal de peças em cobre, construção civil e serralharia.

3.1.5. Sobrado

A freguesia de Sobrado, por ser considerada a mais antiga, é a sede do concelho e o principal núcleo urbano, com mais de 2922 habitantes e cerca de 5,45 km² de área (com uma densidade populacional de 536,16 hab./ Km²).

A população residente ascende aos 2921 indivíduos, de onde se destacam 1414 homens e 1507 mulheres; a população presente é de 2786 indivíduos, sendo 1349 do sexo masculino e 1437 do sexo feminino. Registam-se 880 famílias clássicas residentes e uma família institucional, com 873 núcleos familiares residentes. O total de alojamentos familiares é de 1065, totalizados no ano de 2001, e quatro alojamentos colectivos; registam-se ainda 822 edifícios. Em 2001, identificaram-se 43 nados vivos, sendo 24 do sexo masculino; no que concerne aos óbitos, registaram-se 25 no total (dos quais 10 eram homens).



Nesta freguesia contabilizam-se duas escolas do 1º ciclo do EB e um Jardim-de-Infância.

A sua população agrícola envolve 206 indivíduos (em 1999), havendo uma superfície agrícola utilizada de 104 ha – 58 ha utilizados por conta própria (INE). As actividades económicas predominantes prendem-se com a agricultura, indústria de calçado, confecções, construção civil, metalomecânica, mármore, granitos e comércio.

3.1.6. S. Pedro do Paraíso

A cerca de 7 Km da sede do concelho situa-se esta freguesia. É uma freguesia de relevo acidentado, pouco cultivada e com uma grande área florestal e pequenos núcleos populacionais, dispersos pela sua extensa superfície. Conta com cerca de 975 habitantes.

A freguesia do Paraíso possui uma área total de 21,94 Km², sendo a sua densidade populacional de 44,44 hab./ Km². A população residente atinge um total de 975 indivíduos, dos quais 498 são do sexo masculino e 477 do sexo feminino. O total da população presente na freguesia é de 937 indivíduos, sendo que 469 são homens e 468 são mulheres. Residem nesta freguesia 290 famílias clássicas, havendo um total de 352 alojamentos familiares (sendo os 352 alojamentos familiares clássicos). A totalidade da sua edificação atinge os 340 edifícios, com 283 núcleos familiares residentes (INE, 2001). Ocorreram, no ano de 2001, um total de 16 nados vivos, sendo sete do sexo masculino.



Esta freguesia tem três escolas do 1º ciclo do EB e não tem Jardim-de-Infância, prevendo-se a abertura de um no próximo ano lectivo.

A freguesia de S. Pedro do Paraíso tem uma população agrícola de 244 indivíduos (em 1999), sendo a actividade económica mais presente a agricultura. A superfície agrícola utilizada era de 123 ha, sendo 104 ha utilizados por conta própria (INE). A actividade mineira teve, noutros tempos, grande expressão nesta freguesia, com a exploração carbonífera na zona do Pejão, onde ainda são visíveis vestígios daquela actividade.

3.1.7. Pedorido

Situada na margem esquerda do rio Douro, a freguesia de Pedorido é a que está mais distante da sede do concelho, localizada a mais de 17 Km do centro da vila. Tem mais de 1500 habitantes.

Pedorido tem uma área total 12,06 Km², com 132,08 hab./Km². A população residente, em 2001, era de 1593 indivíduos, sendo 779 do sexo masculino e 814 do sexo feminino. A população presente na freguesia atinge os 1549 indivíduos, sendo 802 mulheres e 747 homens. Residem na freguesia 513 famílias clássicas. No que respeita aos alojamentos, observa-se um total de 622 alojamentos familiares, 620 são alojamentos familiares clássicos e dois inserem-se na categoria “outros”.

Pedorido reúne, na sua totalidade, 573 edifícios com 457 núcleos familiares presentes. No ano de 2001 ocorreram um total de 16 nados vivos (sete do sexo masculino) e ocorreram 13 óbitos dos quais três eram mulheres.



Encontramos nesta freguesia duas escolas do 1º ciclo do EB e dois Jardins-de-Infância.

A superfície agrícola utilizada é de 30 ha, sendo 24 ha utilizados por conta própria; o número total de indivíduos que constitui a população agrícola é de 126 (INE, 1999). As actividades económicas relacionam-se com a agricultura, indústria de mobiliário, construção civil, metalomecânica e reciclagem de metais. Esta freguesia está incluída na zona carbonífera do Pejão, cuja exploração foi encerrada no final de 1994. As Minas do Pejão começaram a funcionar em 1886 e, ao fim de 108 anos de exploração, foi decretado o seu encerramento.

3.1.8. Raiva

Localizada na margem esquerda do Douro, entre as freguesias de Santa Maria de Sardoura, Paraíso e Pedorido, esta freguesia está a cerca de 12 Km da vila, contando com cerca de 2421 habitantes.

Raiva, recentemente elevada a vila, tem uma área total de 15,34 Km², com uma densidade populacional de 156,11hab./Km²; tem um total de 947 edifícios, onde os alojamentos familiares atingem os 995: 993 alojamentos familiares clássicos e dois alojamentos familiares com a designação “outros”, possuindo ainda dois alojamentos colectivos. Existem duas famílias institucionais⁷ e 736 famílias clássicas residentes. A totalidade da população residente atinge os 2349 indivíduos, de entre os quais 1171 são do sexo masculino e 1223 do sexo feminino. O total da população presente na freguesia é de 2333 indivíduos – 1118 do sexo masculino e 1215 do sexo feminino.

Esta freguesia tem um total de 685 núcleos familiares residentes. No ano de 2001 ocorreram 30 nados vivos, sendo 19 homens. A totalidade dos óbitos atinge os 53 indivíduos, sendo eles 29 do sexo masculino.

Encontramos nesta freguesia cinco escolas do 1º ciclo (do EB) e quatro Jardins-de-Infância.



Capela de S. Domingos

A população agrícola é de 373 indivíduos (em 1999), sendo a agricultura uma das actividades económicas presentes (a superfície agrícola utilizada é de 138 ha, sendo 100 ha utilizados por conta própria), a par da indústria de panificação, confecções, calçado, serralharia, reciclagem de papel, construção civil, extracção e transformação de madeira e comércio.

A exploração carbonífera marcou também esta freguesia, onde se podem ainda encontrar vestígios da actividade mineira. Desse tempo, existe o Hospital das Minas, que é actualmente o Posto Médico Local, o edifício da Cooperativa de Consumo e o Cinema da Estação, estruturas estas que lembram outros tempos, quando a indústria extractiva era o expoente da economia local.

⁷ Conjunto de indivíduos residentes num alojamento colectivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objectivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo.

3.1.9. Real

Em termos de área, esta é a maior freguesia do município de Castelo de Paiva (com uma área de 33,11 Km²), ficando apenas a 5 Km do centro da vila. Situa-se entre Arouca e a freguesia de Sobrado, na margem esquerda do rio Paiva e tem cerca de 1382 habitantes. Em termos populacionais, esta freguesia não é das mais populosas. A sua densidade populacional é de 41,41 hab./ Km².

A sua população residente atinge os 1371 indivíduos, dados dos censos de 2001, mas na realidade a população presente é de 1347 indivíduos, dos quais 694 são mulheres e 653 são homens. Existem nesta freguesia 404 famílias clássicas residentes, apresentando 445 alojamentos familiares clássicos (que é o número total de alojamentos familiares) e 393 núcleos familiares residentes; o número total de edifícios atinge os 418. Segundo os dados de 2001, ocorreram 17 nados vivos, sendo oito do sexo masculino. Quanto aos óbitos, registaram-se um total de nove, sendo quatro deles homens.



Real situa-se entre montes e vales, e algumas partes do território em planície, sendo o ponto mais elevado o Monte de Santo Adrião, com cerca de 640 metros de altitude, servindo de partilha desta freguesia com o concelho de Arouca.

Esta freguesia conta com três escolas do 1^o ciclo (do EB) e dois Jardins-de-Infância.

A população agrícola, em 1999 (INE), atinge os 517 indivíduos (com uma superfície agrícola utilizada de 207 ha, em que 136 são utilizados por conta própria). As actividades económicas predominantes são, exactamente, a agricultura, a extracção de madeira, serralharia e a construção civil.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Indivíduos (multi)problemáticos - famílias (multi)problemáticas

A designação de famílias multiproblemáticas conduz, intuitivamente, a pensamentos sobre pessoas pobres que acumulam a vivência de múltiplos problemas. No entanto, trata-se apenas de uma parte deste conceito, pois relaciona-se com famílias de interacção caótica, que se podem encontrar em todos os grupos sociais, culturais e económicos, já que as famílias pobres são as mais expostas aos serviços sociais e comunidade em geral (Santos, 2005).

Com esta amostra procurou-se identificar e caracterizar a situação e necessidades do indivíduo (multi)problemático que poderá estar inserido numa família também ela (multi)problemática, ou seja, mais do que o registo de um sintoma isolado e preciso prevê-se que a observação da existência de uma série de problemas que afectam um indivíduo poderão afectar um número indeterminado de elementos, de formas qualitativa e quantitativamente muito amplas (Alarcão, 2002).

As famílias (multi)problemáticas (ou severamente disfuncionais) distinguem-se pela presença de um ou mais sintomas sérios e graves de longa duração e forte intensidade (Weizman, 1985, cit. in Santos, 2005). São famílias em que a violência, abuso de substâncias e outros sintomas severos coexistem por longos períodos de tempo. Não vivem num *stress* meramente situacional, apresentam uma história mórbida, com vários exemplos de tratamentos falhados, desenvolvimento de sintomas nos seus membros, crises familiares múltiplas, instabilidade profissional e funcionamento interpessoal afectado (Santos, 2005).

A situação das famílias (multi)problemáticas é relevante não só pela sua gravidade interna, mas também pelo desafio que coloca aos profissionais que intervêm com elas mas com resultados pouco satisfatórios ou com poucas melhorias efectivas na vida destas famílias. A concepção e planeamento de uma intervenção ganha com o conhecimento aprofundado do objecto de estudo, neste caso o indivíduo inserido numa família (multi)problemática. Deste modo, pretende-se identificar e caracterizar a existência, neste tipo de famílias, de um conjunto de problemas: maus-tratos e violências, alcoolismo, deficiência, delinquência, criminalidade, analfabetismo, baixos níveis de escolaridade, insucesso escolar,

desemprego, instabilidade profissional/trajectórias profissionais, constituição e caracterização da estrutura familiar e funcionamento familiar, condições de habitabilidade, entre outros.

Tal como foi descrito na “Metodologia”, a primeira amostra deste estudo de diagnóstico envolveu um grupo de indivíduos identificados como “casos problemáticos”, com algum tipo de disfuncionalidade, inseridos em famílias (multi)problemáticas. Estes casos foram identificados por técnicos/ profissionais que trabalham em Instituições concelhias e que têm conhecimento deste tipo de situações, pelo seu contacto e experiência profissional. Neste capítulo, pretende-se fazer uma apresentação e caracterização dos casos identificados, esperando poder retratar o melhor possível a situação destas famílias em vários domínios.

Pretendendo-se que a divisão apresentada auxilie e apoie as intervenções futuras, dividiu-se esta amostra em duas sub-amostras, de acordo com a freguesia em que os inquiridos estão integrados: a primeira sub-amostra é designada por “Alto Concelho” e envolve as freguesias de Bairros, Fornos, Santa Maria de Sardoura, S. Martinho de Sardoura e Sobrado; a segunda sub-amostra é designada por “Baixo Concelho” e é constituída pelas freguesias de Paraíso, Pedorido, Raiva e Real. De salientar que Real aparece integrada, em termos geográficos, no alto concelho, no entanto, para servir um dos objectivos essenciais deste diagnóstico, nomeadamente “direccionar propostas de intervenção inovadoras” (ver “Objectivos específicos do estudo de diagnóstico”), optou-se por uma distribuição equitativa das freguesias integrando Real no baixo concelho. Deste modo, contabilizam-se no presente estudo cinco freguesias no alto concelho e quatro no baixo concelho.

Os elementos que constituem ambas as sub-amostras preencheram um mesmo questionário em que se pedia ao indivíduo identificado pelos técnicos/profissionais uma série de informações sobre a caracterização geral da sua vida: **dados de identificação e caracterização pessoal** (tais como a morada, data de nascimento, estado civil, habilitações escolares, se gostava de ter estudado mais, razões pelas quais não prosseguiu os estudos, situação face ao emprego, experiência(s) anterior(es) de trabalho(s), no caso de desemprego, as razões do desemprego, profissões dos pais, valores da vida considerados mais importantes,

eventuais carências na infância e passagem por situações de discriminação); **caracterização do agregado familiar** (parentesco, estado civil, sexo, escolaridade, profissão e idade dos elementos do agregado, rendimento mensal, fonte(s) de rendimento e sua caracterização em termos de (in)suficiência, condições de habitabilidade, caracterização das acessibilidades, poder de compra, relacionamento com vizinhos, existência de menores de três anos, principais prestadores de cuidados destas crianças, estimulação de menores através de actividades extra-curriculares, existência de filhos na escola e percurso escolar, levantamento de problemáticas sociais e psicológicas na família, consumo de álcool, recurso aos serviços da GNR e principais hábitos alimentares praticados); apoio(s) social(ais) já beneficiados (tipos de ajudas recebidas e mecanismos envolvidos nessas ajudas); **sistema de cuidados de saúde** (serviço usado em caso de doença, distância casa-centro de saúde, (in)existência de médico de família, regularidade das consultas, recurso a consultas de rotina e planeamento familiar e gastos fixos com a saúde); **actividades sócio-culturais desenvolvidas** (identificação dos equipamentos sociais, culturais e desportivos existentes na freguesia, grau de acesso a estes equipamentos e ocupação de tempos livres); **percepções pessoais** (opinião sobre a pobreza existente no concelho, situações/mecanismos responsáveis pela pobreza, opinião sobre violência/criminalidade/maus-tratos existentes no concelho e consumo abusivo de álcool); por último, é explorada a **situação formativa do inquirido** (frequência anterior de acções de formação, cursos já frequentados, necessidades formativas e acções formativas de interesse).

4.1.1. Caracterização dos indivíduos – primeira amostra

Esta primeira amostra incidu sobre um total de 158 inquiridos, representantes dos respectivos agregados familiares – 93 pertencentes ao alto concelho e 65 ao baixo concelho.

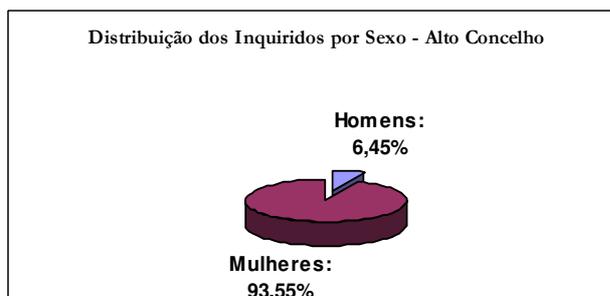


Gráfico 1

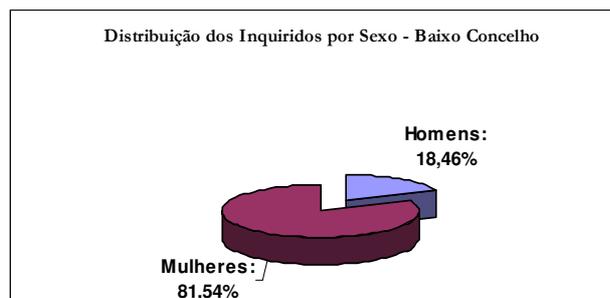


Gráfico 2

Relativamente ao sexo dos inquiridos, os técnicos ou profissionais indicaram um número de mulheres significativamente superior ao dos homens, quer para na sub-amostra do alto concelho quer na sub-amostra do baixo concelho. Deste modo, na primeira situação, verifica-se uma percentagem de 93,55% de elementos do sexo feminino para 6,45% de elementos do sexo masculino. No baixo concelho, a percentagem de homens foi superior, 18,46%, comparando com o alto concelho, embora a percentagem de mulheres indicadas seja também superior ao dos homens – 81,54 % de elementos do sexo feminino.

O facto de existir uma maioria de elementos femininos prende-se, neste caso, com o facto de os nomes identificados pelos técnicos/profissionais corresponderem a mulheres. Elas sobressaem como as figuras mais presentes nestas famílias e esta não foi condição estabelecida à priori, mas um elemento da recolha de dados. Por outro lado, parece também que os homens estão como que *desaparecidos* deste espaço de intervenção social. Segundo Sousa (2005), os serviços de apoio e as redes informais de ajuda são um mundo feminino: profissionais, voluntários e utentes são, em larga maioria, mulheres. Há como que um depositar de responsabilidades nas mulheres sobre tratamentos de assuntos de *distress* na família e, ao mesmo tempo, são criticadas por iniciarem e manterem padrões de emaranhamento, pelo que os serviços actuam através das mulheres das famílias, principalmente. Depois, quando cooperam, tornam-se o canal de comunicação entre os serviços e a família, ganhando a designação de demasiado envolvidas; se recusam são designadas de resistentes, não cooperantes ou resistentes à família. Estas mulheres acabam, muitas vezes, por desenvolver uma relação de dependência com os serviços e passam este modelo aos filhos, podendo

ser criticadas por não desenvolverem a sua autonomia (Imber-Black, 1998, cit. in Sousa, 2005).

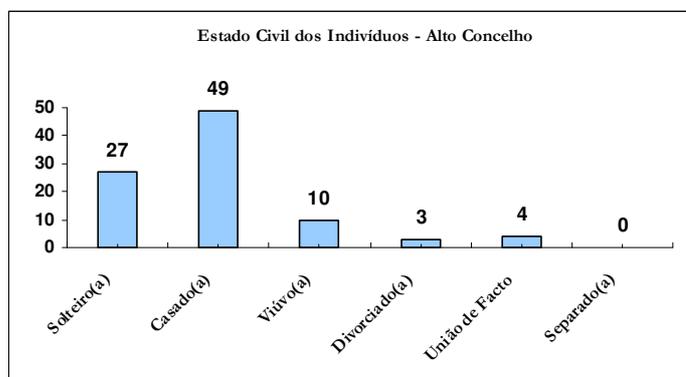


Gráfico 3

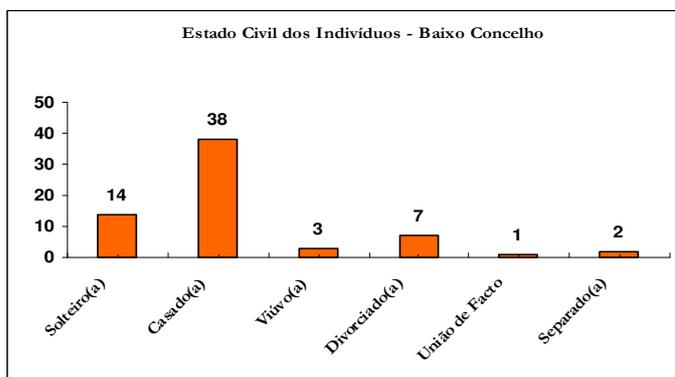


Gráfico 4

Analisando o estado civil dos inquiridos, quer no alto quer no baixo concelho, observa-se que a maioria são casados (49 e 38, respectivamente). Contabilizam-se ainda 27 solteiros no alto concelho e 14 no baixo concelho, 10 viúvos no alto concelho e três no baixo concelho, quatro uniões de facto no alto concelho e uma união de facto no baixo concelho, e sete divórcios no baixo concelho e três no alto concelho.

Há, entre o universo de inquiridos, famílias em diferentes fases de constituição e desenvolvimento da sua estrutura, reportando-se este desenvolvimento familiar à mudança da família enquanto grupo, bem como às mudanças nos seus membros individuais, com uma sequência de transformações na organização familiar que poderão ser previsíveis (Relvas, 1996).

No entanto, observa-se uma predominância da tradicional família nuclear ou de duas gerações (composta por: pai, mãe e filho(s)). Mas apesar da existência de famílias tradicionais em maioria (o que não significa ausência de disfunção), verificam-se alguns casos de instabilidade na composição e estruturação familiar, o que é revelado pelos casos de divórcio e uniões de facto.

De salientar que o estado civil nem sempre é fácil de categorizar, acontecendo situações em que, por exemplo, uma senhora é casada com o marido mas vive em união de facto com um outro companheiro, tendo filhos de ambos os homens.

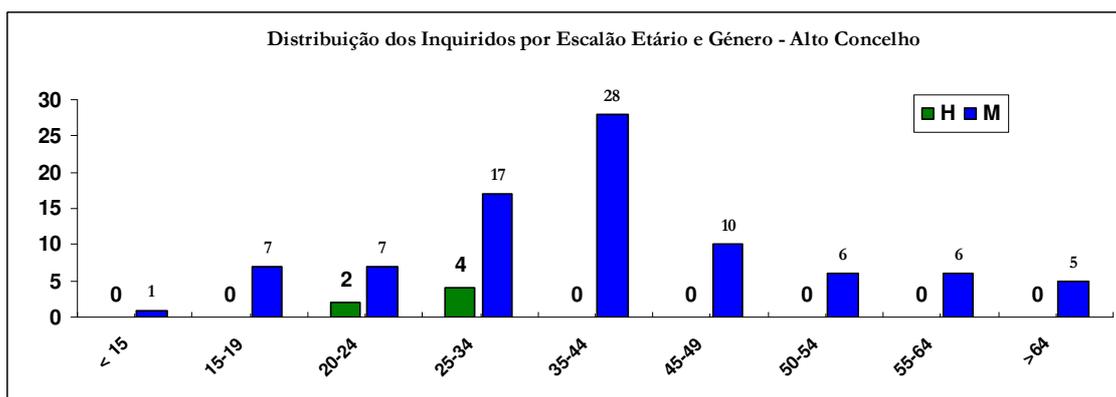


Gráfico 5

Relativamente aos grupos etários, há um elemento do sexo feminino com menos de 15 anos; há também sete elementos do sexo feminino no grupo etário dos 15-19 anos; entre os 20-24 anos já se observam dois homens para sete mulheres, mas é o grupo etário dos 25-34 anos que mais homens abrange – quatro homens para 17 mulheres; entre os 35-44 anos observamos o maior número de elementos do sexo feminino, com 28 mulheres e nenhum homem. Nas faixas etárias seguintes observam-se apenas elementos do sexo feminino, com 10 elementos no grupo dos 45-49, seis mulheres entre os 50-54 e entre 55-64 anos de idade e, por último, verificam-se cinco mulheres com mais de 64 anos.

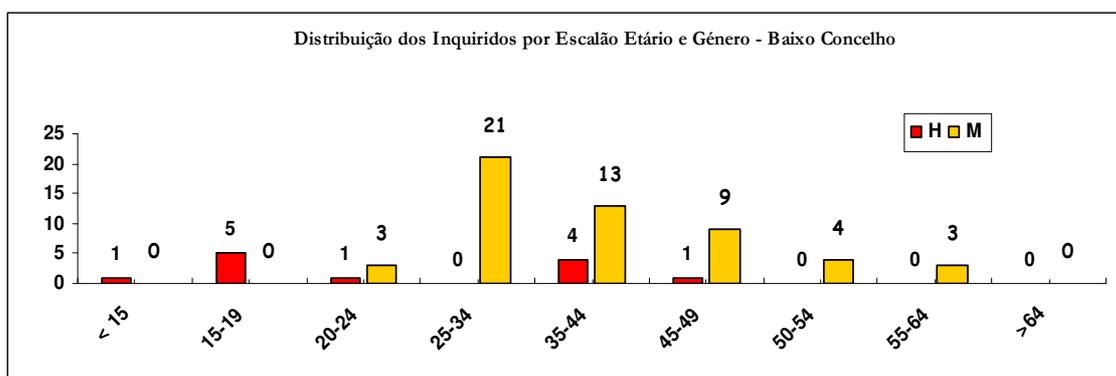


Gráfico 6

Nos grupos etários da amostra do baixo concelho, temos, tal como acontece no alto concelho, um elemento, mas do sexo masculino, com idade igual ou inferior a 15 anos; entre 15 e 19 anos encontramos também cinco elementos do sexo masculino e nenhuma mulher; na faixa etária dos 20-24 podem ser observadas três

mulheres para um homem. O grupo etário que contabiliza mais elementos, que são do sexo feminino, é a dos 25-34 anos de idade. Nos grupos etários seguintes, verifica-se que o número de indivíduos identificados vai diminuindo: entre 35-44 anos registam-se nove elementos do sexo feminino e um do sexo masculino; entre 50-54 e 55-64 registam-se quatro e três indivíduos do sexo feminino, respectivamente. Não se encontram indivíduos com mais de 64 anos nesta sub-amostra do baixo concelho.

Há uma maior identificação de indivíduos que se situam nas idades entre os 25 e os 44 anos de idade, idades em que o desemprego também atinge maiores proporções, com um conseqüente aumento das dificuldades económicas. Desta situação poderá advir o maior conhecimento por parte dos técnicos e profissionais de famílias problemáticas cujos representantes se situam então nestas idades.

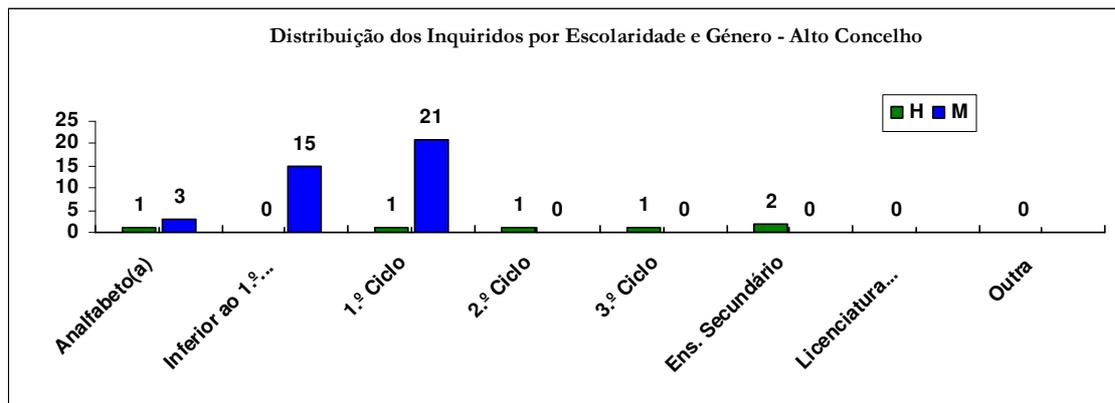


Gráfico 7

Analisando a escolaridade da comunidade inquirida no alto concelho, a maioria (elementos do sexo feminino) apresenta o 1º ciclo; há um elemento do sexo masculino também com o 1º ciclo do EB. Os inquiridos sem qualquer escolaridade são quatro – um homem e três mulheres. Curiosamente, os níveis mais altos de ensino envolvem apenas elementos do sexo masculino – para o 2º e 3º ciclo do EB, bem como Ensino Secundário.

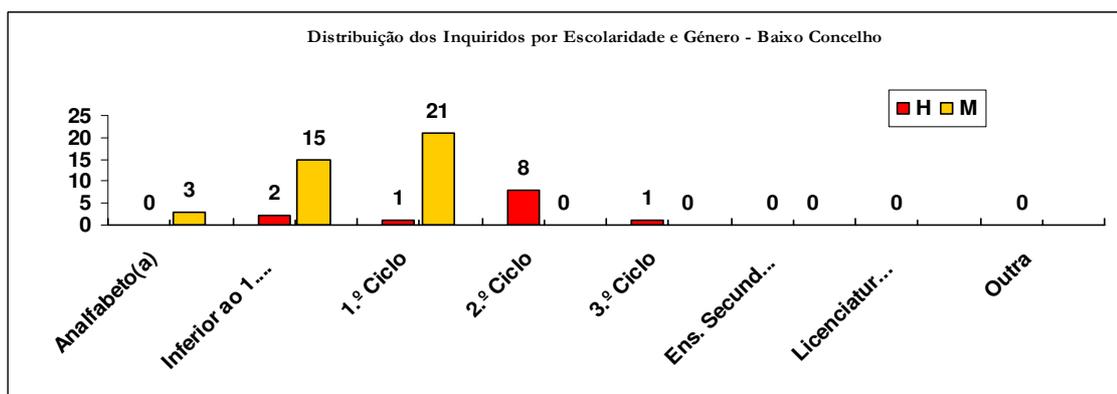


Gráfico 8

A distribuição da escolaridade nos inquiridos do baixo concelho é muito semelhante ao que acontece com os inquiridos do alto concelho. Deste modo, são contabilizados três indivíduos do sexo feminino sem qualquer escolaridade. A maioria dos inquiridos tem o 1º ciclo do EB (21 mulheres e dois homens), contabilizando-se ainda 17 pessoas com escolaridade inferior ao 1º ciclo. Os níveis de escolaridade superiores ao 1º ciclo do EB parecem limitados aos indivíduos do sexo masculino, pois observam-se oito homens com o 2º ciclo e um com o 3º ciclo do EB e nenhuma mulher nestes níveis de ensino. Não são contabilizados indivíduos com o ensino secundário ou superior.

Os baixos níveis de escolaridade que caracterizam estas duas sub-amostras constituem um obstáculo à transformação de uma economia, baseada principalmente em trabalho pouco qualificado e salários baixos, como é ainda a deste concelho, em algumas situações. A persistência desta situação constitui uma das causas estruturais (não a única, evidentemente) da grave crise que o país enfrenta neste momento. Não intervir no sentido da mudança é tornar as suas consequências sociais ainda mais graves. Por outro lado, há factores inerentes aos próprios indivíduos que estão inseridos numa cultura que pouco valoriza a escola; estes valores são transmitidos aos filhos, que os podem reproduzir, a não ser que o ciclo seja quebrado.

No entanto, é de salientar que as famílias (multi)problemáticas não existem só associadas a baixa escolaridade, até porque são contabilizados indivíduos com o 3º ciclo do EB ou mesmo o ensino secundário.

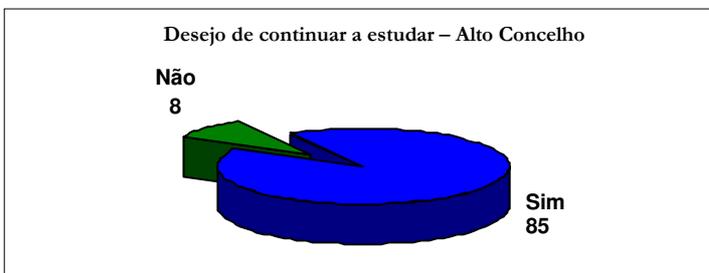


Gráfico 9



Gráfico 10

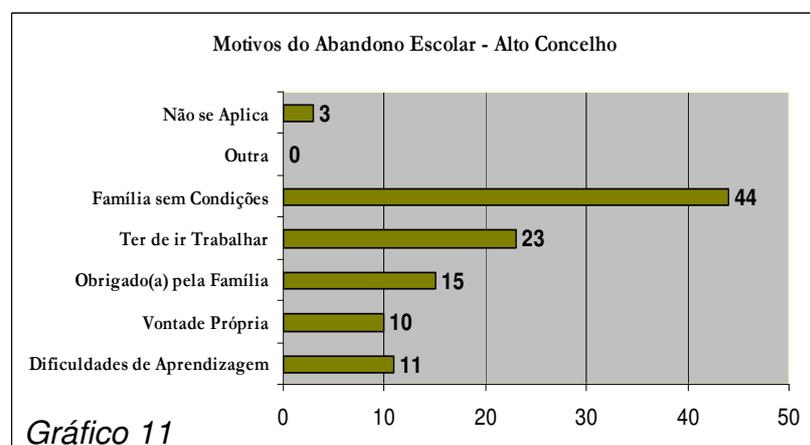


Gráfico 11

No entanto, grande maioria dos inquiridos gostava de ter prosseguido os estudos, tendo deixado por razões específicas que conseguem identificar.

No alto concelho, as razões para o abandono dos estudos são várias: prendem-se

com a falta de condições económicas da família, associadas à necessidade de integrar um trabalho; por vontade própria ou por dificuldades de aprendizagem são razões apontadas apenas por 10 e 11 casos, respectivamente, para justificar o abandono escolar.

No baixo concelho, repete-se a mesma situação – a razão apontada para o abandono dos estudos relaciona-se com a falta de condições económicas da família (29 respostas), seguida da necessidade de ir trabalhar.

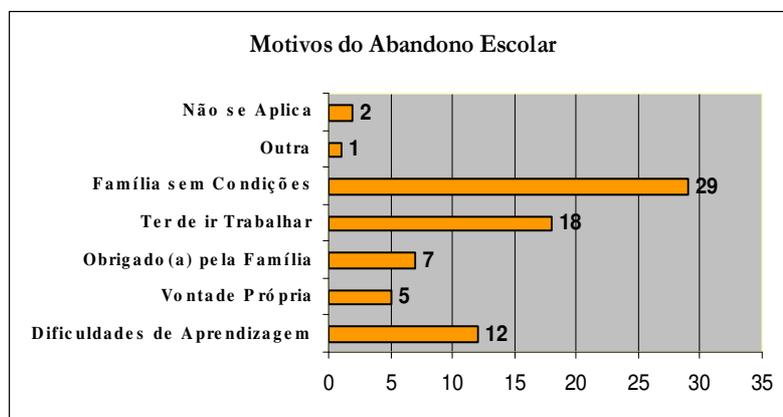


Gráfico 12

Por vontade própria, apenas cinco desistiram os estudos, registando-se 12 que abandonam a escola pelo facto de terem dificuldades de aprendizagem.

Deste modo, o abandono escolar parece ocorrer por várias razões: os pais não deixam continuar, pois precisam da sua colaboração para fazer face às necessidades do agregado familiar; os pais retiram-nos da escola porque não têm dinheiro para manter os filhos na escola; ou os próprios querem sair da escola por dificuldades ou porque querem ganhar o seu próprio dinheiro.

As dificuldades económicas presentes na maioria destas famílias (questão explorada na caracterização das famílias dos inquiridos – rendimentos) parecem ter uma existência histórica, pois estas dificuldades estão presentes em gerações anteriores, visto ser uma das razões apontadas para a escolaridade limitada aos quatro primeiros anos (actual 1º ciclo).

Segundo Costa (1998), o desemprego aparece, de certo modo, como forma paradigmática de exclusão social na Europa. Esta realidade é de fácil compreensão pois o emprego é um dos principais mecanismos de integração social nas sociedades contemporâneas e estar desemprego é, não só, estar privado da fonte normal de rendimento, mas também perder um dos vínculos mais importantes de ligação à sociedade e à rede de relações interpessoais que o emprego proporciona, bem como ao sentimento de participar na vida económica do país.

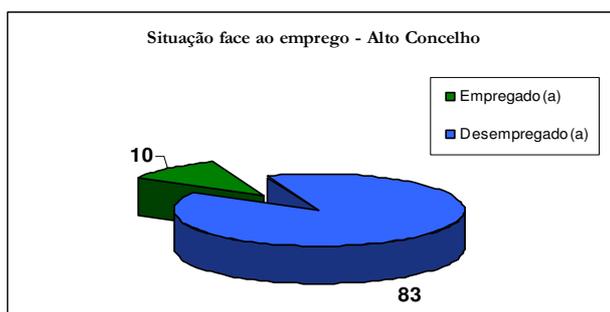


Gráfico 13

um grande número de desempregados entre os inquiridos seleccionados para este estudo.

Analizada a situação profissional dos inquiridos, no alto concelho 83 encontram-se desempregados, ao contrário de 10 que se encontram integrados no mercado de trabalho. Há, deste modo,

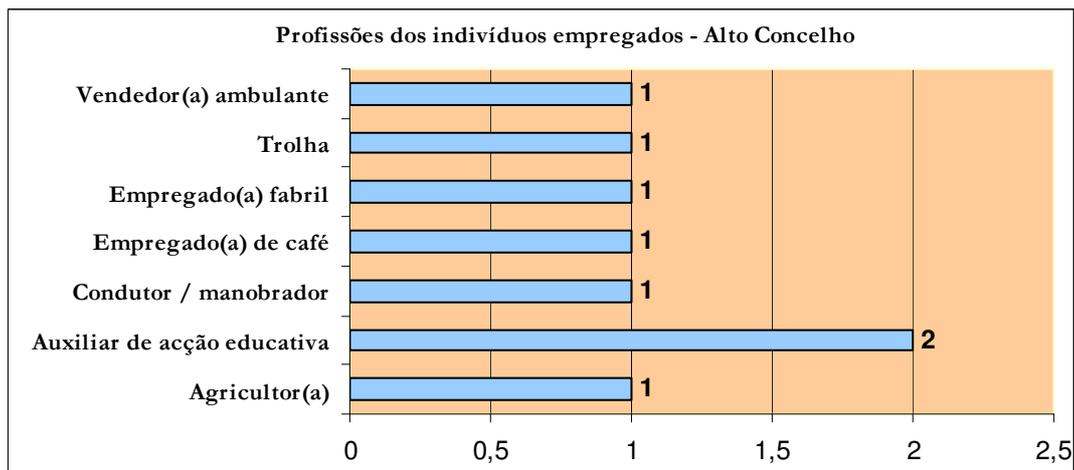


Gráfico 14

Dos indivíduos que se encontram empregados, as profissões variam; são observados dois auxiliares de acção educativa, um vendedor ambulante, um trolha, um empregado de café, um condutor/manobrador e um agricultor. Tratam-se, de um modo geral, de profissões não muito qualificadas, sem exigência, para o seu exercício, de habilitações escolares significativas.

No baixo concelho o retrato relativamente ao emprego repete-se, contabilizando-se 61 desempregados e quatro indivíduos empregados.

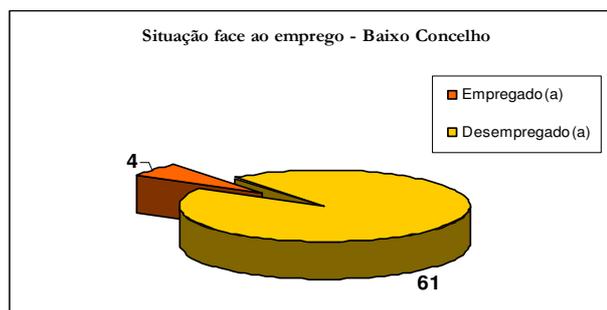


Gráfico 15

Relativamente às profissões dos inquiridos do baixo concelho, observa-se um auxiliar de acção social e um de acção educativa, um marinheiro e um empregado fabril.

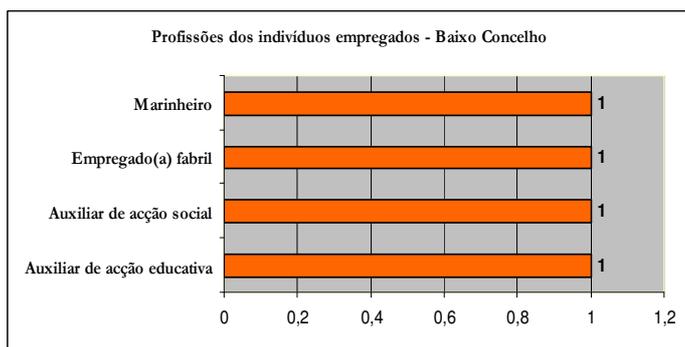


Gráfico 16

Os dados referentes às profissões anteriores foram particularmente difíceis de registar, visto existir uma instabilidade nas trajectórias profissionais, bem como devido ao facto dos inquiridos indicarem as tarefas desempenhadas em vez das profissões respectivas.

Profissão(ões) anterior(es) – Alto Concelho	
Agricultor(a)	4
Auxiliar de acção social	2
Carpinteiro	1
Comerciante	1
Condutor/manobrador	1
Costureira	2
Criador	1
Empregada de café	1
Empregada de Limpeza	4
Empregada Doméstica	8
Empregada fabril	23
Empregado de mesa	1
Empregado fabril	1
Jardineiro(a)	2
Padeira	2
Pasteleiro	1
Recepcionista	1
Empregado de Construção Civil	2
Nunca Trabalhou	38

Quadro 2 – Profissões já desempenhadas – Alto

Verifica-se que em termos de profissões anteriores, e no caso do alto concelho, há alguma diversidade. No entanto, 23 dos inquiridos já foi, em algum momento da sua vida, empregado fabril, o que poderá traduzir o facto do sector terciário, e mais concretamente a indústria, ser um dos grandes empregadores do concelho. Empregada doméstica corresponde à profissão já desenvolvida por oito pessoas, seguida de empregada de limpeza e agricultor(a) com quatro indivíduos cada profissão. Contabilizam-se também 38 inquiridos que não apresentam quaisquer profissões anteriores, ou seja, nunca trabalharam. Analisado o período temporal, a profissão com maior duração corresponde à de agricultor (mais de 15 anos nesta profissão), seguida de empregado fabril (com nove anos) e condutor/manobrador (sete anos). As restantes profissões apresentam durações inferiores a cinco anos, registando-se algumas com a duração de meses (duração inferior a um ano). De salientar que a profissão assinalada como agricultor poderá ter sido confundida com uma ocupação, sem as características de um trabalho formal (contrato, descontos, férias, entre outras).

Profissão(ões) anterior(es) – Baixo Concelho	
Auxiliar de acção social	2
Cabeleireira	1
Calceteiro	1
Carpinteiro	1
Empregada de café	1
Empregada de Limpeza	3
Empregada Doméstica	1
Empregado(a) fabril	27
Gruista	1
Empregado da Construção Civil	4
Nunca Trabalhou	20

Quadro 3 – Profissões já desempenhadas – Baixo Concelho

No baixo concelho, as fábricas continuam a ser o principal empregador, sendo que 27 inquiridos já trabalharam como empregados fabris. A construção civil apresenta também alguma empregabilidade (quatro pessoas já trabalharam como empregados de construção civil). Vinte dos inquiridos nunca trabalharam, ou seja, não indicaram qualquer profissão alguma vez desempenhada.

Relativamente à duração em determinada profissão, aquela que apresenta maior durabilidade relaciona-se com a profissão de empregado(a) fabril, cujo período é superior a sete anos. As restantes apresentam menor durabilidade, verificando-se algumas com duração inferior a um ano (por exemplo, empregada de café e empregada de limpeza).

O típico percurso que é apresentado por alguns inquiridos é fácil de traçar: saem da escola porque a família não tem condições ou porque têm muitas dificuldades de aprendizagem; entretanto, ajudam nos trabalhos agrícolas, até que surge uma oportunidade de trabalho numa fábrica; ou porque a fábrica fecha ou porque é despedido, fica desempregado, tenta manter-se economicamente através de alguns “biscates”, até que consegue outro emprego e repete-se o panorama, sem perspectivas de investimento e de futuro.

Deste modo, o desemprego, escolaridade e qualificações profissionais aparecem interligados, influenciando-se mutuamente. Os níveis de escolaridade muito baixos quase que determinam que os trabalhadores com tais níveis de escolaridade tenham grandes dificuldades em obter novas competências e saberes quer para fazer face às mudanças tecnológicas verificadas na profissão que exercem quer para exercer nova profissão. Esta situação determina, aos trabalhadores atingidos pelo desemprego, uma abrupta desqualificação profissional,

pois dificilmente conseguem obter um emprego igual ao que tinham ou então correm o risco de exclusão social.

A destruição maciça de postos de trabalho verificada nos últimos anos, principalmente nas profissões de mais baixa escolaridade e qualificação, revela que esse problema é já uma realidade. Os dados do INE, constantes no quadro seguinte, mostram o que se verificou neste campo entre 2001 e 2004.

GRUPOS PROFISSIONAIS	Total Trabalhadores	
	3º trim. 2001	3º trim. 2004
Agricultores e trabalhadores qualif. Agricultura, pescas	576,7	564,5
Operários, artífices e trabalhadores e similares	1.125,4	958,8
Operadores de instalações, maquinas e trab. Montagem	416,6	421,5
Trabalhadores não qualificados	657,9	633,9
TOTAL	2.776,6	2.578,7

Quadro 4 – Destruição de postos de trabalho em Portugal entre 2001 e 2004

Fonte: Estatísticas de Emprego - 3 Trimestre de 2001 e 2004 – INE

Como mostram os dados do quadro, em apenas três anos foram destruídos em Portugal 202.800 postos de trabalho que são, na sua maioria, profissões menos qualificadas e associadas a níveis de mais baixa escolaridade. As consequências sociais desse facto são visíveis não só no aumento do desemprego mas principalmente no crescimento do desemprego de longa duração.

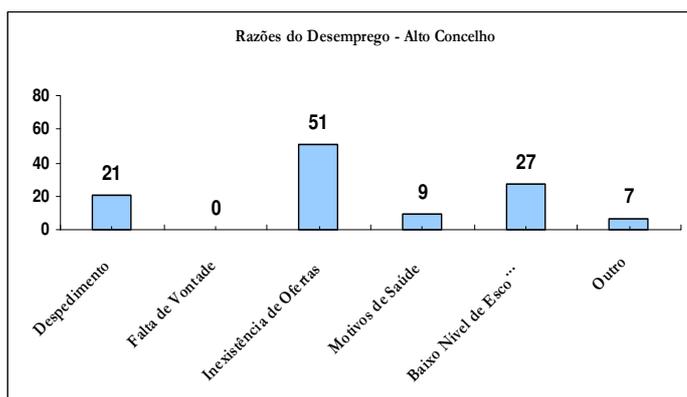


Gráfico 17

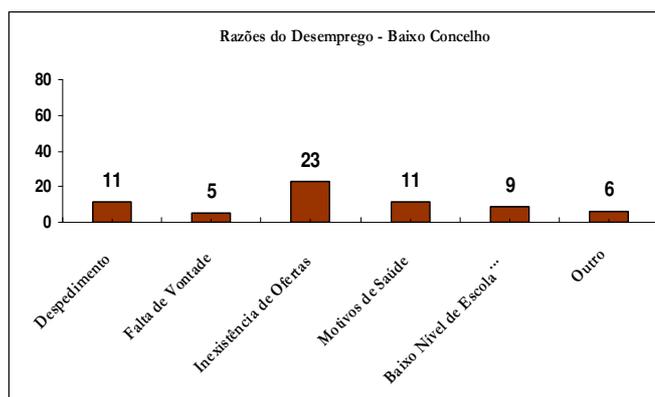


Gráfico 18

Os motivos apontados pelos inquiridos de ambas as sub-amostras para a situação de desemprego são, maioritariamente, relacionados com a falta de ofertas na comunidade. Por outro lado, embora com menor incidência, os baixos níveis de escolaridade ainda constituem um entrave, na opinião destes inquiridos, para não integrarem um trabalho. O despedimento é outra razão indicada por 21 indivíduos no alto concelho e 11 no baixo concelho. No alto concelho não há inquiridos que atribuam o desemprego à falta de motivação ao contrário de cinco inquiridos do baixo concelho que consideram que essa é uma das razões da sua situação de desemprego. Por último, de salientar os problemas de saúde também apontados pelos inquiridos (nove na sub-amostra do alto concelho e 11 na do baixo concelho).

Profissão da Mãe – Alto Concelho	
Doméstica	68
Agricultora	13
Empregada Fabril	1
Cozinheira	1
Tecedeira	2
Costureira	1
Vendedora ambulante	1
Desconhecida	2

Quadro 5 – Profissões da

Relativamente às profissões desempenhadas pelos pais dos inquiridos, observa-se uma maior variedade de profissões no caso dos “pais”; a maioria das profissões das mães envolvem o trabalho doméstico (68), seguido do trabalho na agricultura (13) São, de um modo geral, trabalhos não

Profissão do Pai – Alto Concelho	
Agricultor	15
Carpinteiro	1
Comerciante	1
Cozinheiro	1
Empregado Fabril	4
Jardineiro	2
Manobrador	1
Militar	1
Mineiro	25
Padeiro	1
Pedreiro	3
Construção Civil	13
Nunca trabalhou	1
Desconhecida	6

Pelo contrário, observa-se maior variedade nas profissões dos “pais”. A maioria abrange a profissão de mineiro (25), seguido de agricultor (15) e trolha (13). São também profissões que não requerem especialização ou estudos elevados, com melhores perspectivas de remuneração comparativamente ao trabalho das mães.

Quadro 6 – Profissões do

No baixo concelho, as profissões das mães são menos diversificadas que as dos pais. Ambas se relacionam com trabalhos pouco especializados, que exigem pouca escolaridade. Nas mães, a profissão que mais se observa é a de doméstica, que é, para estes inquiridos, considerada “profissão”, embora por vezes não se trate de um trabalho remunerado, igual de direitos.

Profissão da Mãe – Baixo Concelho	
Doméstica	26
Agricultora	1
Empregada Fabril	3
Cozinheira	2
Empregada Doméstica	1
Costureira	1

Nos pais a profissão mais presente é a de mineiro, seguido de trolha. De salientar que se observa uma diferença na profissão relacionada com a agricultura, verificando-se que este tipo de trabalho está mais presente no alto concelho (tanto para os “pais” como para as mães) do que no baixo concelho, onde atinge um número muito reduzido dos inquiridos.

Profissão do Pai – Baixo Concelho	
Agricultor	2
Comerciante	1
Empregado Fabril	2
Guarda nocturno	1
Jardineiro	1
Lenhador	3
Mecânico	1
Mineiro	26
Pedreiro	1
Construção Civil	8
Peixeiro	1
Nunca trabalhou	1

Quadro 7 – Profissões da

Quadro 8 – Profissões do

Estes dados encontram-se incompletos pelo facto de alguns inquiridos não terem identificado as profissões dos pais, ou porque desconheciam ou porque estes nunca tinham desempenhado uma profissão.

Analisadas as profissões actualmente desempenhadas ou já desempenhadas pelos inquiridos, bem como as profissões dos pais, obtiveram-se, de um modo geral, indicações sobre grupos de vulnerabilidade, ou seja, profissões

que foram indicadas mas confundidas com ocupações ou com trabalhos instáveis, pouco qualificados, alguns envolvendo inclusive tarefas indiferenciadas (agricultor, doméstica, entre outras).

Relativamente ao posicionamento e valores dos inquiridos face à vida e trabalho, tal como se poderá constatar no gráfico a seguir apresentado, estes secundarizam a esfera do trabalho em favor da família, embora, aquando o preenchimento dos inquéritos, se verificasse uma ambivalência entre estas duas dimensões, valorizando-as quase de forma equitativa. Tal poderá justificar-se pelo facto do trabalho constituir uma componente básica de garantia de sobrevivência da própria família, tanto mais importante quando estamos na presença de uma população cujas trajectórias profissionais são, maioritariamente, precarizantes.

Nesta questão, os inquiridos tiveram que colocar por ordem decrescente de importância as seguintes dimensões: *Família; Trabalho; Amigos; Religião; Lazer; Outra.*

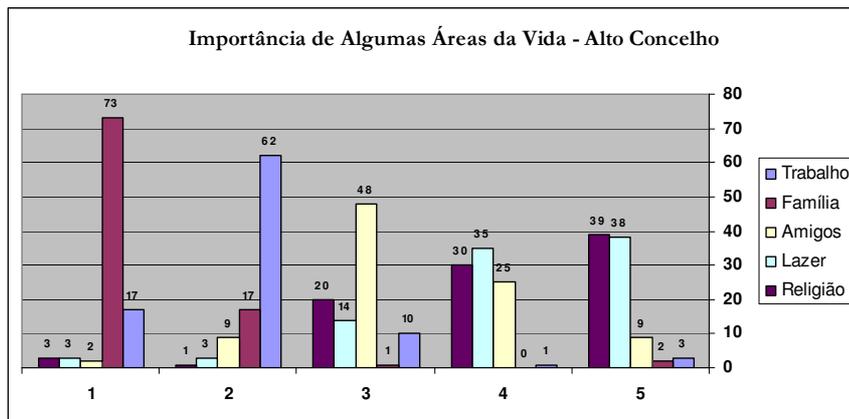


Gráfico 19

Quando questionados sobre a importância que essas dimensões tinham para si (sendo o nível “1” o que traduzia maior importância e o nível “5” o que traduzia menor importância), a família é, para 73 indivíduos do alto concelho, a mais importante; apenas em duas situações a família assume a menor importância. A seguir à família, o trabalho é a dimensão mais valorizada pelos inquiridos, com 62 respostas; três inquiridos consideram o trabalho a área da vida menos importante. De um modo, geral as dimensões “Lazer” e “Religião” são as que têm menor importância para 38 e 39 inquiridos, respectivamente. A dimensão “Amigos”,

posiciona-se, em termos de importância, e de um modo geral, a seguir às dimensões “Família” e “Trabalho”.

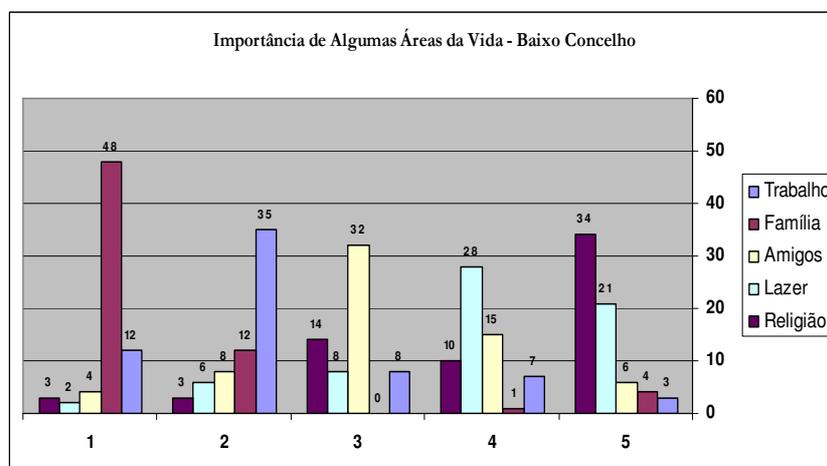


Gráfico 20

No baixo concelho, a dimensão “Família” é também aquela a que os inquiridos atribuem a maior importância (48 respostas), seguida das dimensões “Trabalho” (em 2º lugar de importância) e “Amigos” (em 3º lugar de importância), com 35 e 32 respostas respectivamente. Ao contrário do que acontecia na sub-amostra do alto concelho, a ambivalência entre “Trabalho” e “Família” como sendo a área mais importante não é tão notória, assumindo a “Família” o valor mais elevado para a maioria dos inquiridos. As dimensões com menor importância, para grande parte dos inquiridos, são as que se prendem com a “Religião” e “Lazer”. Relativamente às dimensões com a menor importância encontra-se ainda quatro indivíduos que consideram a “Família” como a dimensão menos importante e três que consideram o “Trabalho” a área menos importante.

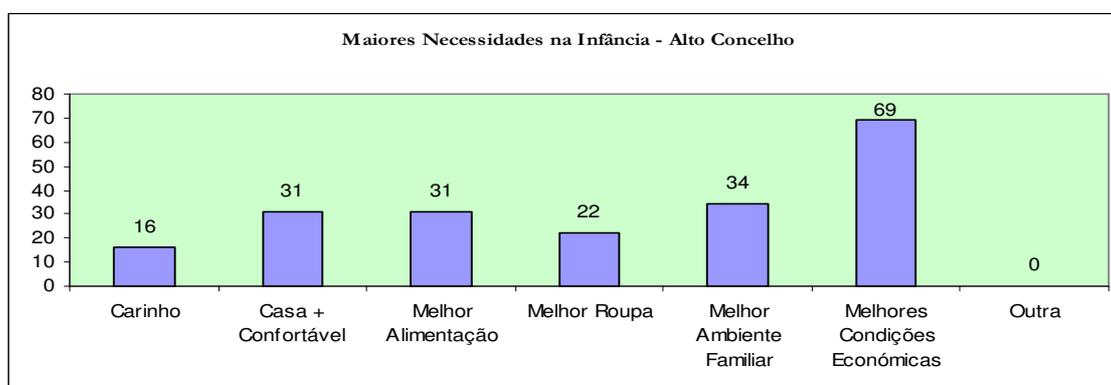


Gráfico 21

A retratar as dificuldades económicas que caracterizavam muitas famílias em tempos passados estão as respostas de 69 inquiridos do alto concelho que apontam as “melhores condições económicas” como uma das maiores necessidades na infância. Um melhor ambiente familiar é uma das necessidades indicadas por 34 inquiridos; melhor alimentação e casa mais confortável são as respostas também apontadas como estando em défice na infância (verificando-se 31 respostas para cada uma dessas necessidades). Necessidade de “roupa melhor” e “carinho”, são respostas menos assinaladas pelos inquiridos, mas que não deixam de ser referenciadas por alguns casos (31 e 16, respectivamente). Quatro inquiridos não assinalaram qualquer tipo de necessidades sentidas na infância.

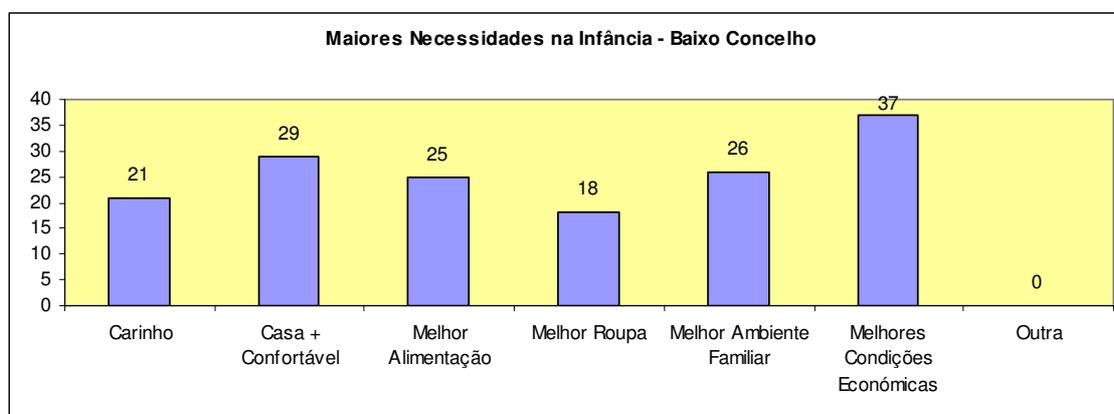


Gráfico 22

No baixo concelho a situação é semelhante. Daquilo que 37 inquiridos mais sentiram falta na infância foram as “melhores condições económicas”, seguido de “casa mais confortável” (com 29 indicações), “melhor ambiente familiar” e “melhor alimentação” (com 26 e 25 respostas, respectivamente). A falta de “carinho” foi também assinalada por 21 pessoas. De realçar que dois inquiridos desta sub-amostra não assinalaram qualquer tipo de necessidades sentidas na infância.

Na análise do passado destes inquiridos, parece que há, quase de forma inevitável, algum tipo de necessidade ou carência que marca a sua história e a história da sua família. Uma das consequências que os problemas económicos implicam consiste na transmissão desses mesmos problemas económicos à geração seguinte (filhos e, neste casos, os inquiridos). Naturalmente, os filhos de famílias carenciadas começam por nascer numa situação caracterizada pela privação e que é, em si mesma, uma situação de risco (Costa, 1998).

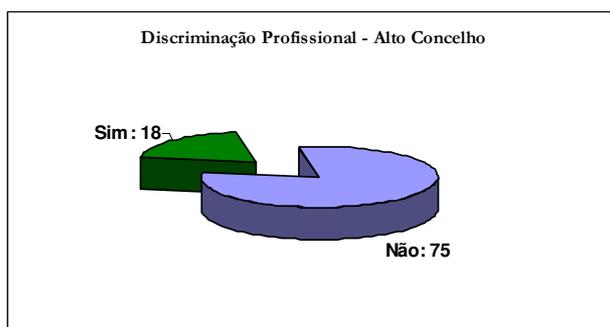


Gráfico 23

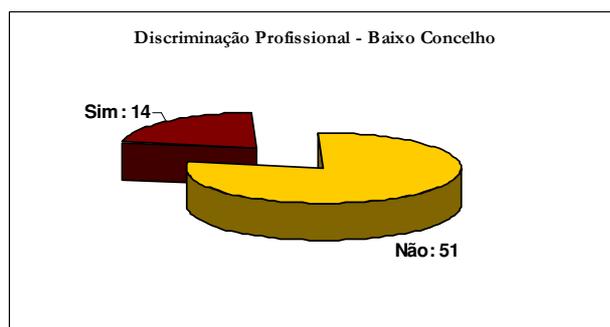


Gráfico 24

Ainda relativamente aos inquiridos, quando questionados sobre uma eventual discriminação em termos profissionais, observa-se a existência de algumas situações de discriminação. Deste modo, no alto concelho verificam-se 18 pessoas que já foram vítimas de discriminação para integrar um determinado trabalho; no baixo concelho há também a indicação de 14 pessoas que referem já ter sido discriminadas em termos profissionais.

Constata-se assim que ainda existem algumas barreiras, visíveis ou invisíveis, que poderão surgir no acesso de mulheres e homens, em condições de igualdade, a uma participação na sociedade de uma forma justa. Apesar dos progressos alcançados na lei e na vida, apesar do igual estatuto de cidadania das mulheres e dos homens, há indicadores nas respostas dos inquiridos, também no quotidiano, que ainda reflectem papéis e expectativas padronizadas em função de determinados factores e que resultam na discriminação, nomeadamente, no trabalho.

4.1.2. A família dos inquiridos:

A família é o lugar onde naturalmente uma pessoa nasce, cresce e morre, ainda que, ao longo dessa trajectória, se possa ter mais que uma família (aqui, refere-se naturalmente, à família de origem, ou seja, à nuclear). Este é um espaço privilegiado para a construção de dimensões significativas da interacção: linguagem, comunicação, relações interpessoais, socialização; é o espaço de vivência de relações profundas (amor, filiação, fraternidade...) que vão dando

origem ao sentimento de pertença *àquela* e não a outra qualquer família (Alarcão, 2002).

As famílias (multi)problemáticas são únicas e especiais em termos da sua estrutura e funcionamento. Explorar estas vertentes é pertinente, uma vez que facilita e aprofunda a compreensão do sistema familiar, coadjuva a definição de metas por parte dos profissionais e auxilia na preparação e planeamento de estratégias de intervenção (Sousa, 2005).

Como o indivíduo não vive isolado mas antes integrado em sistemas que se relacionam, a família dos inquiridos, e a análise da sua estrutura, funcionamento e caracterização em geral, não poderia deixar de fazer parte deste estudo.

Em termos de estrutura e constituição familiar dos inquiridos indicados para este diagnóstico, tal como se pode observar no gráfico a seguir apresentado, na sub-amostra do alto concelho contabilizam-se 187 indivíduos solteiros; como se trata de inquiridos, na sua maioria, casados, este número refere-se normalmente aos filhos existentes na família e que ainda estão solteiros.

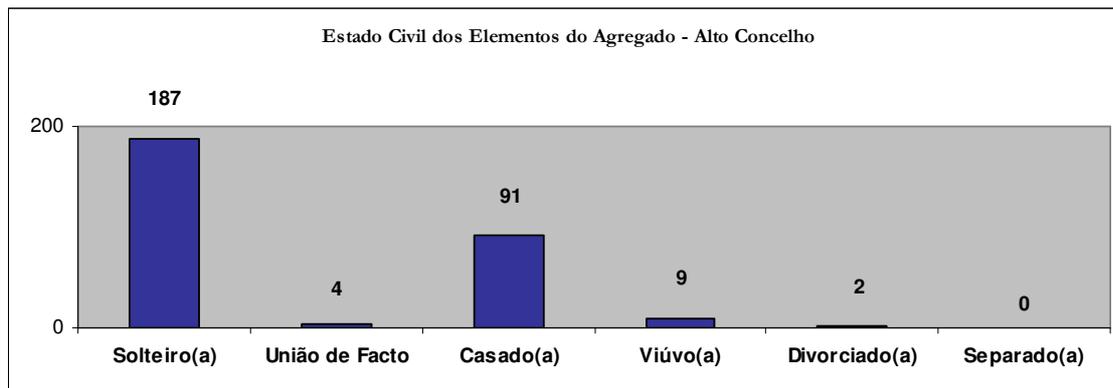


Gráfico 25

No entanto, observam-se 91 elementos casados (a maioria correspondem aos cônjuges dos inquiridos), quatro elementos em união de facto, nove casos de viuvez e dois casos de divórcio.

Dos 93 agregados analisados, contabilizou-se um total de 386 elementos (incluindo os próprios inquiridos), com uma média de quatro elementos por agregado. Trata-se, de um modo geral, de famílias não muito numerosas, embora se observem famílias com mais de oito elementos. Exceptuando os próprios

inquiridos, existem 57 elementos desempregados e 100 que ainda estão em situação escolar; 88 elementos encontram-se a trabalhar. Ainda da análise da constituição familiar registaram-se um total de 37 elementos com défices de escolaridade, ou seja, elementos com escolaridade inferior ao 1º ciclo do EB ou analfabetos e seis elementos com abandono escolar precoce, isto é, pessoas com idade igual ou inferior a 18 anos, cuja escolaridade é menor que o 3º ciclo (do EB) e que não estão a estudar.

De salientar ainda a existência de duas situações de integração profissional precoce, ou seja, trabalho infantil (início da vida activa antes dos 16 anos), intimamente relacionado com o abandono escolar precoce (sem o 3º ciclo do EB). Em termos de estrutura, são observados cinco tipos de famílias distintas: conjugais/nucleares⁸ (tradicionais), monoparentais⁹, reconstituídas¹⁰, multigeracionais¹¹ e isoladas¹²

ALTO CONCELHO	
Elementos que compõem os agregados em análise	293
Médio de elementos por agregado	4,1
Elementos com abandono escolar precoce	6
Elementos com défices de escolaridade/analfabetismo	37
Estudantes	100
Desempregados	57
Empregados	88
Indivíduos com inserção profissional precoce	2
Agregados tipo: Família Conjugal/Nuclear	59
Agregados tipo: Família Monoparental	19
Agregados tipo: Família Reconstituída	3
Agregados tipo: Família Multigeracional/Alargada	12
Agregados Tipo: Família Isolada	0

Quadro 9 – Caracterização da estrutura das famílias do Alto Concelho

⁸ Refere-se àquele tipo de família que é constituída por um núcleo que engloba um casal e filhos que vivem com este.

⁹ Situação em que um adulto (normalmente a mulher) sem cônjuge e não coabitando com este, vive com um filho a seu cargo, pelo menos, não sendo este casado e não tendo filhos.

¹⁰ Famílias compostas por um casal de direito ou de facto com filhos em que pelo menos um deles seja filho natural ou adoptado de apenas um dos membros do casal.

¹¹ Aquela que inclui diversas gerações (ascendentes, descendentes, colaterais); é composta por núcleos independentes ou não, dispersos ou não, mas unidas sempre pelo laço de parentesco.

¹² Aquela que, por razões várias, é constituída apenas por um indivíduo isolado.

A família tipo que mais caracteriza estes agregados é a conjugal, constituída por um casal que vive, ou não, com os seus filhos, sendo contabilizadas 59 famílias deste tipo.

As famílias monoparentais designam as famílias onde a geração dos pais está representada por apenas um elemento; isto pode acontecer porque um dos elementos abandona a casa e o que fica não volta a casar-se, ou porque a mãe solteira fica com o(s) filho(s) (Alarcão, 2002). As dificuldades decorrentes da falta de um adulto reflectem-se a três níveis essenciais: na criança (em termos afectivos e mesmo cognitivos), pois poderá existir o perigo de que o filho fique numa dimensão de “par-conjugal”, o que perturba o desenvolvimento da criança; ao nível do sub-sistema parental as dificuldades têm sido equacionadas em termos de impossibilidade de partilhar tarefas e de recorrer ao suporte que a complementaridade de papéis permite à tarefa educativa que os pais assumem face aos filhos; um outro aspecto importante relaciona-se com a dificuldade para o desenvolvimento individual dos filhos, nomeadamente a constituição da identidade, pois falta-lhes, nesta ausência de um dos progenitores, um modelo de identificação (idem, 2002).

Na amostra do alto concelho, verificam-se 19 famílias monoparentais adivinhando-se dificuldades decorrentes desta situação, já descritas anteriormente, além de acrescerem as dificuldades económicas no caso do progenitor presente estar desempregado (que é o que acontece com a maioria dos inquiridos em causa).

As famílias reconstituídas caracterizam-se por terem, num passado mais ou menos próximo, outras famílias. Assim, observam-se casos de mulheres com filhos que se casam com um homem sem filhos, ou vice-versa, e uma mulher com filhos que se casa com um homem com filhos. E, se nos dias de hoje, as famílias reconstituídas se originam fundamentalmente, a partir de situações de divórcio, no passado elas eram mais frequentes na sequência de uma viuvez (idem, 2002). Em qualquer dos casos há mudanças a realizar: aceitações que têm de ser feitas por existir um elemento novo e um luto por alguém que deixou de existir da mesma forma que existia antes. No alto concelho são registadas três famílias reconstituídas, em que houve necessidade de criar novas regras e criar novos

padrões de relacionamento, de adaptação a uma situação que nem sempre se faz de forma funcional para todos os elementos do agregado.

Não se encontram famílias isoladas, mas há um outro tipo de família presente – multigeracional – que envolve 12 situações. Tratam-se de famílias em que estão inseridos vários elementos, unidos pelo laço de parentesco, e em que há partilha de uma mesma cultura, de um mesmo espaço, dos mesmos problemas. São, normalmente, filhos que se casam e ficam a morar em casa dos pais ou sogros, onde já poderiam morar também os avós.

Comparando com os resultados dos censos de 2001 (INE, 2001), constata-se que os núcleos familiares conjugais são também os mais presentes na população geral de Castelo de Paiva. Nos núcleos monoparentais, a situação mais frequente é a presença da mãe com filhos, seguido de pai com filhos (num número muito inferior).

Tipo de Família	Total(N)	
<i>Núcleos familiares conjugais</i>	Total	4622
	<i>Casal de "direito" sem filhos</i>	1144
	<i>Casal de "facto" sem filhos</i>	32
	<i>Casal de "direito" com filhos</i>	3364
	<i>Casal de "facto" com filhos</i>	70
	<i>Avós com netos</i>	12
<i>Núcleos familiares monoparentais</i>	Total	449
	<i>Pai com filhos</i>	62
	<i>Mãe com filhos</i>	379
	<i>Avô com netos</i>	1
	<i>Avó com netos</i>	7
<i>Núcleos familiares reconstituídos</i>	Total	26
	<i>Casais de "direito"</i>	16
	<i>Casais de "facto"</i>	10

Quadro 10 – Estrutura dos núcleos familiares de Castelo de Paiva

Fonte: Estatísticas dos censos de 2001 – INE

Analisando as idades dos elementos das famílias dos inquiridos na sub-amostra alto concelho, há, de um modo geral, uma grande heterogeneidade.

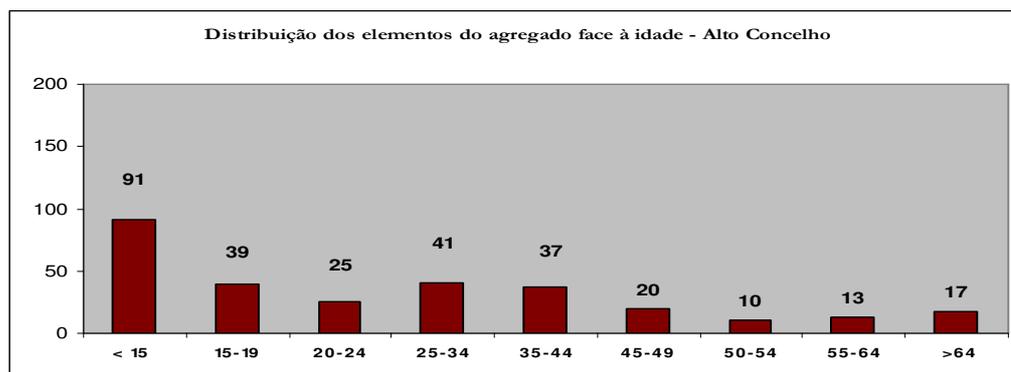


Gráfico 26

Observa-se um elevado número de crianças e jovens com idades iguais ou inferiores a 15 anos – 91 elementos. De salientar a presença de 17 elementos nos agregados dos inquiridos com mais de 64 anos de idade.

ALTO CONCELHO	
N.º de crianças com menos de três anos	12
N.º total de menores	117
N.º médio de menores por agregado	2,4
N.º de menores com actividades extra escolares	9
N.º de agregados com menores a cargo	49

Quadro 11 – Caracterização geral dos menores do Alto Concelho

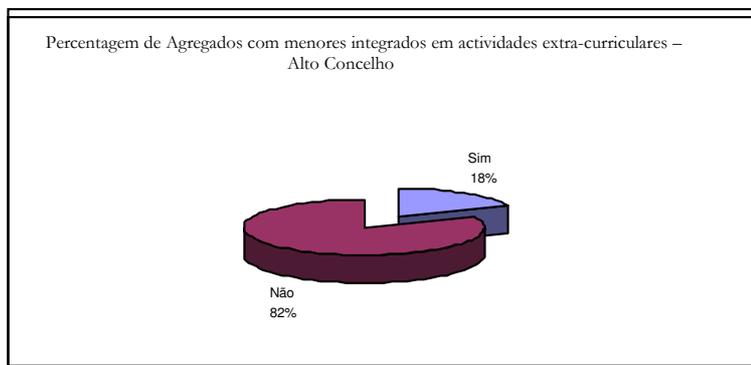
Relativamente aos menores integrados nos agregados familiares dos inquiridos, há um total de 117 menores, com uma média de 2,4 menores por agregado. Contabilizam-se 12 famílias que têm uma criança com menos de três anos de idade; 44 agregados não apresentam menores de 18 anos integrados.

Destas crianças com menos de três anos, e de acordo com a informação dos inquiridos sobre o seu agregado familiar, o principal prestador de cuidados é a mãe; o pai nunca é indicado, isoladamente, como

Filhos menores de 3 anos ao cuidado de (Alto Concelho):	
Mãe	9
Pai	0
Pai e Mãe	2
Irmão(s)	2
Ama	0
Outros Familiares	0
Outra	3

principal prestador de cuidados, aparecendo em associação com a mãe (em dois agregados) e contabilizam-se duas situações em que os irmãos também são indicados como prestadores de cuidados destas crianças. No entanto, há quatro

situações de agregados familiares que indicaram mais que um prestador principal de cuidados (por exemplo, assinalaram “mãe” e “irmãos”).



No entanto, apenas 18% dos inquiridos referem que os menores existentes no seu agregado familiar estão integrados em actividades extra-curriculares, ao contrário de 82% dos inquiridos com menores no seu agregado que referem que eles

Gráfico 27 não integram qualquer actividade. Quando analisadas as actividades extra-curriculares frequentadas por estas crianças, verifica-se que a única resposta existente é a de A.T.L..

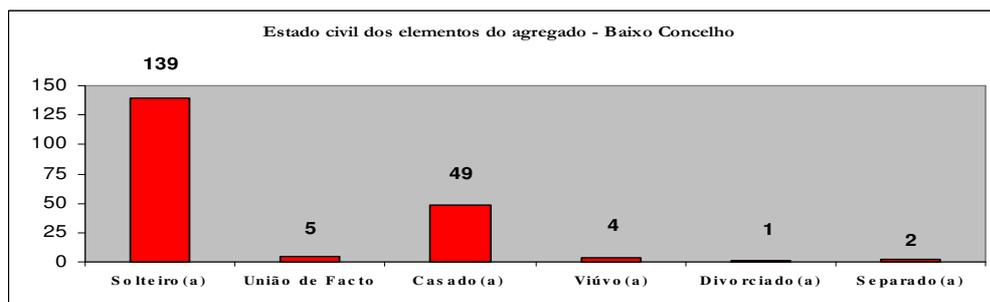


Gráfico 28

Relativamente ao baixo concelho, observa-se um maior número de uniões de facto, comparando com o alto concelho; há registo de um divórcio e duas separações. Tal como no alto concelho, o maior número constatado vai para o estado civil “solteiro” pela mesma razão que foi indicada para o alto concelho – há inquiridos relativamente jovens que integram um casal já com filhos, solteiros.

Quanto à estrutura familiar dos agregados do baixo concelho, são observadas 39 famílias conjugais, 15 famílias monoparentais, duas reconstituídas, sete famílias multigeracionais e, ao contrário do alto concelho, são registadas duas famílias isoladas.

O número total de elementos dos agregados é de 265 (incluindo os próprios inquiridos), observando-se uma média de quatro elementos por família (note-se que, de um modo geral, não se tratam de famílias muito numerosas). O número de desempregados é superior ao número de empregados (54 desempregados para 36 empregados, excluindo os próprios inquiridos); são 100 os estudantes desta amostra, três os elementos que abandonaram a escola precocemente e regista-se um caso de trabalho infantil. Os défices de escolaridade e/ou analfabetismo atingem 11 casos.

BAIXO CONCELHO	
Elementos que compõem os agregados em análise	200
Médio de elementos por agregado	4
Elementos com abandono escolar precoce	3
Elementos com défices de escolaridade/analfabetismo	11
Estudantes	88
Desempregados	54
Empregados	36
Indivíduos com inserção profissional precoce	1
Agregados tipo: Família Conjugal ou Nuclear	39
Agregados tipo: Família Monoparental	15
Agregados tipo: Família Reconstituída	2
Agregados tipo: Família Multigeracional/Alargada	7
Agregados tipo: Família Isolada	2

Quadro 13 – Caracterização da estrutura das famílias do Baixo Concelho

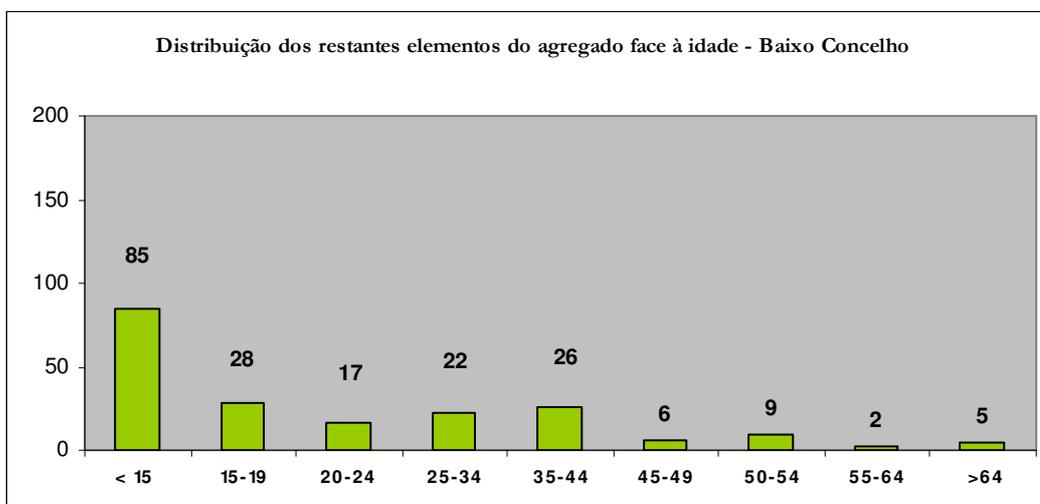


Gráfico 29

Analisando as idades dos restantes elementos da família dos inquiridos do baixo concelho, há igualmente uma presença significativa de elementos com idades iguais ou inferiores a 15 anos (85 elementos) e jovens com idades compreendidas entre os 15 e 19 anos (28 inquiridos), constatando-se um número elevado de menores integrados nestes agregados familiares; em termos de média, observam-se cerca de 2,5 menores por agregado, sendo que em 23 agregados não há menores integrados. Relativamente às restantes faixas etárias, observa-se uma distribuição mais ou menos equitativa dos elementos entre os 20 e os 44 anos de idade, diminuindo a presença de indivíduos nestes agregados com idades a partir dos 45 anos.

BAIXO CONCELHO	
N.º de crianças com menos de três anos	13
N.º total de menores	104
N.º médio de menores por agregado	2,5
N.º de menores com actividades extra escolares	14
N.º de agregados com menores a cargo	42

Quadro 14 – Caracterização geral dos menores do Alto Concelho

Além de se verificar um elevado número de menores nos diversos agregados familiares, verifica-se que existem 13 crianças com menos de três anos. Destas crianças com menos de três anos, e de acordo com a informação dos inquiridos sobre o seu agregado familiar, o principal prestador de cuidados é a mãe (em sete situações); o pai nunca é indicado, isoladamente, como principal prestador de cuidados, aparecendo em associação com a mãe (em quatro situações); não são apontados outros elementos como prestadores de cuidados. Há ainda dois agregados familiares com dois filhos, cada, com menos de três anos; 11 agregados familiares têm apenas um menor de três anos.

Filhos menores de 3 anos ao cuidado de (Baixo Concelho):	
Mãe	7
Pai	0
Pai e Mãe	4
Irmão(s)	0
Ama	0
Outros Familiares	0
Outra	0

Quadro 15 – Prestadores de cuidados do Baixo Concelho

No baixo concelho, há um maior número de inquiridos a referir a frequência, dos menores do seu agregado, de actividades extra-curriculares – 32% dos inquiridos; as actividades extra-curriculares frequentadas envolvem A.T.L. e futebol. 68% dos inquiridos referem que os menores do seu agregado não integram qualquer tipo de actividade extra-curricular.

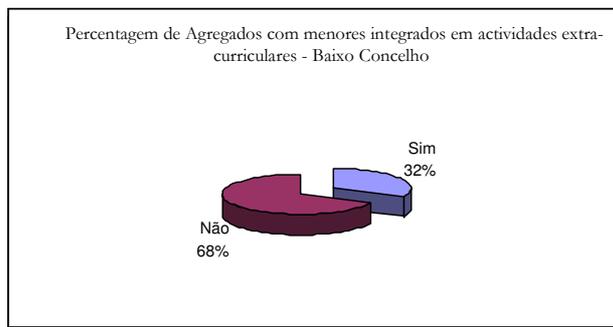


Gráfico 30

Quer no alto quer no baixo concelho, a integração das crianças em actividades extra-escolares é pouco frequente nestes agregados. Se, por um lado, estas famílias não possuem recursos para poderem proporcionar aos seus filhos actividades extra-curriculares, por outro lado, não podem proporcionar e permitir o desenvolvimento de competências cognitivas, sócio-afectivas e psico-motoras da criança através de outro tipo de actividades que não as promovidas pela própria família, que até poderá carecer de competências para tal, e que são específicas de Instituições adequadas. Então, este número reduzido de crianças em actividades extra-curriculares facilmente se justifica por duas razões: em primeiro lugar, estando um dos progenitores desempregado não consideram necessário integrar em actividades educacionais, provavelmente ficam com os filhos em casa; em segundo lugar, os rendimentos mensais não serão suficientes para pagar a mensalidade de actividades extra-curriculares. Contudo, a educação assume cada vez mais valor como forma de superar as carências do meio familiar e, tendo algumas destas famílias dificuldades em criarem e educarem os seus filhos, o desenvolvimento e estimulação das crianças poderão ser afectados em múltiplas dimensões: cognitiva, social-relacional, emocional e motivacional.

No caso de integrarem, ou já terem integrado, uma actividade em horário laboral mais de 50% dos elementos das sub-amostras referem ter necessidade de entregar os seus menores ao cuidado de terceiros. Apenas 38% dos inquiridos do

alto concelho e 31% dos inquiridos do baixo concelho, referem não ter essa necessidade.

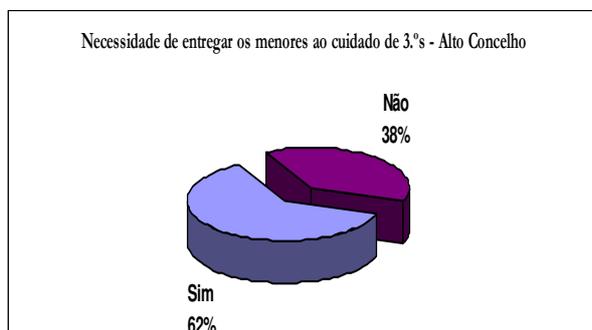


Gráfico 31

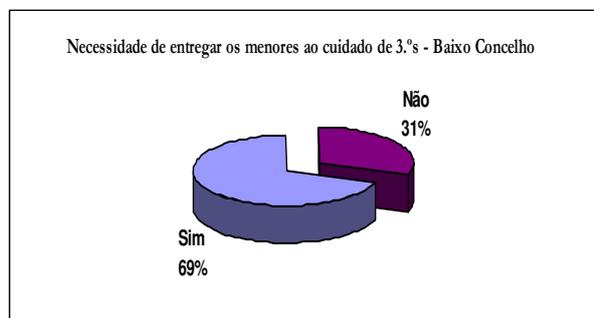


Gráfico 32

Os terceiros a quem estes indivíduos têm necessidade de deixar os seus filhos envolvem, maioritariamente, as Instituições (21 inquiridos, quer no caso do alto concelho, quer no caso do baixo concelho), seguidas da família (oito situações no alto concelho e seis no baixo concelho), contabilizando-se dois inquiridos do alto concelho que referem especificamente o CSSMS. No total, três inquiridos referem não saber onde integrar os menores dos seus agregados no caso de conseguirem um trabalho em horário laboral.

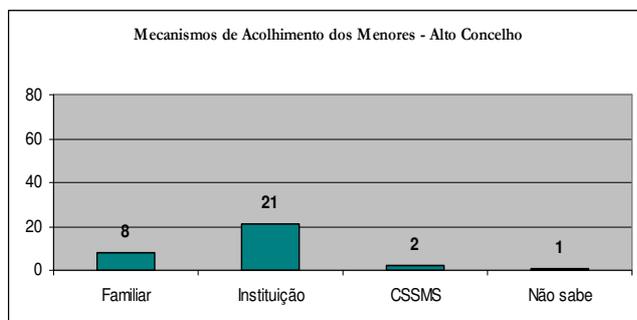


Gráfico 33

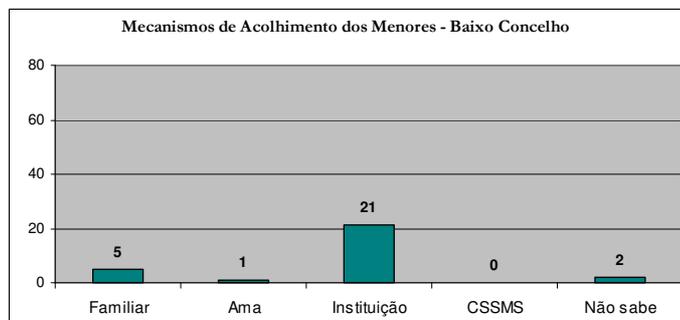


Gráfico 34

Ainda no que concerne aos menores integrados nos agregados dos inquiridos, foi explorada a situação dos que frequentam a escola. Deste modo, são 48 os agregados com menores em situação escolar. Destes agregados, constatou-se que 37 têm menores com historial de retenção, contabilizando-se uma média de 2,1 menores repetentes por agregado (com filhos na escola).

Regista-se assim um número elevado de retenções nestes agregados, o que levanta a questão de que estas dificuldades escolares, sejam comportamentais ou de aprendizagem, têm um significado diferente e conduz claramente a um jogo comunicacional que se estabelece entre o aluno, a família e a escola. Com efeito, a escola e a família estão em permanente comunicação, exercendo um controlo e uma avaliação recíprocas que nem sempre são muito funcionais. Por vezes, observam-se desqualificações na comunicação família-escola que envolvem a criança num conflito do qual tenta livrar-se. O sintoma escolar (por exemplo, as retenções) acabam muitas vezes por ser a única mensagem capaz de libertar a criança, surgindo como um pedido de ajuda. Só raramente correspondem a uma verdadeira incapacidade para a aprendizagem (Alarcão, 2002).

Sabendo, que em situação escolar, um aluno, e dependendo do tipo de dificuldades específicas que apresente, poderá beneficiar de diferentes tipos de apoio para ultrapassar as dificuldades na escola (desde professor de ensino especial, a apoio psicológico, terapia da fala, apoio psicopedagógico, entre outros), verificou-se que há 56 menores que beneficiaram (alguns poderão ainda estar a beneficiar) de algum tipo de apoio.

Situação Escolar dos Menores – Alto Concelho	
N.º de agregados com menores na escola	48
N.º de agregados com menores repetentes	37
N.º médio de repentes por agregado	2,1
N.º de agregados com menores que beneficiam(aram) de algum tipo de apoio na escola	26
N.º de menores que beneficiam(ram) de apoio	56

Quadro 16 – Situação escolar dos menores do Alto Concelho

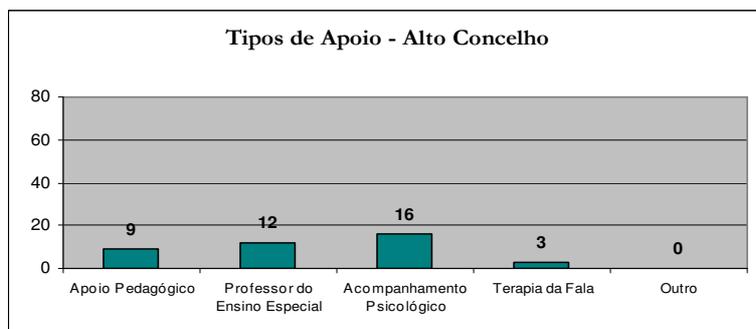


Gráfico 35

O tipo de apoio mais frequente prende-se com o acompanhamento psicológico (com 16 agregados em que os menores integrados já

beneficiam(ram) de acompanhamento psicológico), seguido do apoio através de professor de ensino especial (em 12 agregados). Contabilizam-se ainda nove inquiridos cujos menores do respectivo agregado beneficiam(ram) de apoio pedagógico e três de terapia da fala.

No baixo concelho, contabilizam-se 36 agregados com menores na escola, havendo 26 agregados com menores repetentes; o número médio de repetentes por agregado é de 2,5. Tendo em conta as eventuais dificuldades que os menores em situação escolar poderão ter, há 36 menores dos agregados dos inquiridos que beneficiam, ou beneficiaram, de algum tipo de apoio.

Situação Escolar dos Menores – Baixo Concelho	
N.º de agregados com menores na escola	36
N.º de agregados com menores repetentes	26
N.º médio de repentes por agregado	2,5
N.º de agregados com menores que beneficiam(aram) de apoio	23
N.º de menores que beneficiam(ram) de apoio	36

Quadro 17 – Situação escolar dos menores do Baixo Concelho

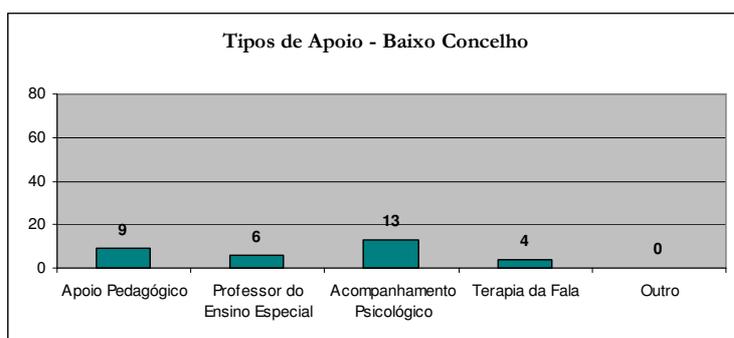


Gráfico 36

Relativamente ao tipo de apoio, o mais frequente é o acompanhamento psicológico (com 13 agregados em que os menores em situação escolar já tiveram, ou têm, este tipo de apoio), seguido do apoio pedagógico e professor de ensino especial (com nove e seis situações, respectivamente). O tipo de apoio menos frequente diz respeito à terapia da fala, contabilizando-se quatro famílias cujos menores já beneficiaram deste tipo de apoio.

Comparando estes resultados com alguns dos dados disponibilizados pelas escolas do concelho (nas quais estão inseridos os estudantes destas sub-amostras) – Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão, Escola EB 2,3 de Castelo de Paiva e Escola Secundária de Castelo de Paiva – observa-se um número significativo de retenções e um número elevado de alunos acompanhados pelos SPO das respectivas escolas.

Estes serviços contribuem para a deteção atempada de dificuldades de aprendizagem ou de outras necessidades dos alunos; para o desenvolvimento integral dos mesmos; para o acompanhamento mais eficaz dos seus percursos escolares e para a sua plena integração sócio-educativa.

Nível de Ensino	Nº Alunos	Resposta
Pré-Escolar	10	Atendimentos
1º Ciclo	26	Individuais
2º Ciclo	20	Aconselhamento
3º Ciclo	80	Parental Orientação Escolar e Profissional

Quadro 18 – Alunos acompanhados pelo SPO do Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão

Problemática dos Atendimentos individuais	Nº Alunos
Luto	6
Problemas familiares (violência doméstica, comunicação disfuncional...)	19
Orientação e desenvolvimento vocacional	151
Dificuldades no relacionamento interpessoal	31
Dificuldades no processo de aprendizagem	5
Dificuldades próprias da adolescência na construção da identidade e autonomia	64
Perturbações ansiosas (fobias, ataques de pânico, ansiedade...)	27
Perturbação psicológica secundária a um estado de doença	3
Perturbação de comportamento	2

Dislexia	4
<i>Problemática dos Acompanhamentos Psicoterapêuticos</i>	<i>Nº Alunos</i>
Luto	2
Problemas familiares (violência doméstica, comunicação disfuncional...)	11
Dificuldades no relacionamento interpessoal	17
Dificuldades no processo de aprendizagem	30
Dificuldades próprias da adolescência na construção da identidade e autonomia	25

Quadro 19 – Alunos acompanhados pelo SPO da Escola Secundária de Castelo de Paiva

Da análise das problemáticas identificadas no SPO da Escola Secundária de Castelo de Paiva, verifica-se que as dificuldades de aprendizagem e as problemáticas relacionadas com a construção da identidade atingem o maior número de alunos. A educação parental e o atendimento de pais são respostas asseguradas por este serviço, dados os problemas familiares reflectidos no contexto escolar.

Relativamente à avaliação global do ano lectivo de 2004/2005 do Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão, no 1º ano do 1º ciclo não se registam retenções; o número de retenções aumenta no 3º ciclo, com 18 casos de retenções no 7º ano, 10 no 8º e 11 no 9º ano de escolaridade. O menor número de retenções regista-se, excluindo o 1º ano do 1º ciclo, no 4º ano do 1º ciclo do EB. A taxa de sucesso é de 88% e a de insucesso é de 12%. De salientar ainda que este agrupamento de escolas abrange as freguesias de Paraíso, Pedorido e Raiva.

Na Escola EB 2,3 de Castelo de Paiva, o número de retenções no presente ano lectivo é de 107 num universo de 648 alunos. Em termos de abandono escolar precoce registam-se três casos. De salientar ainda que quer esta Escola, quer a Escola Secundária de Castelo de Paiva, abrange alunos das freguesias de Sobrado, Bairros, Fornos, Santa Maria de Sardoura, S. Martinho de Sardoura e Real.

O nível de rendimentos constitui o indicador mais importante para analisar o nível de vida das famílias, assim como os padrões de consumo. Embora normalmente esteja associado ao trabalho remunerado dos membros activos na família, o nível de rendimento resulta igualmente de outras fontes – reforma, RSI, abono de família, subsídios, entre outras.

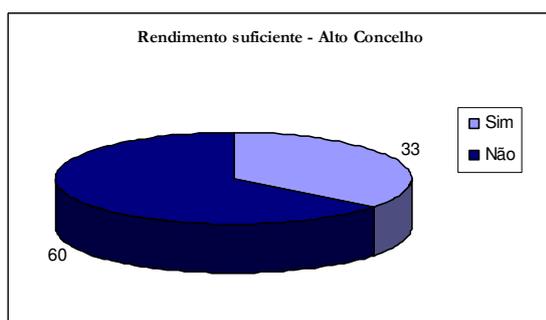


Gráfico 37

e apenas quatro agregados contam com rendimentos mensais superiores a 750 euros. Com rendimentos inferiores a 250 euros ainda se observa a existência de 18 agregados familiares.

Em termos de rendimento mensal para uma família, tendo em conta uma média de quatro elementos por cada, verifica-se que este se situa, para 42 agregados, entre os 250 e os 500 euros. Com rendimentos mensais entre 500 e 750 euros encontram-se 29 agregados familiares

Deste modo, quando questionados sobre o facto do valor do rendimento mensal ser suficiente para sustentar a família, a maioria dos inquiridos responde “Não” (63 respostas), principalmente por haver despesas superiores aos

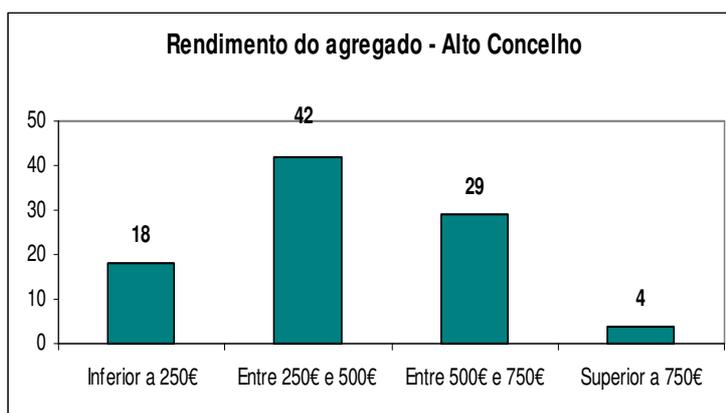


Gráfico 38

rendimentos do agregado e por existirem dívidas a pagar. De reforçar a existência de três respostas que assumem as dificuldades existentes na gestão do dinheiro mensal.

Motivo da insuficiência – Alto Concelho	
Despesas superiores ao rendimento	48
Má gestão	3
Dívidas a pagar	19
Outra	0

Quadro 20 – Razões da insuficiência do rendimento do Alto Concelho

As fontes de rendimento são, principalmente, a reforma, salário, rendimento social de inserção e subsídio de desemprego. A maioria aponta como principal fonte o salário de algum dos elementos do agregado familiar (47% dos inquiridos), seguido da reforma (24%) e subsídio de desemprego (13%). Encontram-se ainda cerca de 8% dos inquiridos cuja fonte principal de rendimentos é o RSI e também há “outras” fontes de rendimentos apontadas por 7% dos inquiridos, que se referem principalmente à bolsa de formação recebida por algum dos elementos da família.

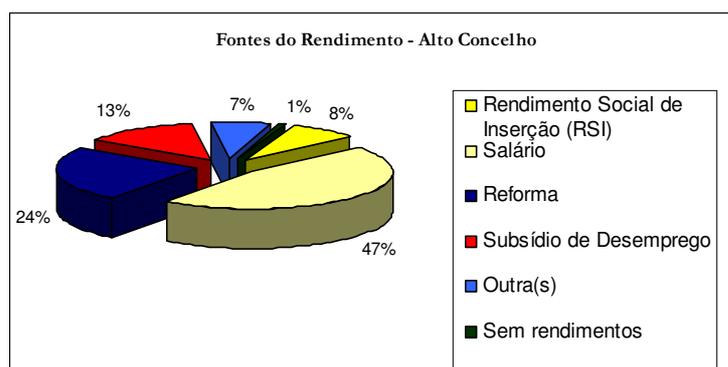


Gráfico 39

No baixo concelho, e ainda no que respeita aos rendimentos mensais para o agregado, observa-se que estes acabam por ser inferiores aos do alto concelho com 24 agregados familiares a viverem com menos de 250 euros por mês. Com rendimentos entre os 250 e os 500 euros contabilizam-se 22 agregados.

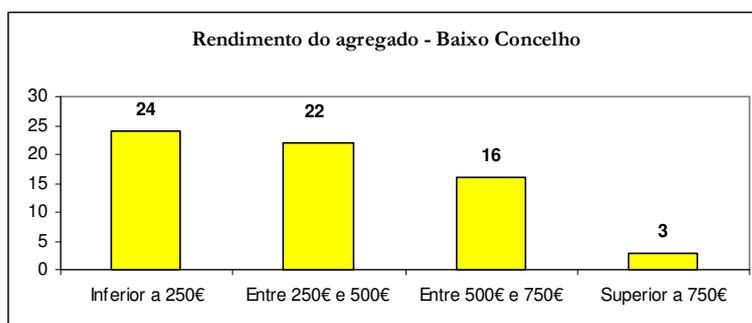


Gráfico 40

Como era de esperar, 48 inquiridos referem que o rendimento não é suficiente para as despesas mensais do agregado familiar, pois têm também despesas superiores a esse rendimento e dívidas a pagar.

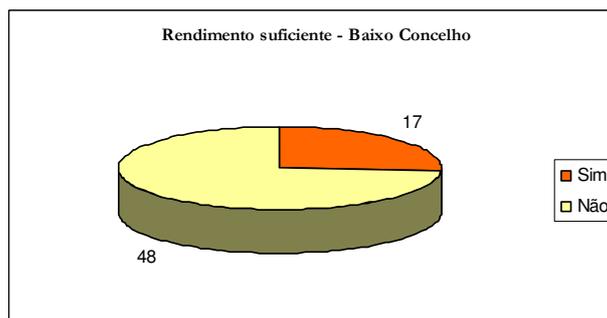


Gráfico 41

Motivo da insuficiência – Baixo Concelho	
Despesas superiores ao rendimento	36
Má gestão	1
Dívidas a pagar	20
Outra	0

Quadro 21 – Razões da insuficiência do rendimento – Baixo Concelho

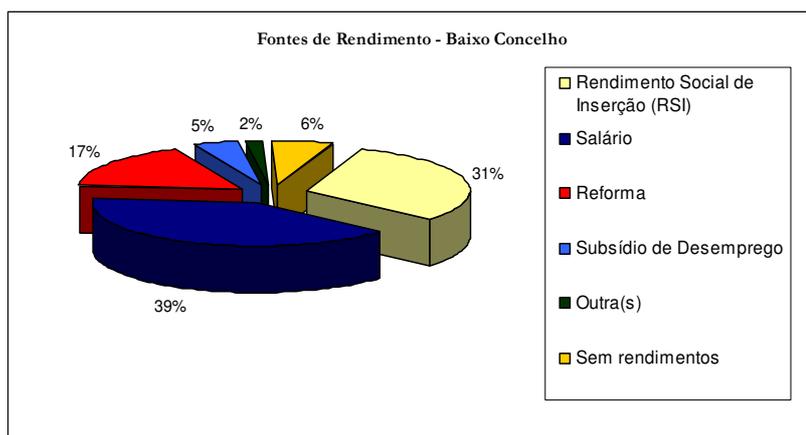


Gráfico 42

este subsídio como fonte de rendimento). O salário é o que assegura o rendimento de 39% dos elementos dos agregados familiares dos inquiridos. A reforma assegura o rendimento a 17% dos agregados e o subsídio de desemprego a 5%. Há uma percentagem de 6% de agregados que, actualmente, não têm qualquer fonte de rendimento mensal.

Uma das características que sobressai da análise dos rendimentos é que são famílias com baixos níveis de rendimento. É um problema que afecta um número significativo de famílias e que parece resultar de uma conjugação de vários factores: desemprego, emprego precário, baixos níveis de escolaridade. Por outro lado, os subsídios de carácter limitado no tempo, como é o caso do RSI, do subsídio de desemprego ou da bolsa de formação, constituem a fonte principal de

rendimentos de alguns agregados, o que significa que, atingido determinado limite de tempo, estas famílias poderão ficar sem garantias de rendimentos.

De acordo com as informações disponibilizadas pelo Serviço Local de Segurança Social de Castelo de Paiva, no concelho de Castelo de Paiva, e no mês de Julho (2005) contabilizam-se 86 pessoas a beneficiar do RSI, abrangendo um total de 240 indivíduos (beneficiários isolados ou agregados familiares. As freguesias com mais beneficiários envolvem as seguintes: Raiva (com 17 processos), S. Martinho (13 processos), Bairros (com 12) e Pedorido (com 11 processos). As freguesias com menos processos são: Fornos e Santa Maria de Sardoura (com cinco processos cada). De salientar que o baixo concelho, com menos freguesias e menos população, apresenta maior número de processos de RSI quando comparado com o alto concelho (com mais freguesias e maior número populacional).

	Freguesias	Nº de Processos de RSI
Alto Concelho	S. Martinho	13
	Fornos	5
	Bairros	12
	Sobrado	6
	Santa Maria de Sardoura	5
	Total	41
Baixo Concelho	Pedorido	11
	Real	8
	Raiva	17
	S. Pedro do Paraíso	9
	Total	45
	Nº Total	86

Quadro 22 – Número de processos de RSI por freguesias do concelho de Castelo de Paiva

Segundo Alarcão e Linares (2000; 1997) as famílias (multi)problemáticas vivem, em grande parte, de subsídios sociais e ajudas comunitárias ou institucionais, por vezes, acrescidas do produto de actividades ilegais, que tentam esconder dos técnicos (Sousa, 2005).

Nas duas sub-amostras aqui analisadas o salário constitui, para metade dos casos, a principal fonte de rendimento. Há também situações em que a fonte de

rendimentos é o RSI e o subsídio de desemprego, mas a reforma atinge também um número considerável de situações. Quando a reforma é a única fonte de rendimento, adivinham-se também dificuldades várias, consequência das baixas reformas praticadas no país.

As condições de habitação constituem um indicador privilegiado para detectar condições de vulnerabilidade social entre a população. No domínio habitacional, a situação de pobreza e existência de problemas de diversa ordem, manifestam-se na falta de conforto habitacional, causada por grande insalubridade.

Uma das necessidades básicas de qualquer ser humano é, desde sempre, ter um tecto. Este direito está inclusive consagrado na «Carta dos Direitos Humanos». Actualmente, ter uma habitação assume uma importância fulcral na vida das pessoas, tanto ao nível económico e político, como social. Por outro lado, não ter uma habitação, não ter acesso a ela, ou tê-la em condições precárias, é um problema social associado às dimensões do emprego, educação e saúde.

Analisando a situação habitacional das famílias dos inquiridos do alto concelho, verifica-se que o tipo de residência mais comum é a casa/moradia, em 83 dos

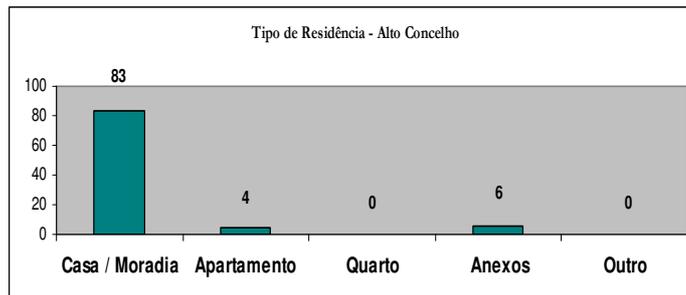


Gráfico 43

casos. Contabilizam-se seis situações em que a habitação corresponde a uns anexos e, por último, há quatro situações de agregados a viverem em apartamentos.

Em termos de regime de ocupação habitacional, 45 famílias conta com habitação própria, 34 agregados vivem numa habitação arrendada, 12

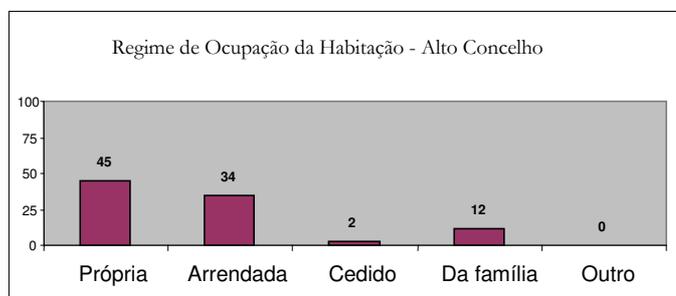
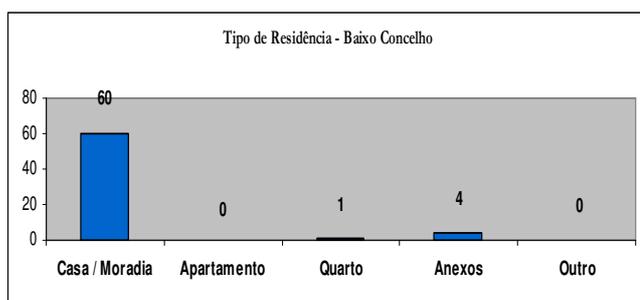


Gráfico 44

famílias vivem numa habitação da família e dois agregados vivem em habitação cedida.



Nas famílias do baixo concelho, o tipo de ocupação habitacional, tal como poderá ser observado no gráfico a seguir

Gráfico 45

apresentado, é maioritariamente a casa/moradia para 60 agregados familiares. Observam-se ainda quatro situações de famílias que habitam nuns anexos e ainda uma situação em que o tipo de habitação é um quarto.

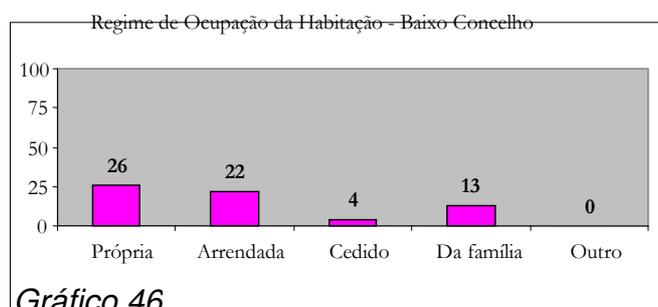


Gráfico 46

Relativamente ao regime de ocupação da habitação, 26 famílias têm habitação própria, 22 têm uma têm uma habitação alugada. Verifica-se ainda 13 casos de famílias que têm uma habitação mas que é da família e quatro casos em que têm uma habitação cedida, sem estarem sujeitos ao pagamento de uma renda.

Relativamente às condições habitacionais, e na sub-amostra do alto concelho, 24 inquiridos referem que a sua habitação apresenta um bom estado de conservação, 56 indicam um estado razoável de conservação e 13 famílias vivem numa casa que apresenta um estado estragado/degradado.

No baixo concelho, são 10 os indivíduos que apresentam a sua casa com um bom estado de conservação; 32 indicam um estado razoável de conservação e 23 referem que a sua casa apresenta um estado degradado/estragado.

De salientar que as casas em estado degradado implicam ainda algum factor de risco físico para quem tem de as habitar. Por outro lado, e principalmente nos casos em que há rendas de casa para pagar mensalmente, as famílias têm dificuldades em melhorar as suas condições de habitabilidade, até porque os encargos desse tipo acabam por ser desproporcionados relativamente ao orçamento familiar.

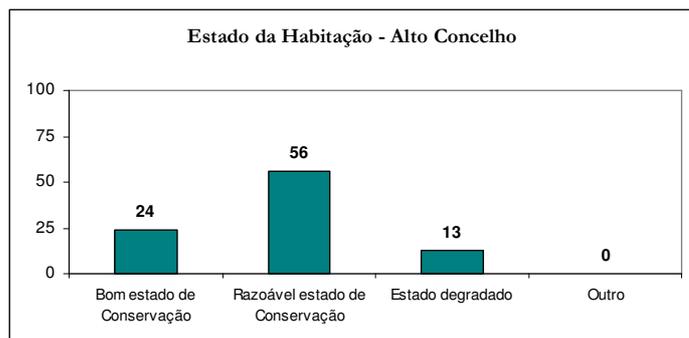


Gráfico 47

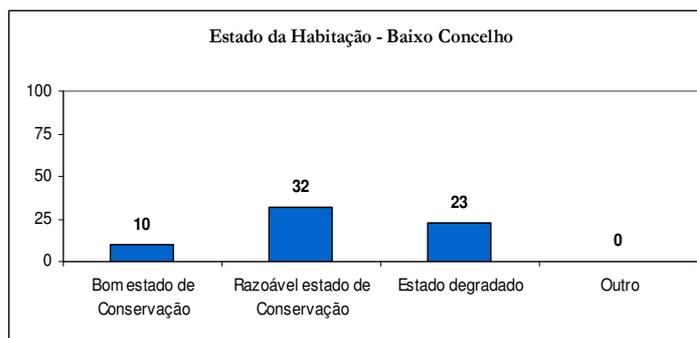


Gráfico 48

Em termos de características e condições habitacionais, observa-se que, de um modo geral, existem alguns indicadores de condições de salubridade, principalmente electricidade, cozinha e electrodomésticos. No entanto, há certas condições, essenciais para assegurar alguma qualidade de vida, que não existem em certas famílias, nomeadamente água canalizada (que falta em 15 casas), saneamento básico (inexistente em 51 casas), casa de banho (a faltar em 11 famílias) ou recolha de lixo (que não existe em 31 casas). Encontramos ainda cinco agregados familiares com TV Cabo e 43 com televisão.

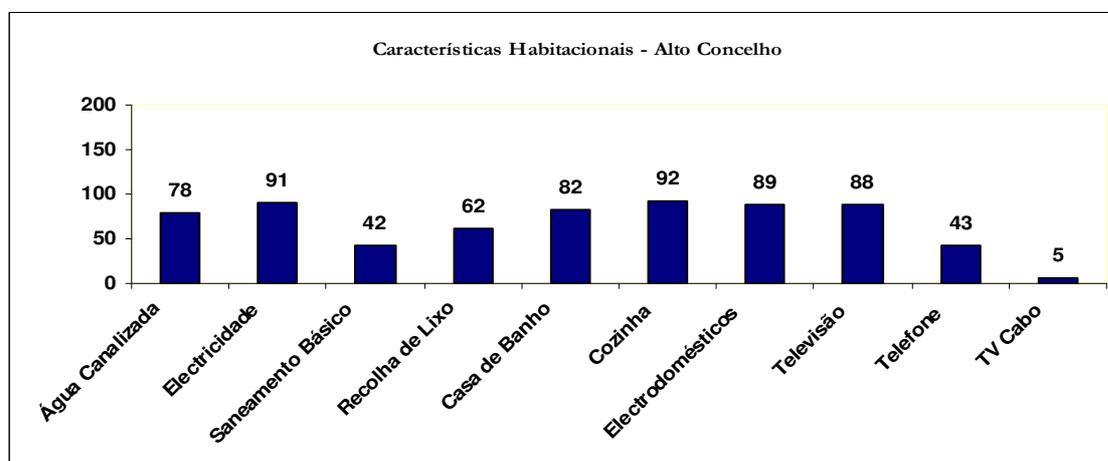


Gráfico 49

No baixo concelho, há alguns indicadores de conforto e condições de salubridade que não se observam em alguns agregados familiares. Deste modo, a água canalizada é um bem que não existe em sete famílias, o saneamento básico não existe em 35, a recolha do lixo não é assegurada a 27 casas. Contabilizam-se

ainda cinco famílias que não têm casa-de-banho, três ainda não têm electricidade e três famílias não têm cozinha.

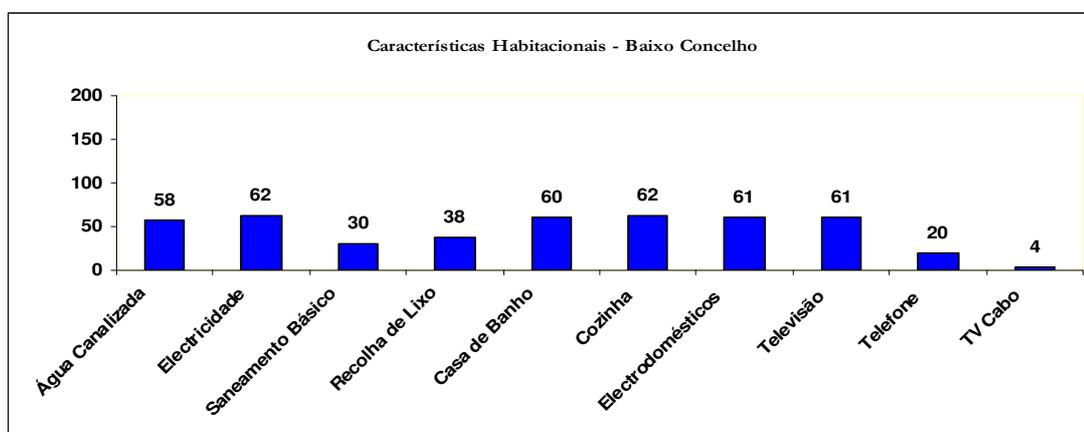


Gráfico 50

Em termos de divisões na habitação, foi explorado o número de pessoas por quarto, constatando-se que, em 16 agregados familiares do alto concelho, os pais não tinham um quarto separado dos filhos, partilhando esse mesmo espaço. Observou-se ainda que, quando este espaço é partilhado por mais que um elemento, a tendência é para existir dois elementos por quarto, contabilizando-se 26 famílias nessa situação. No entanto, há também situações em que há três elementos, em média, a partilhar o mesmo quarto (no caso de nove famílias). Com um número inferior, mas existente, estão duas famílias em que, em média, dormem mais de três pessoas num quarto.

No baixo concelho a situação é muito semelhante: contabilizam-se igualmente 16 casos em que os pais partilham o quarto com os filhos; há uma média de duas pessoas por quarto em 25 agregados familiares; em cinco agregados familiares dormem, em média, três pessoas por quarto; e em três casos dormem mais de três pessoas por quarto. Este é, portanto, um cenário de superlotação do espaço habitacional existente, que dificulta a delimitação do espaço físico, fixação de regras, respeito pela privacidade e, dependendo das competências das famílias para lidar com estas situações, poderá ter consequências em termos comunicacionais e relacionais no ambiente familiar.

No alto concelho, 72 dos inquiridos caracterizam os acessos que têm na sua zona de residência como sendo bons, ao contrário de 18 inquiridos que referem existir barreiras arquitectónicas no acesso à sua habitação. No entanto, apenas 10 inquiridos referem ter transportes públicos perto da sua zona de residência.

No baixo concelho, 49 inquiridos apresentam bons acessos para a sua zona de residência, 14 referem existir barreiras arquitectónicas e apenas 22, numa amostra de 65, referem ter acesso fácil a transportes públicos.

Caracterização das Acessibilidades – Alto Concelho		<i>Quadros 23 e 24</i>	Caracterização das Acessibilidades – Baixo Concelho	
Bons Acessos	72		Bons Acessos	49
Existem Barreiras Arquitectónicas	18		Existem Barreiras Arquitectónicas	14
Existem Transportes Públicos	10		Existem Transportes Públicos	22

Caracterização das acessibilidades no Alto Concelho e no Baixo Concelho

Os dados obtidos reforçam o facto de que, no caso de não existir meios de transporte próprios, o isolamento geográfico a que muitos dos inquiridos estão votados, contribuem para a dificuldade em aceder a serviços/Instituições públicas, áreas da segurança social e do trabalho, da justiça e da saúde, etc., determinando, de certa forma, uma situação de particular vulnerabilidade.

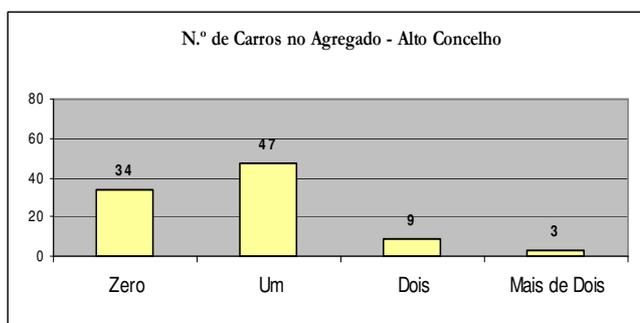


Gráfico 51

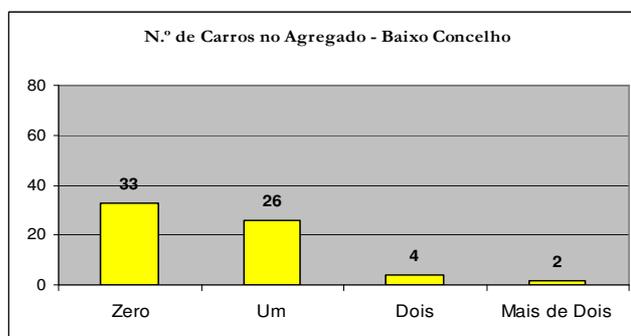


Gráfico 52

Em termos de poder de compra das famílias dos inquiridos do alto concelho, observa-se a capacidade de 47 agregados para terem um carro. Por outro lado, são contabilizados 34 agregados em que não há um único carro. Com maior poder de compra estão cinco agregados com dois carros e três com mais de dois carros.

No baixo concelho, observa-se, de certa forma, um menor poder de compra ou, pelo menos, menor capacidade para manter um carro – 33 agregados não têm

carro e 26 têm um carro; quatro agregados apresentam dois carros e dois agregados indicam a existência de mais de dois carros.

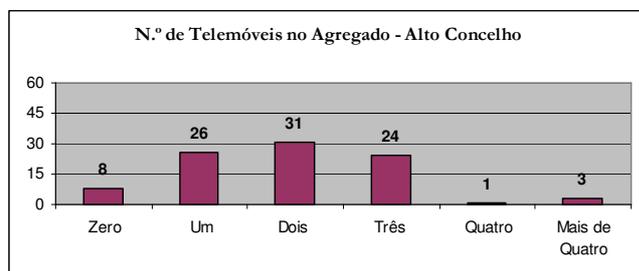


Gráfico 53

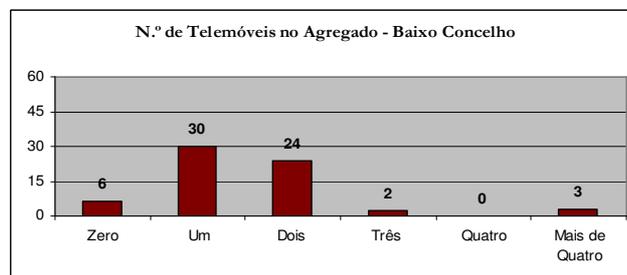


Gráfico 54

Em termos de aquisição de telemóveis, observa-se que apenas oito e seis famílias, integrantes na amostra do alto concelho e na amostra do baixo concelho respectivamente, não têm telemóvel. Normalmente, todos os agregados têm, no mínimo, um telemóvel (26 famílias no caso do alto concelho e 30 no baixo concelho). No alto concelho, 31 famílias apresentam dois telemóveis no seu agregado, contabilizando-se três situações em que há mais de quatro telemóveis numa família.

No baixo concelho contabilizam-se também mais de quatro telemóveis em três agregados familiares. Com um telemóvel, são contabilizadas 30 famílias e já com dois telemóveis são contabilizadas 24.

No entanto, apesar das trajectórias profissionais instáveis e das muitas situações de rendimentos baixos e dependentes de subsídios, a gestão financeira e a relação com o consumo apresenta contornos curiosos. Em alguns casos, contabilizam-se mais de dois telemóveis numa família de cinco elementos cujos rendimentos não chegam aos 250 euros mensais e mantêm um carro, sem terem, por vezes, o que comer. Trata-se de uma entre várias situações em que a dificuldade para gerir os rendimentos e definir prioridades é óbvia.

Quando questionados sobre o relacionamento com os vizinhos, mais de metade da amostra do alto concelho o descreveu como sendo bom – 66%. Há uma pequena percentagem que refere não ter qualquer tipo de

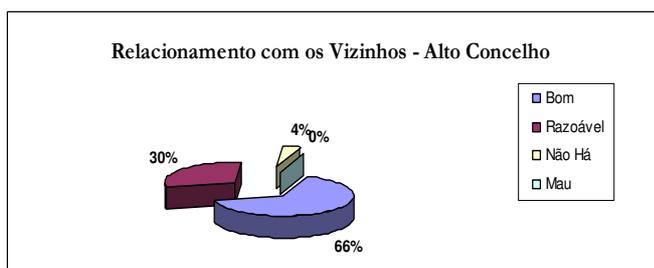


Gráfico 55

relacionamento com os vizinhos – 4%.

No baixo concelho, 69% dos inquiridos descrevem a sua relação com os vizinhos como sendo boa, 26% referem que esta é razoável, 3% referem que não existe relacionamento e há uma pequena percentagem – 2% - que indicam um mau relacionamento com os vizinhos.

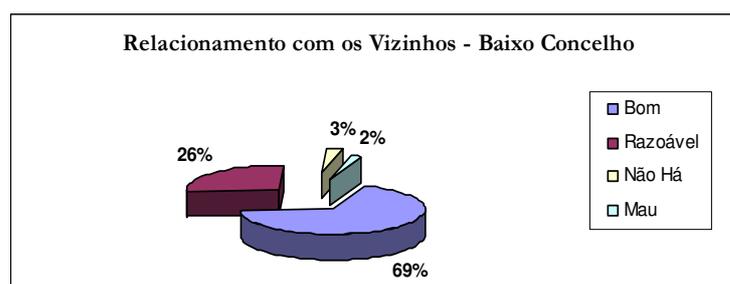


Gráfico 56

De um modo geral, o relacionamento com os vizinhos parece ser positivo. Tal como refere Costa (1998), as consequências das dificuldades económicas no domínio das relações sociais são à partida menos graves, por efeito das solidariedades sociais que existem nestes meios. Todavia, é evidente que, mesmo nestes meios, a rede de relações sociais é mais restrita do que a do cidadão comum (idem, 1998), apresentando um círculo de convivência muito restrito, circunscrito à família e aos vizinhos que podem viver em condições semelhantes.

Foi pedido aos inquiridos que caracterizassem também a sua família relativamente à eventual existência de problemas familiares. Como se trata de problemáticas nem sempre facilmente assumidas, a questão foi dirigida também à família alargada e não apenas ao agregado familiar do inquirido em causa. Desta forma, as informações reveladas poderão ser mais fidedignas.

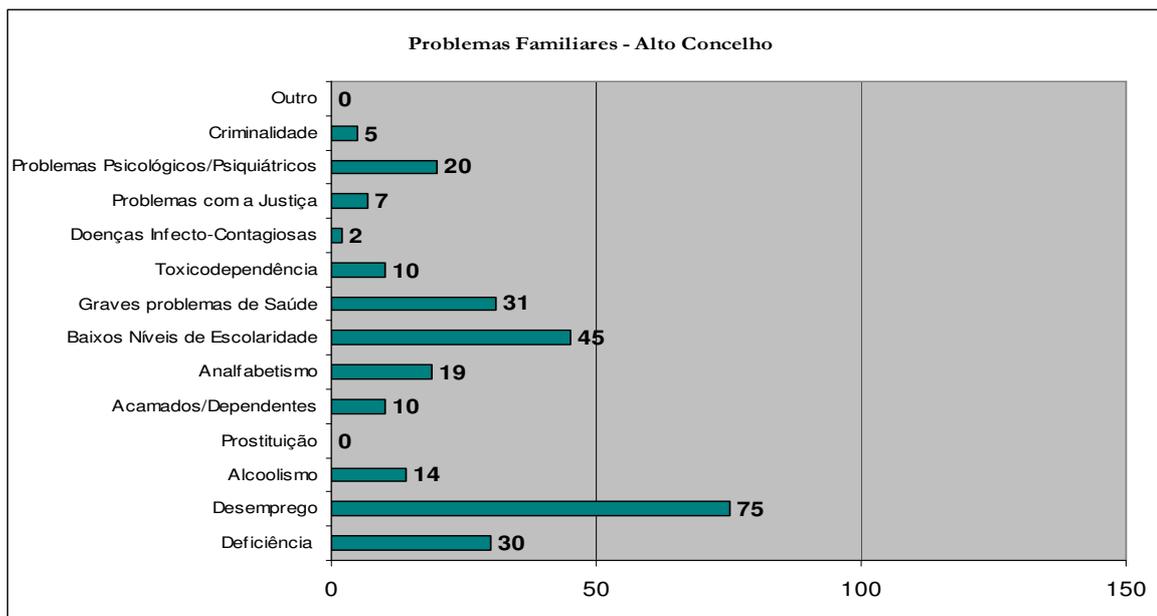


Gráfico 57

Deste modo, e na sub-amostra do alto concelho, o desemprego é uma problemática que atinge familiares de 75 inquiridos. É também um problema que, entre os restantes problemas que são indicados, é mais facilmente assumido e reconhecido porque é uma realidade comum a várias e diferentes pessoas, de diferentes níveis de escolaridade, de diferentes idades.

Os baixos níveis de escolaridade são também uma problemática que afecta os familiares de 45 inquiridos e, embora inferior ao número de desempregados existentes entre os familiares dos inquiridos, é um número significativo. A somar aos baixos níveis de escolaridade está o analfabetismo, existindo pessoas sem qualquer tipo de escolaridade entre os familiares dos inquiridos (são 16 os inquiridos com pessoas analfabetas na família).

As famílias analisadas apresentam ainda um panorama bastante vincado em termos de problemas de saúde que afectam os familiares de 31 indivíduos. O problema relacionado com o alcoolismo e toxicodependência, apesar de serem considerados problemas de saúde, foram identificados à parte (o alcoolismo foi uma problemática apontada por 14 inquiridos e a toxicodependência por 10).

São igualmente frequentes as situações de deficiência que envolvem os familiares de 30 inquiridos. De salientar que este número de deficientes apontado é significativo, pois partindo do princípio que há uma média de uma pessoa com

deficiência por família de cada inquirido (que aponta esta problemática), existem, pelo menos, 30 casos de deficiência nas famílias de 93 inquiridos (sub-amostra do alto concelho). De um modo geral, as situações de deficiência requerem, dada a sua dependência física ou mental, uma prestação de cuidados e vigilância constantes; em famílias de poucos recursos (como é o caso da maioria) o encargo recai, normalmente, sobre os familiares que estão mais próximos, o que condiciona as disponibilidades de quem cuida. A prestação de cuidados a uma pessoa dependente gera, muitas vezes, problemas de *stress*, saúde mental e física, sentimentos de frustração, ansiedade, inquietação e preocupações permanentes para o próprio, para quem cuida e para a família. O mesmo se aplica às situações de dependentes/acamados por outras razões além da deficiência – 10 situações.

Os problemas psicológicos/psiquiátricos, são apontados por 20 inquiridos. A frequência mais baixa, mas existente, prende-se com os problemas com a justiça (sete inquiridos com familiares que apresentam esta problemática), com a criminalidade (cinco) e doenças infecto-contagiosas (dois). De acordo com a informação destes inquiridos, não são conhecidos casos de prostituição entre os elementos das respectivas famílias.

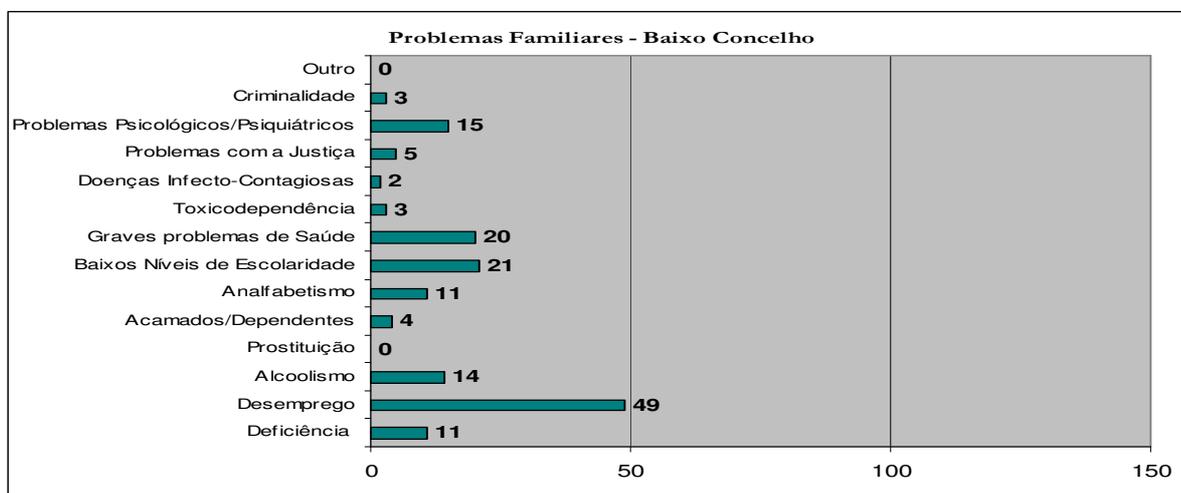


Gráfico 58

No baixo concelho, o desemprego é, sem dúvida, aquela problemática que mais afecta os familiares de 49 inquiridos. De seguida estão os problemas que se relacionam com a baixa escolaridade (assinalada por 21 indivíduos); o analfabetismo atinge familiares de 11 inquiridos.

Os graves problemas de saúde são uma das problemáticas que caracterizam a família de 20 indivíduos, seguidos dos problemas psicológicos/psiquiátricos (que caracterizam 15 familiares dos inquiridos).

O alcoolismo atinge mais indivíduos desta sub-amostra, comparando com a sub-amostra do alto concelho, sendo contabilizados 14 inquiridos com este problema na sua família. Pelo contrário, a deficiência apresenta um número inferior ao do baixo concelho, afectando familiares de 11 dos inquiridos.

Problemáticas menos frequentes estão aquelas se relacionam com problemas de justiça (apontados por cinco indivíduos), criminalidade (três), toxicoddependência (três) e doenças infecto-contagiosas (dois). Não são apontados casos de prostituição na família destes inquiridos.

A existência e associação de várias problemáticas (como seja a do desemprego e consequentes dificuldades económicas, problemas relacionais, entre outros) conjugada com a falta de competências para fazer face às adversidades, poderá levar o indivíduo a uma rotina de consumo de álcool como escape aos problemas que não consegue resolver ou fazer frente. O alcoolismo, poderá ser considerado como uma situação de desvio ou exagero de um hábito social, ou seja, em que um “indivíduo perdeu a capacidade de se abster de bebidas alcoólicas” (Organização Mundial da Saúde, 1980). Beber esporádica e moderadamente faz parte dos hábitos de várias sociedades. No entanto, torna-se num problema de saúde quando se excedem os limites do beber e daí resultam graves problemas.

Para explorar a problemática relacionada com o alcoolismo, questionou-se os inquiridos do alto e baixo concelho sobre o consumo de bebidas alcoólicas. Deste modo, e no alto concelho, 45 pessoas referiram consumir bebidas alcoólicas; no baixo concelho, são 27 os inquiridos que dizem consumir álcool. Da análise desta amostra, constata-se que quase metade dos inquiridos consome álcool.

Consumo de álcool		Sim	Não
Alto	Concelho	43	50
(N)		(46,2%)	(53,8%)
Baixo	Concelho	27	38
(N)		(41,5%)	(58,5%)

Quadro 25 – Consumo de álcool no Alto Concelho e Baixo Concelho

Situações de Consumo – Alto Concelho	
Em situações especiais	11
Todos os dias mas apenas às refeições	26
Esporadicamente	4
A qualquer hora do dia	2

Qua
dros

Situações de Consumo – Baixo Concelho	
Em situações especiais	5
Todos os dias mas apenas às refeições	13
Esporadicamente	7
A qualquer hora do dia	2

26 e 27 – Situações de consumo no Alto Concelho e Baixo Concelho

No entanto, 11 inquiridos do alto concelho referem que apenas bebem em situações especiais, quatro bebem esporadicamente e 26 bebem todos os dias, mas apenas às refeições. Dois inquiridos dizem beber a qualquer hora do dia.

No baixo concelho, 13 pessoas bebem apenas às refeições, cinco dos inquiridos dizem beber apenas em situações especiais, sete bebem esporadicamente e dois inquiridos bebem a qualquer altura do dia.

Deste modo, apesar de indicarem o consumo de álcool, esta questão não foi abordada de forma a reconhecer esse consumo como um eventual problema, no caso de consumo abusivo (questão analisada pelos técnicos)

Explorou-se ainda a problemática relacionada com a criminalidade e eventuais problemas com a justiça. Assim, 16 inquiridos referiram que já recorreram aos serviços da GNR, por razões que se prenderam principalmente com necessidades informativas. Registam-se também quatro inquiridos que recorreram à GNR por ofensas corporais, dois por motivos de furtos e um para efectuar uma acusação.

No baixo concelho são 19 os inquiridos que referem já ter recorrido a este tipo de serviços,

principalmente para pedidos de informação e por razões relacionadas com ofensas

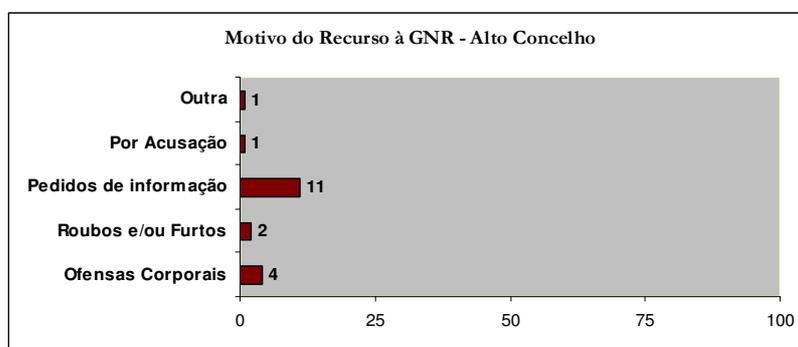


Gráfico 59

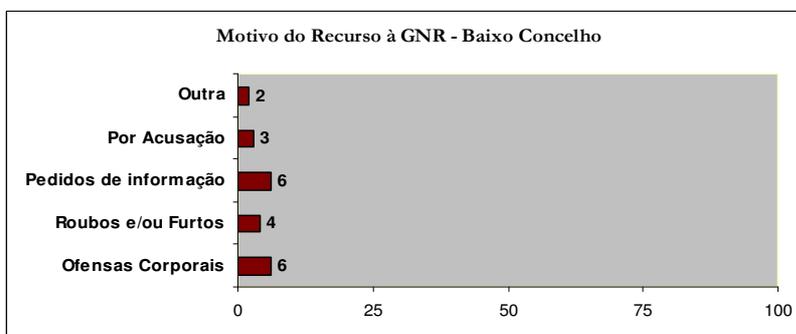


Gráfico 60

à integridade física (oito inquiridos). Quatro inquiridos revelam ter recorrido por razões de furtos e três para efectuar alguma acusação.

Em termos de funcionalidade familiar, e mais concretamente, em termos hábitos alimentares, foram analisados os horários das refeições praticados pelos inquiridos, bem como as refeições realizadas conjuntamente com os restantes elementos da família.

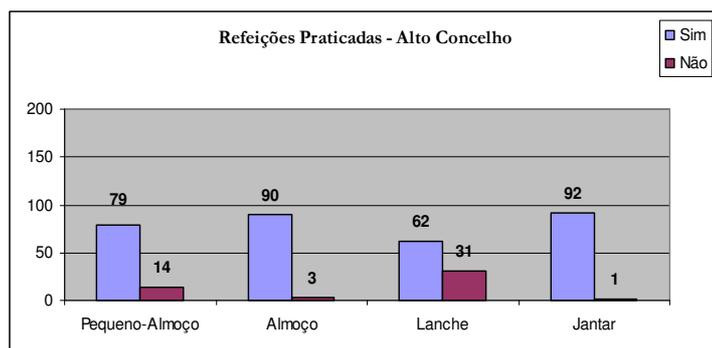


Gráfico 61

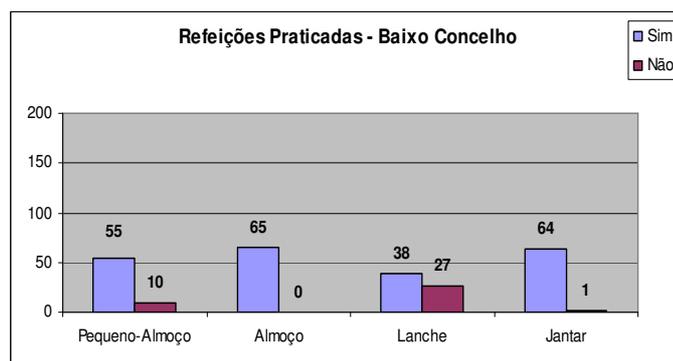


Gráfico 62

Deste modo, no alto concelho, a refeição que é sempre respeitada por 92 inquiridos é o jantar, seguido do almoço (refeição sempre realizada por 90 inquiridos). O lanche é a refeição que menos é praticada, contabilizando-se 31 inquiridos que não efectuam esta refeição.

No baixo concelho, o almoço é a refeição cumprida por todos os elementos da amostra – 65 elementos. Tal como no alto concelho, a refeição mais desvalorizada, que é a menos efectuada, corresponde ao lanche. O padrão que prevalece, no que respeita a estes hábitos, revela um respeito pelas refeições principais, não se sabendo, todavia, o tipo de alimentação praticada durante estas refeições.

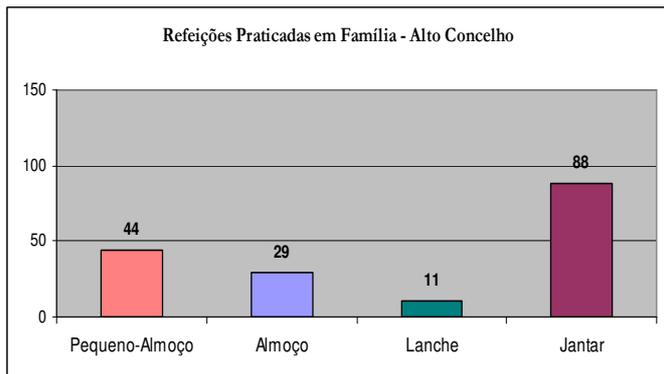


Gráfico 63

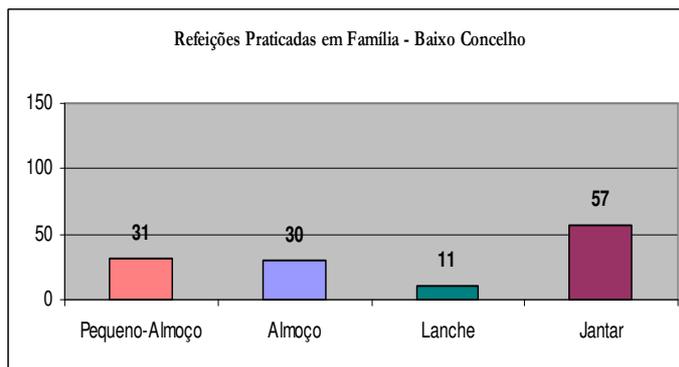


Gráfico 64

Em família, as refeições praticadas são principalmente o jantar (são 88 os inquiridos do alto concelho e 57 os do baixo concelho, a apresentarem o jantar enquanto refeição praticada com todo o agregado familiar) e o pequeno-almoço (refeição partilhada por toda a família de 44 indivíduos do alto concelho e 31 indivíduos do baixo concelho).

HORÁRIO DAS REFEIÇÕES – Alto Concelho							
Pequeno-Almoço		Almoço		Lanche		Jantar	
5:00	0	11:00	0	15:00	0	18:00	0
5:30	1	11:30	0	15:30	2	18:30	0
6:00	2	12:00	43	16:00	42	19:00	17
6:30	1	12:30	22	16:30	9	19:30	9
7:00	13	13:00	20	17:00	6	20:00	48
7:30	19	13:30	4	17:30	2	20:30	10
8:00	20	14:00	0	18:00	0	21:00	5
8:30	7	Sem horário	1	Sem horário	1	21:30	2
9:00	15					Sem horário	1
9:30	1						

Quadro 28 – Horário das refeições praticadas no Alto Concelho

Em termos de horários praticados para as refeições, a maioria dos inquiridos pratica o seu pequeno-almoço entre as 7 horas da manhã e as 9.30 horas; há quatro elementos que o efectuam antes das 6.30 horas. O almoço é praticado entre as 12 horas e as 13.30 horas, contabilizando-se um indivíduo que não tem horário específico para esta refeição. O lanche é praticado pela maioria às 16 horas, havendo um indivíduo que não tem horário para lanchar. Por último, em termos de jantar, a maioria dos inquiridos efectua esta refeição entre as 19 horas e as 20.30 horas, verificando-se sete elementos que fazem esta refeição depois desse horário,

a partir da 21 horas; contabiliza-se ainda um indivíduo que não tem hora específica para jantar.

Analisando estes horários indicados pelos inquiridos, observa-se que, de um modo geral, as refeições são normalmente respeitadas e cumpridas nos devidos horários.

HORÁRIO DAS REFEIÇÕES – Baixo Concelho							
Pequeno-Almoço		Almoço		Lanche		Jantar	
5:00	0	11:00	0	15:00	1	18:00	2
5:30	0	11:30	0	15:30	0	18:30	0
6:00	0	12:00	28	16:00	30	19:00	12
6:30	1	12:30	18	16:30	4	19:30	5
7:00	12	13:00	17	17:00	0	20:00	39
7:30	4	13:30	1	17:30	2	20:30	1
8:00	19	14:00	1	18:00	1	21:00	3
8:30	8	Sem horário	0	Sem horário	0	21:30	2
9:00	11					Sem horário	0
9:30	0						

Quadro 29 – Horário das refeições praticadas no Baixo Concelho

No baixo concelho, as refeições também são, de um modo geral, respeitadas e apresentadas em horários apropriados. O pequeno-almoço é efectuado entre as 6.30 horas e as 9 horas; o almoço é praticado entre as 12 e as 14 horas; o lanche é praticado entre as 15 e as 18 horas; e o jantar é realizado entre as 18 horas e as 21.30 horas. No baixo concelho não se verificam indivíduos sem horários específicos para as suas refeições.

De um modo geral, observa-se que as refeições são praticadas pelos inquiridos, existindo rotinas fixadas para as mesmas através de um horário estabelecido para os elementos do agregado em algumas refeições.

4.1.3. Apoio(s) social(ais)

Raramente se encontram famílias (multi)problemáticas virgens de ligações com os serviços sociais; aliás, os profissionais referem-se a estes agregados, caricaturando-os como *experts* em serviços. A frequência de contactos e a quantidade de relações com múltiplos técnicos e serviços deram origem a uma nova designação para as famílias (multi)problemáticas – multiassistidas (Sousa,

2005). Deste modo, dada a diversidade de problemas apresentados e de pessoas atingidas, estas famílias são normalmente assistidas por uma série de serviços. Dada a importância da multiassistência no desenvolvimento das famílias (multi)problemáticas estas são assim chamadas (Alarcão, 2002).

O apoio social designa a assistência, ou multiassistência, às famílias com necessidades e privações, com o objectivo de suprir essas mesmas necessidades.

Quando questionados sobre eventuais ajudas ou apoios sociais que já tivessem beneficiado, 52 dos inquiridos do alto concelho revelam que no seu agregado já haviam beneficiado desse tipo de apoio. No baixo concelho são também 52 os inquiridos que referem que no seu agregado já beneficiaram de apoio ou ajuda social.

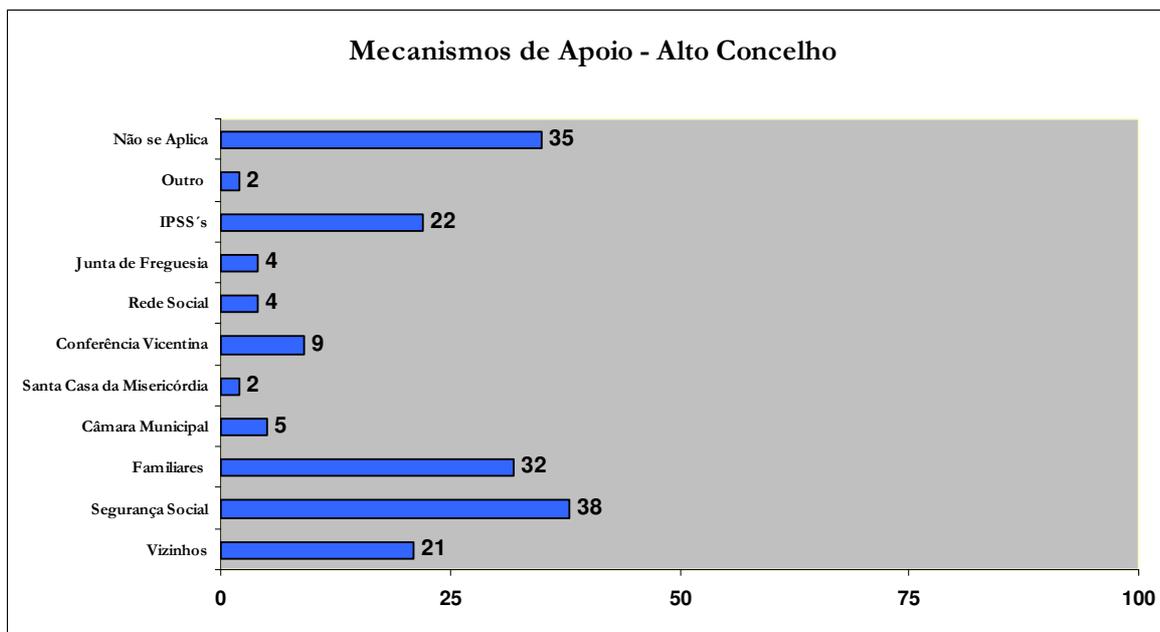


Gráfico 65

Relativamente ao tipo de ajuda ou apoio social já beneficiado, 38 inquiridos apontam um mecanismo de concertação social (que envolve um apoio formal) representado pela Segurança Social; 32 inquiridos identificam familiares e 21 apontam os vizinhos (mecanismo de apoio informal). Desta sub-amostra do alto concelho, 22 inquiridos referem já ter recebido algum tipo de ajuda de IPSS's (onde se inclui o CSSMS), seguido da Conferência Vicentina, com nove situações. Outros

identificados referem-se à Rede Social, Junta de Freguesia, Câmara Municipal e Santa Casa da Misericórdia.

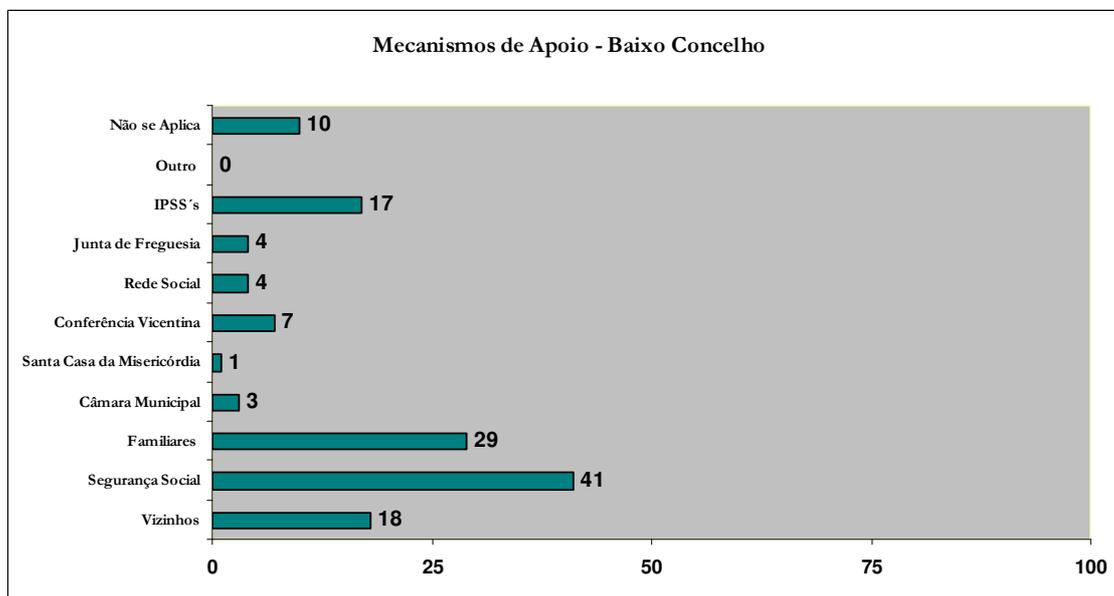


Gráfico 66

No baixo concelho, a Segurança Social é o mecanismo formal de apoio mais indicado pelos inquiridos (41), seguido de um mecanismo informal de apoio – família (29 inquiridos) e vizinhos (18). Outros mecanismos de apoio assinalados envolvem os mesmos que foram indicados para o alto concelho: IPSS's (17 situações), onde se inclui o CSSMS, Conferência Vicentina, Junta de Freguesia, Câmara Municipal, Rede Social e Santa Casa da Misericórdia.

Estes mecanismos de ajuda – formais ou informais – não são mutuamente exclusivos, ou seja, um mesmo inquirido assinalou mais que um tipo de ajuda já recebida ao longo da sua vida.

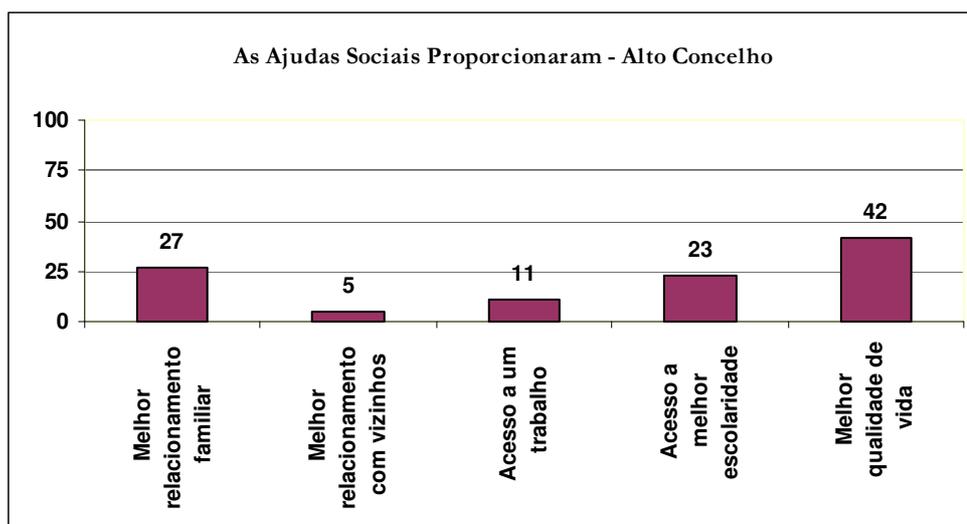


Gráfico 67

As ajudas sociais permitiram, a 42 agregados familiares do alto concelho, um melhor nível de qualidade de vida, a 27 permitiram um melhor relacionamento familiar e a 23 permitiram ainda o acesso a melhor escolaridade. Cinco inquiridos afirmam que as ajudas facilitaram o relacionamento com os vizinhos e 11 apontam o acesso a um trabalho.

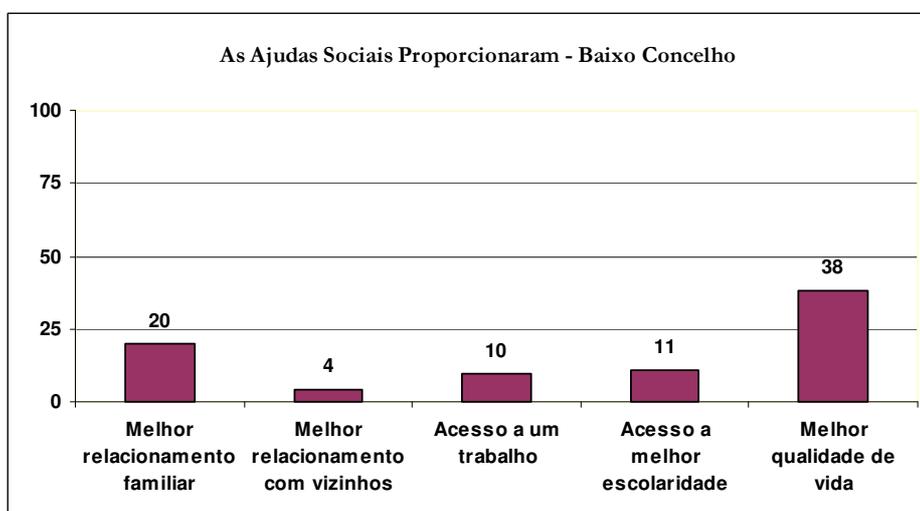


Gráfico 68

No baixo concelho, estas ajudas sociais proporcionaram a 38 agregados familiares uma melhor qualidade de vida, a 20 agregados um melhor relacionamento familiar, a 11 o acesso a melhor escolaridade e a 10 acesso a um trabalho. Com menor indicação surge o melhor relacionamento com vizinhos, assinalado por quatro inquiridos.

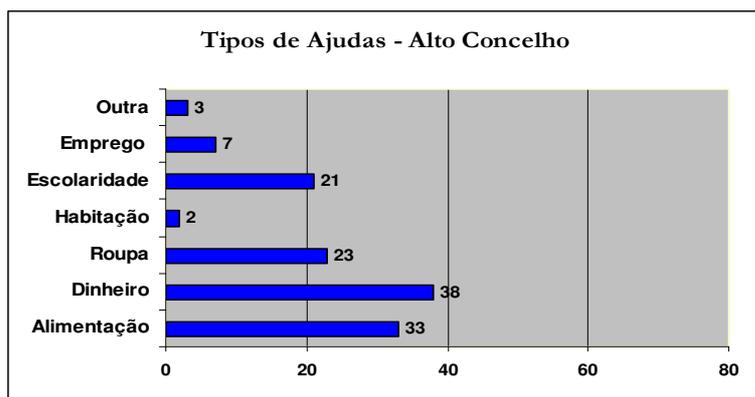


Gráfico 69
seguido de roupa (bem material recebido por 23 agregados familiares) e escolaridade (por 21). As indicações com menor frequência dizem respeito ao emprego (do qual beneficiaram sete agregados) e à habitação (duas situações).

As ajudas referidas anteriormente envolveram, principalmente dinheiro (tipo de ajuda recebida por 38 agregados familiares do alto concelho). Em termos de alimentos, 33 inquiridos receberam este tipo de ajuda,

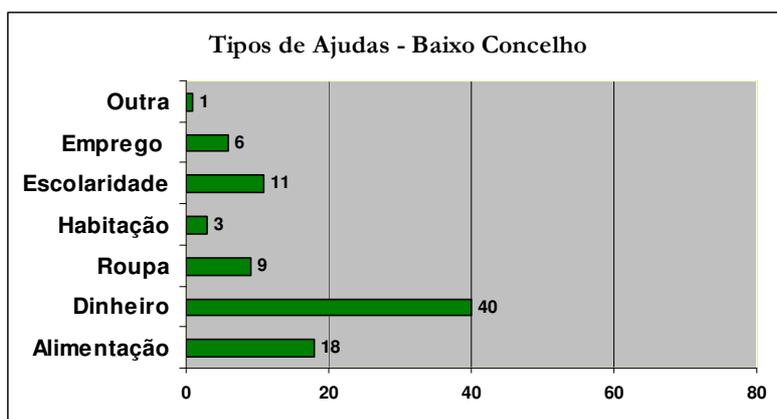


Gráfico 70
nove inquiridos, seguido do emprego (seis situações). A ajuda menos indicada envolve a habitação (da qual beneficiaram três agregados).

No baixo concelho, a situação é exactamente a mesma – dinheiro foi o tipo de ajuda que mais agregados receberam (40), seguido da alimentação (18) e escolaridade (11). A roupa é um tipo de ajuda indicada por

De salientar ainda que, em muitos casos, a ajuda verificada envolve mais do que um tipo, o que reforça o facto de que, perante uma necessidade, outras poderão existir, independentemente de serem mais graves ou não, e que caracterizam uma situação de privação múltipla, isto é, em diversos domínios das necessidades básicas: alimentação, vestuário, condições de trabalho, escolaridade, formação profissional, participação na vida social, habitação, entre outros. O auxílio maioritariamente prestado é, regra geral, material, revelando alguma diversidade em função dos distintos problemas vividos pelas famílias.

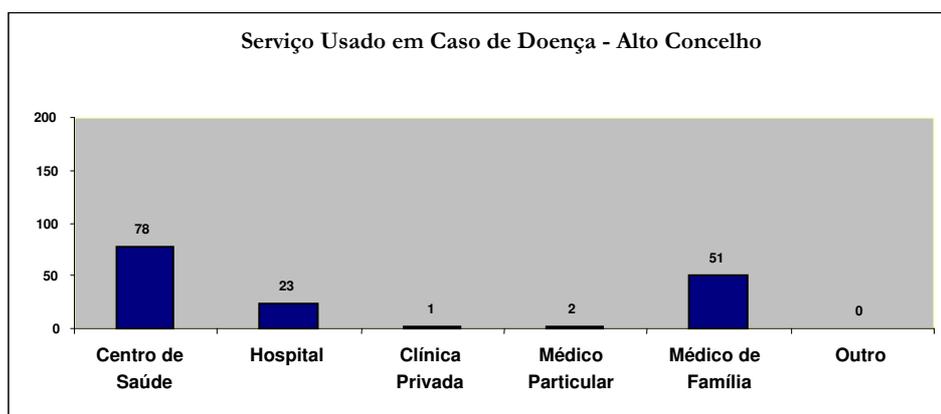
No caso de algumas destas carências, é possível verificar que umas suscitam outras, o que requer uma intervenção ou ajuda em várias frentes.

Todavia, é importante também ter em atenção a criação de um eventual laço de dependência, não centralizado no profissional, mas na relação com os serviços e profissionais enquanto mediadores no acesso a bens e subsídios (Sousa, 2005).

4.1.4. Sistema de cuidados de saúde

Na área da saúde são colocados desafios de ordem diversa, dos quais fazem parte os problemas desencadeados pela desigualdade na distribuição de recursos humanos, que prejudica as áreas rurais e as áreas mais pobres, bem como obstáculos existentes no que concerne ao acesso aos cuidados de saúde. Assim, pretendeu-se analisar os problemas de saúde evidenciados pelas famílias, na sua maioria caracterizadas por uma situação de maior vulnerabilidade à pobreza.

Em termos de serviço de saúde usado em caso de doença, observou-se que, no alto concelho, os inquiridos recorrem principalmente ao Centro de Saúde (78), seguido do médico de família (51) e do Hospital (23). Com menor frequência surge o médico particular (ao qual recorrem apenas dois inquiridos ou respectivos agregados) e clínica privada (apenas uma situação).



No baixo concelho, os principais tipos de serviços de saúde usados no caso de doença dividem-se entre o Centro de Saúde e o médico de família – principais serviços de saúde a que recorrem 48 inquiridos. O Hospital é usado por 26 inquiridos no caso de doença, contabilizando-se ainda três situações em que recorrem a um médico particular e duas a clínica privada.

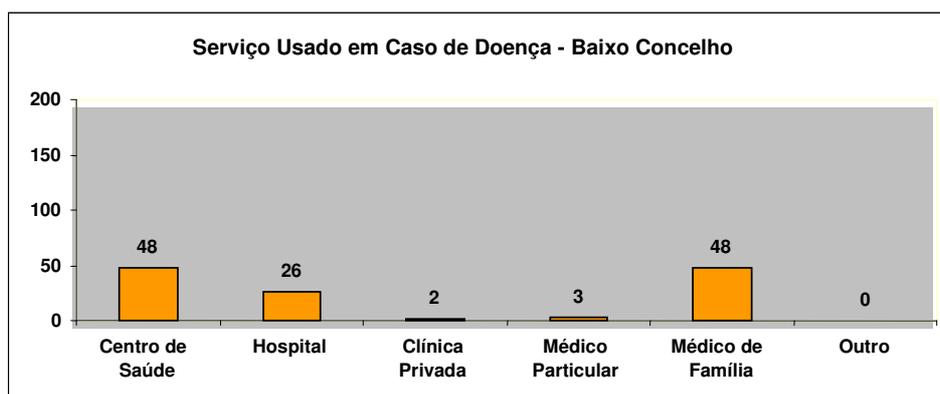


Gráfico 72

O sistema de saúde português é constituído, fundamentalmente, por dois tipos de entidades: as instituições ou serviços públicos, dependentes do estado, e as entidades privadas. A escolha entre uma e outra opção depende, obviamente, do nível de rendimentos do doente e da urgência da situação. Nas duas sub-amostras, constata-se que a decisão tomada, na maioria dos casos, é aquela que implica menos despesas.

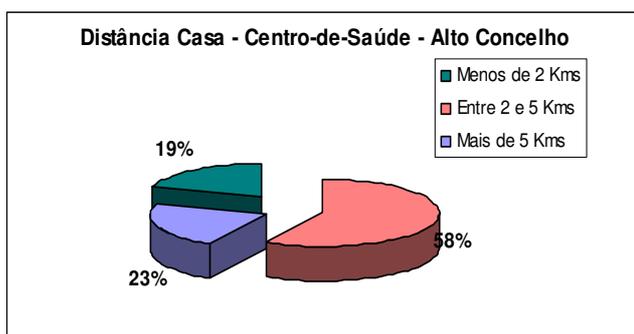


Gráfico 73

inquiridos têm que percorrer para aceder aos serviços do Centro de Saúde e apenas 19% dos elementos da amostra percorre menos de dois quilómetros.

No alto concelho, a distância entre a habitação e o Centro de Saúde é, no caso de 58% dos agregados familiares, de dois a cinco quilómetros. Mais de cinco quilómetros é a distância que 23% dos agregados familiares destes

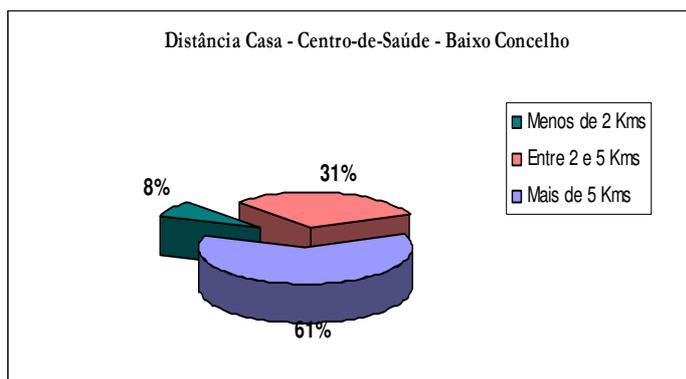


Gráfico 74

31% dos agregados e apenas 8% dos elementos da amostra apresentam uma distância inferior a dois quilómetros da sua habitação ao Centro de Saúde mais próximo.

No baixo concelho, contabiliza-se uma percentagem de 61% de agregados familiares cuja distância entre a casa e o serviço prestado pelo Centro de Saúde corresponde a mais de cinco quilómetros. Entre dois e cinco quilómetros observam-se

Em ambas as sub-amostras verifica-se que há um número considerável de inquiridos com médico de família: no caso do alto concelho contabilizam-se 82 situações de famílias com médico de família; no baixo concelho existem médicos de família para 62 agregados.

De acordo com os resultados apurados através dos censos de 2001 (INE, 2001), e através da observação dos indicadores sociais, salienta-se o facto do indicador médicos por 1000 habitantes, ao longo da última década, ter vindo a decrescer ligeiramente, situando-se, em 2000, a quatro quintos da média verificada na região norte (INE, 2001). Esta situação, afecta uma pequena percentagem de famílias das sub-amostras estudadas.

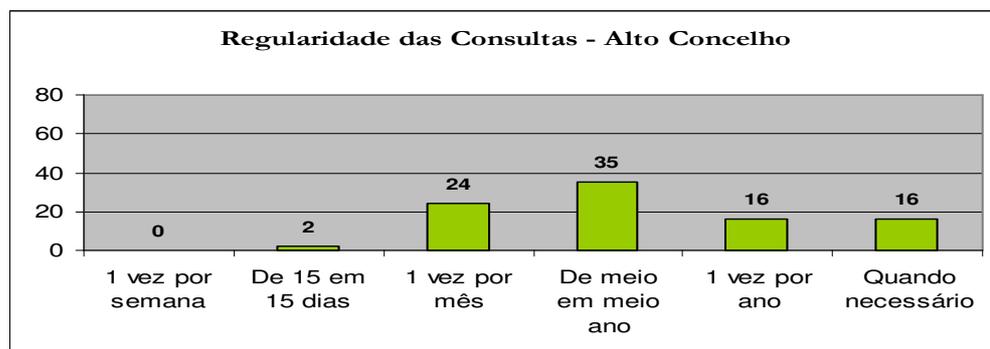


Gráfico 75

Relativamente à regularidade das consultas, 35 dos inquiridos referem que procuram um serviço de saúde com uma regularidade equivalente a duas vezes por

ano («de meio em meio ano»); 24 dos inquiridos apresentam uma regularidade maior procurando beneficiar de consultas uma vez por mês. Apenas 16 inquiridos procuram o serviço de saúde uma vez por ano e 16 apenas quando é necessário, ou seja, só em caso de doença já instalada. Contabilizam-se ainda dois indivíduos cuja frequência de consultas médicas é de 15 em 15 dias, aproximadamente.

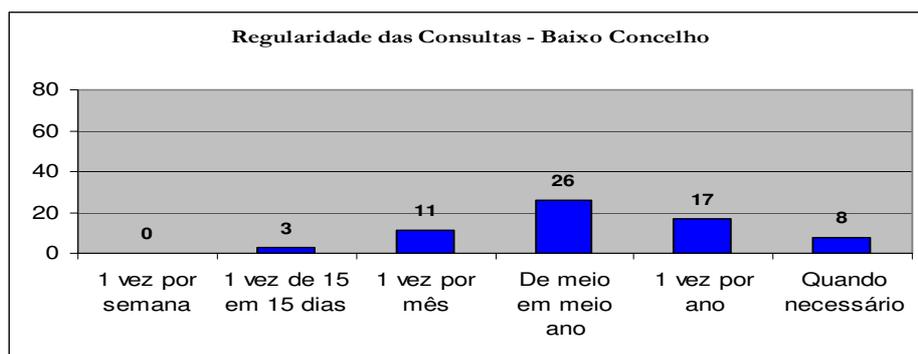


Gráfico 76

No baixo concelho 26 dos indivíduos procuram consultas médicas de meio em meio ano; 17 apresenta uma regularidade inferior, procurando as consultas apenas uma vez por ano e oito procuram consultas só quando têm essa necessidade. Uma minoria dos inquiridos (três) apresenta uma periodicidade elevada em termos de consultas médicas, procurando-as de 15 em 15 dias.

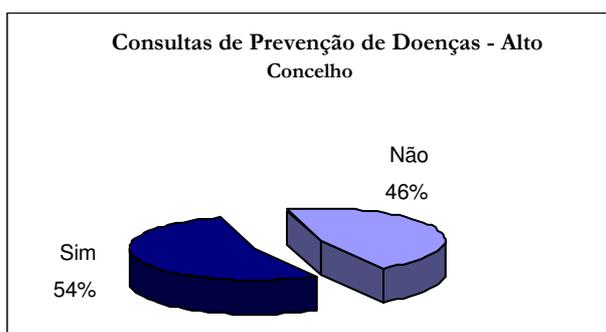


Gráfico 77

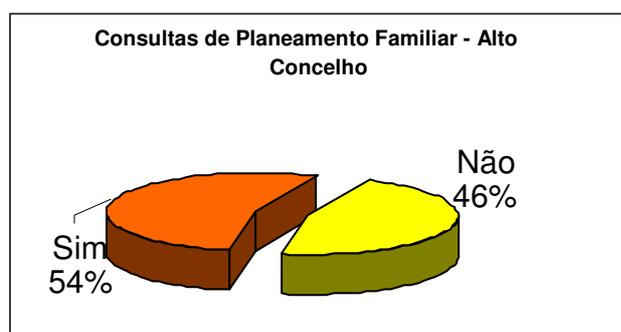


Gráfico 78

Em termos de consultas de rotina, observa-se uma certa preocupação destas famílias em tentar prevenir algumas doenças (cerca de 54% dos inquiridos da amostra do alto concelho); menos de metade desta sub-amostra (46%) revela não procurar esse tipo de consultas.

Ainda na sub-amostra do alto concelho, observa-se que há igualmente alguma preocupação na procura das consultas de planeamento familiar, registando-se 54% dos inquiridos que procuram este tipo de resposta na área da saúde. Pelo contrário, 46% dos inquiridos revelam não procurar as consultas de planeamento familiar.



Gráfico 79

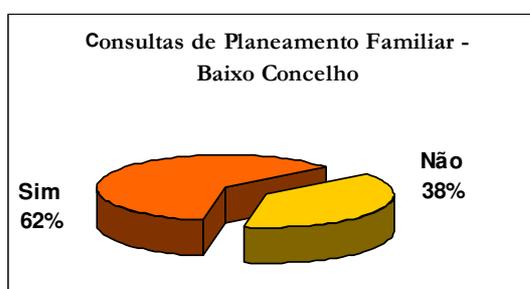


Gráfico 80

No baixo concelho a percentagem de inquiridos a procurarem as consultas de prevenção de doenças em geral, é ligeiramente inferior quando comparada com o alto concelho. Deste modo, 51% dos inquiridos não procuram as consultas de prevenção de doenças, contrariamente a 49% dos inquiridos que referem ter consultas de rotina. Em termos de consultas de planeamento familiar há um maior número de inquiridos a procurarem este tipo de consultas (62%) quando comparado quer com o alto concelho, quer com o número de inquiridos que não procura este tipo de consultas.

As consultas de planeamento familiar constituem uma componente fundamental dos cuidados a prestar em saúde, uma vez que contribuem para o bem-estar reprodutivo e para a saúde. Alguns dos objectivos destas consultas envolvem a promoção de uma vivência sexual saudável e segura, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, prevenir situações de risco (por exemplo, gravidez na adolescência), preparar uma maternidade e paternidade responsáveis e melhorar a saúde e bem-estar na família. Pela importância destas consultas, constata-se que há agregados, quer no alto quer no baixo concelho, que ainda não valorizam esta resposta (por ignorância, falta de informação, barreiras geográficas ou falta de disponibilidade), não procurando as consultas de planeamento familiar.

Nº de Agregados com Despesas Fixas em Saúde		
	Alto Concelho	Baixo Concelho
Sim	51	36
Não	42	29

Quadro 30 – Agregados com despesas fixas em saúde do Alto Concelho e do Baixo Concelho

Quer no alto que no baixo concelho são observados agregados com despesas fixas mensais em termos de saúde. No alto concelho mais de metade da amostra afirmou ter gastos fixos com a saúde (51 inquiridos) e no baixo concelho são contabilizadas 36 situações em que há este tipo de gastos.

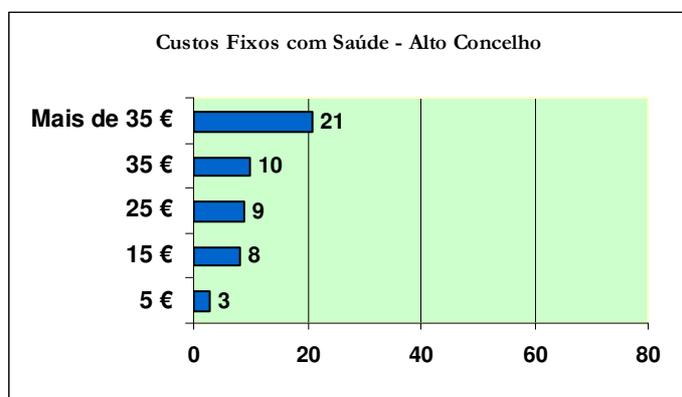


Gráfico 81

No alto concelho, existem gastos fixos com a saúde muito variados. A maioria dos que os têm indicam que estas despesas assumem um valor superior a 35 euros por mês e para o seu agregado (21 inquiridos); 10 inquiridos indicam gastar cerca de 35 euros por mês, nove inquiridos gastam 25 euros no seu agregado para as despesas de saúde e apenas três dos que têm estas despesas fixas gastam cerca de cinco euros mensais.

No baixo concelho os gastos fixos com a saúde variam: são 10 as situações de agregados familiares cujos gastos mensais ultrapassam os 35 euros; são também 10 as situações de gastos equivalentes a 15 euros; contabilizam-se sete situações cujos gastos rondam os 35 euros e há apenas três situações cujos gastos correspondem a cerca de 5 euros mensais.

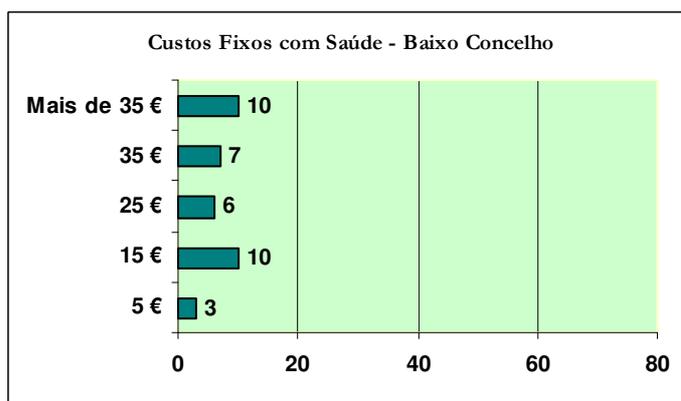


Gráfico 82

4.1.5. Actividades sócio – culturais

Um dos aspectos fundamentais para a inclusão social passa pela participação na vida social, entendida como expressão da sociabilidade mantida com outras pessoas, movida, essencialmente, por actividades de convivência.

A exclusão social que identifica, não raras as vezes, estas famílias, caracteriza-se por ser uma situação de privação do tipo relacional, caracterizada pelo isolamento (Costa, 1998). Este tipo de exclusão pode também estar relacionada com a falta de recursos e com a falta de serviços de bem-estar social e cultural.

No alto concelho os equipamentos sociais-culturais mais conhecidos e, conseqüentemente, apontados pelos inquiridos, envolvem principalmente cafés (indicados por 77 indivíduos), A. T. L. (apontado por 71 indivíduos), campo de futebol (69 indivíduos) e polidesportivo (47 indivíduos). Os menos apontados pelos inquiridos, talvez por serem aqueles equipamentos cuja resposta escasseia ou por serem menos conhecidos dos inquiridos, relacionam-se com cinema (identificado por oito inquiridos), biblioteca (apontado por 11 inquiridos), auditório (apontado por 12 inquiridos), sala de informática (equipamento apontado por 14 indivíduos), piscina pública (17 inquiridos) e creche (equipamento identificado por 26 pessoas).

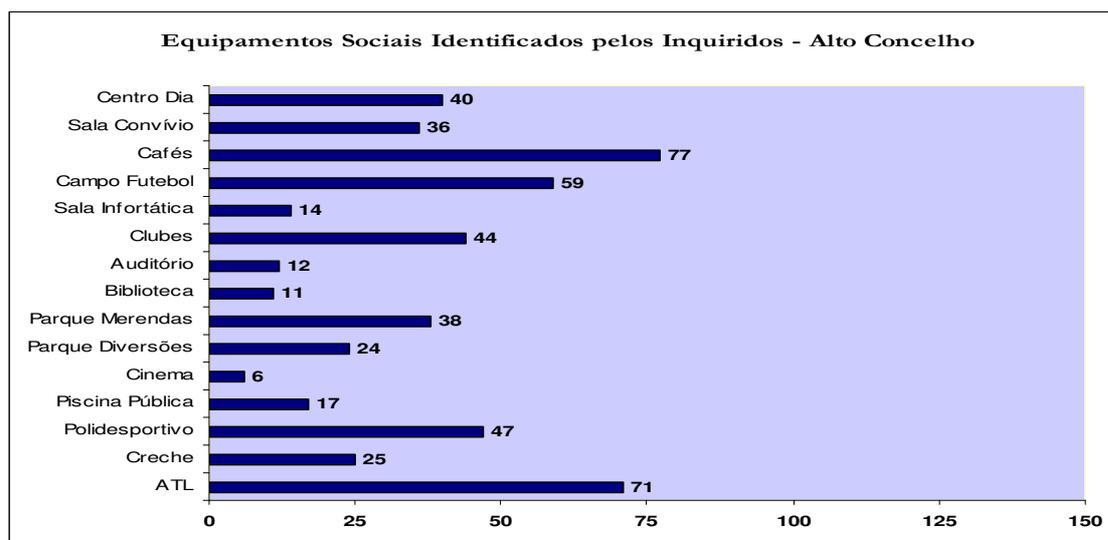


Gráfico 83

No baixo concelho os equipamentos sociais-culturais mais identificados pelos indivíduos foram, em primeiro lugar, os cafés (por 59 inquiridos), seguidos do campo de futebol (apontado por 55 inquiridos), A. T. L. (por 42 inquiridos) e Centro de Dia (identificado por 34 inquiridos). Pelo contrário, os equipamentos menos apontados pelos indivíduos desta sub-amostra prendem-se com a biblioteca (apontada por apenas um inquirido), cinema (assinalado também por um indivíduo), piscina pública (equipamento identificado por quatro indivíduos), sala de informática (por seis indivíduos), parque de diversões e parque de merendas (apontados por 10 e 18 indivíduos, respectivamente). O auditório não foi sequer identificado pelos indivíduos do baixo concelho.

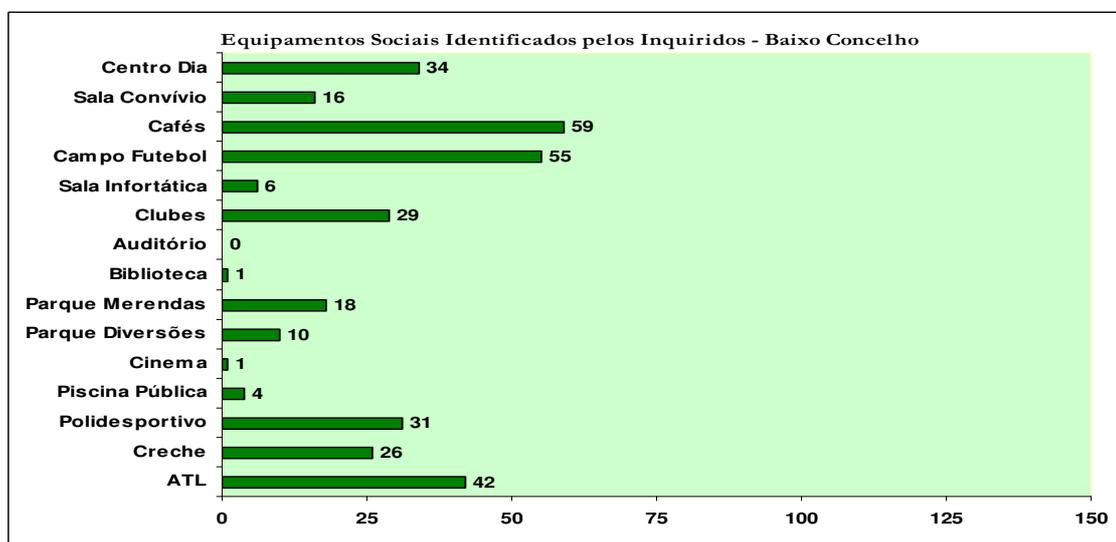


Gráfico 84

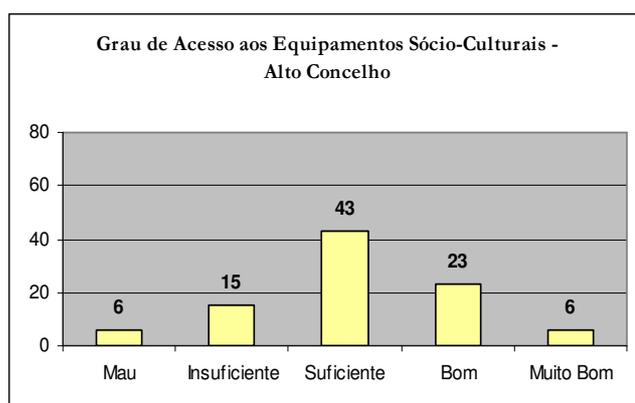


Gráfico 85 resulta do facto de nem todos os equipamentos serem do conhecimento da população). Por outro lado, a existência destes recursos nem sempre significa que eles são usufruídos pelos inquiridos

Existe, assim, um número razoável de equipamentos sócio-culturais que são identificados pelos indivíduos, embora nem todos, em determinada freguesia, identifiquem os mesmos equipamentos (o que poderá

No alto concelho observam-se 32 agregados familiares a frequentarem ou a beneficiarem dos equipamentos sócio-culturais existentes na sua freguesia; no baixo concelho há apenas 16 agregados familiares a acederem aos equipamentos sócio-culturais que a respectiva freguesia oferece, apesar do grau de acesso a este tipo de equipamentos ser considerado, por 43 inquiridos do alto concelho e 23 do baixo concelho, “suficiente”, “bom” (para 23 indivíduos do alto concelho e 11 do

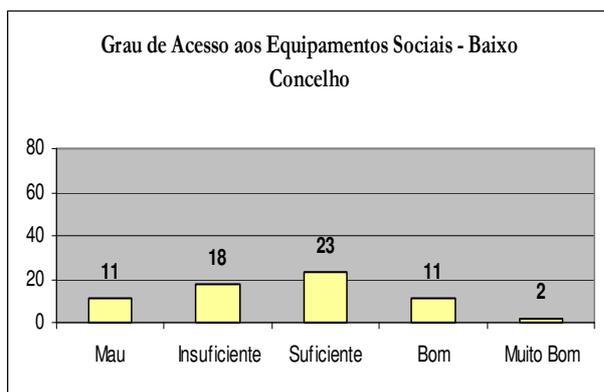


Gráfico 86

no como “insuficiente”.

baixo concelho) e “muito bom” para seis dos inquiridos do alto concelho e dois do baixo concelho. Pelo contrário, no alto concelho seis inquiridos consideram que este acesso é “mau” e 15 consideram-no “insuficiente”; no baixo concelho 11 dos inquiridos consideram-no “mau” e 18 classificam-

Assim, mais que a falta de infra-estruturas na freguesia, há situações de inquiridos que não frequentam ou não acedem aos equipamentos sócio-culturais que a sua freguesia, e mesmo concelho, lhe oferecem por outras razões não exploradas mas que podem ser identificadas: desvalorização ou desinteresse por este tipo de actividades sócio-culturais, dificuldades de acesso por razões económicas e/ou de mobilidade, bem como dificuldades de integração social ou de relacionamento interpessoal. O não aproveitamento dos recursos existentes contempla, de certa forma, a perda de vínculos sociais e de participação, sendo esta uma realidade de muitas das famílias analisadas.

Os equipamentos frequentados pelos inquiridos do alto concelho são, na maioria, os cafés (por 22 indivíduos), seguidos de parque de merendas e sala de convívio (usados por quatro indivíduos, cada um desses

Equipamentos sócio-culturais habitualmente frequentados/usados – Alto Concelho	N
Polidesportivo	1
Cinema	1
Parque de Merendas	4
Biblioteca	2
Auditório	1
Campo de Futebol	3
Cafés	22
Sala Convívio	4
Outro	1

Quadro 31 – Equipamentos sócio-culturais frequentados no Alto Concelho

equipamentos) e campo de futebol (frequentado por três inquiridos). Outros equipamentos usados por apenas um indivíduo são: polidesportivo, cinema e auditório.

Equipamentos sócio-culturais habitualmente frequentados/usados – Baixo Concelho	N
Polidesportivo	2
A. T. L.	3
Parque de Merendas	1
Campo de Futebol	6
Cafés	8

Quadro 32 – Equipamentos sócio-culturais frequentados no Baixo Concelho

No baixo concelho, a frequência ou utilização dos equipamentos sócio-culturais é ainda menor quando comparado com o alto concelho. O equipamento mais usado é o café (por oito inquiridos), seguido do campo de futebol (por seis inquiridos), A. T. L. (por três) e polidesportivo (apenas por duas pessoas).

Quando questionados sobre uma eventual ligação a uma colectividade local, apenas seis inquiridos do alto concelho referem que no seu agregado há uma participação desse tipo. Relativamente ao cargo desempenhado nessa colectividade, todos os inquiridos apontam essa participação no sentido de associado. Não há cargos desempenhados enquanto, por exemplo, vogal, tesoureiro, secretário, ou outros.

No baixo concelho há apenas uma situação de participação ou ligação a uma colectividade local, participação essa que se caracteriza pela condição de associado.

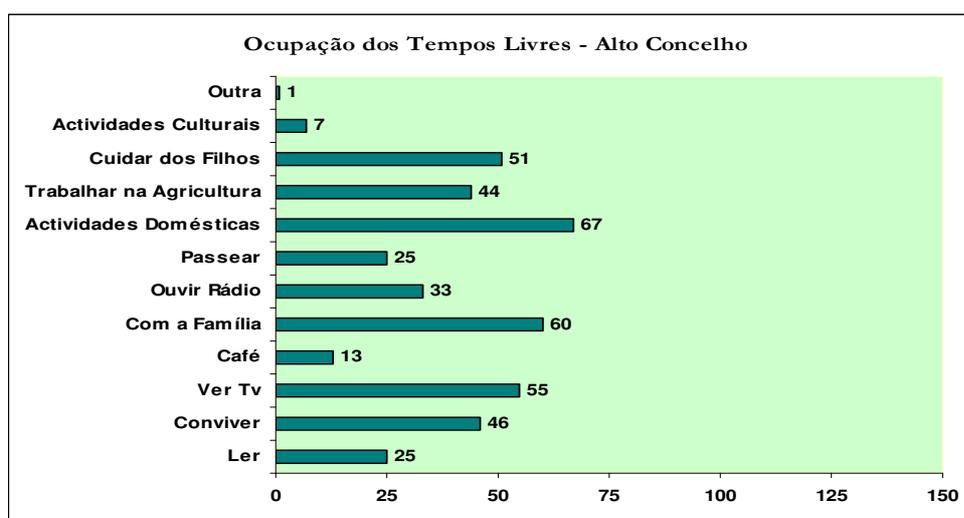


Gráfico 87

Em termos de tempos livres, verifica-se que 67 dos inquiridos os ocupa com actividades domésticas. Este facto prende-se essencialmente com as características da sub-amostra do alto concelho – amostra maioritariamente feminina. Além das actividades domésticas, estar com a família é uma forma de ocupação de tempos livres apontada por 60 dos inquiridos, seguidas da televisão (forma de ocupação de tempos livres de 55 dos inquiridos) e prestar cuidados aos filhos, que ocupa os tempos livres de 51 dos inquiridos (esta situação também se prende com o facto de a sub-amostra ser constituída principalmente por elementos do sexo feminino, elementos identificados como os principais prestadores de cuidados). A agricultura envolve ainda um número considerável de inquiridos (44) que assim ocupam os seus tempos livres. A ocupação de tempos livres com actividades relacionadas com a cultura, leitura ou passeio é muito pouco assinalada pelos inquiridos e, por isso mesmo, são poucos os inquiridos que se dedicam a certas actividades como o desporto, a leitura ou cultura em geral.

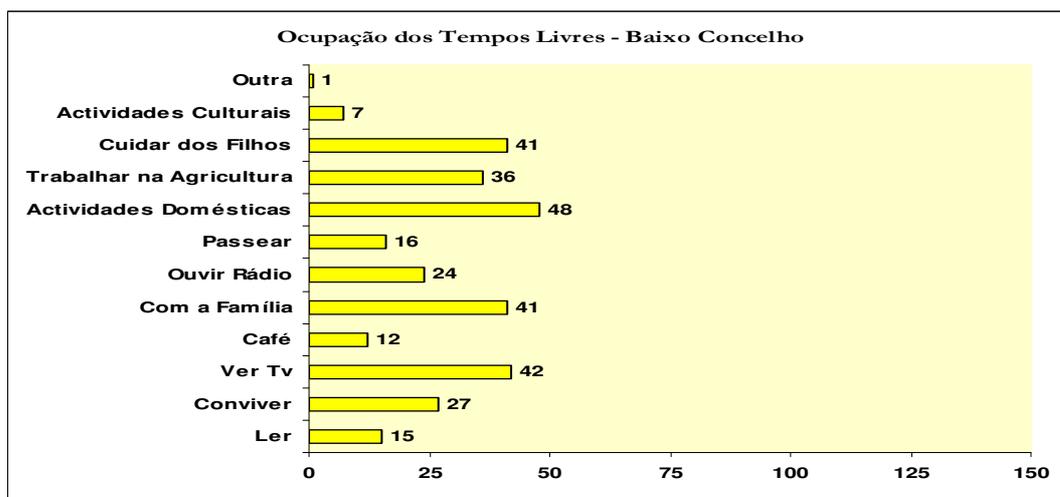


Gráfico 88

No baixo concelho a situação repete-se: verifica-se uma grande maioria de inquiridos a ocupar os seus tempos livres com actividades domésticas (pelo facto da sub-amostra ser também maioritariamente feminina), com cerca de 48 situações. A actividade que a seguir mais ocupa os indivíduos desta sub-amostra é ver televisão (42 indivíduos), estar com a família e cuidar dos filhos (com 41 respostas cada actividade). Trabalhar na agricultura é vista por 38 indivíduos como uma

actividade de ocupação de tempos livres. A ocupação dos tempos livres com actividades culturais é a menos assinalada pelos inquiridos (sete no total), seguidas de idas ao café (actividade de tempos livres de 12 inquiridos), leitura (forma de ocupação existente para 16 pessoas) e passeios (18 inquiridos).

Estes resultados revelam os défices em termos de ocupação destes inquiridos através de actividades que proporcionem um estímulo e promoção em termos sociais e culturais, esquecendo também que o (des)envolvimento em actividades socialmente úteis e a ocupação dos tempos livres noutras actividades (que não, por exemplo, as domésticas) poderão diminuir as situações de exclusão social, desenvolver outras capacidades e a auto-estima, além de constituírem uma forma de participar na vida social.

4.1.6. Percepções pessoais

Foram analisadas as percepções pessoais dos inquiridos relativamente à envolvente social e económica que os caracteriza.

Deste modo, quando questionados sobre a eventual existência de pobreza no concelho, 95% dos inquiridos da sub-amostra do alto concelho consideram que existe pobreza; 95% dos inquiridos do baixo concelho também consideram ainda existir pobreza no seu concelho.

A pobreza poderá ser considerada como uma situação de privação resultante da falta de recursos. A privação traduz-se, antes de mais, em más condições de vida, sendo este o lado mais visível da privação e da própria pobreza (Costa, 1998).

O conceito de família (multi)problemática é tipicamente associado à pobreza e ao baixo estatuto socioeconómico. No entanto, esta ligação não é precisa, pois um grupo familiar que corresponda à definição pode encontrar-se em qualquer estatuto social, cultural e económico. Esta associação entre pobreza e (multi)problemas acontece porque as famílias pobres constituem um núcleo quantitativamente relevante, mais visível, destacando-se entre os técnicos e a

comunidade (Sousa, 2005). Independentemente dos estatutos e das problemáticas que caracterizam diferentes famílias, segundo os inquiridos desta primeira amostra, uma problemática que sobressai no concelho é a pobreza.

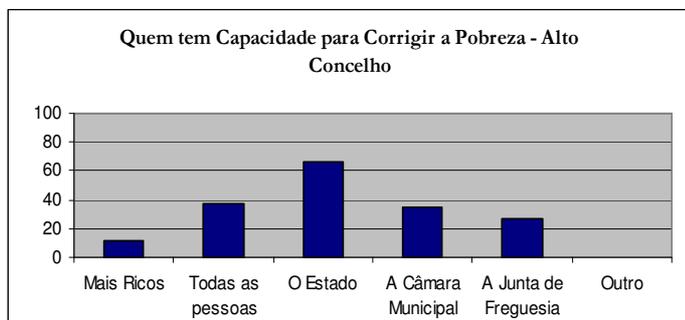


Gráfico 89

os inquiridos consideram que “todas as pessoas” deveriam ser envolvidas na correcção da pobreza; é depois apontada a Câmara Municipal como a responsável para a corrigir, com uma responsabilização muito próxima da Junta de Freguesia. Um número menor de inquiridos indica “os mais ricos”, como aqueles que também poderão ser envolvidos na diminuição da pobreza ainda existente no concelho.

Ainda de acordo com a opinião dos inquiridos do alto concelho sobre os responsáveis a serem envolvidos na diminuição da pobreza, o Estado é o mecanismo mais indicado; a seguir ao Estado,

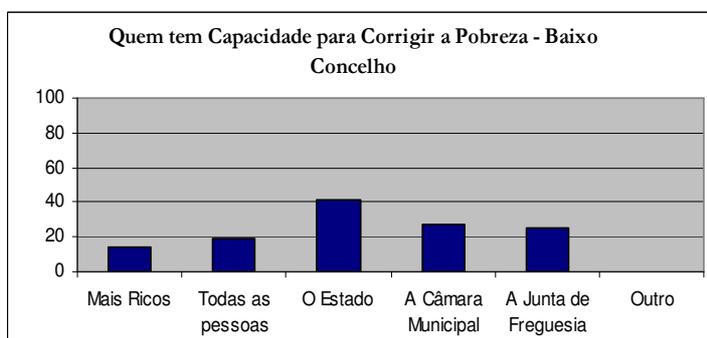


Gráfico 90

primeiro lugar surge o Estado, seguido da Câmara Municipal e Junta de Freguesia. Com menor poder para alterar a situação de pobreza surgem os “mais ricos” e “todas as pessoas”.

No baixo concelho, os inquiridos apontam os mecanismos políticos como os principais detentores de poder e capacidades para alterar a situação de pobreza ainda existente no concelho – em

A este nível, parece existir, segundo a opinião de alguns dos inquiridos, uma atribuição de responsabilidades a entidades relacionadas com o Estado – Estado, Câmara Municipal e Junta de Freguesia. Há tipo um *locus de controlo* externo, em que o indivíduo se desresponsabiliza da situação de que também faz parte, atribuindo a “outros”, nomeadamente, aos detentores do poder político, a capacidade de correcção da situação. Daqui advêm algumas consequências como

a falta de iniciativas próprias para corrigir algumas situações de desigualdade, pois julgam não ter controlo ou quaisquer responsabilidades sobre a situação. Deste modo, “Todas as pessoas” ou mesmo “Os mais ricos” são respostas que aparecem com menor frequência e quase sempre em conjunto com outras em que a responsabilidade é atribuída ao “Estado”, Câmara Municipal” ou “Junta de Freguesia”.



Gráfico 91

De acordo com os inquiridos do baixo concelho, ainda existem pessoas pobres devido, principalmente, ao facto de não existir emprego para todos (razão assinalada por 68 indivíduos). O facto dos salários praticados serem baixos é também uma das razões assinaladas por 53 pessoas inquiridas, seguido do facto de algumas pessoas não estarem motivadas para trabalhar e também devido aos défices de escolaridade (razões indicadas por 36 inquiridos cada uma). As razões menos assinaladas prendem-se com a falta de preocupação por parte das autarquias locais (indicada por 26 inquiridos), pelo facto dos desempregados terem problemas de saúde (31) ou por o Estado não ajudar (razão apresentada por 33 inquiridos).



Gráfico 92

No baixo concelho, a existência de pessoas pobres, de acordo com a opinião dos inquiridos desta sub-amostra, envolve, maioritariamente o facto de não haver emprego para todos (razão assinalada por 45 inquiridos), seguido dos baixos salários (36 inquiridos) e défices de escolaridade (razão apontada por 32 inquiridos). Os problemas de saúde constituem uma das razões que conduzem à existência de pessoas pobres na opinião de 27 inquiridos. As razões menos assinaladas dizem respeito à falta de vontade das pessoas pobres em trabalhar (razão considerada por 22 inquiridos), pelo facto das autarquias locais não se preocuparem (apontada por 23 inquiridos) ou o Estado não as ajudar (razão apontada por 25 inquiridos).

Ainda relativamente às percepções pessoais dos inquiridos, foi avaliada a opinião que tinham sobre a eventual existência de violência no concelho. Na sub-amostra do alto concelho, 46% dos inquiridos afirmam verificar situações de violência no concelho; no baixo concelho, a mesma resposta se repete para 43% dos inquiridos.

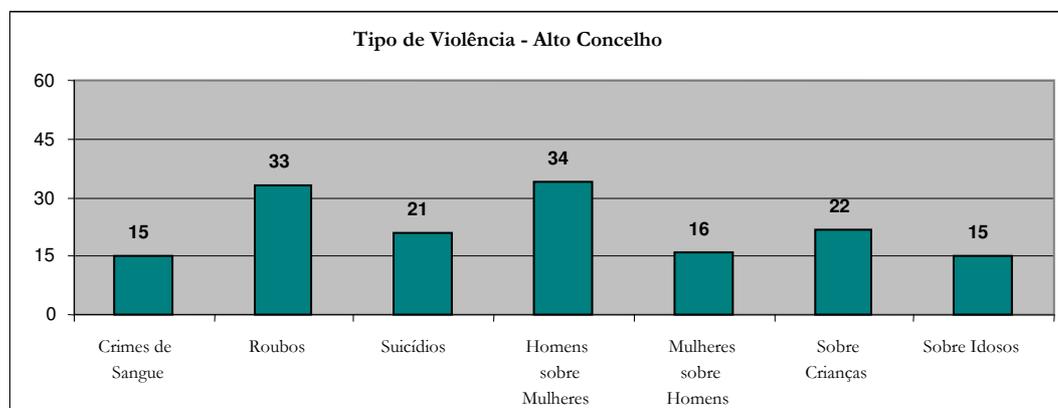


Gráfico 93

Quanto ao tipo de violência mais frequentemente verificado, de acordo com os inquiridos do alto concelho, é sobretudo aquele que é dirigido a mulheres («Maus tratos e/ou violência física de homens sobre mulheres»), tipo este assinalado por 34 inquiridos. Este tipo de violência reflecte-se na conjugalidade, com ênfase na mulher, que é a vítima. De salientar que este não é de fácil análise, pois são vários os entraves para se conseguir um retrato fiel da situação de

violência existente; a vergonha, a relação de dependência com o agressor, o sentimento de impotência das vítimas, o desconhecimento dos seus direitos, entre outros, dificultam o conhecimento desta problemática. Portanto, este número não dá indicações sobre o próprio inquirido, ou seja, não reflecte a sua situação, mas a sua opinião ou conhecimento de casos de violência.

Muito próximo do tipo de violência anteriormente indicado, surgem os roubos ou furtos, tipo de violência assinalado por 33 inquiridos. De acordo com 22 inquiridos, é também observada violência e/ou maus-tratos sobre crianças e suicídios (tipo de violência assinalado por 21 inquiridos). Com menor frequência, mas existente, surge a violência sobre idosos (assinalada por 15 inquiridos), crimes de sangue (também assinalado por 15 indivíduos) e violência e/ou maus-tratos de mulheres sobre homens (indicado por 16 inquiridos).

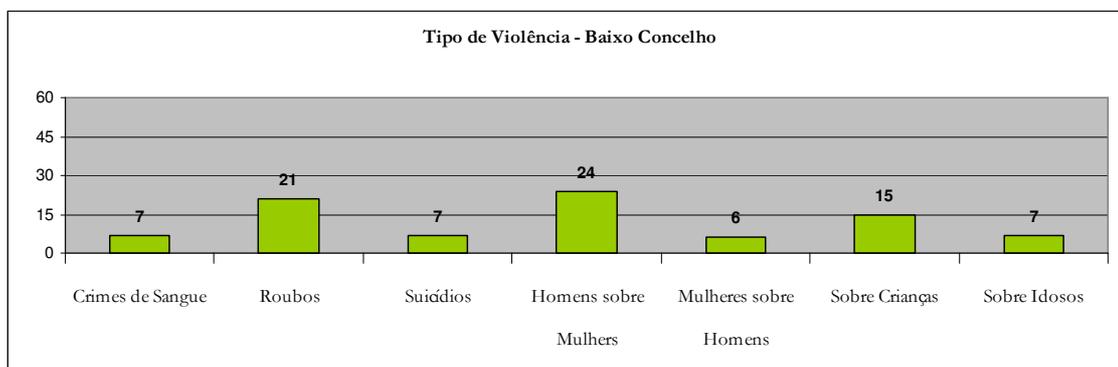


Gráfico 94

No baixo concelho, o tipo de violência mais assinalado pelos inquiridos é também a violência e/ou maus-tratos físicos de homens sobre mulheres (assinalado por 24 inquiridos). Os roubos envolvem um tipo de violência assinalado com muita frequência pelos inquiridos (21), bem como a violência e/ou maus-tratos sobre crianças (15). Crimes de sangue, suicídios, violência e/ou maus-tratos sobre idosos são tipos de violência menos assinalados pelos inquiridos, com uma frequência de sete respostas para cada um dos tipos de violência referidos. O tipo de violência com menor frequência de respostas envolve a violência e/ou maus-tratos de mulheres sobre homens (assinalada por seis inquiridos).

Foi ainda analisada a percepção dos indivíduos sobre o abuso no consumo de álcool nos habitantes das respectivas freguesias. Deste modo, no alto concelho,

85% dos inquiridos consideram que há abuso no consumo de bebidas alcoólicas. No baixo concelho essa percentagem é inferior, havendo 80% de inquiridos a referirem que há abusos no consumo de álcool na sua freguesia.

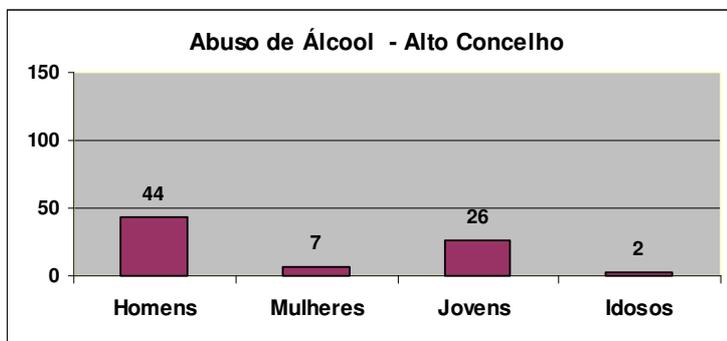


Gráfico 95

inquiridos); este tipo de abusos é menos frequente nos idosos, tendo sido assinalada esta resposta apenas por dois dos inquiridos.

De acordo com os inquiridos do alto concelho, este abuso no consumo de bebidas alcoólicas é mais frequente nos homens (segundo 44 indivíduos), seguido dos jovens (para 26 dos inquiridos) e mulheres (sete inquiridos)

No baixo concelho, o abuso no consumo de álcool parece, segundo 38 inquiridos, mais frequente no caso dos homens; 10 dos inquiridos consideram que este abuso é mais

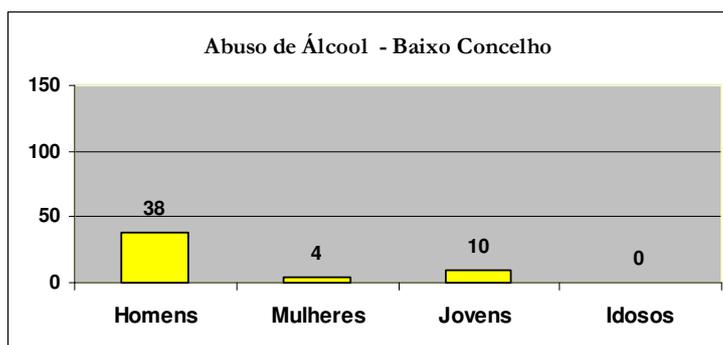


Gráfico 96

frequente nos jovens e apenas quatro inquiridos referem que o consumo é mais frequente nas mulheres. Os idosos não são identificados como sendo os principais consumidores abusivos de álcool.

4.1.7. Situação formativa

Actualmente, tem-se assistido a algumas acções interventivas, no âmbito de programas específicos, em função das necessidades especiais de grupos com dificuldades de acesso ao mercado de trabalho: toxicodependentes, minorias étnicas e outros grupos cuja integração social se encontra debilitada, em resultado de situações de pobreza. Com vista a fomentar a integração social e profissional

deste tipo de grupos, têm sido dinamizadas iniciativas integradas de desenvolvimento social, na perspectiva da promoção da cidadania e desenvolvimento comunitário, através, por exemplo, da formação e qualificação profissional de grupos socialmente mais fragilizados.

Deste modo, foi ainda analisada a situação formativa dos inquiridos e, na sub-amostra do alto concelho, observou-se que 36% dos inquiridos já estiveram integrados em formação profissional, contabilizando-se ainda sete inquiridos que já frequentaram, no mínimo, dois cursos; no baixo concelho 37% dos inquiridos já frequentaram acções de formação profissional, verificando-se seis situações de frequência igual ou superior a dois cursos.

Relativamente aos cursos de formação profissional frequentados, no alto concelho os cursos mais frequentes correspondem aos seguintes: *tapeçaria bordada* (frequentado por 12 inquiridos), *operador de pecuária* (por oito inquiridos), *tecelagem* (por cinco) e *formação doméstica* (por quatro inquiridos). Com menor frequência pelos inquiridos estão as seguintes acções formativas: *bordados*, *apoio à população idosa/geriatria*, *costura*, *cabeleireira*, entre outros.

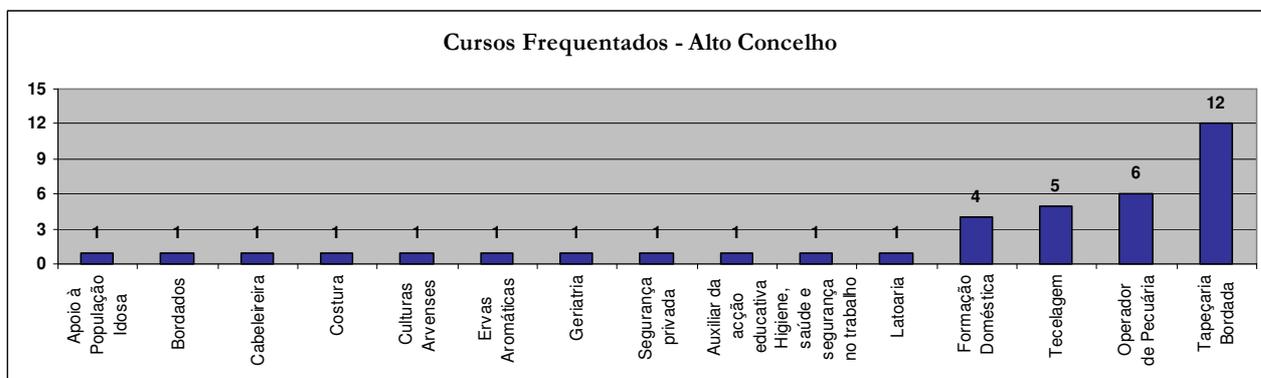


Gráfico 97

No baixo concelho os cursos com maior frequência pelos inquiridos envolvem os seguintes: *Operador de pecuária* (frequentado por seis inquiridos), *Tecelagem* (por quatro inquiridos), *Formação Doméstica* e *Culinária* (com uma frequência de dois inquiridos cada curso). Com menor frequência pelos inquiridos, aparecem os cursos de: *Agricultura Biológica*, *Arraiolos*, *Iniciação à Informática*,

Máquinas Agrícolas, Jardinagem, entre outros (com uma frequência de apenas um inquirido por cada curso indicado).

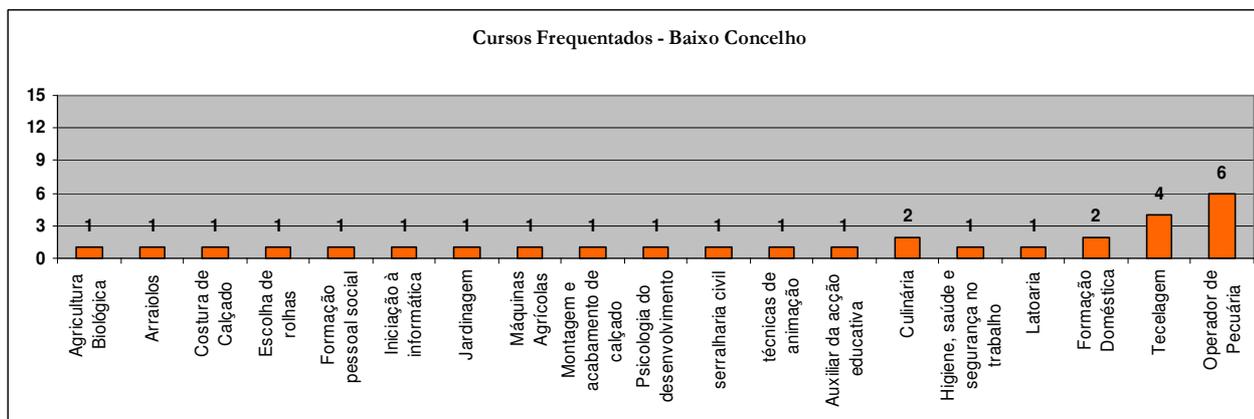


Gráfico 98

Quanto à necessidade actual de frequentar formação profissional, 84% dos inquiridos da amostra do alto concelho apresentam necessidades formativas; no baixo concelho 82% dos inquiridos referem também ter esse tipo de necessidades.

As razões apontadas pelos inquiridos para frequentar acções de formação profissional prendem-se, essencialmente, com a melhoria das condições económicas (razão apontada por 66 inquiridos), seguida da valorização pessoal (indicada por 47 inquiridos) e facilitação da integração profissional (40 inquiridos). Motivos menos indicados envolvem a aquisição de saberes e competências (razão identificada por 32 inquiridos) e melhoria da integração profissional (indicada por 28 inquiridos).

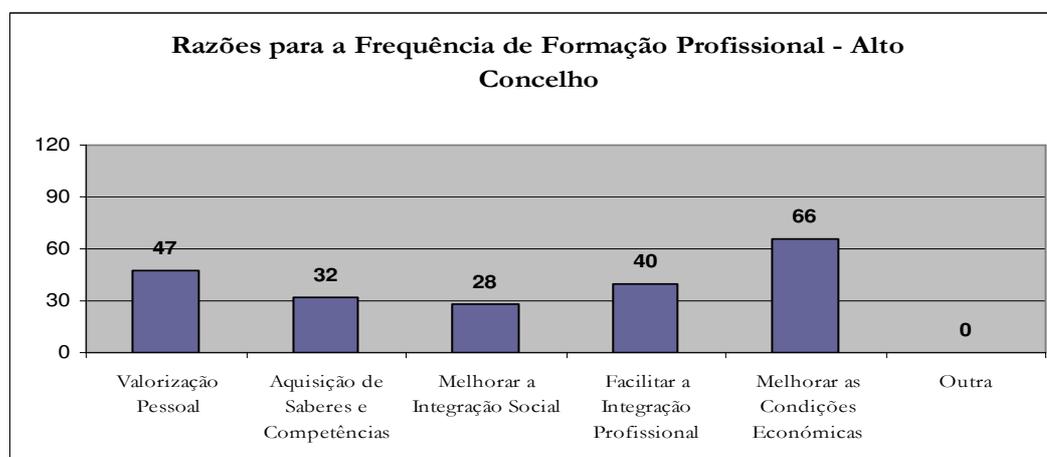


Gráfico 99

No baixo concelho, a razão apontada para a frequência de formação profissional envolve, principalmente, a melhoria das condições económicas (razão apontada por 42 inquiridos). A razão menos identificada pelos inquiridos desta sub-amostra prende-se com a melhoria da integração social (apontada por 19 inquiridos). Os restantes motivos foram apontados de uma forma mais ou menos equilibrada, com uma frequência entre 27 e 28 respostas para os seguintes: valorização pessoal, aquisição de saberes e competências e facilitar a integração social.

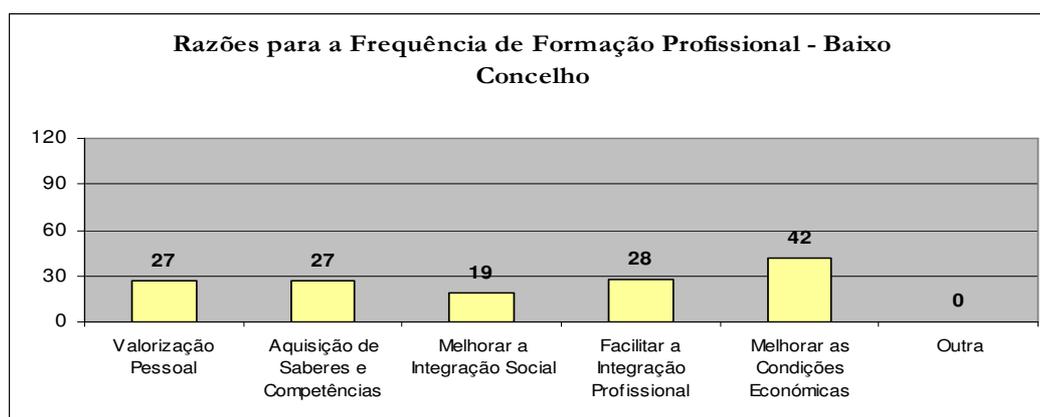


Gráfico 100

Entre os inquiridos que referem ter necessidades formativas, os cursos mais solicitados envolvem, na amostra do alto concelho, *Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade* (com 77 solicitações) e *Acção Educativa* (com 71 solicitações), seguido de *Animação Sócio-Cultural* (com 69 respostas assinaladas), *Geriatría* (com 66 respostas) e *Turismo* (com 56 solicitações). Os cursos menos solicitados são os seguintes: *Produção Animal* (quatro solicitações) e *Produção Agrícola* (com seis solicitações).

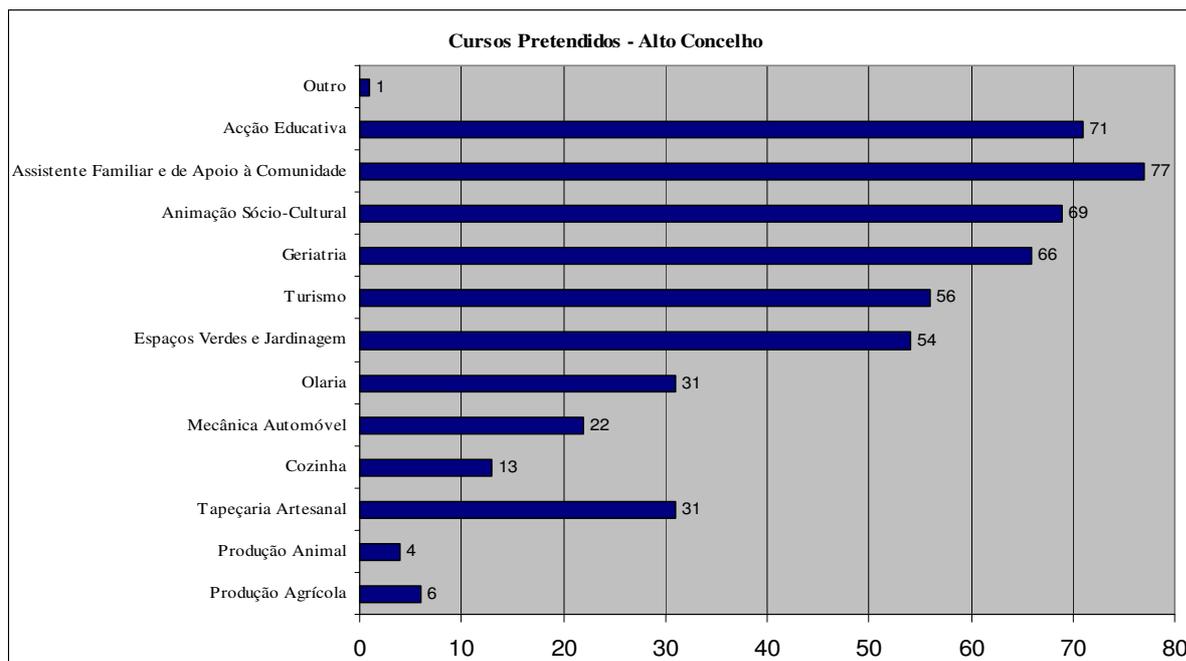


Gráfico 101

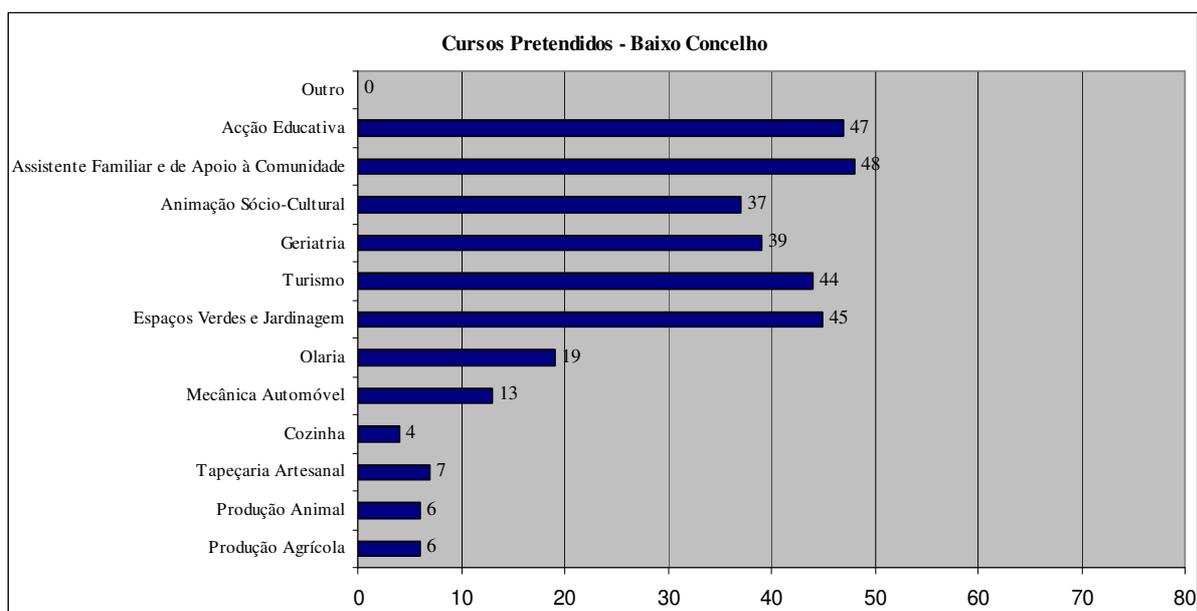


Gráfico 102

No baixo concelho, os cursos mais solicitados são também *Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade* (com 48 solicitações), *Acção Educativa* (com 47 respostas), *Espaços Verdes e Jardinagem* (com 45 solicitações), *Turismo* (com 44 respostas) e *Geriatría* (com 39 respostas). Menos solicitados continuam a ser os cursos de *Produção Agrícola* e *Produção Animal* (seis) e *Cozinha* (quatro).

4.2. Indivíduos (multi)problemáticos - famílias (multi)problemáticas – a visão dos técnicos

Cada família está inserida numa comunidade que comporta uma rede de Instituições (rede secundária) a que a família ou os seus membros podem recorrer. Este envolvimento ocorre naturalmente em algumas fases do ciclo de vida (entrada dos filhos no sistema educativo, acesso ao sistema de emprego, cuidados básicos de saúde ou necessidades de acção social) ou ocorre em períodos de crise (pobreza, dificuldades de saúde, maus tratos). Cada serviço pode funcionar como fonte de *stress* ou de apoio, dependendo das suas características e da própria conjuntura socioeconómica da família (Sousa, 2005). Este conhecimento é possível graças a uma intervenção mais intensiva junto dos cidadãos, e que tem sido observada nos últimos anos, para tentar impedir o impacto negativo provocado por factores de risco social.

Quando as famílias estabelecem uma “relação” com os serviços de apoio e, conseqüentemente, com os técnicos desses serviços, o contacto inicial pode ser feito de três formas distintas: procura de apoio por parte de uma pessoa do agregado, normalmente uma mulher, que procura no apoio institucional soluções para os problemas que enfrentam; uma segunda forma poderá acontecer quando a iniciativa parte dos técnicos das próprias Instituições, pois nem sempre as famílias com necessidades prementes requerem as respostas institucionais existentes; uma última forma de contacto inicial acontece quando o pedido de apoio é feito por familiares ou conhecidos do agregado, já que muitas vezes a família até é conhecedora dos dispositivos sociais existentes, mas não ponderam a possibilidade de os accionar pois sempre viveram numa situação de pobreza envergonhada (idem, 2005).

Desta forma, família e serviços da comunidade apresentam funções complementares: a família é sabedora das suas vivências e experiências e os técnicos são capazes de activar um conjunto de recursos associados ao local em que trabalham, acedendo, de forma mais ou menos profunda, a essas vivências e experiências das famílias com quem interagem.

Os técnicos integrados nas diferentes Instituições são, assim, portadores de um conhecimento da(s) família(s) pelos contactos que vão desenvolvendo com esta(s).

Neste sentido, procedeu-se a uma recolha e análise de informações relativamente à perspectiva dos técnicos sobre os inquiridos e respectivas famílias que constituíram a primeira amostra deste estudo. Tendo sido estes a identificá-los para o estudo, por os caracterizarem como tendo uma ou mais problemáticas no seu interior, afectando um ou mais indivíduos da família, sabe-se que estes técnicos podem dar um contributo importante completando e enriquecendo a caracterização de cada uma das situações identificadas relativamente à (in)existência dos seguintes problemas: económicos, sociais e/ou culturais e patológicos (psicológicos e/ou psiquiátricos). Além da identificação de problemas, pretendeu-se ainda que estes técnicos indicassem algumas acções interventivas que poderiam ajudar determinado agregado adequando à(s) problemática(s) existente(s).

Pretende-se que, desta forma, seja possível obter informações relativamente aos problemas principais que assolam estas famílias sabendo-se todavia que esta recolha e análise de informação está condicionada por alguns constrangimentos, nomeadamente o desconhecimento dos técnicos de outras problemáticas além das indicadas. Muitas vezes, estes têm acesso apenas àquelas informações que são visíveis ou que os próprios indivíduos lhes dizem e não a toda a realidade existente, pois estes indivíduos escondem-na por medo de estigmatização ou mesmo por descrença nos resultados de uma ajuda institucional.

Cada técnico preencheu um questionário (ver “Metodologia”) que prevê a recolha de informação sobre o inquirido que ele mesmo identificou e encaminhou para este estudo de diagnóstico. Por essa razão este questionário preenchido pelos técnicos é designado por “Parte II”, pois complementa o questionário designado por “Parte I” (ver Anexo I e II).

De salientar ainda que os problemas indicados em cada questionário foram levantados a partir de cada indivíduo identificado pelos técnicos aquando a elaboração das listas das pessoas elegíveis para este estudo, mas referem-se a todo o agregado familiar do indivíduo, sendo ela a unidade de análise privilegiada.

4.2.1. Problemas identificados pelos técnicos

4.2.1.1. Problemas económicos

A eventual existência de problemas económicos nas famílias indicadas, foi detectada através da sinalização de emprego precário (mal remunerado, instável, más condições de trabalho, entre outras especificidades), jovens a trabalhar com idade igual ou inferior a 16 anos (detecção de casos de trabalho infantil), baixos níveis de instrução, baixos rendimentos, más condições de habitação/vida (habitação degradada, estragada, insalubridade habitacional, entre outras), ou outro problema relacionado com o nível económico.

A complementar a informação obtida com base nos resultados dos inquéritos da primeira amostra, verificamos a identificação de 83 agregados do alto concelho com problemas económicos (e apenas oito sem este tipo de problemas); no baixo concelho são 50 os agregados com problemas económicos e 14 os que não os têm (pelo menos, na perspectiva dos técnicos). Há, assim, uma maior identificação de problemas económicos na sub-amostra do alto concelho. No entanto, estes dados são aqueles que foram obtidos com os indivíduos da primeira amostra, sendo que, de acordo com as informações dadas pelo Serviço Local de Segurança Social de Castelo de Paiva, os processos de RSI estão mais concentrados no baixo concelho.

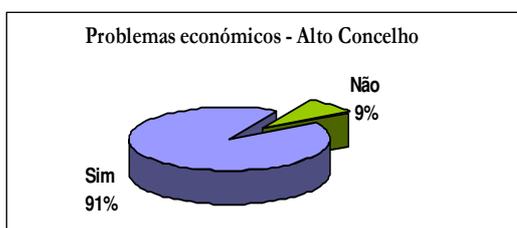


Gráfico 103

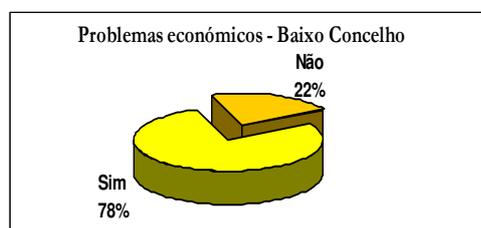


Gráfico 104

Uma das características associadas aos problemas económicos tem a ver com o emprego precário, identificado em 40 agregados do alto concelho e 27 no baixo concelho.

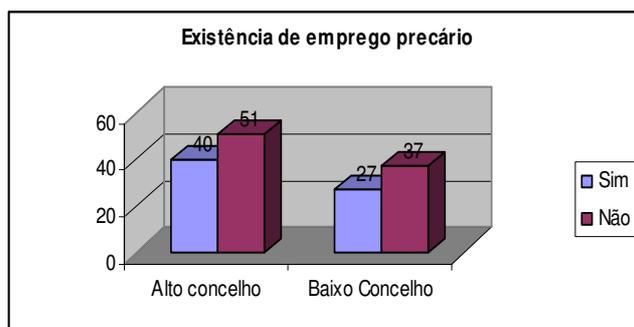


Gráfico 105

Relativamente à caracterização do emprego precário, os técnicos indicam-no como sendo devido à má remuneração (em 36 agregados do alto concelho e 24 do baixo concelho), bem como devido às más condições de trabalho, trabalho instável e trabalho ilegal. Relativamente ao emprego precário, na maioria dos agregados familiares as razões indicadas para essa precariedade são, normalmente, mais que uma.

Caracterização do emprego precário	Alto Concelho	Baixo Concelho
Trabalho mal remunerado	36	24
Más condições de trabalho	14	3
Trabalho instável	23	9
Trabalho ilegal	10	2

Quadro 33 – Caracterização do emprego precário no Alto Concelho e no Baixo Concelho

A identificação de casos de trabalho infantil acontece principalmente para a sub-amostra do alto concelho em que se contabilizam, segundo a informação dos técnicos, nove situações de trabalho de crianças e/ou jovens com idades iguais ou inferiores a 16 anos a trabalharem; no baixo concelho são identificados dois casos de trabalho infantil.

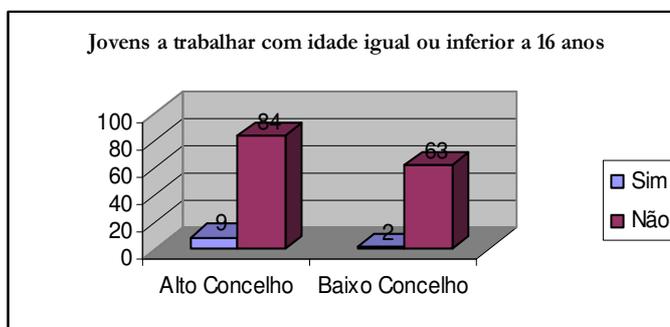


Gráfico 106

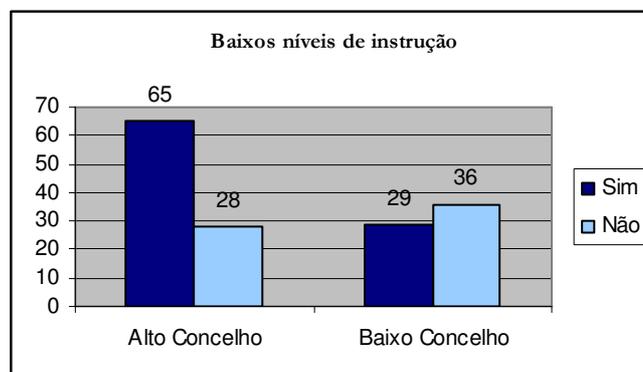


Gráfico 107

Os baixos níveis de instrução atingem um número considerável de agregados familiares, principalmente no alto concelho. Deste modo, são 65 os agregados do alto concelho com elementos que apresentam baixos níveis de instrução; no baixo concelho são contabilizados 29 agregados nos quais se podem identificar elementos com baixos níveis de instrução.

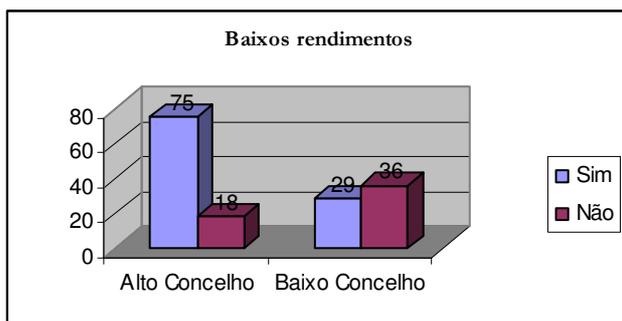


Gráfico 108

De acordo com a informação dos técnicos envolvidos neste estudo de diagnóstico, os baixos rendimentos são uma das causas dos problemas económicos de 75 agregados do alto concelho. No baixo concelho, são 29 os agregados

com problemas em termos de insuficiência no rendimento.

Más condições habitacionais	Alto Concelho	Baixo Concelho
Sim	39	26
Não	54	39

Quadro 34 – Más condições habitacionais identificadas no Alto Concelho e no Baixo Concelho

Os rendimentos insuficientes para o agregado acabam, muitas vezes, por se reflectir em más condições habitacionais. No alto concelho, são 37 os agregados familiares com más condições habitacionais; no baixo concelho são contabilizados 26 agregados com más condições habitacionais.

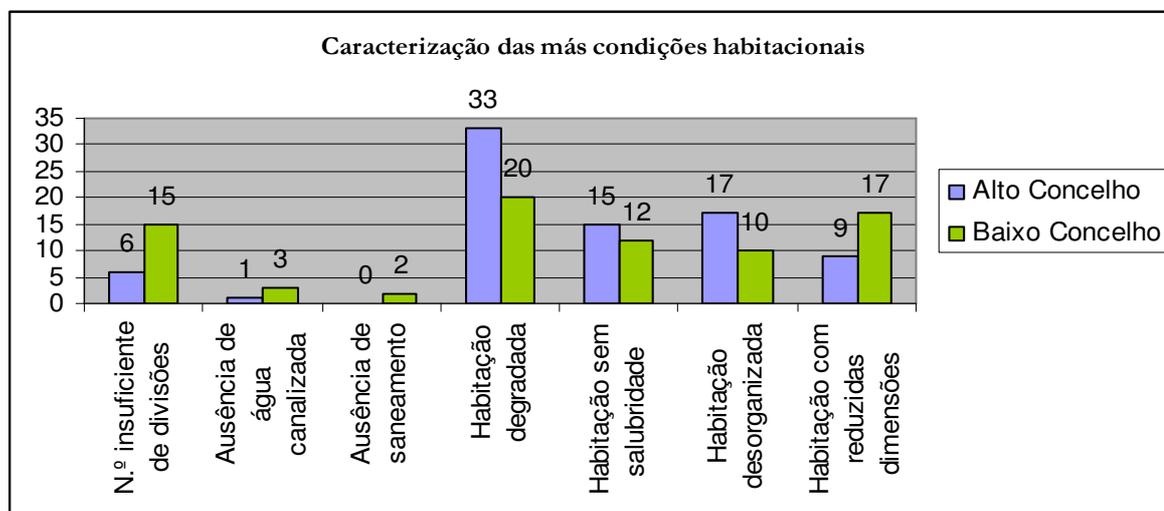


Gráfico 109

As más condições habitacionais que caracterizam alguns dos agregados de ambas as sub-amostras relacionam-se principalmente com a habitação degradada/estragada (em 33 habitações do alto concelho e 20 do baixo concelho). A habitação desorganizada é indicada em 17 agregados do alto concelho e 10 do baixo concelho, enquanto que a falta de salubridade habitacional é apresentada em 15 agregados do alto concelho e 12 do baixo concelho. Seis agregados do alto concelho revelam um número insuficiente de divisões, número que aumenta no caso da sub-amostra do baixo concelho (15 agregados), e são contabilizados nove agregados familiares do alto concelho e 17 do baixo concelho com uma habitação em que as dimensões são reduzidas para o número de elementos que a compõem. A ausência de água canalizada ou de saneamento básico são características menos indicadas pelos técnicos.

Outras causas dos problemas de foro económico	Alto Concelho	Baixo Concelho
Desemprego	59	26
Ausência de hábitos de trabalho	4	3
Défices de competências de trabalho	3	5
Incumprimento dos horários de trabalho	1	0
Dificuldades de integração no mercado de trabalho	1	0
Má gestão orçamental	8	9
Problemas de saúde	0	4

Quadro 35 – Outras causas dos problemas económicos do Alto Concelho e Baixo Concelho

Outros problemas económicos apontados relacionam-se com o desemprego, que poderá estar intimamente relacionado com a ausência de hábitos ou competências de trabalho, bem como com o incumprimento dos horários de trabalho. São também indicadas as dificuldades de integração no mercado de trabalho, destacando-se a má gestão orçamental, em oito agregados do alto concelho e nove do baixo concelho, como uma das causas características dos problemas económicos.

Os problemas económicos apresentados pelos técnicos como característica essencial de mais de metade de ambas as sub-amostras são apresentados como

sendo a consequência mais evidente do desemprego, anunciando diversas dificuldades na vida destes agregados.

4.2.1.2. Problemas sócio-culturais

A identificação de problemas do tipo social-cultural foi feita através da caracterização dos agregados identificados quanto ao isolamento geográfico, défices em termos de autonomia/auto-suficiência, dificuldades no relacionamento/comunicação interpessoal, má gestão orçamental, dificuldades no relacionamento com vizinhos, existência de problemas com a justiça, défices nos hábitos de higiene/alimentação/saúde, dificuldades no acesso aos serviços de saúde, existência de vítimas de discriminação, existência de casos de prostituição, dificuldades no acesso a actividades sócio-culturais, fraca estimulação das crianças/menores através de actividades específicas e outros eventualmente identificados.

Assim, em ambas as sub-amostras são identificados problemas do tipo sócio-cultural – no alto concelho 79% e no baixo concelho 72% dos agregados familiares são apresentados como tendo este tipo de problemas.

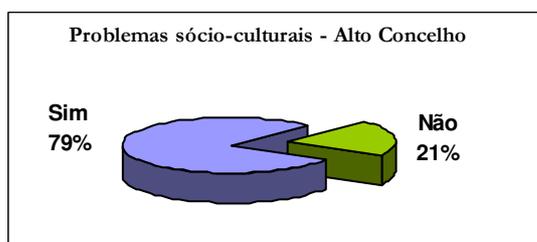


Gráfico 110

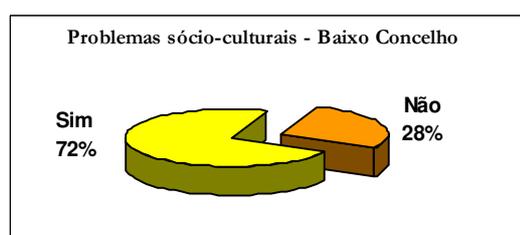


Gráfico 111

O isolamento geográfico, e consequente isolamento social, a que as pessoas de locais mais isolados estão votadas, é um dos problemas sócio-culturais apresentados para 21 agregados do alto concelho e 19 do baixo concelho.

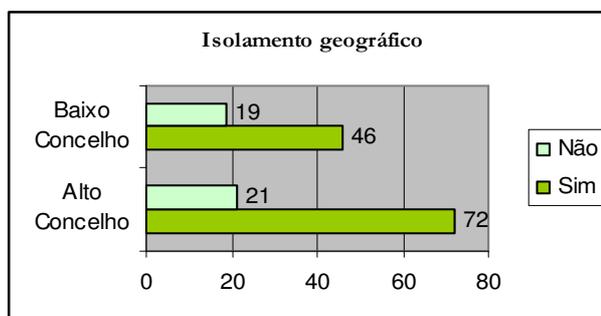


Gráfico 112

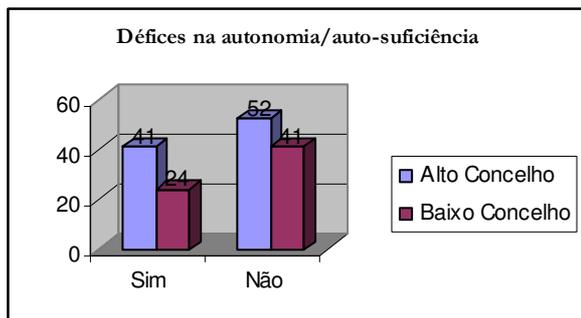


Gráfico 113

Tendo sido indicados alguns problemas em termos de isolamento geográfico, que em casos mais extremos poderá conduzir à solidão, poderá acontecer que estas situações marcadas pelo isolamento restrinja os contactos sociais para os agregados, mantendo as relações sociais sobretudo com grupos privilegiados pertencentes à redes de sociabilidade primárias, familiares mais próximos ou vizinhos. É neste sentido que a falta de competências relacionais se torna mais evidente, existindo ainda uma dificuldade por parte das famílias em contrariar esta situação de modo a ultrapassar as condições mais adversas que se colocam ao nível das relações sociais. Esta dificuldade no relacionamento poderá ainda constituir uma das causas da exclusão social que caracteriza as famílias (multi)problemáticas.

Deste modo, as dificuldades no relacionamento interpessoal existem em 45 agregados do alto concelho e 16 do baixo concelho, sendo que no baixo concelho este é um problema menos evidente aos olhos dos técnicos.

As discórdias com vizinhos são indicadas em 17 situações do alto concelho e 11 do baixo concelho, o que mais uma vez

Os défices em termos de autonomia ou auto-suficiência caracterizam 41 dos agregados familiares do alto concelho e 24 do baixo concelho. Estes dados não se referem a todo o agregado, mas querem dizer que, um ou mais elementos dele apresenta este tipo de défice.

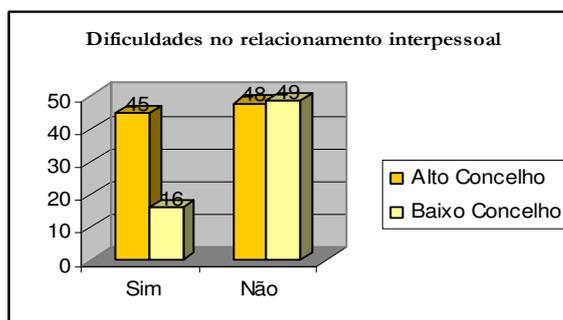


Gráfico 114

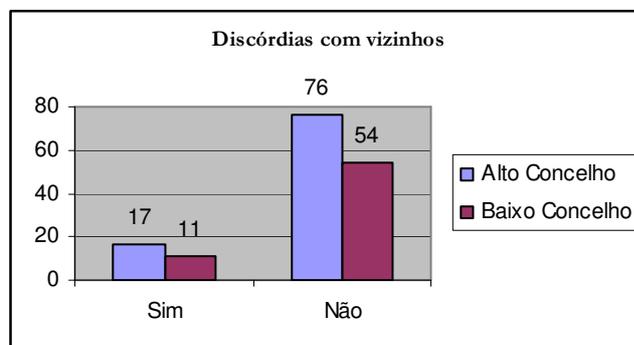


Gráfico 115

reflecte a existência de défices nas competências de relacionamento interpessoal, já referidas anteriormente.

Analisado o acesso a actividades sócio-culturais e respectiva participação, são identificados 26 agregados familiares do alto concelho e 25 do baixo concelho com problemas deste tipo. Estas dificuldades em aceder a actividades de participação na sociedade e cultura, contrariam ainda mais as possibilidades de promoção das competências sociais por parte do indivíduo.

Dificuldades de acesso a actividades sócio-culturais	Alto Concelho	Baixo Concelho
Sim	26	25
Não	67	40

Quadro 36 – Dificuldades de acesso a actividades sócio-culturais no Alto Concelho e Baixo Concelho

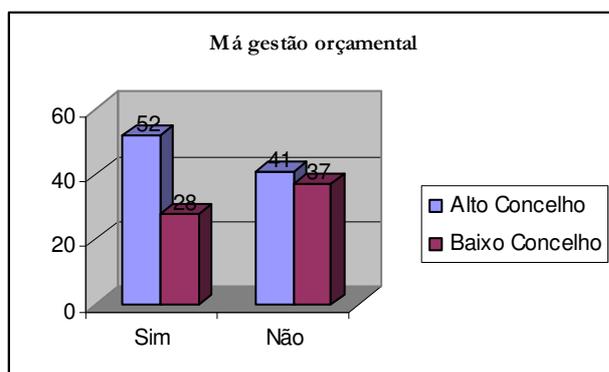


Gráfico 116

A má gestão orçamental é outra problemática que caracteriza estes agregados: 52 no alto concelho e 41 no baixo concelho. Assim, são frequentes as queixas quanto à falta de dinheiro e que levam a pedir ajuda ou apoio social a diferentes entidades, dependendo do tipo

de necessidade sentida pela família. No entanto, em muitas situações, a falta de recursos económicos, mais do que se dever ao facto do rendimento ser insuficiente para o agregado, prende-se com gastos excessivos em bens dispensáveis (por exemplo, um telemóvel novo) ou em “vícios” (tabaco ou álcool, principalmente).

Especificidade da má gestão orçamental	Alto Concelho	Baixo Concelho
Rendimento baixo	27	8
Orçamento gasto prioritariamente em vícios	11	9
Orçamento gasto prioritariamente em bens dispensáveis	14	11

Quadro 37 – Caracterização da má gestão orçamental no Alto Concelho e Baixo Concelho

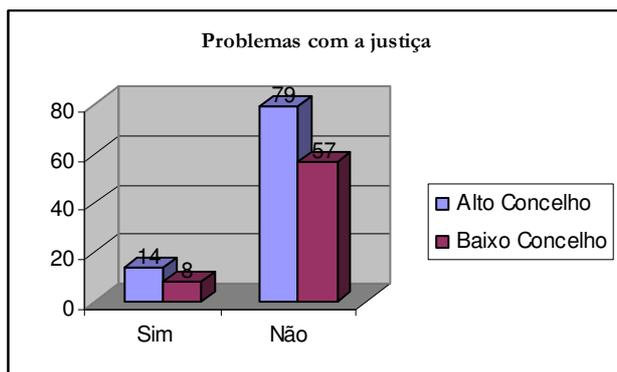


Gráfico 117

Os problemas com a justiça estão também presentes, de acordo com a informação dos técnicos, nestes agregados (14 agregados do alto concelho e oito do baixo concelho são apresentados como tendo algum problema deste tipo). O problema que mais famílias envolve diz respeito ao contacto com substâncias ilícitas, mais concretamente, com a droga. Há ainda dois casos no alto concelho e um no baixo concelho cujos problemas com a justiça se devem a situações de violência doméstica. Problemas relacionados com desacatos e roubos são observados em dois agregados do alto concelho e dois agregados do baixo concelho. Verifica-se ainda um caso no alto concelho de condução de automóvel sem licença e dois casos, também no alto concelho, em que se observam problemas relacionados com a tutela dos filhos.

Especificidade dos problemas com a justiça	Alto Concelho	Baixo Concelho
Contacto com droga	5	3
Constituído arguido por violência doméstica	2	1
Problemas relacionados com a tutela dos filhos	2	0
Desacatos	2	2
Roubos	2	2
Condução de automóvel sem licença	1	0

Quadro 38 – Caracterização dos problemas com a justiça no Alto Concelho e Baixo Concelho

As famílias visivelmente (multi)problemáticas são também, não raras as vezes, caracterizadas pela falta de hábitos no que respeita à higiene, seja ela pessoal ou habitacional.

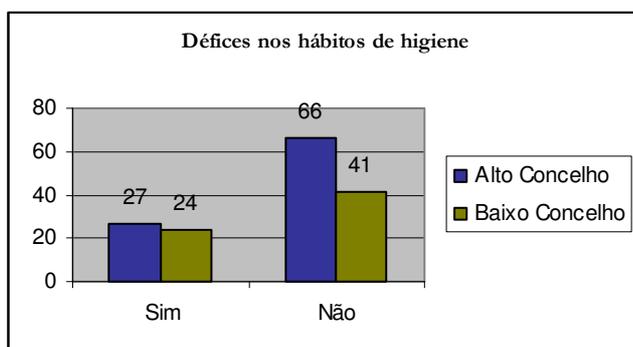


Gráfico 118

Nas famílias que serviram este estudo, e segundo a informação dos técnicos, verificou-se que os défices em termos de higiene existem em 27 agregados do alto concelho e 24 do baixo concelho.

A falta de higiene é relacionada com a falta de hábitos alimentares (em elementos de 13 agregados do alto concelho e em elementos de 12 agregados do baixo concelho), com a ausência de hábitos de higiene pessoal (em 11 agregados do alto concelho e sete do baixo concelho), com a ausência de hábitos de higiene do lar e também com a ausência de hábitos de higiene dos filhos (em três agregados do alto concelho).

Caracterização dos défices nos hábitos de higiene	Alto Concelho	Baixo Concelho
Ausência de hábitos alimentares saudáveis	13	12
Ausência de hábitos de higiene pessoal	11	7
Ausência de hábitos de higiene do lar	13	6
Ausência de cuidados de saúde	10	6
Ausência de hábitos de higiene dos filhos	3	0

Quadro 39 – Caracterização dos défices nos hábitos de higiene

As dificuldades no acesso aos serviços de saúde parecem afectar, segundo os técnicos, elementos de nove agregados do alto concelho e elementos de dez agregados no baixo concelho.

Essas dificuldades envolvem: recusa dos cuidados de saúde (negligência), no caso dos elementos de um agregado do baixo concelho, barreiras arquitectónicas (no caso de um agregado do alto concelho), limitações monetárias (em dois agregados do alto concelho e um no baixo concelho) e isolamento geográfico (dificuldade observada em seis agregados do alto concelho e oito do baixo concelho).

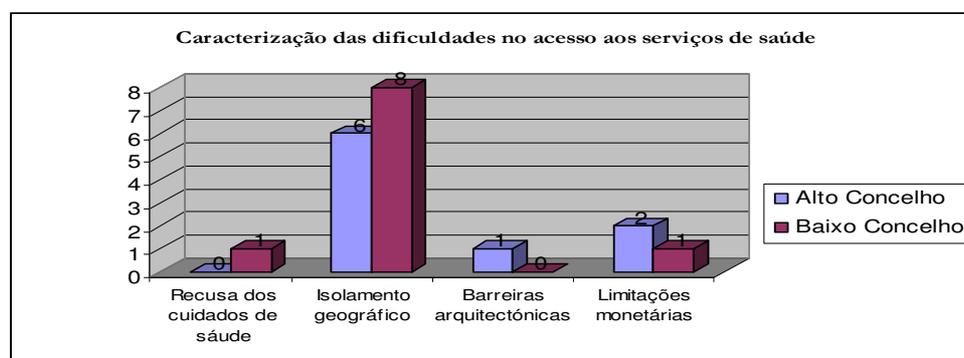


Gráfico 119 – Caracterização das dificuldades no acesso aos serviços de saúde no Alto Concelho e Baixo Concelho

Vítimas de discriminação, segundo a informação dos técnicos, existem, ou já existiram, em elementos de 17 agregados familiares do alto concelho e três do baixo concelho (diferença significativa). Esta discriminação ocorre(u) em indivíduos com deficiência, indivíduos com défices em termos de higiene, indivíduos com poucos ou nenhuns recursos económicos, em indivíduos que foram discriminados em função do sexo, indivíduos introvertidos e em indivíduos com problemas de álcool e toxicodependência.

Caracterização da discriminação	Alto Concelho	Baixo Concelho
Elemento do agregado discriminado em função da deficiência	5	1
Elemento do agregado discriminado em função da falta de higiene	3	0
Elemento do agregado discriminado em função da pobreza	4	1
Elemento do agregado discriminado por preconceitos sexuais	1	0
Elemento do agregado muito introvertido	1	0
Elemento do agregado discriminado pelo consumo de álcool	1	0
Elemento do agregado discriminado por ser toxicodependente	2	1

Quadro 40 – Causas da discriminação no Alto Concelho e Baixo Concelho

Assim, parece existir uma série de factores, inerentes à pessoa em causa, que levaram a determinadas situações de discriminação, que são mais frequentes no alto concelho.

Relativamente à identificação de casos de prostituição nos agregados familiares do presente estudo, os técnicos identificam apenas três casos no alto concelho e um no baixo concelho. Apesar deste não ser um número elevado, acaba por ser um problema social que afecta o funcionamento, saudável, da família, afectando não só o elemento em causa mas todo o agregado. Este problema poderá ainda surgir como consequência dos problemas económicos caracterizados anteriormente.

Os técnicos identificam ainda casos de agregados familiares que não proporcionam o desenvolvimento das suas crianças através de actividades específicas – 23 agregados no alto concelho e 16 no baixo concelho, com crianças que não integram actividades promotoras do seu desenvolvimento.

Fraca estimulação desenvolvimental das crianças através de actividades específicas	Alto Concelho	Baixo Concelho
Sim	23	16
Não	70	49

Quadro 41 – Crianças estimuladas através de actividades no Alto Concelho e Baixo Concelho

Outros problemas do tipo social-cultural são identificados pelos técnicos, nomeadamente, um caso de bigamia no baixo concelho e um caso de abandono escolar precoce no alto concelho.

4.2.1.3. Problemas patológicos: psicológicos/psiquiátricos

Dadas as consequências que os problemas económicos e sócio-culturais poderão trazer para os indivíduos, foram analisados os problemas de tipo patológico (psicológico e/ou psiquiátrico) presentes nestes agregados familiares identificados e caracterizado pelos técnicos. A caracterização deste tipo de problemas baseia-se em dados sobre a especificidade de elementos com comportamentos agressivos, elementos com abuso no consumo de álcool, elementos com problemas de toxicodependência, problemas no relacionamento e comunicação familiar ou alterações comportamentais desadaptativas devidas ao consumo de substâncias, caracterização de problemas relacionais entre pais e filhos, indicação de problemas relacionais, caracterização de situações de violência e/ou maus-tratos (contra crianças, mulheres ou homens), indicação de elementos com deficiência e presença de elementos com baixa auto-estima. Pede-se ainda para serem apontados outros problemas do foro patológico não abrangidos pelas categorias indicadas.

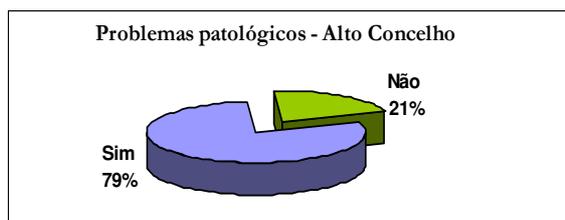


Gráfico 120

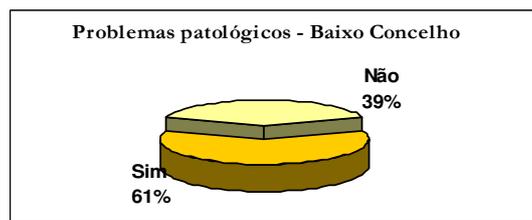


Gráfico 121

Deste modo, 79% dos agregados do alto concelho e 61% dos agregados do baixo concelho são apresentados como tendo elementos com problemas do tipo patológico (psicológico/psiquiátrico).

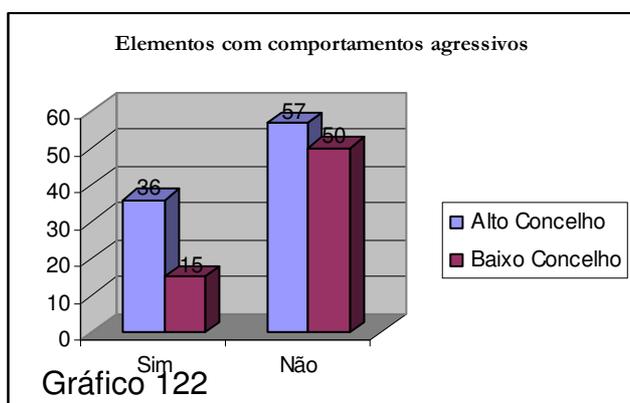


Gráfico 122

Uma das características presentes em 36 agregados do alto concelho e 15 do baixo concelho relaciona-se com a existência de indivíduos com comportamentos agressivos nesses agregados.

Caracterização da agressividade no agregado familiar	Alto Concelho	Baixo Concelho
Agressividade mútua no casal	3	2
Roubos	3	2
Lutas físicas com estranhos	3	1
Abandono do lar	0	1
Agressividade do cônjuge	9	4
Agressividade do filho	9	1
Fugas de casa	1	1
Agressividade do irmão	1	0
Comportamentos conflituosos com 3.ºs	4	2
Desrespeito mútuo no seio do agregado familiar	2	1
Agressividade dos pais contra filhos	1	0

Quadro 42 – Caracterização da agressividade nas famílias no Alto Concelho e no Baixo Concelho

A agressividade caracterizada pelos técnicos permite evidenciar alguma instabilidade nas relações familiares. São assim destacadas situações de agressividade do cônjuge (em nove agregados do alto concelho e quatro do baixo concelho), assim como de agressividade no filho. A fragilidade das relações entre os elementos do agregado é também suportada por situações de agressividade mútua no casal, por fugas de casa, abandono do lar, desrespeito, lutas físicas e

agressividade dos pais contra os filhos. Parece assim existir uma conflitualidade característica de alguns agregados, com uma forte componente de agressividade que enfraquece os laços familiares.

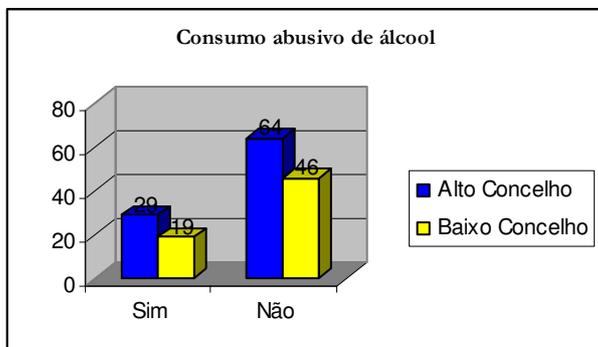


Gráfico 123

Os problemas relacionados com o consumo abusivo de álcool são contabilizados em 29 agregados familiares do alto concelho e 19 do baixo concelho.

Os problemas relacionados com as substâncias ilícitas, mais concretamente, com drogas, são indicados em 16 agregados familiares do alto concelho e 12 do baixo concelho. São números relativamente elevados, observando-se ainda 16

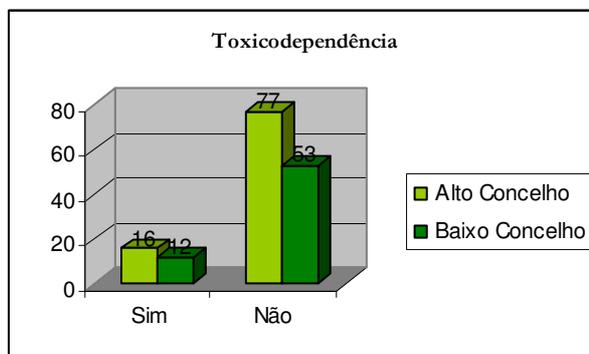


Gráfico 124

situações (oito do alto e oito do baixo concelho) de consumo de drogas ilícitas, duas situações de tráfico de droga (no alto concelho), três situações no alto concelho de consumo de ansiolíticos e situações de consumo de drogas lícitas (nomeadamente, tabaco) – 16 no alto concelho e 10 no baixo concelho.

Caracterização da relação com as drogas	Alto Concelho	Baixo Concelho
Consumo de droga	8	8
Tráfico de droga	0	2
Consumo de ansiolíticos	3	0
Tabaco	16	10

Quadro 43 – Caracterização da relação com as drogas no Alto Concelho e no Baixo Concelho

A dependência das drogas constitui uma necessidade compulsiva de consumir uma droga para obter certos estados “positivos” ou para evitar certos estados ou efeitos “negativos” que advêm da sua privação. As causas da

toxicod dependência são complexas e vão desde a simples curiosidade à necessidade de integração num grupo ou a problemas vividos no seio familiar. Por outro lado, estas causas, nomeadamente os problemas familiares, podem também ser vistas como conseqüências do consumo. A necessidade de consumir drogas leva a exigir, como é do conhecimento de todos, bastante dinheiro para as necessidades que necessita; esta necessidade pode levar o toxicod dependente a adoptar comportamentos criminosos, desadaptativos, até mesmo com a própria família.

Em 25 casos do alto concelho e 12 do baixo concelho são indicadas alterações comportamentais desadaptativas ou funcionamento familiar desarmonioso devido ao consumo de substâncias. Deste modo, é especificado o funcionamento familiar desarmonioso, a agressividade no seio do agregado familiar e a dificuldade no relacionamento conjugal, devidos ao consumo abusivo quer de substâncias ilícitas quer de substâncias lícitas (como é o caso do álcool). Assim, parece existir uma associação entre o consumo de álcool e/ou drogas ilícitas à violência doméstica, às dificuldades de relacionamento entre os familiares e demais problemas na família.

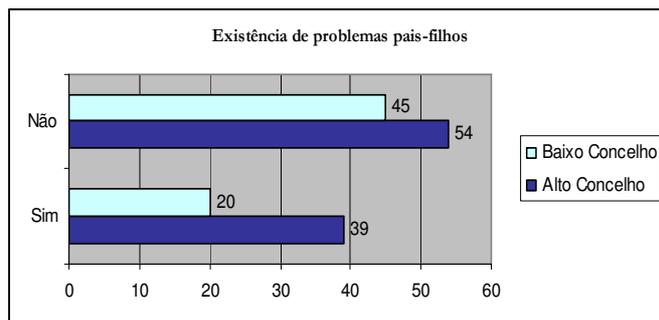


Gráfico 125

A reforçar a pobre estrutura familiar estão os problemas existentes, e identificados pelos técnicos, relativamente à relação pais-filhos. Assim, são identificados 20 agregados do baixo concelho e 39 do alto concelho em que existem os problemas entre pais e filhos.

Os problemas conjugais são também uma realidade identificada pelos técnicos, contabilizando-se 19 situações no baixo concelho e 26 no alto concelho. Estes problemas conjugais, muitas vezes

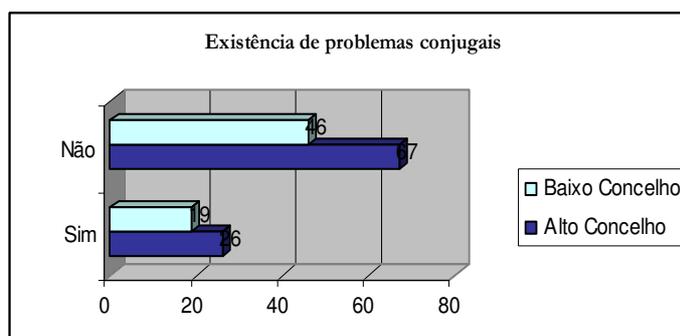


Gráfico 126

traduzidos sob comportamentos violentos na conjugalidade, manifestam-se com frequência, de forma contínua e arbitrária, podendo qualquer facto conduzir ao episódio de maus-tratos (Antunes, 2003).

No que diz respeito aos casos de violência doméstica identificados pelos técnicos nestes agregados familiares, constata-se que o tipo de violência mais frequente é o que vitimiza crianças e mulheres. Os homens são os menos indicados enquanto vítimas de maus-tratos e/ou violência por parte das mulheres.

O processo que desencadeia a violência doméstica pode eclodir a partir de palavras, de um empurrão ou de uma bofetada. O processo pode evoluir e revelar um padrão de violência; com o passar do tempo e não havendo qualquer intervenção, as agressões aumentam a sua intensidade e frequência. Desta situação, é certo que as vítimas de violência doméstica ficam estigmatizadas com sentimentos de solidão, raiva, angústia, desapontamento e amargura (idem, 2003).

Existência de Violência	Sobre crianças		Homens sobre mulheres		Mulheres sobre homens	
	Alto Concelho	Baixo Concelho	Alto Concelho	Baixo Concelho	Alto Concelho	Baixo Concelho
Sim	15	9	14	12	3	2
Não	78	56	79	53	90	63

Quadro 44 – Violência e maus-tratos existentes no Alto Concelho e no Baixo Concelho

Caracterizando o tipo de violência e/ou maus-tratos sobre crianças ou jovens, o abuso emocional é o que atinge maior número de situações no alto concelho (contabilizam-se cinco agregados do alto concelho cujos menores já

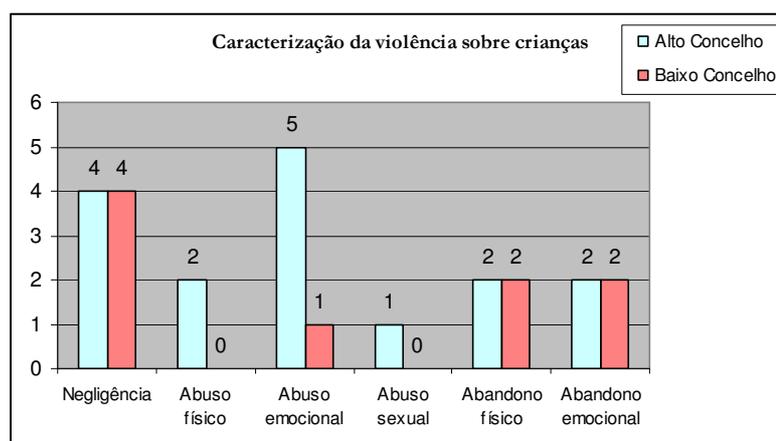


Gráfico 127

sofreram este tipo de abuso). O abuso emocional poderá caracterizar-se pela incapacidade em proporcionar à criança um ambiente de tranquilidade, bem-estar emocional e afectivo, por recriminações e humilhações verbais frequentes ou ainda situações de grande violência e conflito familiar que proporcionem um clima de terror e medo.

A negligência em relação às crianças existentes é um tipo de abuso observado em quatro agregados do alto concelho e quatro do baixo concelho. A negligência caracteriza-se pela incapacidade em proporcionar à criança a satisfação das suas necessidades básicas de saúde, alimentação, higiene, afecto e vigilância, indispensáveis ao seu crescimento e desenvolvimento normais.

O abuso físico é contabilizado em duas situações do alto concelho e o abuso sexual de crianças ou menores é também observado num caso do alto concelho. O abandono físico e o abandono emocional são observados em duas situações do alto concelho e duas do baixo concelho (duas para cada tipo de violência). O abandono inclui crianças que são abandonadas nas maternidades, hospitais ou outras Instituições ou crianças que são fechadas em casa ou deixadas na rua, sem cuidados de alimentação e vigilância.

Não é possível estabelecer uma relação simples entre o tipo de maus-tratos e as suas consequências a longo prazo, dado que a maior parte são casos em há mais que um tipo e a todos eles estão subjacentes os maus tratos emocionais, os quais, pela sua natureza, são difíceis de identificar e controlar. A longo prazo, a gravidade das consequências depende de vários factores nomeadamente o tipo e duração, grau de relacionamento com o agressor, idade, nível de desenvolvimento, personalidade do menor e nível de violência e das ameaças sofridas (Magalhães, 2002). Os crimes sexuais parecem ter consequências mais graves quando suportadas por alguns factores; no caso da negligência emocional associada a situações de pobreza extrema é difícil distinguir entre as consequências deste tipo de negligência e as consequências da pobreza associada às condições de precariedade que muitas crianças vivem. Para lá da possibilidade de ocorrer a morte e de se verificarem graves consequências orgânicas, os problemas psicossociais são, pela elevada frequência e pelas consequências que irão ter em termos futuros, questões de relevo e às quais se deve atribuir a respectiva importância (idem, 2002).

De salientar ainda que, a este nível de identificação e caracterização, há entraves que são colocados, nomeadamente, a dificuldade em estabelecer limiares entre o que são práticas educativas e punitivas adequadas e maus-tratos; pouca visibilidade do fenómeno, dado que corre essencialmente na esfera doméstica; e a dificuldade em avaliar o seu impacto específico devido à sua frequente associação com outros factores negativos (pobreza, desorganização familiar, isolamento social, entre outros) (Magalhães, 2002).

Segundo os dados da CPCJ de Castelo de Paiva, o número de casos de menores inseridos em diversos contextos problemáticos, que os colocam em situação de risco, tem aumentado desde Janeiro do presente ano.

Só no ano de 2005, entraram os seguintes processos na CPCJ:

Freguesias	Masculino	Feminino	Nº total de menores
Bairros	2	3	5
Fornos	2	3	5
Paraíso	1	0	1
Raiva	3	1	4
Real	0	1	1
Sta. M ^a . de Sardoura	5	0	5
S. Martinho de Sardoura	2	3	5
Sobrado	0	1	1
Total de Menores	15	12	27

Quadro 45 – N^o de menores da CPCJ de Castelo de Paiva, relativos ao ano de 2005

Deste modo, há um número considerável de casos, que tem vindo a aumentar nesta entidade, tratando-se de um modo geral, de problemáticas relacionadas com o abandono e insucesso escolar, negligência, maus-tratos físicos

e psicológicos, abuso sexual e comportamentos desviantes (associados a consumos).

No entanto, há casos de menores que naturalmente ainda não estão identificados, sendo incerto o número de crianças que poderão continuar a ser vítimas de maus-tratos ou violência, que se encontram em risco, até sinalização dessa situação.

Relativamente ao tipo de violência observada contra as mulheres, ela caracteriza-se por ser, fundamentalmente, do tipo abuso físico (em oito situações do alto concelho e nove do baixo concelho) e abuso emocional (para oito

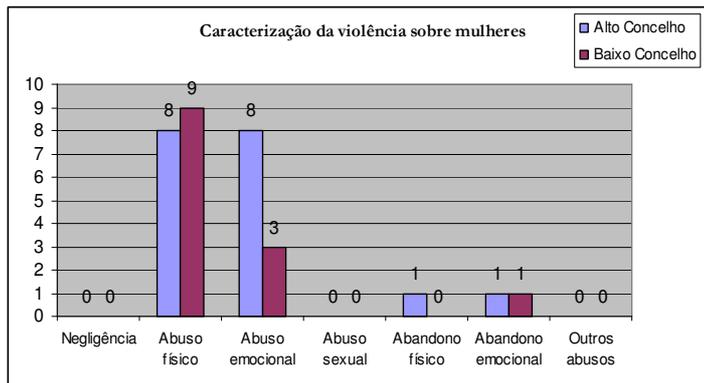


Gráfico 128

situações do alto concelho e três do baixo concelho). Contabiliza-se ainda uma situação de abandono físico e uma de abandono emocional, ambas no alto concelho, e uma situação também de abandono emocional, mas no baixo concelho. Segundo Antunes (2003), e relativamente à vítima, parece não poder afirmar-se a existência de um perfil típico para as vítimas de violência doméstica, a não ser que são maioritariamente mulheres ou a parte mais débil de uma relação.

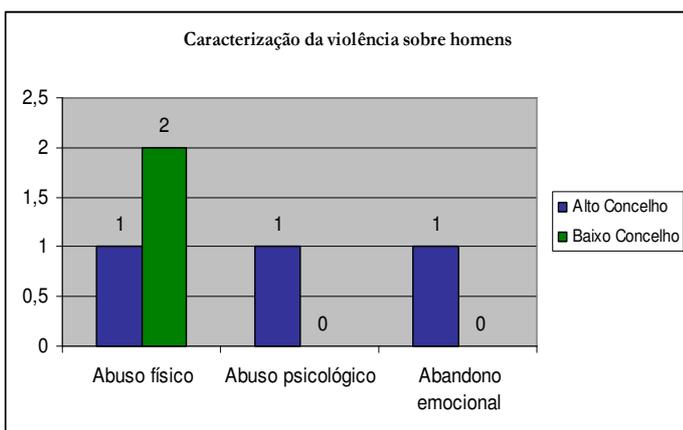


Gráfico 129

baixo concelho.

A violência dirigida aos homens é a menos frequente, correspondendo, segundo os técnicos, a um caso de abandono emocional, um caso de abuso físico e um caso de abuso psicológico, no alto concelho, e a dois casos de abuso físico no

Qualquer estratégia de intervenção requer que se compreenda o que se passa aos níveis da vítima, do agressor, do ciclo da violência e da espiral da violência (Antunes, 2003). São conhecidas as causas próximas deste quadro: tendências para a violência baseadas nas crenças e nas atitudes; situações de *stress* (desemprego, problemas financeiros, gravidez, mudanças de papel); frustração; alcoolismo ou toxicoddependência; vivências infantis de agressão ou de violência parental; personalidade sádica; e perturbações mentais ou físicas (idem, 2003).

No entanto, a violência é gerada pela necessidade de um dos cônjuges, um dos companheiros ou um dos elementos da unidade familiar dispor do poder e do controlo total da relação.

A existência de pessoas com deficiência é identificada em 24 agregados familiares do alto concelho e 10 agregados do baixo concelho.

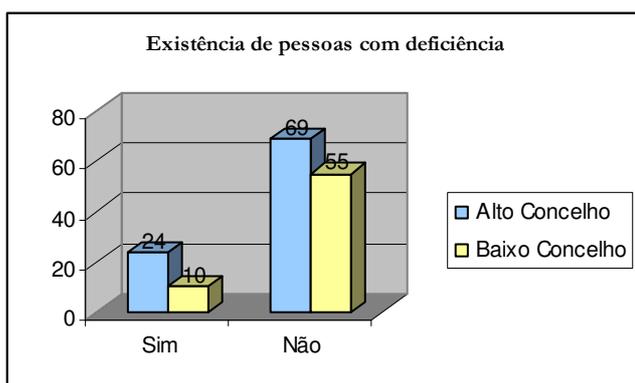


Gráfico 130

Os casos de deficiência sinalizados pelos técnicos caracterizam-se por ser, principalmente, do tipo moderada (11 casos no alto concelho e quatro no baixo concelho), contabilizando-se ainda sete casos de deficiência

grave/profunda no alto concelho e dois no baixo concelho, e seis situações de deficiência ligeira no alto concelho e quatro no baixo concelho.

Tipo de deficiência	Alto Concelho	Baixo Concelho
Ligeira	6	4
Moderada	11	4
Grave/profunda	7	2

Quadro 46 – Tipo de deficiência presente no Alto Concelho e Baixo Concelho

Claro que, para estas situações de deficiência, é necessário assegurar uma prestação de cuidados de apoio, pois verifica-se associada a situações de dependência. Esta prestação de cuidados gera problemas vários relacionados com

stress, saúde física e mental, sentimentos de frustração para quem cuida da pessoa deficiente e para toda a família. Por vezes, há situações em que as pessoas têm que colocar como prioridade a prestação de cuidados aos familiares deficientes, acabando por condicionar os próprios projectos de vida.

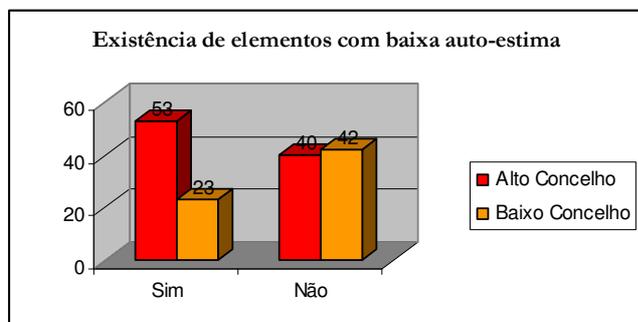


Gráfico 131

São ainda identificados pelos técnicos elementos com problemas em termos de auto-estima em 53 agregados do alto concelho e 23 do baixo concelho. Estes défices na auto-estima poderão ter diversas causas (como os problemas económicos, as dificuldades em integrar o mundo de trabalho, a discriminação já alguma vez sentida, os problemas existentes no seio da família, entre outros) que se interrelacionam com as consequências (isolamento social, não participação em actividades sócio-culturais, falta de competências interpessoais, entre outras). De acordo com a informação do serviço de psicologia do Centro de Saúde de Castelo de Paiva, as depressões constituem o maior número de ocorrências entre as pessoas que procuram este serviço. As causas para estas depressões são, na sua maioria, e de acordo com a mesma fonte de informação, conflitos familiares, desemprego e consequentes problemas económicos.

Além dos problemas do tipo psicológico/psiquiátrico contemplados no questionário, os técnicos identificaram outros problemas. No alto concelho são indicados mais 24 tipos de problemas patológicos e no baixo concelho são indicados mais nove tipos.

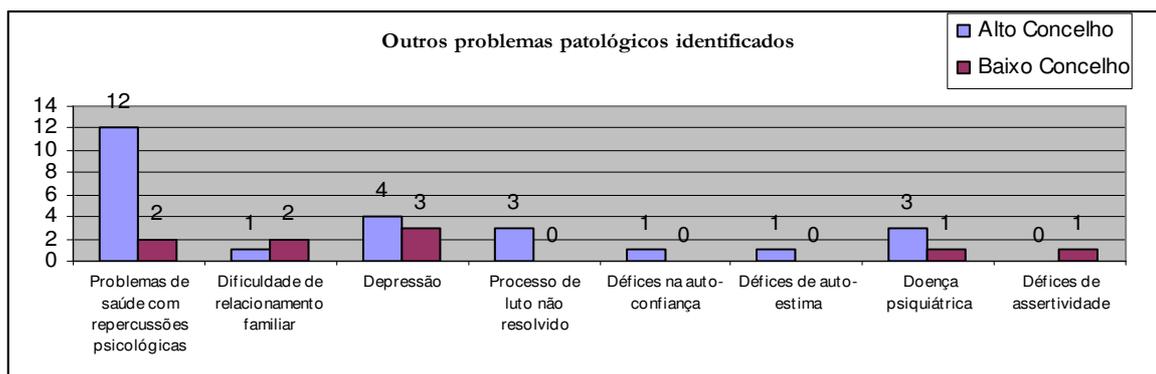


Gráfico 132

Os que mais se sobressaem no alto concelho são os problemas de saúde com repercussões psicológicas (12 casos indicados), seguidos das situações de depressão (quatro situações no alto concelho e três no baixo concelho). São ainda contabilizados três casos no alto concelho de luto não resolvido, três casos no alto concelho e um no baixo concelho de doença psiquiátrica, um caso no alto concelho e dois no baixo concelho de dificuldades de relacionamento familiar, um caso de défices de auto-estima e um de défices de auto-confiança, ambos do alto concelho, e ainda um caso no baixo concelho com problemas de assertividade.

Ao longo da análise dos problemas centrais levantados pelos técnicos que caracterizaram estes agregados familiares, foram realçados os principais aspectos que contribuem para a existência e desenvolvimento de vários problemas.

Deste modo, destacam-se os problemas económicos, associados ao desemprego e aos baixos níveis de instrução; a habitação é também um factor de vulnerabilidade destes grupos e que assume alguma visibilidade, pois são observados agregados familiares a viverem em condições de habitação muito precárias e com grandes carências de infra-estruturas.

Esta caracterização contempla também a perda de vínculos sociais e de uma deficitária participação na sociedade e cultura, sendo esta uma realidade bem visível em muitas das famílias analisadas.

Em termos de caracterização dos agregados relativamente aos problemas psicológicos/psiquiátricos, é traçado um quadro de instabilidade e vulnerabilidade, no caso dos elementos de algumas famílias, marcadas pelas consequências do abuso de álcool, casos de toxicodependência, violência doméstica, problemas

relacionais e comunicacionais no seio da família (entre cônjuges e entre pais e filhos), deficiência, problemas de auto-estima ou outros. As situações patológicas referidas apresentam-se como prováveis factores conducentes a rupturas familiares, podendo ainda estar subjacentes a situações de exclusão social.

Comparando os problemas reconhecidos pelos próprios inquiridos (multi)problemáticos e pelos técnicos que os identificaram, verifica-se que há respostas com alguma concordância e outras que se caracterizam pela sua disparidade em termos de acontecimentos ou situações reais.

Problemas	Identificados pelos técnicos		Identificados pelos inquiridos	
	Alto Concelho N	Baixo Concelho N	Alto Concelho N	Baixo Concelho N
<i>Habitação</i>	39	26	13	23
<i>Trabalho Infantil</i>	9	2	2	1
<i>Má gestão orçamental</i>	8	9	3	1
<i>Discórdia dom os vizinhos</i>	17	11	0	1
<i>Problemas com a justiça</i>	14	8	7	5
<i>Discriminação</i>	17	3	18	14
<i>Prostituição</i>	3	1	0	0
<i>Abuso de álcool</i>	29	19	14	14
<i>Toxicoddependência</i>	16	12	3	10
<i>Deficiência</i>	24	10	30	11

Quadro 47 – Número de problemas identificados pelos técnicos e pelos inquiridos da 1ª amostra

O problema identificado com maior concordância entre a informação dos técnicos e a informação dos indivíduos tem a ver com a deficiência.

De um modo geral, o número de problemas nos agregados familiares que é apresentado pelos técnicos é maior do que aquele que é apresentado pelo inquirido, ou seja, há uma discrepância entre a análise dos dados perspectivada

segundo os dois pontos de vista adoptados, revelando-se mais evidentes os problemas percebidos pelos técnicos.

Esta situação acontece nos problemas relacionados com a prostituição, alcoolismo, toxicodependência, habitação, discórdias com vizinhos, problemas com a justiça, trabalho infantil e má gestão orçamental. Tratam-se de problemas que tendem a ser escondidos por múltiplas razões, entre as quais, o medo de estigmatização, vergonha, interpretação de determinada situação como não sendo um verdadeiro problema (por exemplo, o consumo de álcool é bem aceite na sociedade, podendo acontecer que os inquiridos não identifiquem esse comportamento, ainda que abusivo, como um problema; ou o caso de uma habitação poder ser considerada degradada pelo técnico, mas pelo inquirido, que conheceu piores condições, aquele espaço é suficiente para a sua família e tem as condições que vê como razoáveis).

Pelo contrário, casos relacionados com a fraca estimulação de crianças através de actividades extra-curriculares, promotoras de um desenvolvimento enriquecido, são identificados em maior número pelos inquiridos quando comparado com os técnicos. Esta situação repete-se também com a identificação de vítimas de discriminação: há mais inquiridos a referirem já ter sido vítimas de discriminação do que aqueles que os técnicos indicam. São situações de vida mais particulares, específicas de determinada situação, à qual nem sempre os técnicos têm acesso a essa informação.

4.2.2. Acções interventivas sugeridas

Em geral, com uma intervenção pretende-se ajudar a resolver um problema e, mais importante, descobrir e activar as competências de quem o sente (Fraser, 1995, cit. in Sousa, 2005). Na circunstância particular das famílias (multi)problemáticas os problemas são variados e a intervenção mais comum dirige-se no sentido de remediar situações mais pontuais. Paralelamente, os técnicos têm muitas dificuldades em identificar competências para activar nestas famílias, os comentários e avaliações que tecem a estes casos descrevem múltiplos aspectos negativos, tornando impossível perscrutar circunstâncias positivas (Sousa, 2005).

No entanto, intervenções que respeitem e se ajustem às características e respectivas necessidades das famílias (multi)problemáticas são necessárias.

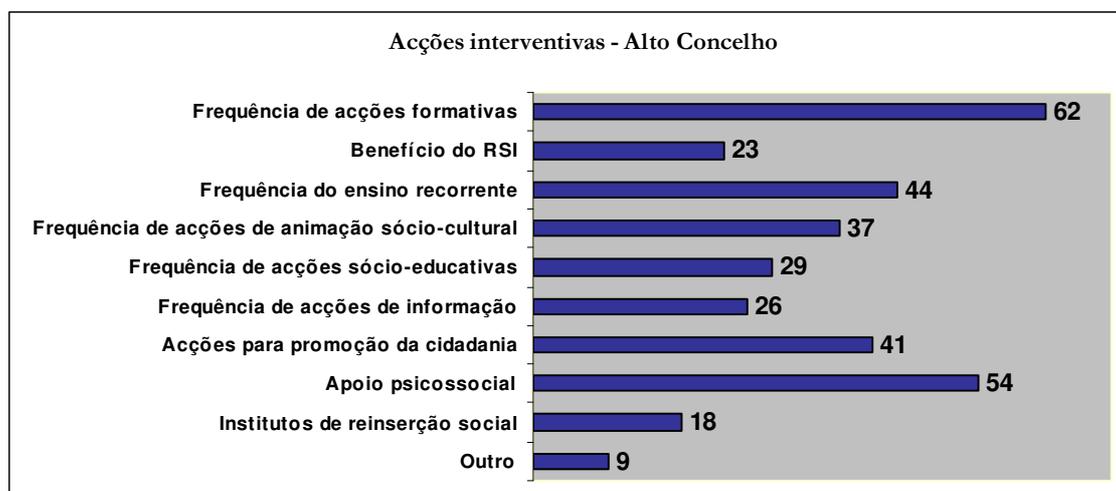


Gráfico 133

Deste modo, e no alto concelho, a frequência de acções formativas aparece indicada como uma das respostas de intervenção que se adequa a elementos dos 62 agregados familiares. O apoio psicossocial é igualmente indicado para elementos de 54 agregados, seguido de respostas que promovam a escolaridade em défice (a 44 agregados é sugerida a frequência do ensino recorrente ou outros que promovam a escolaridade em défice de alguns dos seus elementos), e de acções para a promoção da cidadania (apontada para 41 agregados). São ainda indicados os Institutos de Reinserção Social para elementos de 18 agregados, benefício do RSI para elementos de 23, frequência de acções de informação para indivíduos de 26 agregados, frequência de acções sócio-educativas para indivíduos de 29 e frequência de acções de animação sócio-cultural para elementos de 37 agregados familiares.

No baixo concelho as sugestões que mais prevalecem na intervenção com os agregados familiares são muito semelhantes.

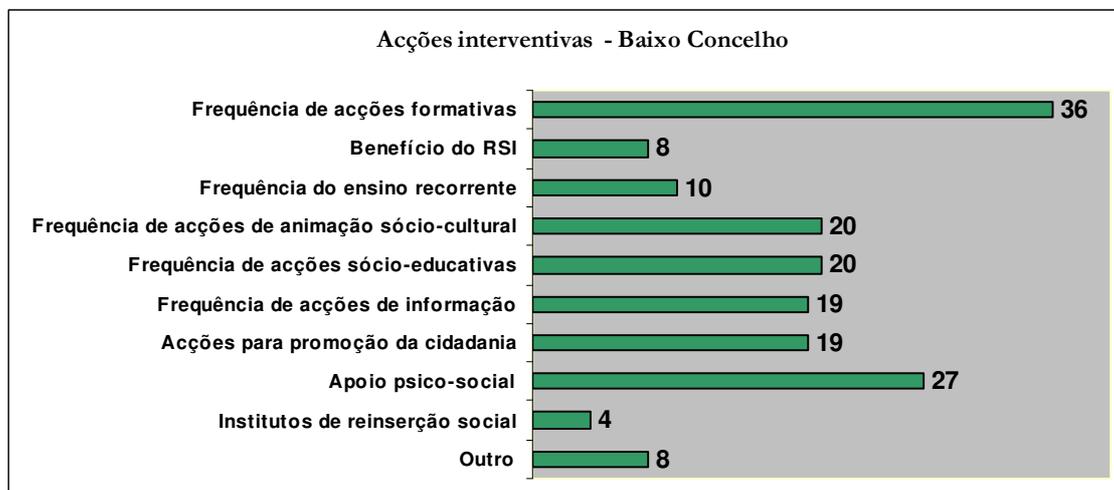


Gráfico 134

A frequência de acções formativas surge como a intervenção que mais agregados envolve (36), seguido do apoio psicossocial (27), frequência de acções de animação sócio-cultural (elementos de 20 agregados), frequência de acções sócio-educativas (20), frequência de acções de informação (19) e acções para a promoção da cidadania (19). As intervenções menos sugeridas envolvem o benefício do RSI (apontada para elementos de oito agregados) ou encaminhamentos para o Instituto de Reinserção Social (elementos de quatro agregados).

De salientar que, para ambas as sub-amostras, os técnicos indicaram mais que uma acção interventiva para elementos de um mesmo agregado familiar. Tratam-se de sugestões de intervenção em mais que uma frente, até porque os problemas identificados também são mais que um só isoladamente, que afectam um ou mais indivíduos. O carácter único e especial (desorganização, falta de estabilidade e consistência) das famílias (multi)problemáticas tornam as técnicas habituais de intervenção pouco efectivas e obrigam o interventor a assumir uma variedade de papéis (Sousa, 2005) e a ter em conta que a família é um sistema que interage com outros sistemas.

Quer para os agregados do alto concelho, quer para os agregados do baixo concelho, os técnicos envolvidos identificaram outras respostas de intervenção que se adequam às famílias caracterizadas.

Outras acções interventivas sugeridas	Alto Concelho	Baixo Concelho
Inserção em emprego	4	8
Melhoria das condições habitacionais	0	1
Legalização da situação profissional	0	1
Outro tipo de ajuda económica	1	0
Instituição de apoio ao deficiente	2	0
Frequência de um centro de dia	1	0

Quadro 48 – Outras acções interventivas sugeridas para o Alto Concelho e Baixo Concelho

Estas sugestões vão desde a integração num emprego (que constitui a maioria indicada), à integração numa instituição de apoio ao deficiente, melhoria das condições habitacionais, legalização da situação profissional, frequência de um centro de dia ou outro tipo de ajuda económica.

4.3. Indivíduos desempregados

É indiscutível a importância que o emprego detém na organização da vida social, não apenas como fonte de rendimento das famílias, mas também como factor de auto-estima dos indivíduos e de consciência de utilidade social da sua acção. O trabalho não constitui senão um de entre diferentes meios de vida, embora seja o principal deles. Por isso, as situações de desemprego têm sido consideradas de grande risco para a estabilidade e inclusão social dos indivíduos e famílias, e um factor de incerteza quanto ao seu futuro. Isto faz ainda mais sentido quando se fala de um país em que o desemprego, principalmente o de longa duração, não pára de crescer (ver “Concelho de Castelo de Paiva - Caracterização Geográfica, Económica, Sócio-Demográfica, e Cultural”).

Além do desemprego ter a sua expressão no concelho, a modernização das empresas e a incorporação de tecnologias inovadoras tende a marginalizar os menos escolarizados ou com menos qualificação profissional.

Embora as famílias (multi)problemáticas, tal como referido anteriormente, sejam normalmente associadas a famílias carenciadas, em situações de privação múltipla, sabe-se também que este tipo de famílias existem independentemente do nível sócio-económico. No entanto, um dos factores que poderá conduzir à existência de um, ou mais problemas, nas famílias é o desemprego, com as consequentes dificuldades económicas. Até porque, com o passar do tempo, o contexto de vida marcado pelo desemprego vai afectando o indivíduo em diferentes aspectos, efeito este mais profundo quanto mais tempo durar esta situação. Modificam-se os hábitos, surgem novos comportamentos, alteram-se valores, transforma-se a cultura, ensaiam-se estratégias de sobrevivência, a revolta inicial vai dando lugar ao conformismo, vai baixando o nível de aspirações, esbata-se a capacidade de iniciativa, enfraquece a auto-confiança, modifica-se a rede de relações, ocorre a perda da identidade social e, eventualmente, a perda da identidade pessoal (Costa, 1998).

Portanto, analisadas as diferentes consequências do desemprego em qualquer família, foi estudada uma amostra de indivíduos desempregados (anteriores trabalhadores da *C.J. Clark's*), desconhecidos dos técnicos e profissionais, bem como respectivos serviços e apoios sociais, que se encontram

numa situação de vulnerabilidade, pois viram-se desempregados numa altura em que contavam com o seu trabalho e respectivo salário para ajudar a sustentar a sua família e manter o nível de vida conseguido até então.

A abordagem é agora feita no sentido de contemplar os problemas dos indivíduos desempregados, com história de trajectória profissional, outrora estável, comparando os resultados com os obtidos nas famílias (multi)problemáticas.

Esta segunda amostra é constituída por antigos trabalhadores da fábrica da *C. J. Clark's* e, ao contrário da primeira amostra cuja população inquirida foi identificada por técnicos e profissionais que conheciam as situações por alguma particularidade, por alguma problemática existente na família, estes inquiridos advieram de uma base de dados existente no CSSMS para formação profissional no ano de encerramento da fábrica.

Pretendendo-se que a divisão apresentada auxilie e apoie as intervenções futuras, dividiu-se esta amostra, tal como na primeira, em duas sub-amostras, de acordo com a freguesia em que os inquiridos estão integrados: “Alto Concelho”, que envolve as freguesias de Bairros, Fornos, Santa Maria de Sardoura, S. Martinho de Sardoura e Sobrado, e “Baixo Concelho”, constituído pelas freguesias de Paraíso, Pedorido, Raiva e Real.

Os elementos que constituem ambas as sub-amostras preencheram o mesmo questionário preenchido pelos indivíduos das famílias (multi)problemáticas, para se poder proceder a uma comparação dos resultados.

4.3.1. Caracterização dos indivíduos – segunda amostra

Os inquiridos que constituem esta amostra envolvem um total de 101, sendo 62 do alto concelho e 39 do baixo concelho.



Gráfico 135

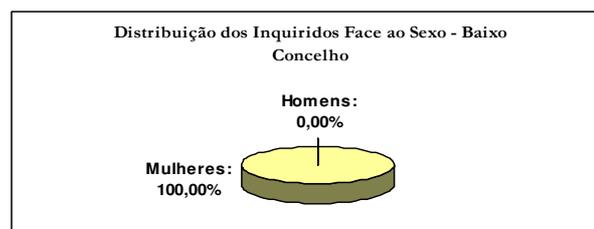


Gráfico 136

Relativamente ao sexo, a esmagadora maioria dos inquiridos refere-se a elementos do sexo feminino, contabilizando-se apenas um homem, na sub-amostra do alto concelho. Esta preponderância feminina nas sub-amostras prende-se com o facto da maioria dos antigos trabalhadores da fábrica *C. J. Clark's* serem mulheres. Por outro lado, os homens que faziam parte da lista e que foram contactados, não quiseram participar neste estudo por indisponibilidade relacionada com o actual emprego.

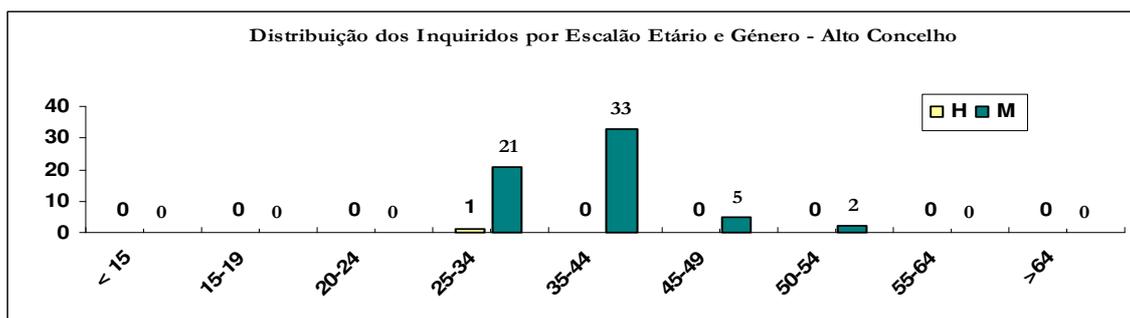


Gráfico 137

As idades dos inquiridos do alto concelho concentram-se principalmente entre os 25 e os 44 anos. Ao contrário, da primeira amostra em que a distribuição das idades se apresentava muito mais heterogénea – tanto com indivíduos mais velhos como mais novos. Contabilizam-se apenas dois inquiridos com idades compreendidas entre os 50-54 anos.

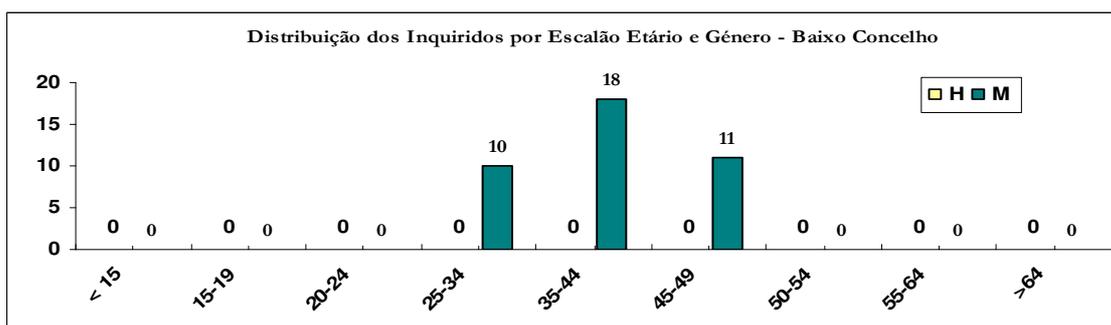


Gráfico 138

No baixo concelho, esta concentração de idades acaba por ser ainda mais evidente, com os inquiridos a distribuírem-se entre os 25 e os 49 anos de idade. O maior número de inquiridos situa-se entre os 35-44 anos.

A escolaridade dos inquiridos do alto concelho divide-se, principalmente, entre 2º ciclo e 3º ciclo do EB, com 25 e 26 inquiridos respectivamente. São ainda contabilizados seis indivíduos que contam apenas com o 1º ciclo do EB e quatro cuja escolaridade é inferior ao 1º ciclo. Não são contabilizados indivíduos com o Ensino Secundário.

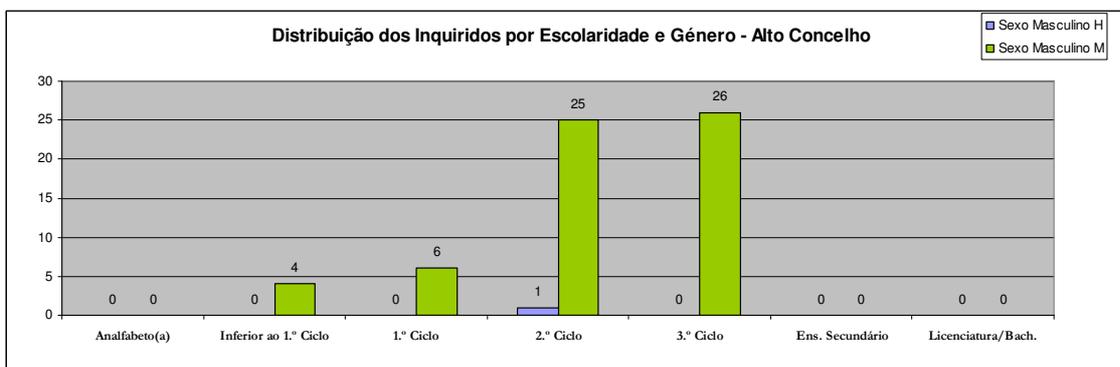


Gráfico 139

No baixo concelho, 2 e 3º ciclo do EB são as habilitações apresentadas por 16 inquiridos cada, observando-se ainda três indivíduos (homens) com o Ensino Secundário. Não existem inquiridos com escolaridade inferior ao 1º Ciclo ou analfabetismo e registam-se quatro inquiridos com o 1º ciclo.

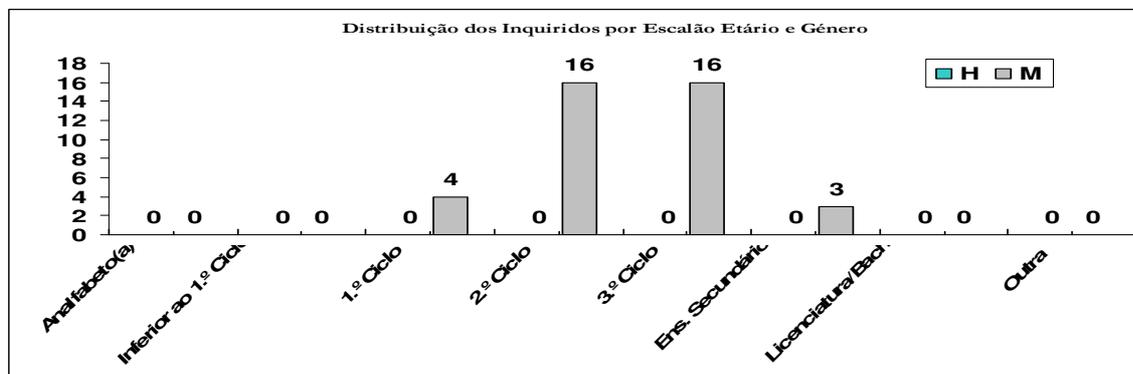


Gráfico 140

Portanto, há diferenças em termos de escolaridade entre a primeira amostra de indivíduos (multi)problemáticos e esta amostra – os níveis de escolaridade são superiores nesta amostra de desempregados, principalmente ao nível do 3º ciclo do EB (nível de escolaridade pouco frequente entre os indivíduos

(multi)problemáticos). Por outro lado, os níveis de escolaridade inferiores ao 1º ciclo são menos frequentes nos indivíduos desta segunda amostra.

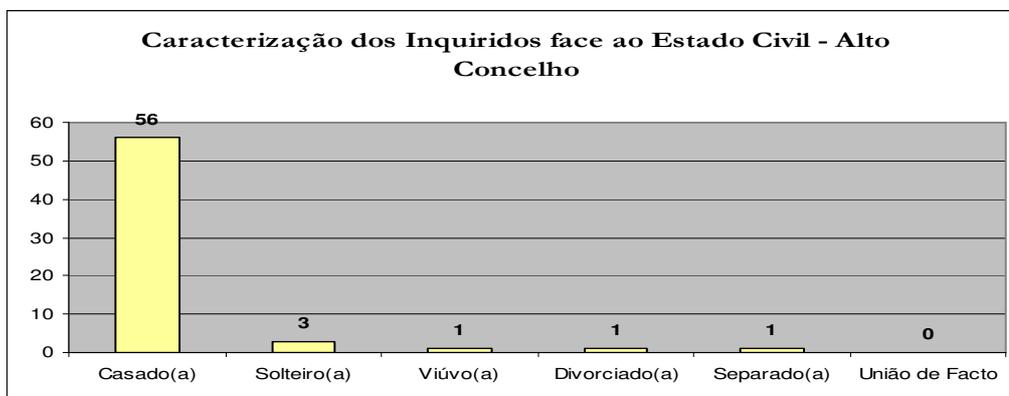


Gráfico 141

O estado civil da maioria dos inquiridos do alto concelho é o de casado (com 56 situações), seguido de solteiro (com três casos). O estado civil de viúvo, divorciado ou separado envolve um inquirido cada estado. Não se observam situações de união de facto.

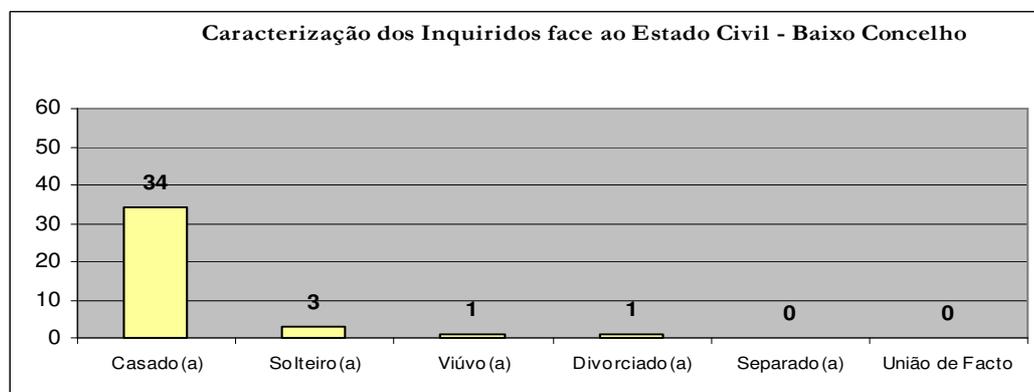


Gráfico 142

O mesmo se repete no baixo concelho, em que a maioria dos inquiridos é casado (34), registando-se ainda três solteiros, um viúvo e um divorciado. Também não se observam situações de união de facto.

Gostava de ter estudado mais?	
Alto Concelho	N
Sim	54
Não	8
Baixo Concelho	N
Sim	39
Não	0

Quadro 49 – Gosto em prosseguir estudos no Alto Concelho e Baixo Concelho

Quando questionados sobre a vontade de ter prosseguido estudos, no baixo concelho todos os inquiridos respondem afirmativamente, ao contrário da sub-amostra do alto concelho em se contabilizam oito inquiridos que não gostavam de ter continuado a estudar.

Os resultados das respostas a esta questão aproximam-se dos resultados das respostas dos inquiridos da primeira amostra em que também é manifestado, pela maioria, o desejo de ter continuado a estudar.

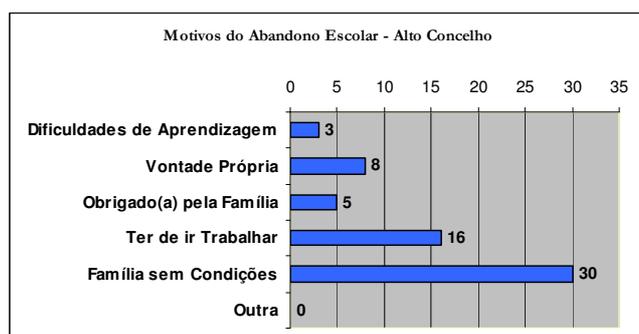


Gráfico 143

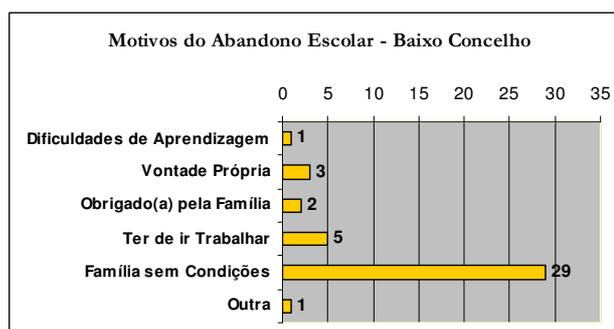


Gráfico 144

Nestas duas sub-amostras, tal como aconteceu na análise das respostas dos inquiridos (multi)problemáticos, a principal razão do abandono escolar relaciona-se principalmente com a falta de condições da família (30 inquiridos do alto concelho e 29 do baixo concelho). Regista-se uma frequência menor, mas também muito presente no caso de 16 inquiridos do alto concelho, do abandono da escola por motivos de necessidade de ingressar um trabalho. Observam-se ainda alguns casos cujo abandono escolar foi por vontade própria (oito casos no alto concelho e três no baixo concelho). Devido a dificuldades de aprendizagem, observam-se três casos no alto concelho e um no baixo concelho.

Situação face ao emprego	
Alto Concelho	N
Empregado(a)	0
Desempregado(a)	62
Baixo Concelho	N
Empregado(a)	1
Desempregado(a)	38

Quadro 50 – Situação face ao emprego no Alto Concelho e Baixo Concelho

A situação profissional destes inquiridos é a do desemprego, verificando-se apenas um caso de um inquirido que se encontrava desempregado na altura de inscrição para formação profissional, mas que, actualmente, está no activo.

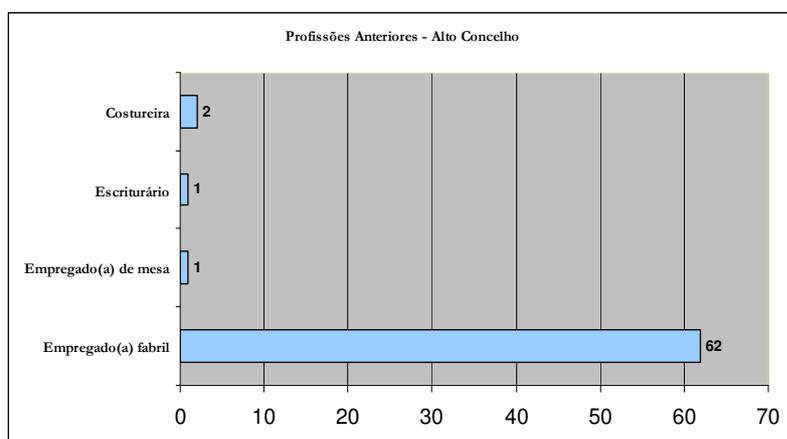


Gráfico 145

As profissões anteriores destes indivíduos eram desempenhadas em fábricas (62 inquiridos já foram empregados fabris), observando-se ainda um escriturário, um empregado de mesa e duas costureiras. Em termos de período

temporal, a profissão “Empregado(a) fabril” é a que apresenta maior período, com experiências profissionais de empregado(a) fabril que se desenvolveram entre os oito e os 17 anos em todos os casos de inquiridos com este trabalho anterior.

No baixo concelho, a situação repete-se – todos já foram empregados fabris, havendo cinco situações em que são apresentadas outras profissões já desempenhadas (empregada de mesa e de limpeza, comercial,

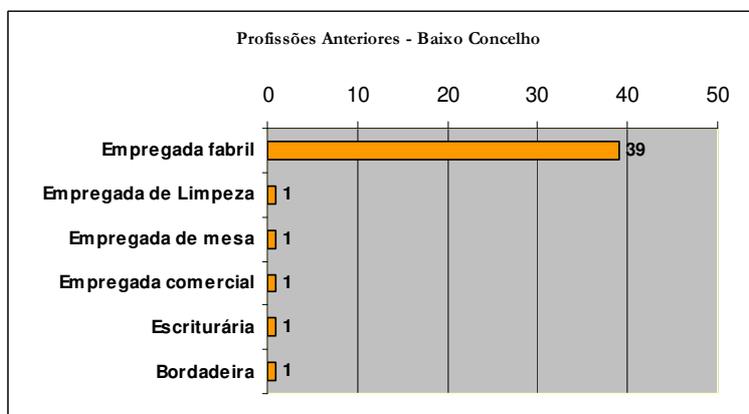


Gráfico 146

escriturária e bordadeira). Em termos de período temporal, das profissões

assinaladas, “Empregado(a) fabril” é a profissão com maior tempo de experiência acumulado.

Tal como na análise dos casos de indivíduos (multi)problemáticos, tratam-se, de um modo geral, de trabalhos menos qualificados, sem a exigência de níveis muito elevados de escolaridade e sem necessidade de “reciclagem” profissional. Todavia, os indivíduos desempregados da *C. J. Clark’s* apresentam trajetórias profissionais mais estáveis, desenvolvendo um único emprego por mais tempo.



Gráfico 147

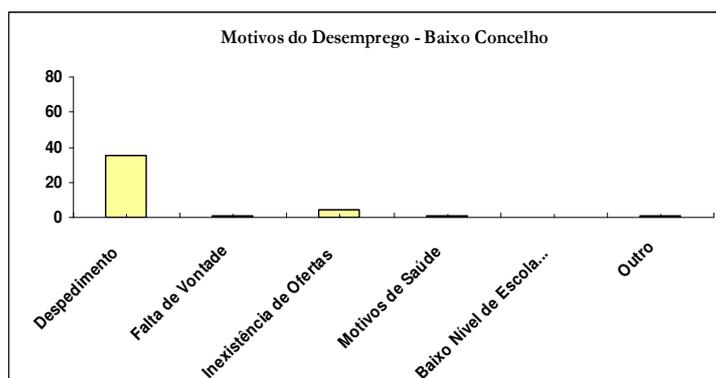


Gráfico 148

As razões principais do desemprego envolvem, em ambas as sub-amostras, o despedimento (de realçar que se tratam de indivíduos que ficaram prejudicados com o encerramento da fábrica *C. J. Clark’s* e, portanto, é compreensível que esta resposta tenha a maior frequência), havendo ainda alguns inquiridos, quer do alto quer do baixo concelho, que salientam a falta de ofertas no mercado de trabalho.

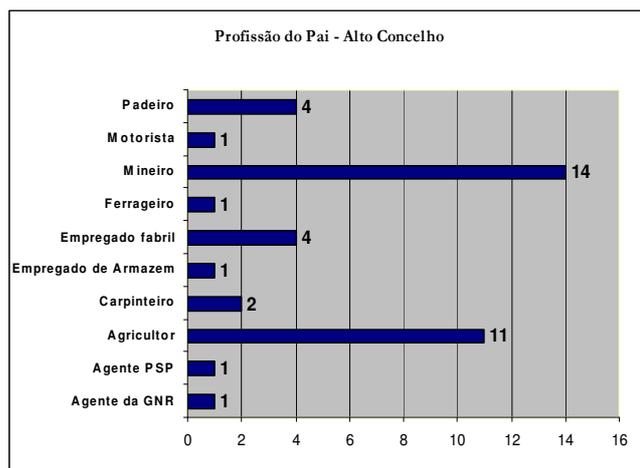


Gráfico 149

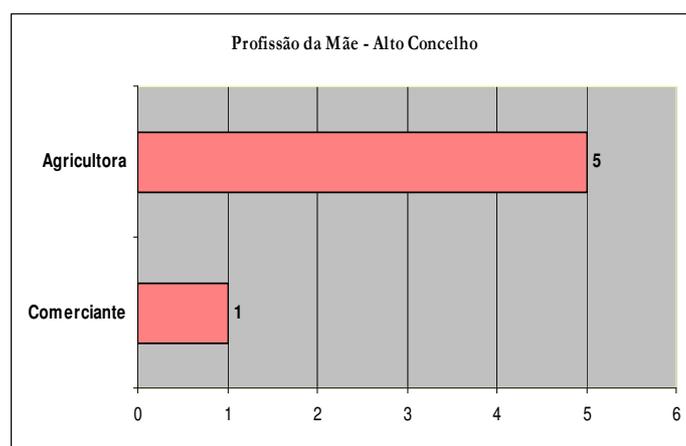


Gráfico 150

Tal como na primeira amostra, foram analisadas as profissões dos pais dos inquiridos, antigos trabalhadores da C. J. Clark's. Os "pais" apresentam uma maior heterogeneidade de profissões quando comparados com as mães (tal como acontece com a primeira amostra). No entanto, os pais apresentam profissões mais qualificadas no caso do alto concelho (agente da PSP e agente da GNR), bem como mais estáveis, quando comparados com os "pais" da primeira amostra. Há ainda um peso considerável no que respeita à profissão de mineiro no caso dos "pais", com 14 situações no alto concelho e nove no baixo concelho. A agricultura tem igualmente o seu destaque no caso da profissão dos "pais", sendo assinalada também por cinco inquiridos do alto concelho para a profissão das mães. Estes dados encontram-se, contudo, incompletos pela ausência de respostas por parte de 22 inquiridos do alto concelho e 18 do baixo concelho.

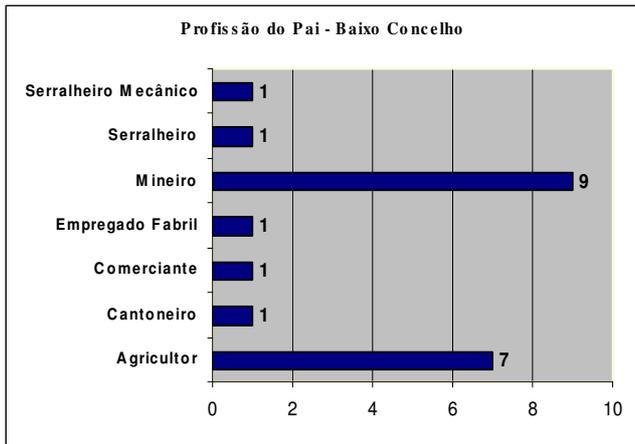


Gráfico 151

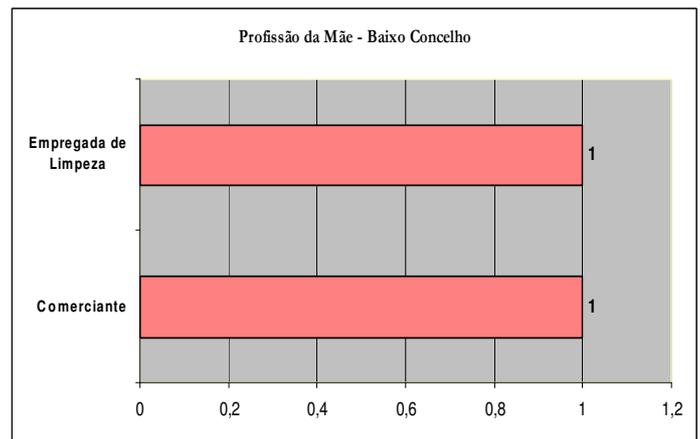


Gráfico 152

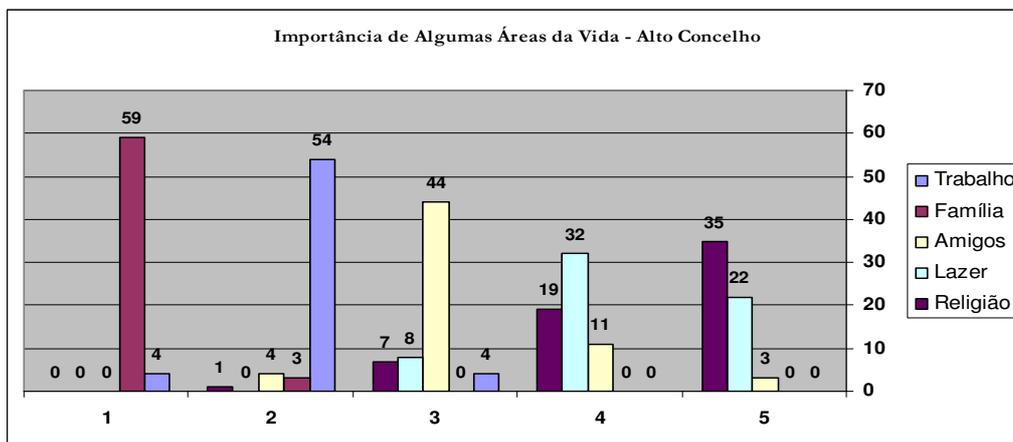


Gráfico 153

Nesta questão, os inquiridos tiveram que colocar por ordem decrescente de importância as seguintes dimensões: *Família*; *Trabalho*; *Amigos*; *Religião*; *Lazer*; *Outra* (sendo “1” “A Mais Importante” e “5” “A Menos Importante”). Da análise das respostas, observa-se que a esmagadora maioria dos inquiridos coloca a família em primeiro lugar, quer na sub-amostra do alto concelho, quer na sub-amostra do baixo concelho; contabilizam-se apenas quatro inquiridos do alto concelho e sete do baixo que consideram o trabalho a dimensão mais importante da vida. O trabalho aparece como a segunda dimensão mais valorizada pela maioria dos inquiridos. Em terceiro lugar de importância aparece, com maior frequência de respostas, os amigos. A dimensão menos valorizada é a religião que é a menos importante para 35 inquiridos do alto concelho e 23 do baixo concelho.

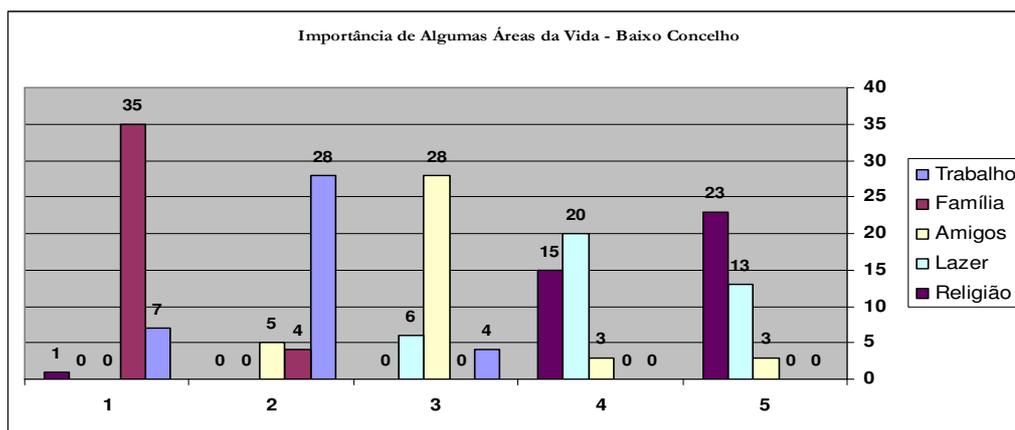


Gráfico 154

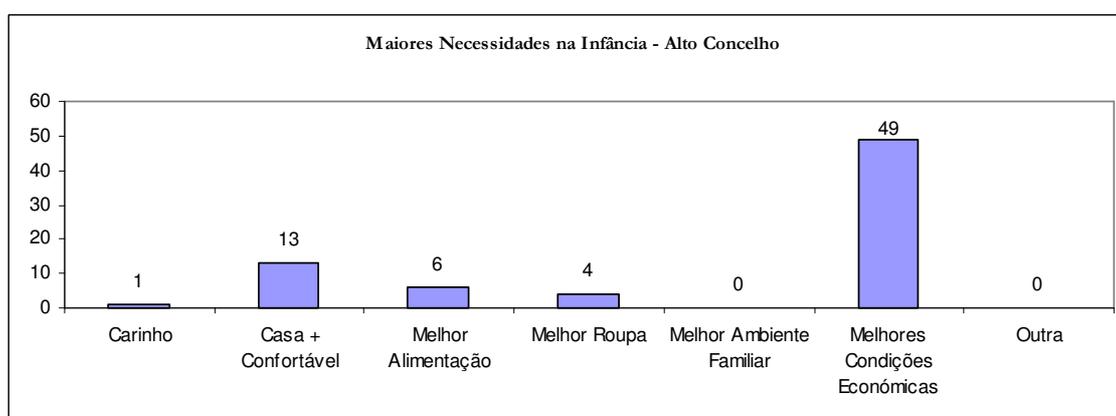


Gráfico 155

Tal como na primeira amostra, as maiores necessidades sentidas pela população desta segunda amostra, prendem-se com as condições económicas. No entanto, é significativamente menor o número de inquiridos da sub-amostra do alto concelho que assinala necessidades relacionadas com a alimentação, roupa, ou casa mais confortável. Ainda nesta sub-amostra do alto concelho, a falta de carinho foi assinalada por apenas um inquirido, enquanto que melhor ambiente familiar nem sequer foi assinalado por estes inquiridos.

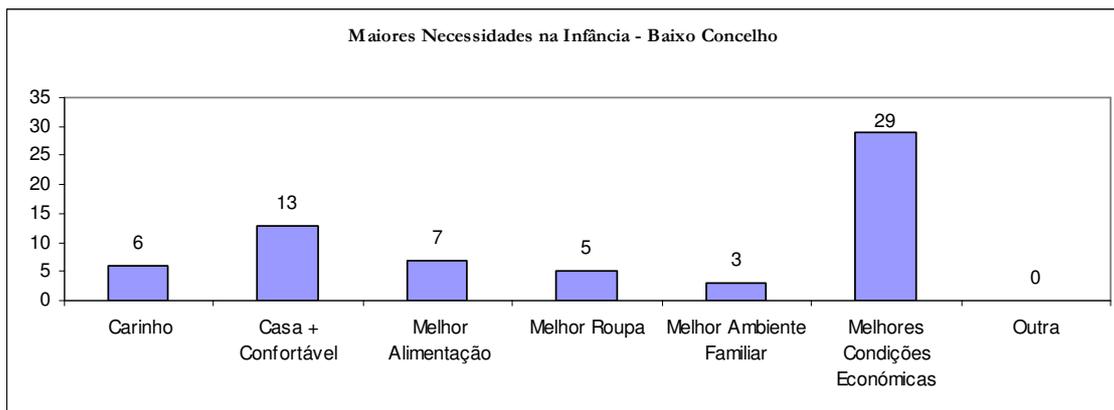


Gráfico 156

Na sub-amostra do baixo concelho, as melhores condições foram uma necessidade sentida por 29 inquiridos. Nesta sub-amostra há já indicações de necessidades sentidas no que concerne ao melhor ambiente familiar (por três inquiridos), melhor alimentação (por sete), melhor roupa (por cinco), mais carinho (por seis) e casa mais confortável (por 13). Todavia, continuam a ser valores muito inferiores tendo como referência as respostas obtidas com os inquiridos da primeira amostra. Ainda no baixo concelho contabilizam-se três indivíduos que não assinalaram quaisquer tipo de necessidades sentidas na infância.

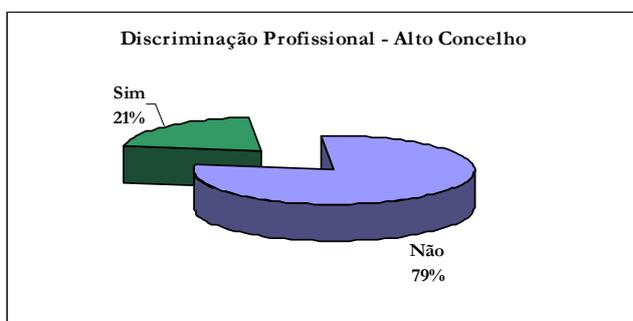


Gráfico 157



Gráfico 158

Um aspecto curioso da trajetória pessoal destes inquiridos relaciona-se com a discriminação profissional que dizem já ter sido vítimas. Este tipo de discriminação diz respeito às normas ou práticas que produzem um tratamento desigual e desfavorável a uma pessoa, normalmente, em função do sexo.

Tendo como termo de comparação os resultados obtidos com a primeira amostra, verifica-se agora, com esta segunda amostra, que tanto no alto como no baixo concelho, há uma maior percentagem de indivíduos que já se sentiram discriminados em termos profissionais (21% no alto concelho e 31% no baixo concelho). Tal situação poderá estar relacionada com o facto de se tratar de indivíduos que já sentiram maior estabilidade nas profissões já desempenhadas, mas que agora se vêem desempregados e com muitos entraves à sua integração, bem como um maior contacto com o mundo profissional e conseqüentemente maior contacto com este tipo de situações.

4.3.2. A família dos inquiridos

Na amostra dos indivíduos desempregados (antigos trabalhadores da *C. J. Clark's*), pretendeu-se analisar a estrutura e funcionamento familiar, com o objectivo de as caracterizar e comparar com as famílias (multi)problemáticas.

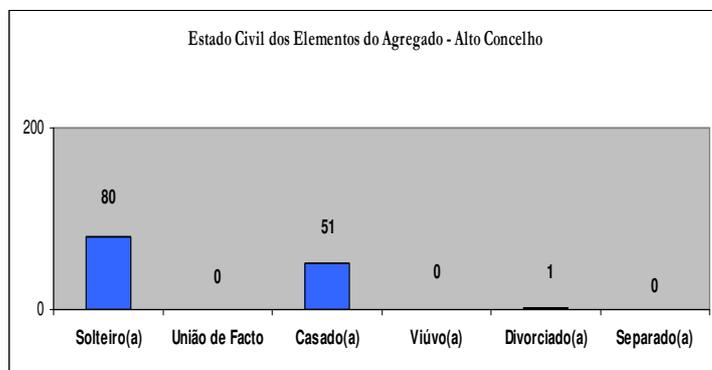


Gráfico 159

de divórcio. O número de solteiros relaciona-se com o facto destas famílias serem compostas essencialmente por pais e filhos, sendo os solteiros referentes a estes filhos; o estado civil de “casado” refere-se na maioria das vezes ao cônjuge do

O estado civil dos elementos que compõem o agregado familiar dos inquiridos é, maioritariamente, “solteiro” (com 80 elementos), seguido de casado (51), registando-se apenas um caso

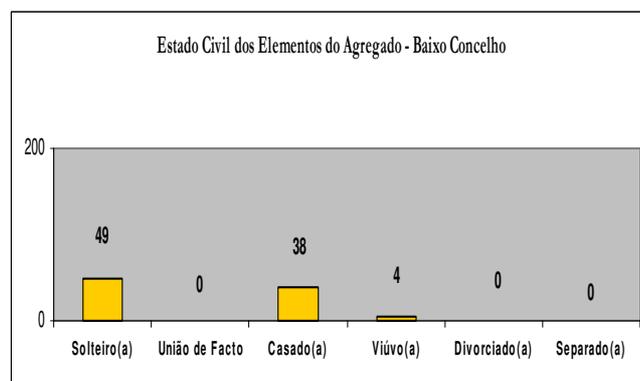


Gráfico 160

inquirido.

No baixo concelho, a mesma situação se repete, com 38 elementos cujo estado civil é “casado” (correspondem, na sua maioria, aos cônjuges dos inquiridos) e 49 são solteiros (dizem respeito, maioritariamente, aos filhos dos inquiridos). Registam-se ainda quatro elementos destes agregados que são viúvos.

Comparando com a primeira amostra, verifica-se um número menor de elementos no agregado cujos elementos são divorciados (no baixo concelho não se registam situações de divórcio) ou viúvos (situação que só se observa no alto concelho). As uniões de facto também não existem nestes agregados familiares.

ALTO CONCELHO	
Elementos que compõem os agregados em análise	132
Médio de elementos por agregado	3,1
Elementos com abandono escolar precoce	0
Elementos com défices de escolaridade/analfabetismo	3
Estudantes	41
Desempregados	7
Empregados	58
Indivíduos com inserção profissional precoce	0
Agregados tipo: Família Conjugal ou Nuclear	59
Agregados tipo: Família Monoparental	3
Agregados tipo: Família Reconstituída	0
Agregados tipo: Família Multigeracional/Alargada	0
Agregados tipo: Família Isolada	0

Quadro 51 – Caracterização da estrutura das famílias do Alto Concelho

De uma análise mais profunda dos agregados familiares desta segunda amostra, e mais especificamente na sub-amostra do alto concelho, eles são constituídos por um total de 194 elementos (incluindo os próprios inquiridos), observando-se uma média de 3,1 elementos (note-se, famílias não muito numerosas). Dos que estão activos, registam-se 58 pessoas para sete desempregados (excluindo os próprios inquiridos). São contabilizados 41

estudantes, sem registo de elementos com abandono escolar precoce. Os défices de escolaridade e/ou analfabetismo envolvem três situações, não existindo casos de trabalho infantil (inserção profissional precoce). A família conjugal/nuclear é a que caracteriza estes agregados, à excepção de três famílias monoparentais. Não se verificam famílias reconstituídas, alargadas ou isoladas.

BAIXO CONCELHO	
Elementos que compõem os agregados em análise	91
Médio de elementos por agregado	3,3
Elementos com abandono escolar precoce	0
Elementos com défices de escolaridade/analfabetismo	3
Estudantes	25
Desempregados	4
Empregados	41
Indivíduos com inserção profissional precoce	0
Agregados tipo: Família Conjugal ou Nuclear	34
Agregados tipo: Família Monoparental	1
Agregados tipo: Família Reconstituída	0
Agregados tipo: Família Multigeracional/Alargada	4
Agregados tipo: Família Isolada	0

Quadro 52 – Caracterização da estrutura das famílias do Baixo Concelho

No baixo concelho, a situação é idêntica: o tipo de família que mais caracteriza estes agregados é a conjugal/nuclear (34 famílias), contabilizando-se apenas uma família monoparental e quatro famílias multigeracionais ou alargadas. Tal como no alto concelho, não se observam famílias reconstituídas ou isoladas.

O número total de elementos envolvidos é de 130, incluindo os próprios inquiridos. O número médio de elementos por agregado é de 3,3 (famílias não muito numerosas). Em termos de situação profissional, 41 estão empregados e quatro desempregados. Não se registam elementos com abandono escolar precoce ou casos de trabalho infantil e são três os casos de baixos níveis de escolaridade e/ou analfabetismo; estudantes são contabilizados 25.

Comparando com a amostra de indivíduos (multi)problemáticos – famílias (multi)problemáticas, verifica-se um panorama mais positivo – não se registam casos de abandono escolar ou inserção profissional precoce (trabalho infantil), os baixos níveis de escolaridade e/ou analfabetismo são muito inferiores aos verificados na primeira amostra. O emprego está também mais presente nos agregados das famílias desta amostra e são poucos os elementos, excluindo os próprios inquiridos que estão no desemprego, que se encontram desempregados.

Em termos de estrutura familiar as famílias conjugais assumem o maior número, tal como na primeira amostra, são registadas quatro famílias alargadas e uma família monoparental, não se observando famílias reconstituídas ou isoladas.

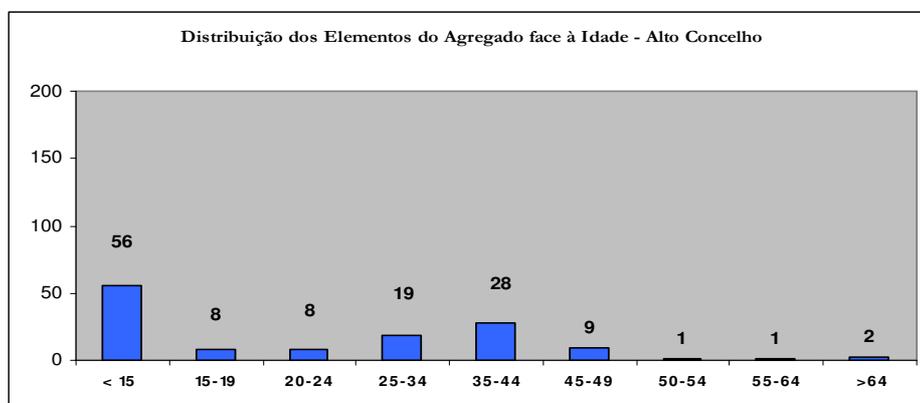


Gráfico 161

As idades dos elementos dos agregados concentram-se na faixa etária dos 15 anos ou menos (a maioria corresponde aos filhos dos inquiridos), seguido de elementos entre os 35 e os 44 anos de idade (a maioria, cônjuges dos inquiridos) e entre os 25-34 anos, com 19 elementos. Elementos com mais de 64 anos de idade são apenas dois.

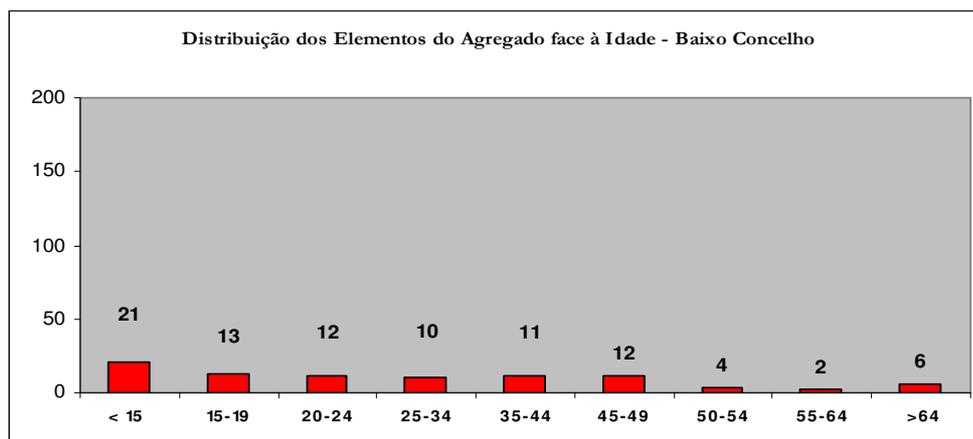


Gráfico 162

No baixo concelho, as idades dos elementos dos agregados são muito heterogéneas. O maior número de elementos tem idades iguais ou inferiores a 15 anos (21 elementos) e entre os 15 e 19 anos (com 13 elementos), sendo estes elementos, na sua maioria, os filhos dos inquiridos. Contabilizam-se ainda seis elementos com idades superiores a 64 anos. Os cônjuges dos inquiridos situam-se, principalmente, entre os 25 e os 54 anos de idade.

ALTO CONCELHO	
Nº de crianças com menos de três anos	12
Nº total de menores	62
Nº médio de menores por agregado	1
Nº de menores com actividades extra-escolares	2
Nº de agregados com menores a cargo	43

Quadro 53 – Caracterização geral dos menores do Alto Concelho

Relativamente aos menores integrados nos agregados da sub-amostra do alto concelho, há 12 crianças com menos de três anos de idade (uma família tem duas crianças menores de três anos), contabilizando-se um total de 62 menores. A média de menores por agregado é de um, havendo 43 agregados com menores. Destes menores existentes, apenas dois estão integrados em actividades extra-curriculares (um em A. T. L. e outro na natação).

BAIXO CONCELHO	
Nº de crianças com menos de três anos	4
Nº total de menores	29
Nº médio de menores por agregado	0,6
Nº de menores com actividades extra-escolares	3
Nº de agregados com menores a cargo	22

Quadro 54 – Caracterização geral dos menores do Baixo Concelho

No baixo concelho, são poucas as crianças com menos de três anos, sendo o total de menores 29. O número médio de menores por agregado é de 0,6, sendo 22 os agregados com menores a cargo. Apenas três menores estão integrados em actividades extra-curriculares (dois em A. T. L. e um no prolongamento).

Comparando com a primeira amostra, a existência de menores é inferior nesta segunda amostra. Em comum está o baixo número de crianças integradas em actividades extra-curriculares. Nesta amostra, esta situação em muito se deve ao facto dos inquiridos serem, na sua maioria, mulheres desempregadas que ficam em casa com os seus filhos, julgando não se justificar integrá-los em actividades extra-curriculares. Por outro lado, com o desemprego de um dos elementos, no mínimo, os recursos financeiros para pagar este tipo de actividades diminuem e não é considerado prioridade o investimento neste tipo de actividades para os filhos.

Filhos menores de 3 anos ao cuidado de (Alto Concelho):	
Mãe	7
Pai	1
Pai e Mãe	3
Irmão(s)	0
Ama	0
Outros familiares	0
Outra	0

Quadro 55 – Prestadores de cuidados do Alto Concelho

No alto concelho, o principal prestador de cuidados é a mãe; contabiliza-se uma situação em que o principal prestador de cuidados é representado pelo pai e em três situações são os pais apresentados como os prestadores de cuidados centrais (pai e mãe em simultâneo).

Filhos menores de 3 anos ao cuidado de (Baixo Concelho):	
Mãe	2
Pai	0
Pai e Mãe	2
Irmão(s)	0
Ama	0
Outros familiares	0
Outra	0

Quadro 56 – Prestadores de cuidados do Baixo Concelho

No baixo concelho, a mãe é apresentada como a principal prestadora de cuidados em duas situações; nas duas outras situações, os pais, conjuntamente, são os prestadores de cuidados principais das crianças menores de três anos de idade.

Ao contrário do que acontecia na primeira amostra, verifica-se que nesta segunda amostra não há outros prestadores de cuidados além dos pais (pai, mãe ou os dois), seja ele irmão, outros familiares ou ama.

Situação Escolar dos Menores		
	Alto Concelho (N)	Baixo Concelho (N)
N.º de agregados com filhos na escola	38	19
N.º de agregados com filhos repetentes	11	8
N.º médio de repentes por agregado	0,2	0,2
N.º de agregados com menores que beneficiam(aram) de apoio	10	2
N.º de menores que beneficiam(ram) de apoio	12	2

Quadro 57 – Situação escolar dos menores do Alto Concelho e do Baixo Concelho

A situação escolar dos menores integrados nestes agregados, quer no alto quer no baixo concelho, é significativamente mais positiva quando comparado com os resultados da primeira amostra: o número médio de repetentes por agregado é muito inferior, bem como o número de menores que beneficiaram (ou beneficiam)

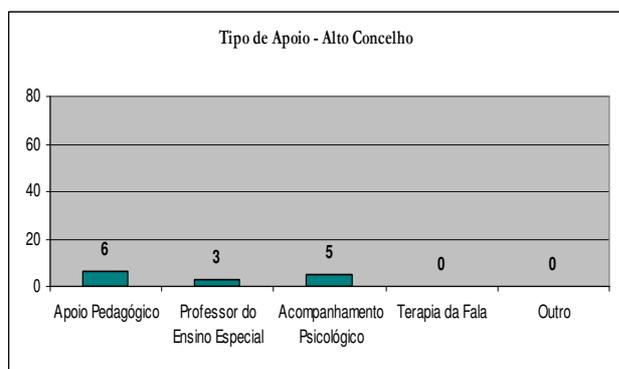


Gráfico 163

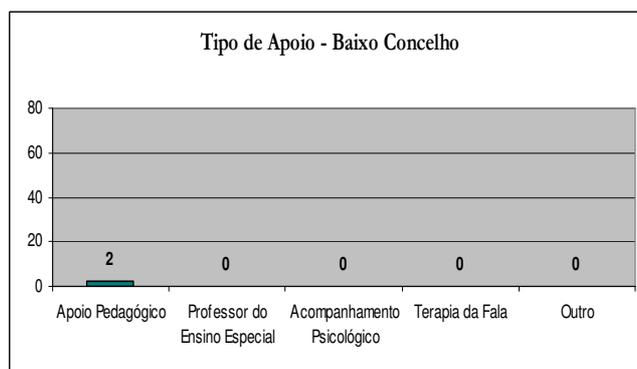


Gráfico 164

de apoio para superar as dificuldades sentidas na escola.

No alto e baixo concelho, o tipo de apoio mais frequente envolve o apoio proporcionado nos casos de dificuldades de aprendizagem – apoio pedagógico, para seis situações no alto concelho e duas no baixo concelho e professor de ensino especial para três alunos do alto concelho. O acompanhamento psicológico foi desenvolvido junto de cinco alunos do alto concelho e nenhum do baixo concelho. Deste modo, também a este nível, se verifica que o número total de menores envolvidos em algum tipo de apoio na escola é menor quando comparado com a primeira amostra.

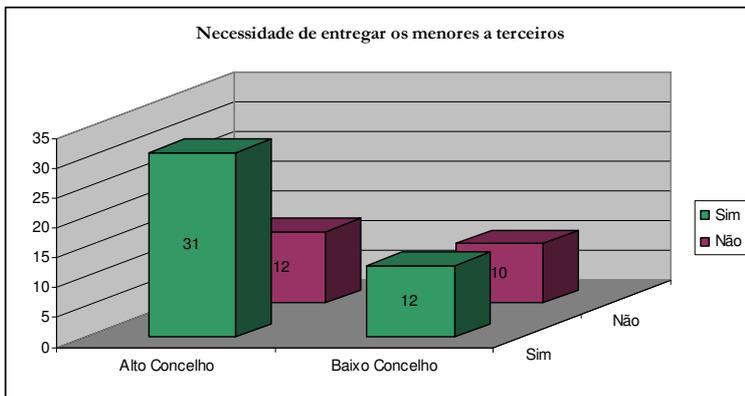


Gráfico 165

10 do baixo concelho não manifestam essa necessidade.

No caso de integrarem uma actividade profissional, 31 inquiridos do alto concelho e 12 do baixo concelho tem necessidade de integrar os menores do seu agregado a terceiros. Pelo contrário, 12 inquiridos do alto concelho e

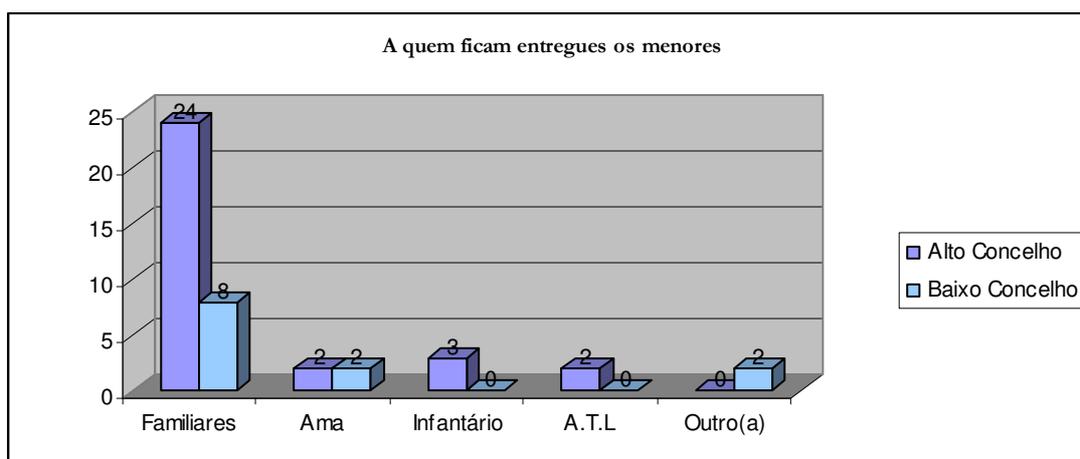


Gráfico 166

Na maioria das situações, quer do alto quer do baixo concelho, no caso de os inquiridos integrarem uma actividade em horário laboral e terem que deixar os seus filhos ao cuidado de alguém, escolhem os familiares (24 inquiridos do alto concelho e oito do baixo concelho). A ama é referida por dois inquiridos do alto concelho e dois do baixo concelho, infantário e A. T. L. são respostas menos indicadas pelos inquiridos de ambas as sub-amostras.

Comparando com a primeira amostra, parece existir nesta segunda amostra uma maior rede de apoio relacionada com a família. As instituições e outros sem ser a família são a resposta para um número reduzido de situações. Na primeira amostra são as Instituições que aparecem em maior número para acolherem os filhos dos inquiridos no caso de integrarem uma actividade em horário laboral.

Analisada a (in)satisfação estes inquiridos relativamente ao rendimento mensal para a família, que naturalmente diminuiu com o desemprego de, pelo menos, um dos elementos (os próprios inquiridos), constata-se que mais de metade dos inquiridos (tanto do alto como do baixo concelho) considera que o seu rendimento mensal actual não é suficiente para sustentar toda a família. Apenas um pequena percentagem de inquiridos afirmam ser suficiente (26% no alto concelho e 36% no baixo concelho).

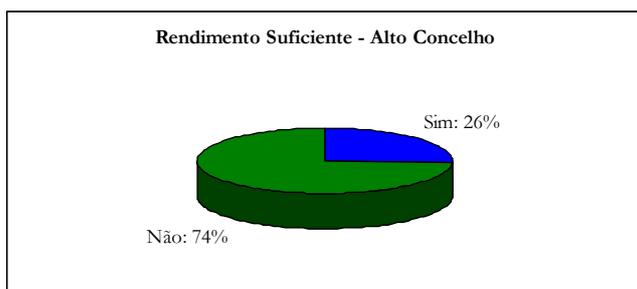


Gráfico 167

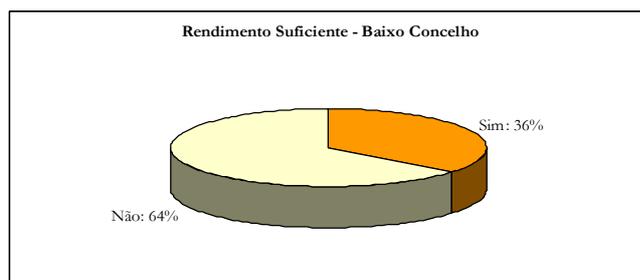


Gráfico 168

Tendo em conta esta insatisfação com o rendimento mensal da família, os inquiridos justificam-no por causa, principalmente, das despesas serem superiores ao rendimento e, com menor frequência, devido a dívidas contraídas e que são necessárias pagar, tornando assim o rendimento mensal insuficiente para manter o

agregado. Verifica-se apenas uma situação em que, de acordo com o inquirido, o rendimento não é suficiente por ter uma má gestão do mesmo.

Motivos para a Insuficiência do Rendimento		
	Alto Concelho	Baixo Concelho
Despesas superiores ao rendimento	22	15
Má gestão	0	1
Dívidas a pagar	17	12
Outra	0	0

Quadro 58 – Razões da insuficiência do rendimento no Alto Concelho e no Baixo Concelho

Comparando com a amostra das famílias (multi)problemáticas, o facto do rendimento ser considerado insuficiente poderá estar relacionado com um certo nível e qualidade de vida a que esta população estava habituada antes do desemprego ter, súbita e inesperadamente, caído nas suas casas e, não tanto, como realmente acontece com muitas das famílias da primeira amostra, devido a rendimentos muito baixos. Por outro lado, contraíram dívidas que, com o salário poderiam pagar, mas que agora se tornam difíceis de liquidar. Deste modo, no caso das famílias (multi)problemáticas tal deve-se principalmente aos baixos rendimentos que sempre tiveram e que sempre as caracterizaram.

Uma análise dos rendimentos dos agregados da presente amostra sustenta esta situação:

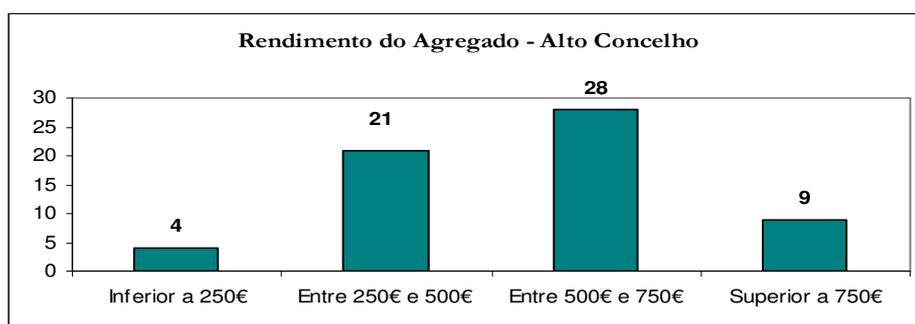


Gráfico 169

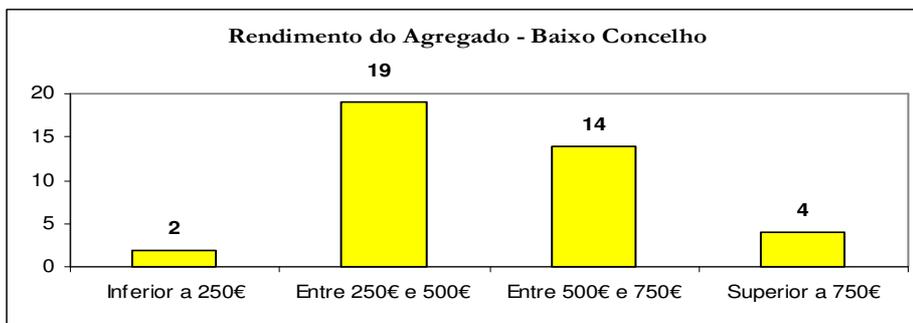


Gráfico 170

No alto concelho são contabilizados nove agregados cujos rendimentos são superiores a 750 euros mensais; 28 apresentam rendimentos entre os 500 e os 750 euros e 21 agregados entre os 250 e os 500 euros. Apenas quatro agregados apresentam rendimentos inferiores a 250 euros por mês. No baixo concelho, a maioria dos agregados apresenta rendimentos entre os 250 e os 500 euros; 14 entre os 500 e os 750 euros e quatro agregados têm um rendimento mensal superior a 750 euros mensais.

Comparando com a primeira amostra, além de se observar menos agregados com rendimentos mensais inferiores a 250 euros, tratam-se de famílias com um menor número de elementos e que apresentam melhores rendimentos (o que permite obviamente uma melhor qualidade de vida quando comparado com os agregados da primeira amostra).

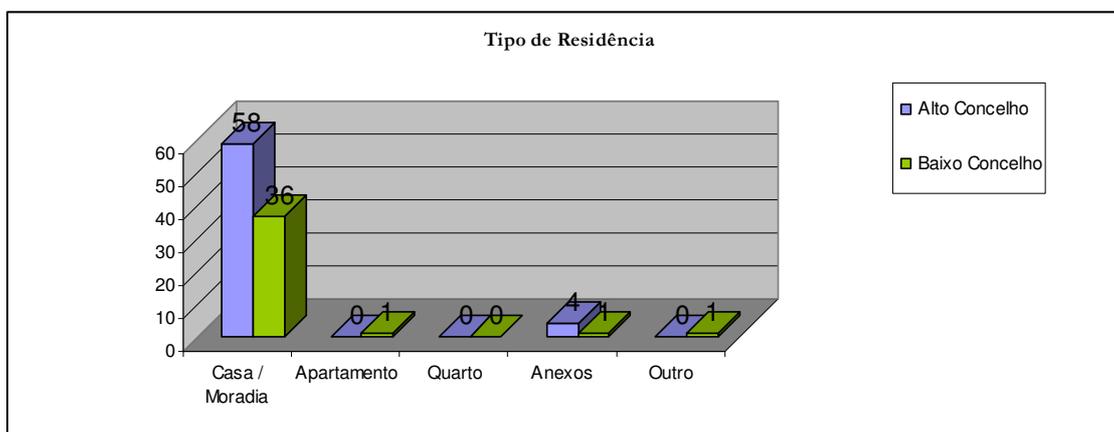


Gráfico 171

Analisando o tipo de residência mais comum, quer na sub-amostra do alto quer na sub-amostra do baixo concelho, constata-se que este é a casa/moradia. A viver num apartamento é apenas contabilizada uma situação, registando-se ainda

cinco agregados a viver em anexos (quatro no alto concelho e um no baixo concelho).

Apesar dos resultados relativos ao tipo de residência mais frequente serem muito semelhantes aos da primeira amostra, a situação já se modifica quando se refere ao regime de ocupação.

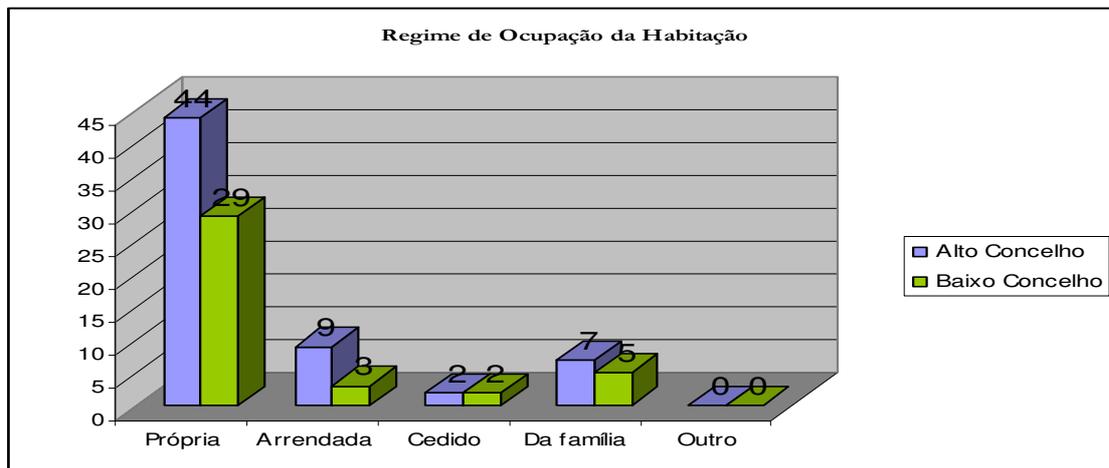


Gráfico 172

Deste modo, mais de metade dos inquiridos de ambas as sub-amostras possui casa própria; apenas nove agregados do alto concelho e três do baixo concelho paga renda de casa (ao contrário dos inquiridos da primeira amostra que vivem principalmente em casas alugadas). Apenas dois agregados do alto e baixo concelho vivem em casas cedidas, contabilizando-se ainda sete agregados do alto concelho e cinco do baixo concelho que vivem em habitação da família.

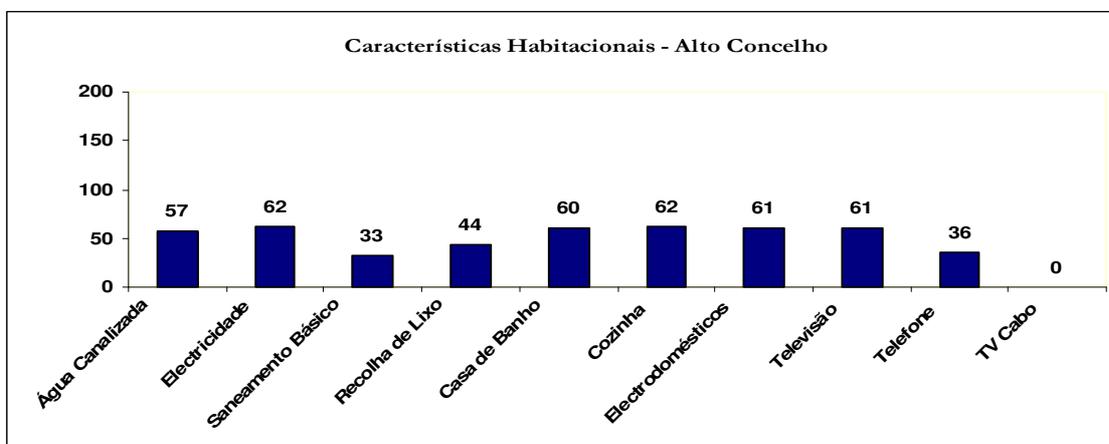


Gráfico 173

As características habitacionais apresentadas pelos inquiridos da sub-amostra do alto concelho, apesar de apresentarem melhores condições, ainda revelam a falta de alguns indicadores de salubridade, nomeadamente dois agregados que não têm casa-de-banho, cinco que não têm água canalizada ou 29 que não possuem saneamento básico. No entanto, a electricidade é um bem comum a todos estes agregados, assim como a cozinha ou electrodomésticos (em que se contabiliza apenas um que não possui).

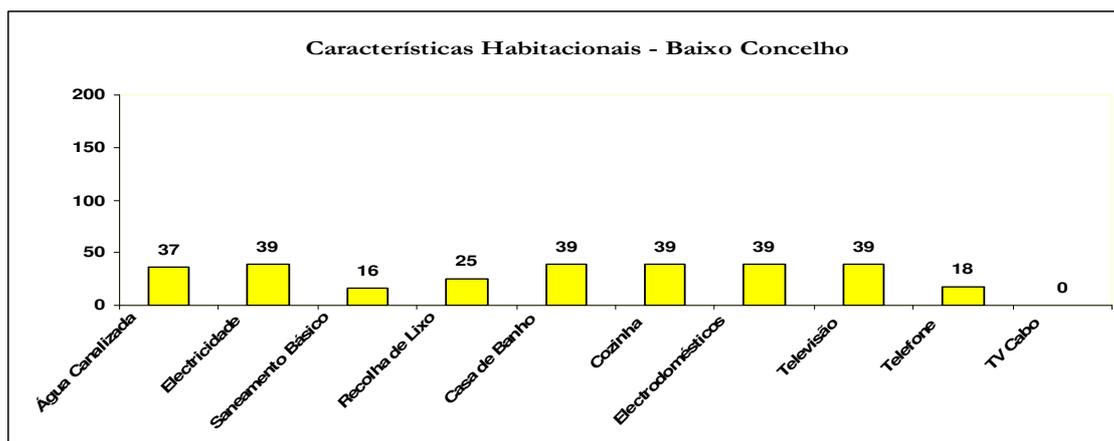


Gráfico 174

No baixo concelho, observam-se melhores resultados relativamente aos indicadores de bem-estar e salubridade habitacional: todos os agregados dos inquiridos possuem electricidade, casa-de-banho, cozinha, electrodomésticos e televisão. Água canalizada é um bem que ainda falta a dois agregados, bem como saneamento básico (que existe em 18 famílias) e recolha de lixo (que existe em 26).

No entanto, são indicadores que revelam maior conforto, melhores condições, mais características de bem-estar e salubridade habitacional, quando comparados com os indicadores habitacionais da primeira amostra.

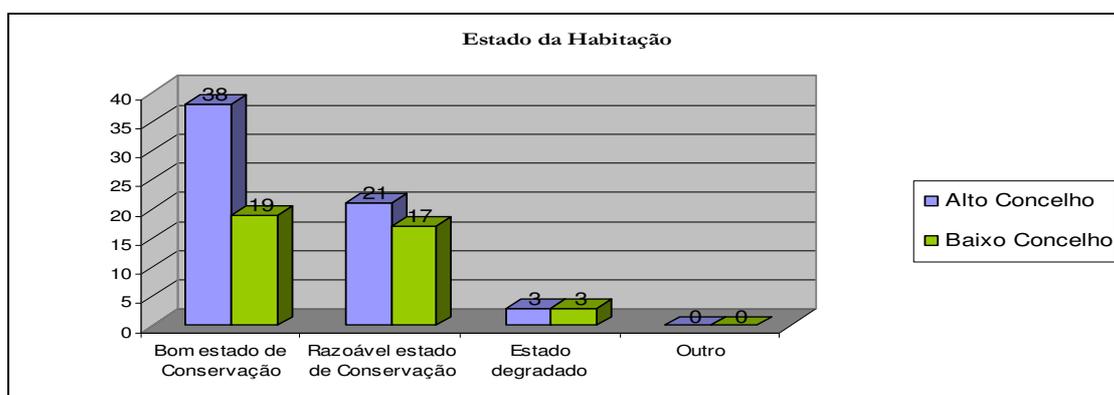


Gráfico 175

O estado da habitação, no caso de 38 agregados familiares do alto concelho e 19 do baixo concelho, é considerado bom; 21 inquiridos do alto concelho e 17 do baixo concelho apresenta o estado da sua habitação como sendo razoável e seis inquiridos (três do alto e três do baixo concelho) apresentam a sua habitação como tendo um estado estragado.

Em termos de condições da habitação e, mais concretamente, no que concerne às dimensões, verifica-se que em 51 famílias do alto concelho existe um quarto por pessoa ou casal que vive maritalmente; nos casos em que não existe um quarto por pessoa, apenas em quatro situações, os filhos partilham quarto com pais. Ainda nesta sub-amostra, são nove os agregados em que dormem duas pessoas por quarto e apenas dois os agregados em que dormem três pessoas por quarto.

No baixo concelho, em 36 agregados familiares existe um quarto por pessoa ou casal que vive maritalmente enquanto que em três agregados há partilha de quarto entre dois elementos (que não o casal), não se observando casais a partilhar quarto com os filhos.

Comparando com os resultados da primeira amostra, verifica-se a este nível melhores condições para a segunda amostra, pois são poucos os casos em que há partilha de quarto, não se verificando situações em que há um quarto para mais de três elementos. A tendência é para existir, nas famílias desta segunda amostra, um quarto por pessoa ou casal que viva maritalmente.

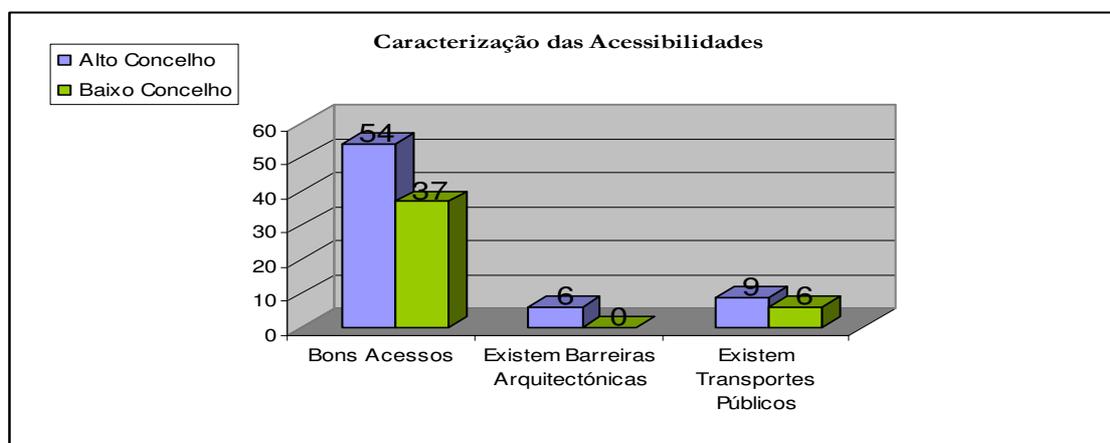


Gráfico 176

As acessibilidades são caracterizadas como sendo boas por grande parte dos inquiridos; apenas seis inquiridos apontam as barreiras arquitectónicas na caracterização das acessibilidades. A existência de transportes públicos é apontada por um número reduzido de inquiridos, o que reforça ainda mais o isolamento e a dificuldade de aceder a bens e serviços no caso de não haver transporte próprio.

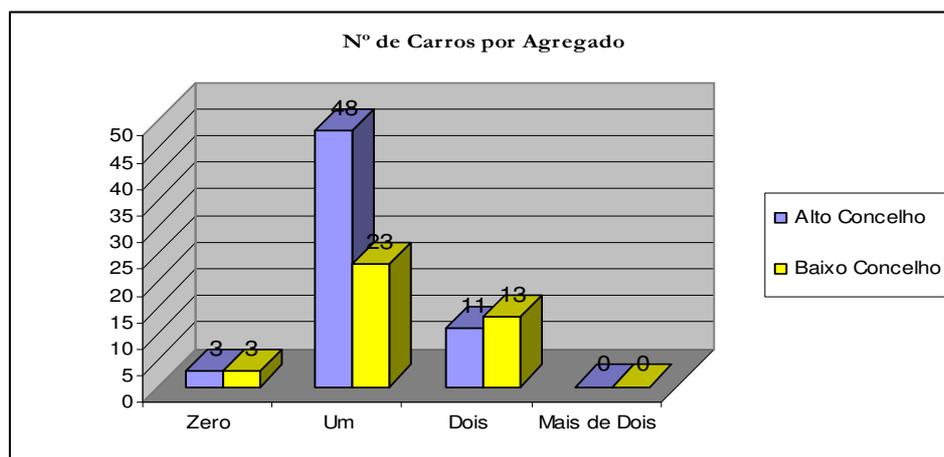


Gráfico 177

No entanto, o transporte próprio existe em 48 agregados do alto concelho e 23 do baixo concelho, que revelam a existência de um carro no seu agregado. Com dois carros, são contabilizados 13 agregados do baixo concelho e 11 do alto concelho. Sem um único carro, observam-se três agregados do alto concelho e três do baixo concelho.

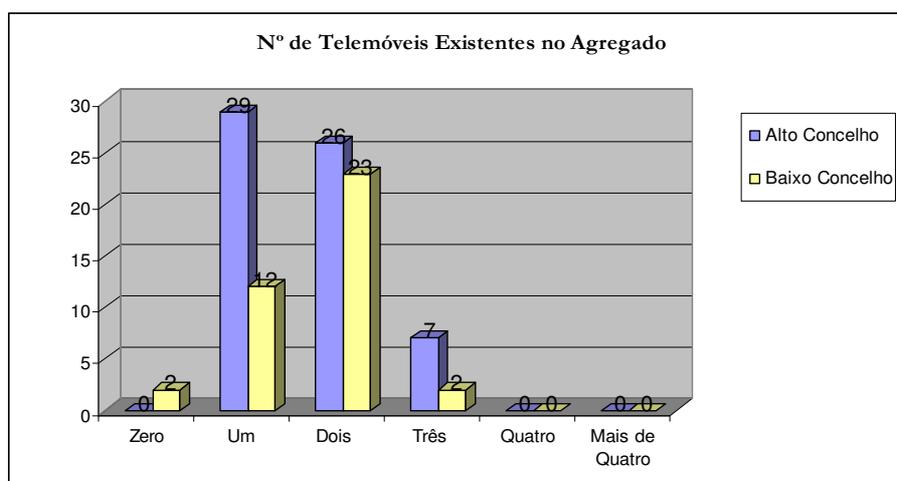
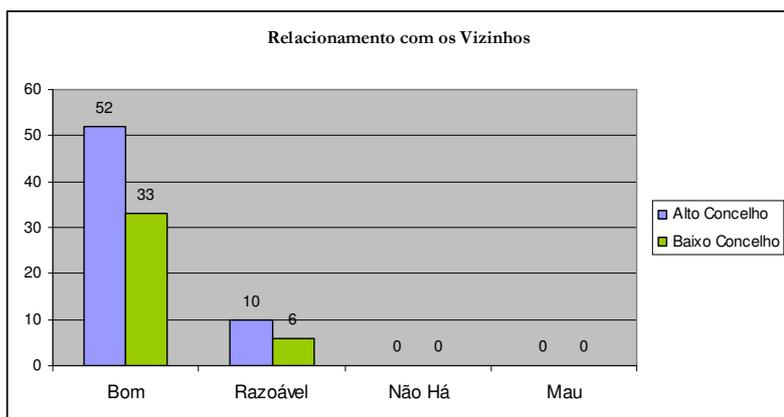


Gráfico 178

Quanto ao número de telemóveis no agregado, na sub-amostra do alto concelho não há agregados familiares sem um único telemóvel, ao contrário do baixo concelho em que se verificam dois agregados familiares em que não há telemóveis. A maioria dos agregados indica ter um ou dois telemóveis, registando-se ainda sete agregados do alto concelho em que há três telemóveis e dois do baixo concelho com o mesmo número de telemóveis no seu agregado familiar.

Analisando o poder de compra destes inquiridos tendo como comparação as respostas dos inquiridos da primeira amostra, observa-se que no que concerne ao número de carros, este é superior nesta segunda amostra; no que concerne aos telemóveis, na primeira amostra há uma maior aquisição deste tipo de equipamentos, verificando-se inclusive situações de agregados em que há mais de quatro telemóveis (o que não acontece nesta segunda amostra).



O relacionamento com os vizinhos é caracteristicamente bom (para 52 inquiridos do alto concelho e 33 do baixo concelho); para 16 inquiridos (10 do alto concelho e seis do baixo concelho) a relação com os vizinhos é

Gráfico 179 classificada como sendo razoável. Ao contrário do que aconteceu na primeira amostra, não há descrições de mau relacionamento com vizinhos ou de relações que não existem (quer no alto quer no baixo concelho).

Assim como acontece com a primeira amostra, foi pedido a estes inquiridos que caracterizassem, além do respectivo agregado familiar, a sua família alargada no que respeita à eventual existência de problemas.

Deste modo, constata-se que, em ambas as sub-amostras, problemas como a existência de doenças infecto-contagiosas, prostituição ou criminalidade, não são referenciadas por estes inquiridos. O problema que mais se destaca na família

alargada dos inquiridos é o desemprego (53 respostas assinaladas no alto concelho e 34 no baixo concelho), seguido de graves problemas de saúde (16 situações assinaladas no alto concelho e sete no baixo concelho) e baixos níveis de escolaridade (12 situações no alto concelho e sete no baixo concelho), apesar destes dois últimos problemas apontados serem numa proporção muito inferior à do desemprego.

Problemas como deficiência, alcoolismo, analfabetismo, problemas psicológicos/psiquiátricos, analfabetismo, problemas com a justiça, acamados/dependentes ou toxicod dependência, são problemáticas que atingem um número reduzido de famílias (entre cinco a uma, no alto concelho, e entre quatro a zero no baixo concelho), quando comparado com o número de problemáticas que os inquiridos das famílias da primeira amostra apresentam. De salientar ainda que quatro inquiridos do alto concelho e dois do baixo concelho não indicaram a existência de qualquer problemática familiar.

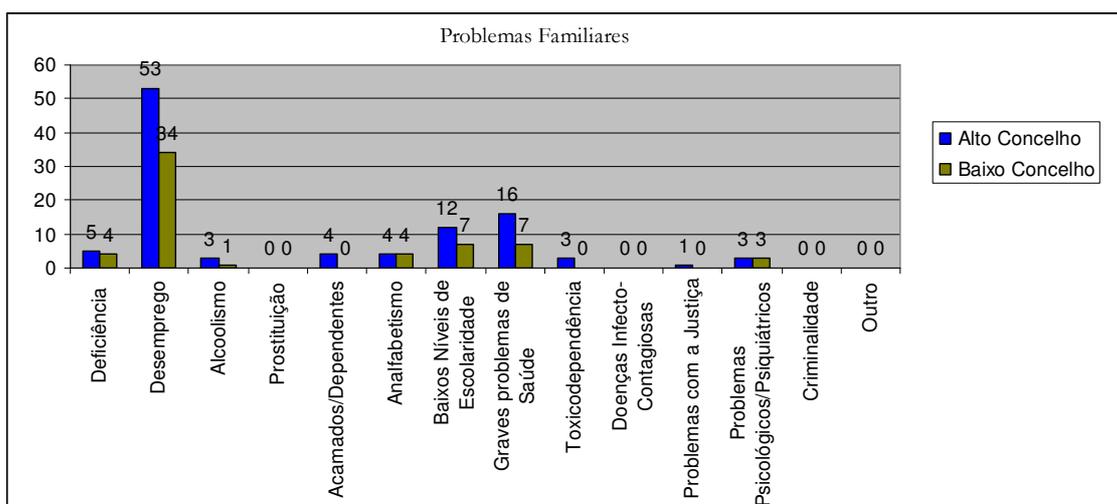


Gráfico 180

Consumo de álcool		Sim	Não
Alto	Concelho	18	44
(N)		(29%)	(71%)
Baixo	Concelho	14	25
(N)		(36%)	(64%)

Quadro 59 – Consumo de álcool no Alto e Baixo Concelho

Analisado o consumo de álcool pelos inquiridos desta segunda amostra, verifica-se que, segundo a informação dos mesmos, o consumo de álcool é feito por menos de metade da amostra, sendo que 71% dos inquiridos do alto concelho e 64% dos inquiridos do baixo concelho referem

que não consomem bebidas alcoólicas (números inferiores aos obtidos na primeira amostra).

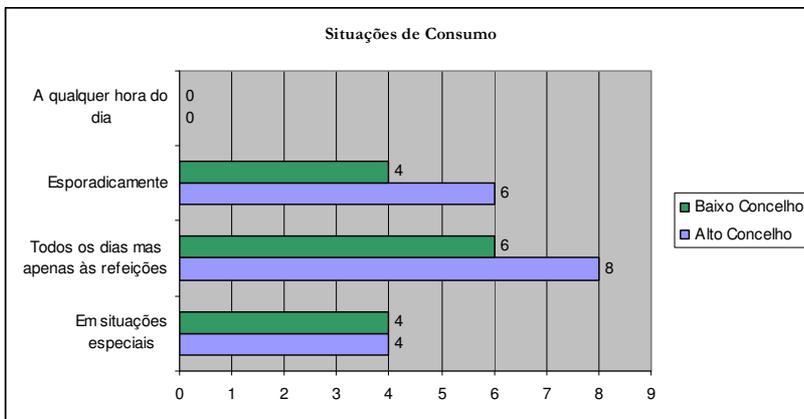


Gráfico 181

As situações de consumo são, principalmente as que coincidem com as refeições (oito inquiridos do alto concelho e seis do baixo concelho referem consumir todos os dias

mas apenas às refeições principais). Esporadicamente é o que caracteriza a frequência de consumo quatro inquiridos do baixo concelho e seis do alto concelho, não havendo inquiridos a beber a qualquer hora do dia. Em situações especiais, contabilizam-se um total de oito inquiridos (quatro de cada sub-amostra).

Explorou-se também a problemática relacionada com a criminalidade e eventuais problemas com a justiça. Comparando com a primeira amostra, há

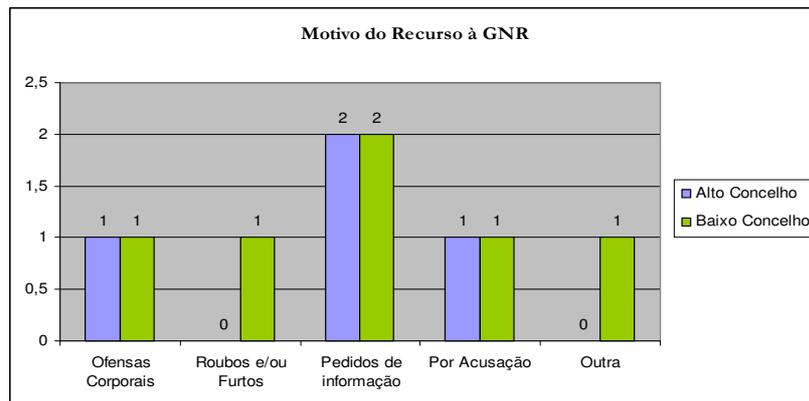


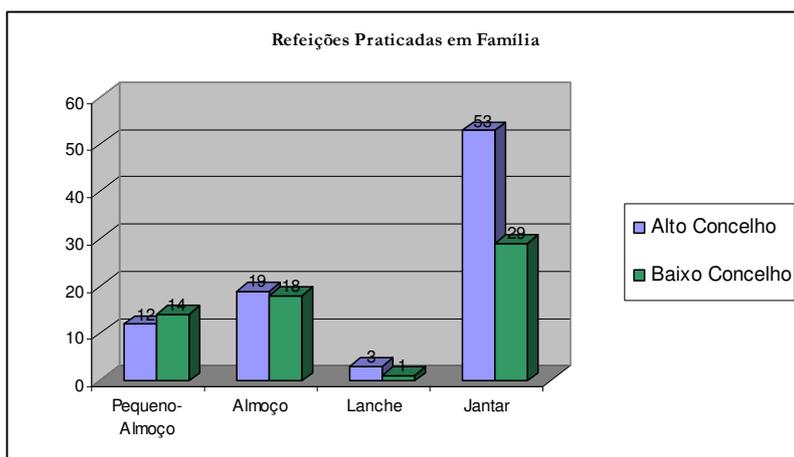
Gráfico 182

também menos indivíduos a recorrem aos serviços da GNR. Deste modo, no alto concelho são quatro os indivíduos que já recorreram aos serviços da GNR; no baixo concelho contabilizam-se seis indivíduos que já recorreram a este tipo de serviço. As razões apontadas relacionam-se, principalmente, com pedidos de informação (no caso de quatro pessoas, no total) e não, propriamente, com uma situação de violência; por ofensas corporais, regista-se um caso em cada sub-amostra; por roubos, um caso no baixo concelho; e para uma acusação regista-se também um caso para cada sub-amostra.

Refeições Praticadas	Alto Concelho		Baixo Concelho	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Pequeno-Almoço	42	20	30	9
Almoço	62	0	39	0
Lanche	27	35	14	25
Jantar	62	0	39	0

Quadro 60 – Refeições praticadas no Alto Concelho e baixo Concelho

Em termos de funcionalidade familiar desta segunda amostra, e ao contrário do que acontece com os inquiridos da primeira amostra, todos os inquiridos, quer da sub-amostra do alto concelho quer da sub-amostra do baixo concelho, realizam almoço e jantar; o lanche é a refeição menos valorizada pelos inquiridos da presente amostra, sendo que apenas 27 inquiridos do alto concelho e 14 do baixo concelho realizam esta refeição.



Tal como acontece com a primeira amostra, a refeição que reúne todo o agregado familiar é o jantar e a refeição que menos elementos reúne é o lanche.

Gráfico 183

HORÁRIO DAS REFEIÇÕES – Alto Concelho							
Pequeno-Almoço		Almoço		Lanche		Jantar	
6:30	0	11:00	0	15:00	1	18:00	0
7:00	8	11:30	0	15:30	3	18:30	0
7:30	10	12:00	27	16:00	15	19:00	6
8:00	14	12:30	29	16:30	4	19:30	14
8:30	3	13:00	5	17:00	3	20:00	32
9:00	7	13:30	0	17:30	1	20:30	5
		14:00	0	18:00	0	21:00	3
		Sem horário	1	Sem horário	0	21:30	1
						Sem horário	1

Quadro 61 - Horário das refeições praticadas no Alto Concelho

Relativamente ao horário das refeições praticadas pelos inquiridos do alto concelho desta segunda amostra, observa-se que os inquiridos apresentam horários e rotinas para as refeições (à excepção de um indivíduo que não apresenta horário fixo para o almoço, bem como outro que não tem horário estabelecido para o jantar), tal como acontece, de certa forma, com os indivíduos da primeira amostra.

HORÁRIO DAS REFEIÇÕES – Baixo Concelho							
Pequeno-Almoço		Almoço		Lanche		Jantar	
6:30	1	11:00	0	15:00	0	18:00	0
7:00	10	11:30	0	15:30	1	18:30	0
7:30	4	12:00	20	16:00	9	19:00	3
8:00	8	12:30	11	16:30	2	19:30	2
8:30	2	13:00	6	17:00	2	20:00	23
9:00	5	13:30	0	17:30	0	20:30	4
		14:00	0	18:00	0	21:00	3
		Sem horário	2	Sem horário	0	21:30	2
						Sem horário	2

Quadro 62 – Horário das refeições praticadas no Baixo Concelho

No baixo concelho, a situação repete-se, aumentando o número de indivíduos sem horário fixo para o almoço ou jantar.

4.3.3. Apoio(s) social(ais)

Além das famílias (multi)problemáticas, outras poderão vir a precisar, num ou mais momentos do seu desenvolvimento, de algum tipo de apoio, seja ele proporcionado por pessoa(s) ou entidade(s). De salientar que este tipo de ajuda está aberta não só às pessoas (multi)problemáticas mas a todas que revelem determinadas necessidades.

Desta forma, foram averiguadas as necessidades já sentidas por estas pessoas – tipo de necessidades, entidades ou pessoas envolvidas e número de pessoas envolvidas no(s) apoio(s) social(ais).

No alto concelho 57% dos inquiridos já receberam ajuda ou apoio social em algum momento das suas vidas; pelo contrário, 43% dos inquiridos nunca receberam qualquer tipo de ajuda. No baixo concelho, 51% dos inquiridos já

receberam ajuda, enquanto que 49% nunca beneficiaram de qualquer tipo de apoio social.

Comparando com a primeira amostra, não se verificam diferenças significativas no que respeita ao apoio já recebido pelos inquiridos do alto concelho. Pelo contrário, observam-se diferenças significativas entre os indivíduos do baixo concelho que já receberam ajuda, com mais indivíduos da primeira amostra a receberem apoio social do que os indivíduos da segunda amostra.

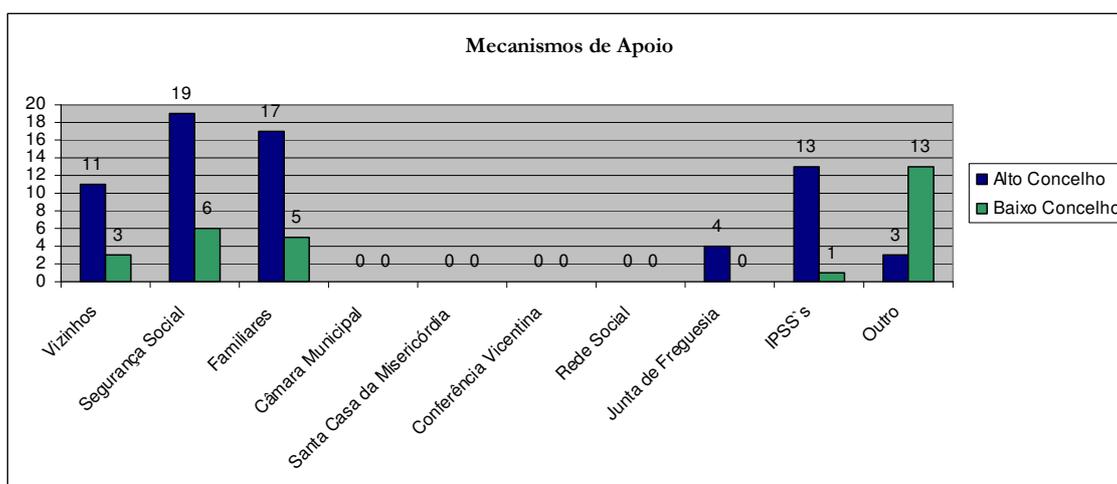


Gráfico 184

O tipo de ajuda já recebida por estes agregados envolve menos mecanismos de concertação social do que no caso da primeira amostra (como por exemplo, ajudas das Conferências Vicentinas, da Rede Social ou Santa Casa da Misericórdia). As ajudas principais recebidas pelos inquiridos desta segunda amostra foram dadas pela Segurança Social (19 agregados do alto concelho e seis do baixo concelho), pelos familiares dos inquiridos (17 do alto concelho e cinco do baixo concelho), sendo ainda assinaladas as IPSS's (este último mecanismo referenciado inclui também o CSSMS). Deste modo, no âmbito do apoio social, é observado entre estes inquiridos sobretudo o apoio informal concedido pela sociedade, apoio não institucionalizado, ou seja, mais assegurado por familiares e vizinhos/amigos. De salientar ainda que um mesmo agregado indica já ter beneficiado de mais do que um tipo de ajuda.

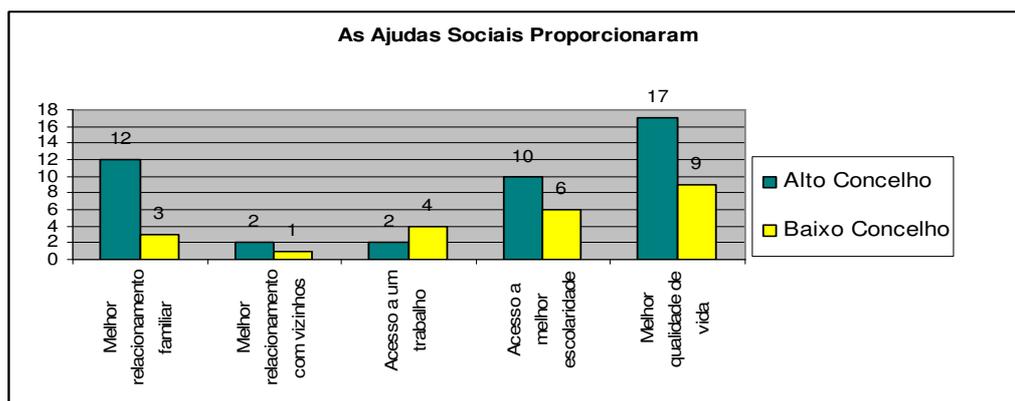


Gráfico 185

As ajudas sociais recebidas permitiram principalmente, em ambas as subamostras, melhor qualidade de vida (17 situações no alto concelho e nove no baixo concelho), seguida de acesso a melhor escolaridade (10 situações no alto concelho e seis no baixo concelho) e melhor relacionamento familiar (12 situações no alto concelho e três no baixo concelho). Melhor relacionamento com vizinhos e acesso a um trabalho são as respostas menos assinaladas por estes inquiridos. De salientar ainda que o acesso a melhor escolaridade, associado à ajuda proporcionada pelo CSSMS, foi possível graças a uma parceria com um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, que possibilitou a equivalência ao 2º e 3º ciclo do EB através das aprendizagens adquiridas nos cursos de formação profissional e o Reconhecimento e Validação de Competências.

O tipo de ajudas já recebidas envolve principalmente, em ambas as subamostras, dinheiro e escolaridade. Em termos de habitação observa-se uma discrepância entre o alto e o baixo concelho, contabilizando-se nove inquiridos do alto concelho que já beneficiaram deste tipo de ajuda e nenhum indivíduo do baixo concelho. O mesmo acontece com a roupa (em que apenas um indivíduo do alto concelho beneficiou deste tipo de ajuda, ao contrário de seis do alto concelho), alimentação (sete agregados do alto concelho e dois do baixo concelho a beneficiar deste tipo de ajuda) e emprego (um elemento do alto concelho e nenhum do baixo concelho).

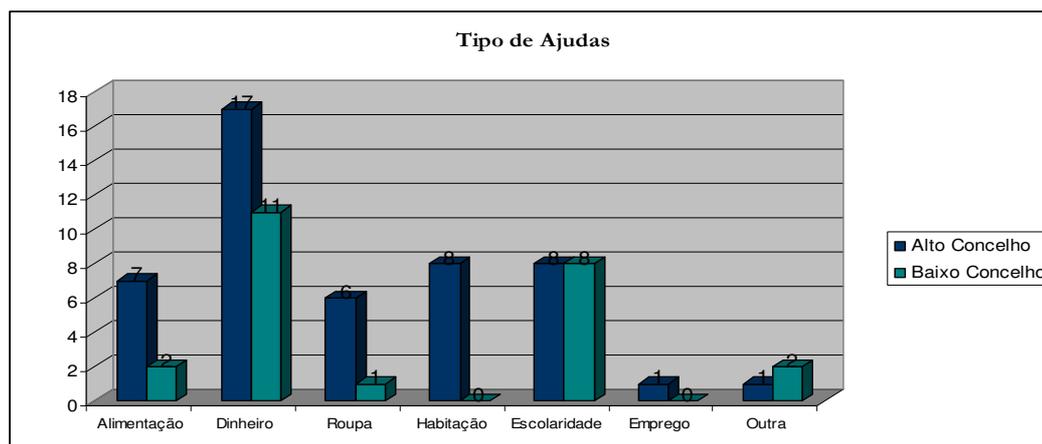


Gráfico 186

Comparando com a primeira amostra, constata-se que os inquiridos que a compõem, bem como respectivos agregados, já beneficiaram de mais ajudas do tipo roupa, alimentação ou emprego, do que os agregados dos inquiridos desta segunda amostra.

4.3.4. Sistema de cuidados de saúde

Na área da saúde, e contrastando o sistema privado com o público, tal como acontece com a primeira amostra, o serviço a que os inquiridos da presente amostra mais recorrem no caso de doença é o Centro de Saúde (60 agregados do alto concelho e 38 no caso do baixo concelho), seguido do médico de família (em 40 situações do alto concelho e 21 do baixo concelho). De salientar que, em caso de doença, a maioria das pessoas recorrem a mais que um tipo de serviço de saúde e não unicamente a um só tipo de resposta a este nível. O Hospital é também um serviço de saúde usado no caso de 10 agregados do alto concelho e oito do baixo concelho. A clínica privada não é usada por estes inquiridos, sendo o médico particular usado por cinco agregados do alto concelho e dois do baixo concelho.

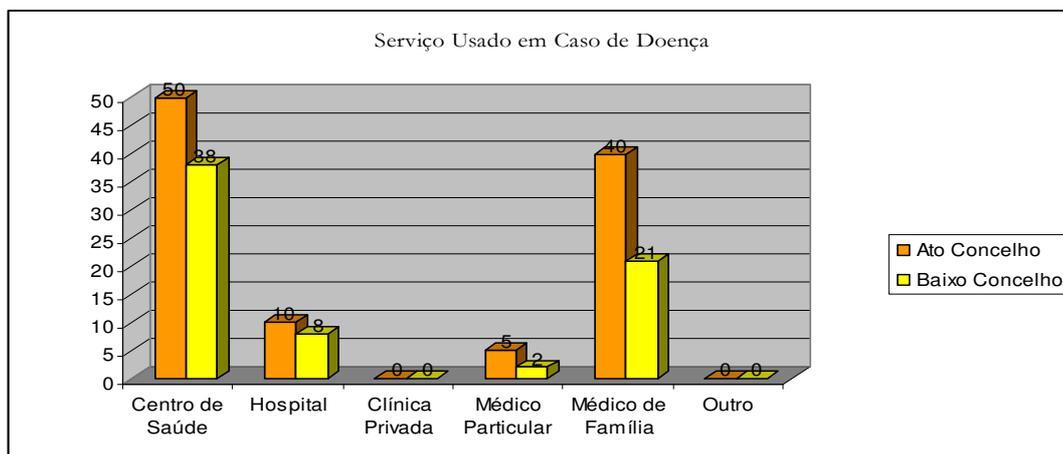


Gráfico 187

A distância entre a habitação dos inquiridos e o Centro de Saúde, na sub-amostra do alto concelho, situa-se, para 59% dos agregados familiares, entre os dois e os cinco quilómetros; menos de dois quilómetros, apenas 6% dos agregados apresentam esta distância e 35% dos agregados situam-se a mais de cinco quilómetros do Centro de Saúde. No baixo concelho, 67% dos agregados e respectivos inquiridos situam-se a mais de cinco quilómetros do Centro de Saúde; 28% situam-se entre os dois e os cinco quilómetros e apenas 5% dos agregados familiares se situam a menos de dois quilómetros do Centro de Saúde.

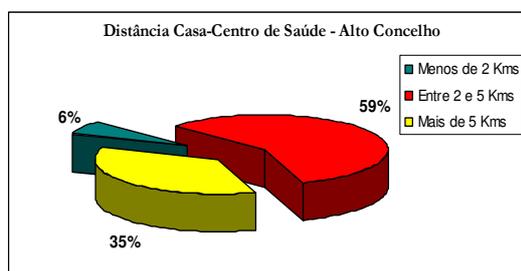


Gráfico 188

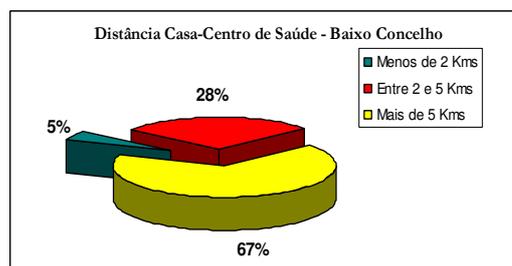


Gráfico 189

Em termos de regularidade das consultas dos inquiridos desta segunda amostra, verifica-se que elas se realizam, principalmente de meio em meio ano (no caso de 26 inquiridos do alto concelho e 11 do baixo concelho) ou uma vez por ano (no caso de 25 inquiridos do alto concelho e nove do baixo concelho). Não se registam inquiridos a ter consultas com uma regularidade quinzenal e uma vez por mês há apenas uma situação no baixo concelho. Quando necessário, contabilizam-se um total de 19 inquiridos (12 do alto concelho e sete do baixo concelho) a usarem o serviço de saúde.

Em ambas as sub-amostras verifica-se que há um número considerável de indivíduos com médico de família, contabilizando-se apenas sete situações do alto concelho e seis no baixo concelho em que não há médico de família.

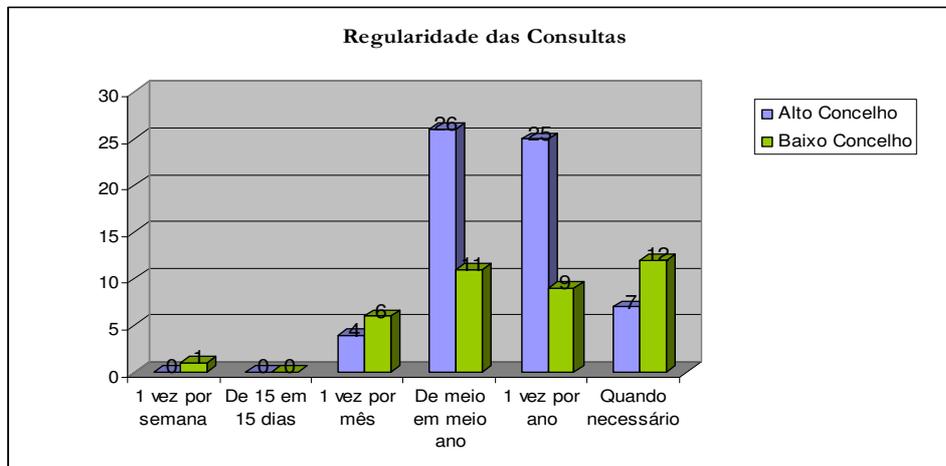


Gráfico 190

Comparando com os indivíduos da primeira amostra, não se observam diferenças significativas, embora haja uma maior regularidade das consultas para a primeira amostra.

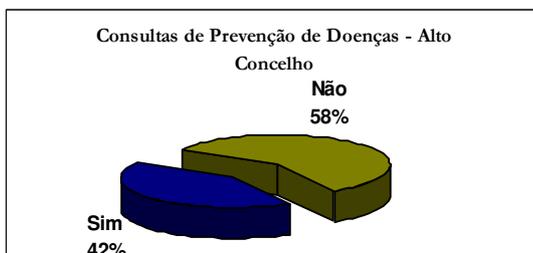


Gráfico 191

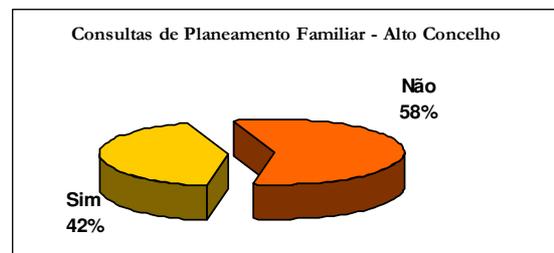


Gráfico 192

Também na primeira amostra se verificam mais indivíduos a procurarem as consultas de prevenção de doenças, bem como as de planeamento familiar, do que os indivíduos do alto concelho da segunda amostra.

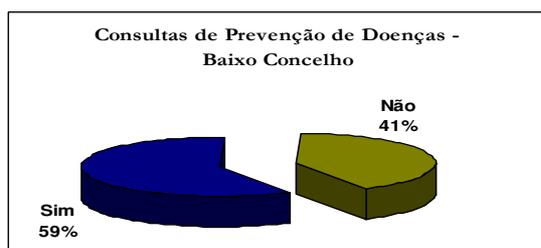


Gráfico 193

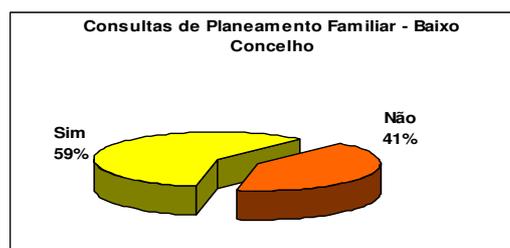


Gráfico 194

No baixo concelho, as consultas, quer de prevenção de doenças quer de planeamento familiar, são mais procuradas do que no alto concelho, aproximando-se dos valores obtidos com as respostas dos inquiridos da primeira amostra.

Nº de agregados com despesas fixas em saúde

	<i>Alto Concelho</i>	<i>Baixo Concelho</i>
<i>Sim</i>	26	19
<i>Não</i>	36	20

Quadro 63 – Agregados com despesas fixas em saúde no Alto Concelho e Baixo Concelho

Em ambas as sub-amostras encontramos agregados com despesas fixas na saúde. Em todos os casos, o número de agregados com este tipo de despesas é inferior ao número de agregados com despesas de saúde da primeira amostra. Relativamente aos gastos com a saúde, verifica-se que há oito indivíduos do alto concelho e dez do baixo concelho com despesas superiores a 35 euros mensais. Apenas um indivíduo do alto concelho e um do baixo concelho apresenta despesas iguais a 35 euros e os restantes agregados têm despesas iguais ou inferiores a 25 euros mensais. Esta situação de despesas com saúde é muito semelhante à apresentada pelos inquiridos da primeira amostra.

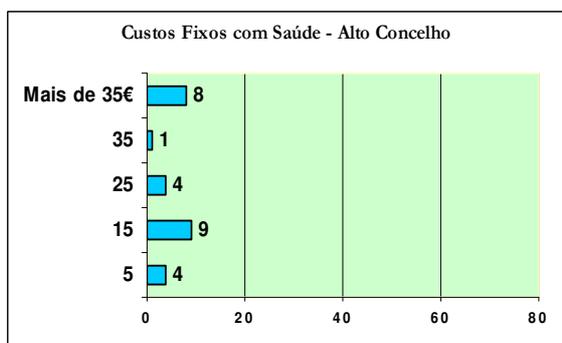


Gráfico 195

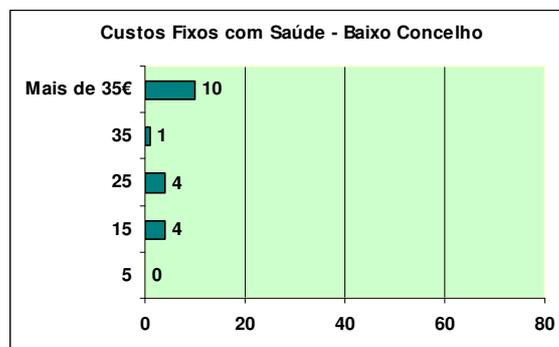


Gráfico 196

4.3.5. Actividades sócio-culturais

Com esta segunda amostra, pretendeu-se também analisar a participação e envolvimento dos inquiridos na vida social e cultural do meio envolvente, numa altura em que perderam os vínculos sociais, e mesmo culturais, que o emprego outrora proporcionava.

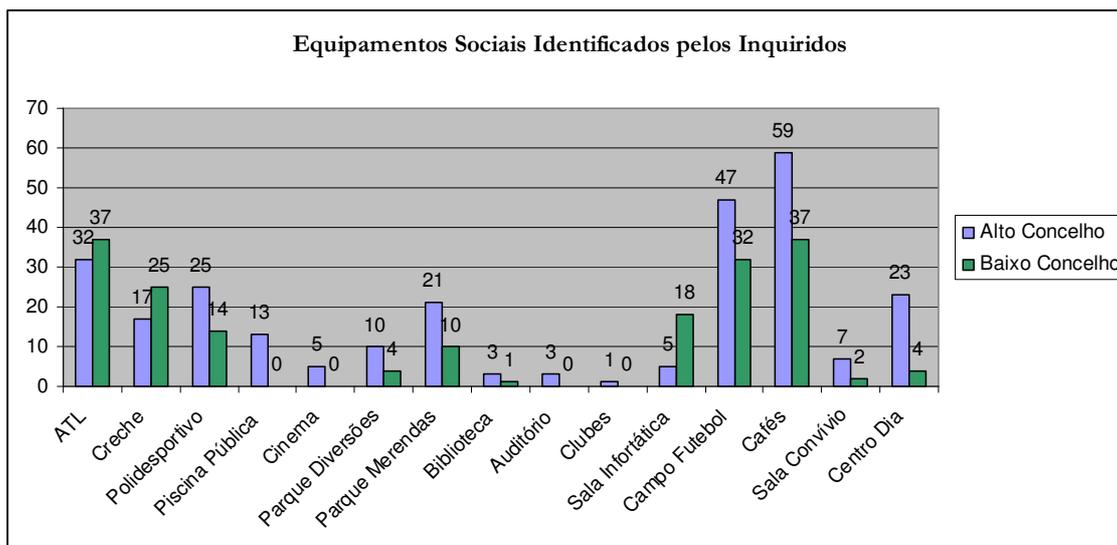


Gráfico 197

Começando pelos equipamentos sociais a que podem aceder, se conhecerem, verificou-se que os equipamentos mais identificados pelos inquiridos envolveram cafés (identificados por 59 inquiridos do alto concelho e 37 do baixo concelho), seguidos de campo de futebol e A.T. L.. Os equipamentos sociais menos identificados pelos inquiridos, talvez porque não sejam do conhecimento de todos, dizem respeito ao auditório, biblioteca e clubes; piscina pública e cinema são equipamentos que foram apontados por 13 inquiridos e cinco, respectivamente, do alto concelho mas sem qualquer indicação pelos inquiridos do baixo concelho.

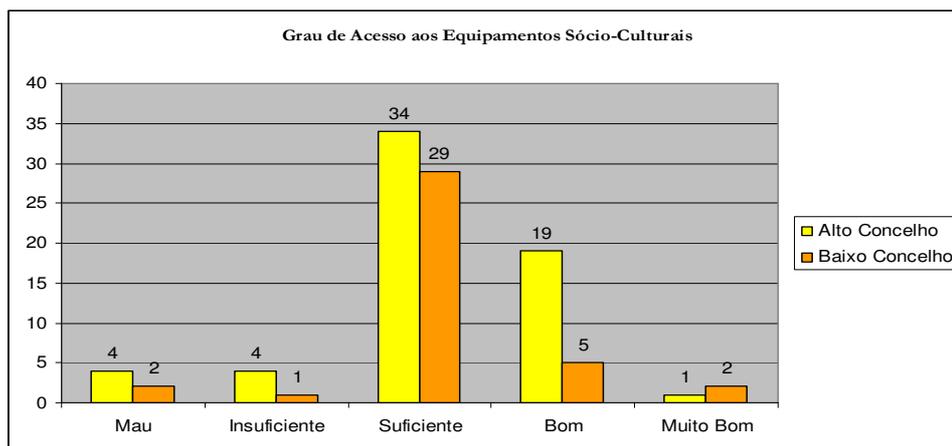


Gráfico 198

O grau de acesso aos equipamentos sócio-culturais identificados é caracterizado como sendo suficiente por 34 inquiridos do alto concelho e 29 do baixo concelho; um bom acesso é descrito por 19 inquiridos do alto concelho e cinco do baixo concelho, contabilizando-se ainda dois casos do baixo concelho e um do alto concelho que caracteriza o grau de acesso aos equipamentos sócio-culturais como sendo muito bom. Um mau ou insuficiente acesso aos equipamentos identificados afecta um total de 11 inquiridos do alto e baixo concelho.

De modo geral, não existem diferenças significativas no acesso aos equipamentos sócio-culturais entre os inquiridos da primeira amostra e os da segunda amostra. No entanto, o desemprego e as dificuldades económicas que este gera poderão ter condicionado o grau de acesso destas pessoas aos equipamentos (nomeadamente aqueles que implicam o pagamento de uma mensalidade). Tal situação favorece ainda mais a perda de ligação à sociedade e dificulta a criação de laços sociais.

A frequentar os equipamentos sociais-culturais oferecidos pelas respectivas freguesias e concelho em geral, contabilizam-se apenas 16 inquiridos do alto concelho e 11 do baixo concelho. Destes equipamentos, os mais frequentados dizem respeito aos cafés (com oito inquiridos do alto concelho e três do baixo concelho); seguidos do campo de futebol (frequentado por dois inquiridos do alto concelho e dois do baixo concelho) e parque de merendas (frequentado por três inquiridos do alto concelho e dois do baixo concelho).

Equipamentos sócio-culturais habitualmente frequentados/usados	Alto Concelho	Baixo Concelho
ATL	0	1
Creche	1	0
Polidesportivo	0	0
Piscina Pública	0	0
Cinema	1	0
Parque Diversões	0	0
Parque Merendas	3	2
Biblioteca	0	0
Auditório	0	0
Clubes	0	0
Sala Informática	0	0
Campo Futebol	2	2
Cafés	8	3
Sala Convívio	0	0
Centro Dia	1	0
Outro	0	0

Quadro 64 – Equipamentos sócio-culturais frequentados

Comparando com os equipamentos sócio-culturais frequentados ou usados pelos inquiridos da primeira amostra, constata-se que o tipo de equipamento mais usado é o mesmo (cafés), havendo uma utilização de outro tipo de equipamentos por um reduzido número de elementos (por exemplo, equipamentos tipo sala de informática, piscina ou clubes, não são assinalados pelos indivíduos inquiridos, quer da primeira amostra quer da segunda).

Quando questionados sobre uma eventual ligação ou participação em alguma colectividade (por exemplo, sendo sócio de uma Instituição, tesoureiro, vogal ou desempenhando outro cargo), ninguém desta segunda amostra revelou uma participação desse tipo.

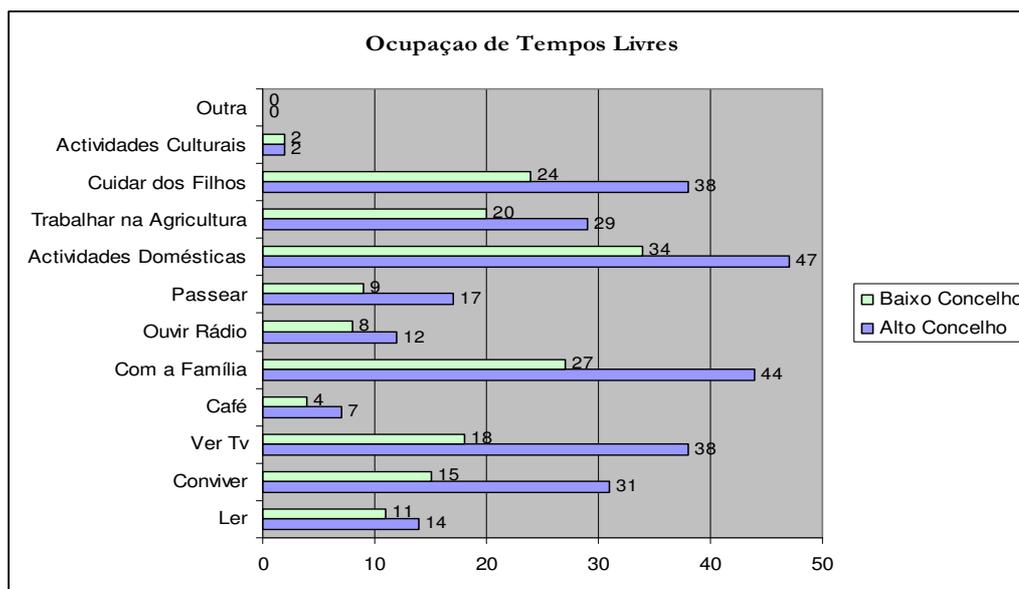


Gráfico 199

Quanto à ocupação dos tempos livres observa-se, em ambas as sub-amostras, uma preponderância de actividades relacionadas com as actividades domésticas (47 inquiridos no alto concelho e 34 no baixo concelho), seguidas de actividades com a família (apontadas por 44 inquiridos do alto concelho e 27 do baixo concelho) e cuidados aos filhos (38 inquiridos do alto concelho e 24 do baixo concelho).

As actividades menos desenvolvidas pelos indivíduos de ambas as sub-amostras são as que se relacionam com a cultura (assinaladas por dois inquiridos de cada sub-amostra) e ir para o café (quatro inquiridos do baixo concelho e sete do alto concelho).

De um modo geral, estes inquiridos apontam bastantes actividades de ocupação de tempos livres, ou seja, um mesmo inquirido aponta uma média de cinco actividades de tempos livres, no caso do alto concelho, ou uma média de quatro actividades, no caso do baixo concelho. O mesmo acontece com os inquiridos da primeira amostra (verifica-se uma média de cinco actividades de ocupação de tempos livres apontadas para cada inquirido), não se verificando diferenças entre as duas amostras nesta dimensão sócio-cultural. No entanto, as actividades de ocupação de tempos livres acabam por ser confundidas com tarefas ou trabalhos que são realizados em casa, desvalorizando a convivência, a participação em actividades sociais e culturais efectivas.

4.3.6. Percepções pessoais

A este nível, foi pedida a opinião dos inquiridos sobre determinadas temáticas, nomeadamente sobre a violência, sobre o desemprego, pobreza e sobre o alcoolismo.

Questionados sobre a existência de situações de pobreza no concelho de Castelo de Paiva, 73% dos inquiridos do alto concelho e 88% dos inquiridos do baixo concelho, consideram que ainda se observam situações de pobreza. Esta opinião, quase unânime, relativamente à existência de situações de pobreza em ambas as amostras, difere contudo no que diz respeito às competências de quem poderá corrigir esta situação.

Deste modo, nesta segunda amostra os inquiridos consideram que há uma distribuição quase equitativa de competências ou responsabilidades na correcção da situação de pobreza, ao contrário do que acontece na primeira amostra para quem os organismos políticos assumem a principal responsabilidade.

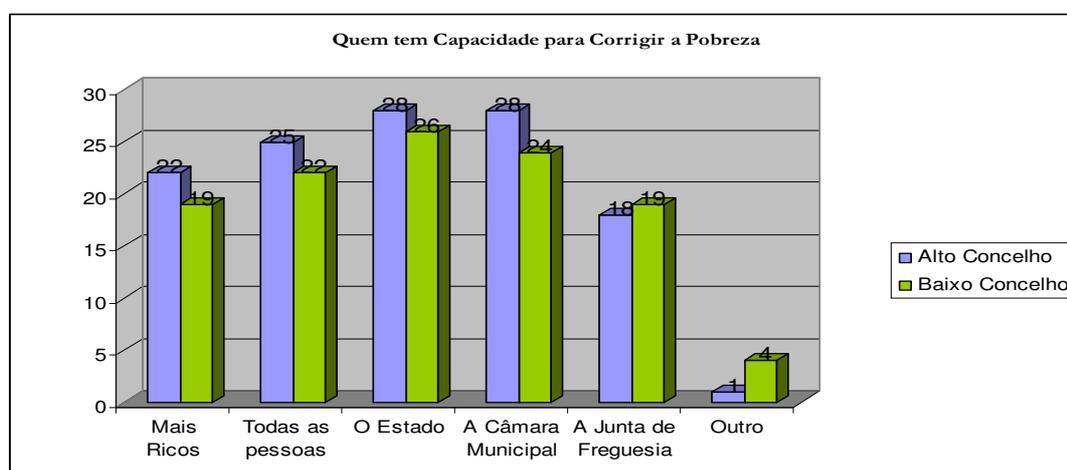


Gráfico 200

Observa-se então uma distribuição por diferentes pessoas que poderão ter participação na correcção da situação de pobreza que a maioria indica existir no concelho, embora o Estado e a Câmara Municipal sejam os organismos mais apontados pelos inquiridos como sendo os principais competentes na resolução desta situação.

As razões associadas à existência de pessoas pobres devem-se, segundo 54 inquiridos do alto concelho e 31 do baixo concelho, à falta de ofertas no mercado; de seguida apontam os salários baixos (40 inquiridos do alto concelho e 19 do baixo concelho) e os problemas de saúde (20 inquiridos do alto concelho e 17 do baixo concelho). Razões menos apontadas relacionam-se com o facto de as autarquias locais não se preocuparem e o Estado não ajudar. Esta associação entre razões e existência de pessoas pobres assemelha-se bastante às associações feitas pelos inquiridos da primeira amostra.

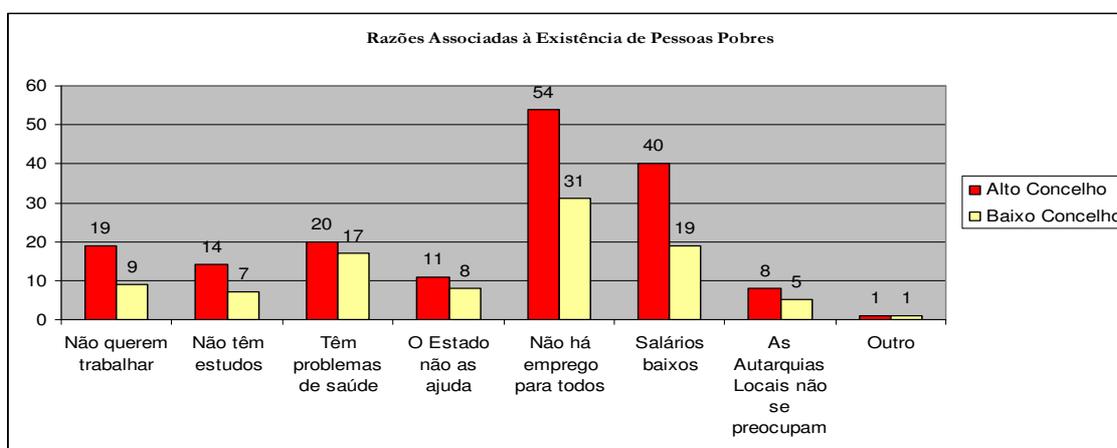


Gráfico 201

Quanto à existência de violência, 34% dos inquiridos do alto concelho e 46% do baixo concelho, consideraram que no seu concelho existem situações de violência.

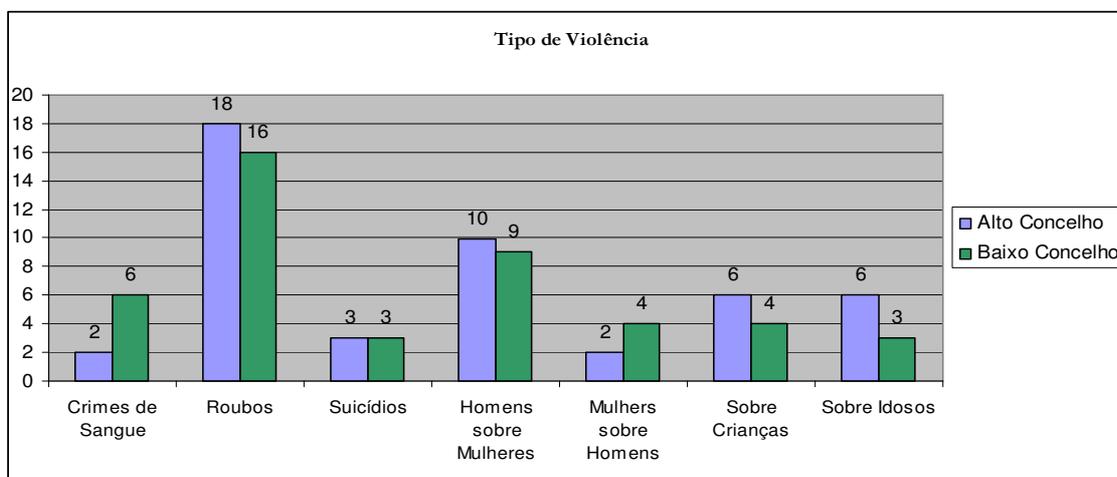


Gráfico 202

O tipo de violência mais frequente segundo a opinião destes inquiridos (com 18 indicações no alto concelho e 16 no baixo concelho) diz respeito aos roubos, seguido de violência de homens sobre mulheres (com 10 respostas no alto concelho e nove no baixo concelho). A violência sobre crianças é indicada por seis inquiridos do alto concelho e quatro do baixo concelho, enquanto que a violência sobre idosos é também indicada por seis inquiridos do alto concelho e três do baixo concelho. A violência de mulheres sobre homens também existe, segundo a opinião de dois inquiridos do alto concelho e quatro do baixo concelho. Situações de violência relacionadas com suicídios foram indicadas por três pessoas do alto concelho e três do baixo concelho.

Comparando com a primeira amostra, estes inquiridos que a integram têm mais indicações sobre casos de violência, havendo mais pessoas com a opinião de que existe violência no concelho, embora sem diferenças significativas nas respostas quanto ao tipo de violência mais frequente.

Por último, no que concerne ao consumo abusivo de bebidas alcoólicas, 61% dos inquiridos do alto concelho e 69% dos inquiridos do baixo concelho, consideram existir situações de abuso no consumo de álcool.

Relativamente à população mais envolvida neste consumo abusivo, a maioria dos inquiridos considera que são os homens (grupo apontado por 26 inquiridos do alto concelho e 22 do baixo concelho), seguido do grupo de jovens (indicado por 10 inquiridos do alto concelho e cinco do baixo concelho). O grupo de mulheres é apontado por um inquirido do alto concelho, assim como o grupo de idosos (também apontado por um inquirido do alto concelho).

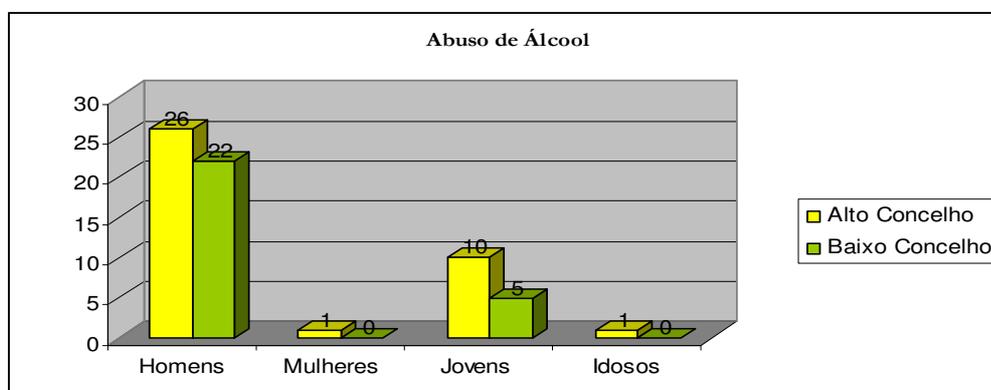


Gráfico 203

A percepção relativamente ao consumo abusivo de álcool parece estar mais presente no caso dos inquiridos que constituem a primeira amostra, havendo um maior número de indivíduos a indicar esses casos de consumo abusivo.

4.3.7. Situação formativa

Da análise da situação formativa destes inquiridos constatou-se que 88,7% dos inquiridos do alto concelho e 82,1% dos inquiridos do baixo concelho já frequentaram acções de formação profissional. Na sub-amostra do alto concelho 11 dos inquiridos já frequentaram, pelo menos, dois cursos; no baixo concelho também 11 dos inquiridos já frequentaram, no mínimo, dois cursos. Comparando com a primeira amostra, os indivíduos desta segunda amostra já beneficiaram mais de formação profissional do que os indivíduos da primeira amostra (indivíduos (multi)problemáticos).

Dos que já frequentaram, os cursos mais habituais foram: *Apoio à População Idosa* (frequentado por 12 inquiridos), *Pintura* (frequentado por 11 inquiridos), *Cerâmica* (por 10 inquiridos) e *Formação para a Vida* (frequentado por nove indivíduos); os cursos menos frequentados correspondem aos cursos de *Secretariado*, *Auxiliar de Acção Educativa* e *Vitivinicultura* (com um indivíduo por cada um dos cursos indicados).

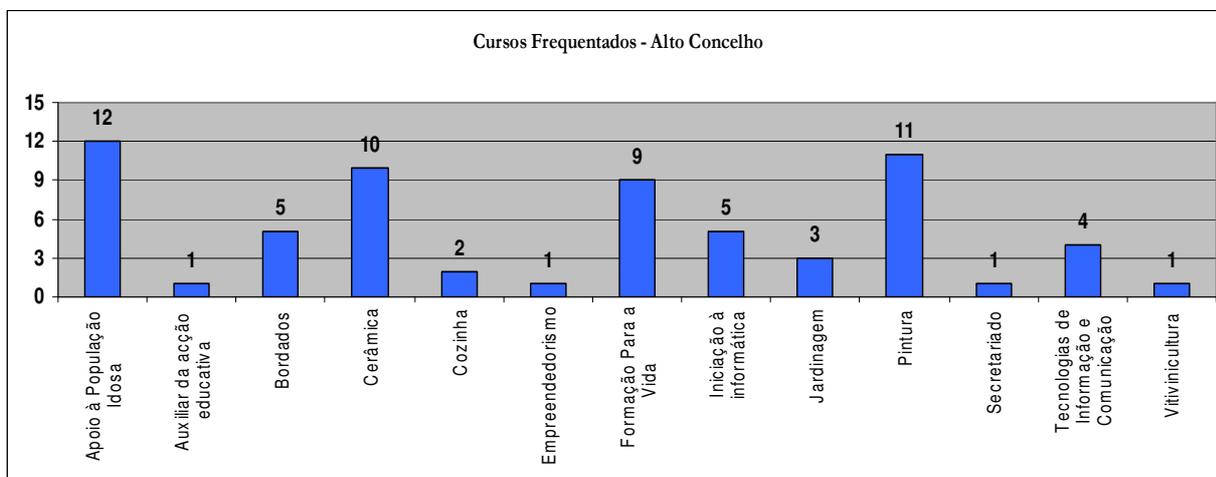


Gráfico 204

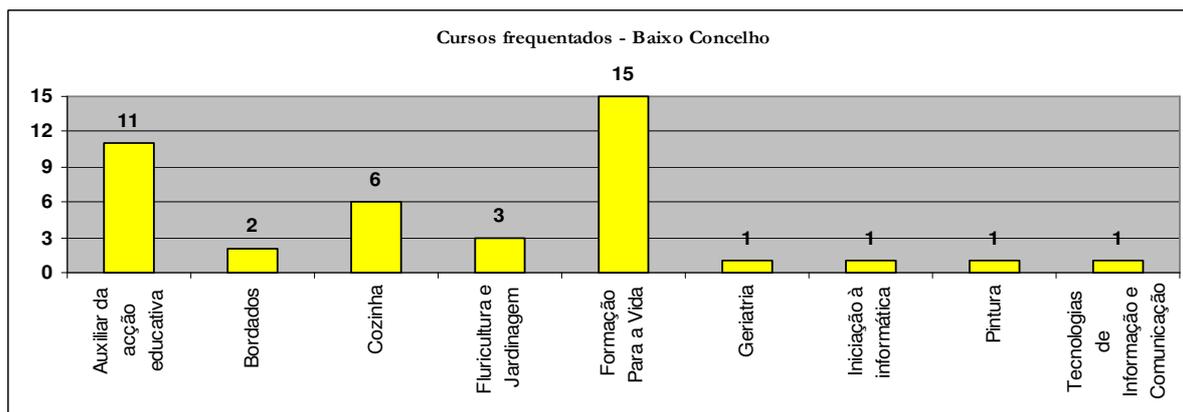


Gráfico 205

Dos cursos frequentados pelos inquiridos da sub-amostra do baixo concelho, verifica-se que o curso *Formação para a Vida* é o que envolve mais indivíduos (15), seguido do curso de *Auxiliar de Acção Educativa* (11) e *Cozinha* (seis). Os cursos de *Geriatria*, *Iniciação à Informática*, *Pintura* e *Tecnologias de Informação e Comunicação* são os cursos menos frequentados, envolvendo um indivíduo, do universo dos inquiridos, cada.

Apesar da grande maioria dos inquiridos das sub-amostras já ter frequentado formação profissional, a maioria afirma ter, actualmente, necessidades formativas. Deste modo, no alto concelho, são 60 os indivíduos que referem ter necessidade de formação profissional; no baixo concelho este número é de 38 indivíduos.

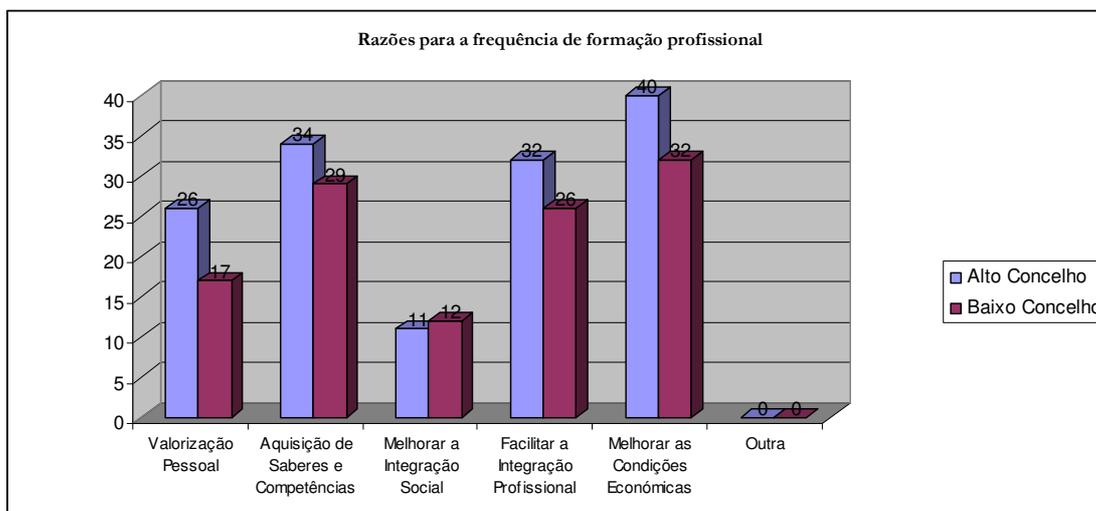


Gráfico 206

As razões para a frequência de formação profissional são, principalmente, apontadas pela necessidade de melhorar as condições económicas (razão indicada por 40 inquiridos do alto concelho e 32 do baixo concelho), seguida da necessidade de aquisição de saberes e competências (razão apontada por 34 inquiridos do alto concelho e 29 do baixo concelho). Frequência de formação profissional como forma de facilitar a integração profissional é uma razão indicada por 32 inquiridos do alto concelho e 26 do baixo concelho. As razões menos apontadas pelos inquiridos prendem-se com a frequência de formação profissional como forma de facilitar a integração na sociedade (razão indicada por apenas 11 inquiridos do alto concelho e 12 do baixo concelho). De salientar que, tal como acontece com os inquiridos da primeira amostra, estes inquiridos apontam mais do que uma razão para justificar a necessidade de formação profissional.

Os cursos mais pretendidos pelos inquiridos são: *Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade* (com 58 inquiridos do alto concelho e 37 do baixo concelho), seguido de *Acção Educativa* (com 55 indicações no alto concelho e 36 no baixo concelho) e *Geriatría* (com 52 indicações no alto concelho e 34 no baixo concelho). *Espaços Verdes e Jardinagem, Olaria e Turismo* são cursos também bastante indicados pelos inquiridos. Os cursos menos assinalados dizem respeito aos cursos de *Produção Pecuária e Produção Agrícola*.

As preferências dos elementos desta segunda amostra mostram uma concordância com as preferências dos inquiridos da primeira amostra. Tal, poderá dever-se ao facto dos inquiridos serem, na sua maioria, mulheres e, portanto, escolherem menos os cursos que são caracteristicamente masculinos e mais aqueles com que se identificam, que se aplicam ao seu caso e à sua vida (experiência, necessidades, competências, gostos e aspirações) e julgam proporcionar mais oportunidades.

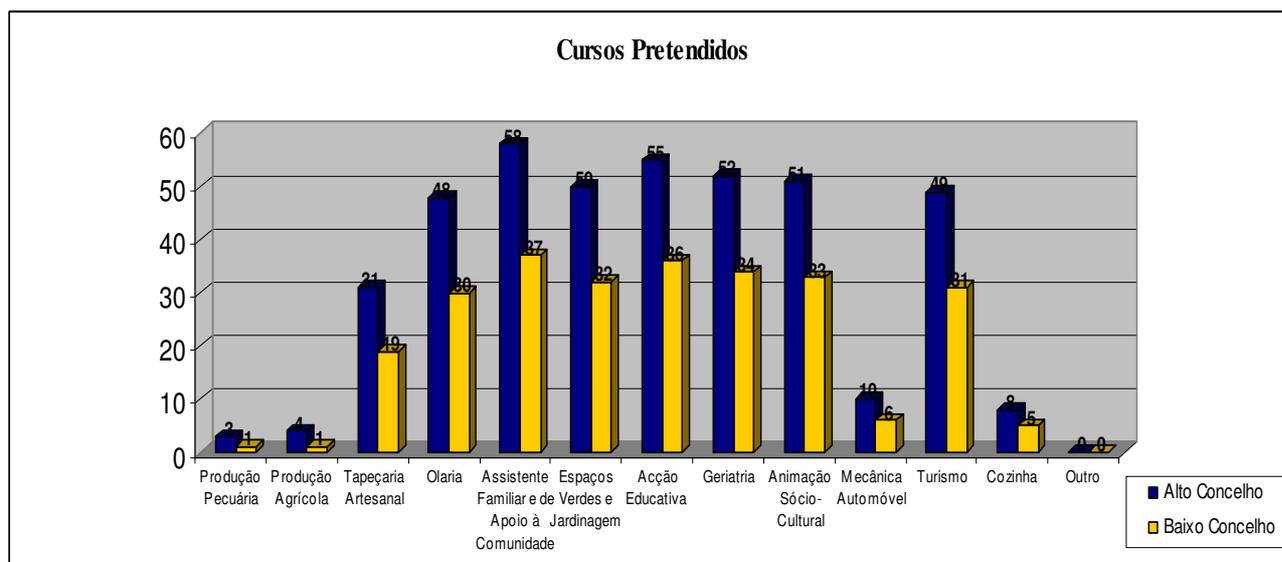


Gráfico 207

4.4. Perspectiva geral dos técnicos

Nos últimos anos tem-se assistido a uma intervenção mais intensiva junto dos cidadãos para tentar impedir o impacto negativo provocado por factores de risco social. Mas nem sempre as suas respostas são eficazes e, a par da sua intervenção, torna-se igualmente relevante o apoio prestado por redes sociais enquadradas numa sociedade empenhada no cumprimento da cidadania e empenhada na resolução desse tipo de problemas.

Cada família está inserida numa comunidade que comporta uma rede de Instituições (rede secundária) a que a família ou os seus membros podem recorrer. Tal envolvimento ocorre naturalmente em algumas fases do ciclo da vida (entrada dos filhos no sistema educativo, acesso ao sistema de emprego, sistema de saúde ou necessidades de acção social) ou ocorre em períodos de maiores necessidades – períodos de crise. Qualquer envolvimento entre uma família e serviços é caracterizado por factores (tempo e individualização da relação), funções e contextos (Relvas, 1996). O tempo da relação entre os membros da família é vitalício e, em geral, individualizado; os contactos entre as Instituições e o agregado são mais limitados no tempo e menos individualizados. As funções da família, socialização e prestação de cuidados envolvem o controle afectivo, enquanto que as Instituições exercem o controlo social. Os contextos da relação na família são

muito variáveis, com as Instituições são mais limitados, habitualmente resumem-se à Instituição e/ou à casa da família (idem, 1996).

Todas as famílias e indivíduos, em algum momento da sua vida, se envolvem com Instituições da comunidade e respectivos técnicos enquadrados nessas mesmas Instituições. Este quadro revela que família e Instituições – Técnicos estão em interação, o que permite a estes acederem a um conhecimento sobre as problemáticas existentes e activarem um conjunto de mecanismos associados ao local onde trabalham.

É este o ponto de partida para a recolha de informação no âmbito da visão dos técnicos de algumas Instituições de Castelo de Paiva, na tentativa de analisar, em maior detalhe, as experiências destes no trabalho com problemas de âmbito social, com famílias ou elementos socialmente vulneráveis na sua relação com os serviços públicos.

A metodologia usada nesta parte (já descrita na “Metodologia”), envolveu, enquanto estratégia dominante de recolha de informação, a realização de entrevistas junto de fontes privilegiadas, partindo do princípio que permitiria desenvolver uma ideia sobre como os técnicos interpretam as principais problemáticas integradas na realidade social, com que se deparam no seu dia-a-dia enquanto profissionais.

As entrevistas foram realizadas nas Instituições em que estão integrados os técnicos que as desenvolveram, são qualitativas e seguiram um guião. Este guião de entrevista foi diferente consoante a Instituição: nas escolas a entrevista foi orientada por um mesmo guião e nas restantes Instituições o guião foi diferente. No entanto, todas as entrevistas tiveram um mesmo grau de estruturação, foram constituídas por questões abertas e gerais (o que permite, por um lado, a flexibilização das respostas e, por outro, a possibilidade de encontrar categorias de respostas comuns aos diferentes entrevistados), sendo portanto semi-estruturadas. Além disso, houve questões e temáticas comuns aos diferentes entrevistados, nomeadamente: identificação dos principais problemas evidenciados na população que, de alguma forma, está integrada ou naquela Instituição, causas e consequências dessas problemáticas, caracterização das problemáticas, intervenções realizadas/projectos promovidos pela Instituição e sugestões de

acções interventivas a realizar em parceria com outras Instituições no sentido de uma promoção social efectiva.

Os técnicos que contribuíram para a construção da perspectiva global da realidade social com que se deparam correspondem aos seguintes:

Técnico	Instituição de Proveniência
Psicóloga	Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão
Psicóloga	Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva
Assistente Social	Câmara Municipal de Castelo de Paiva
Assistente Social	Centro Social do Couto Mineiro do Pejão
Assistente Social	Centro de Saúde de Castelo de Paiva
Psicólogo	Escola Secundária de Castelo de Paiva
Presidente da Direcção	Centro Social de Santa Maria de Sardoura
Comandante	GNR de Castelo de Paiva

Quadro 65 – Técnicos envolvidos nas entrevistas

As entrevistas desenvolvidas foram gravadas, transcritas e submetidas a uma análise de conteúdo cujas informações de destaque são apresentadas a seguir (para um conhecimento mais exaustivo e específico dos conteúdos de cada uma das entrevistas sugere-se a leitura das mesmas, apresentadas nos anexos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do presente estudo de diagnóstico). Esta análise dos dados obtidos foi categorizada segundo dois níveis: a) centração comum nas mesmas problemáticas pelos técnicos, independentemente das Instituições de proveniência; e b) especificidade de visões, dependentes dos técnicos de determinada entidade.

4.4.1. Experiências diferentes

A realidade profissional dos diferentes técnicos das Instituições que colaboraram neste estudo de diagnóstico não se caracteriza por se desenvolver à parte dos problemas sociais, educacionais, culturais, económicos, e eventualmente outros, que afectam algumas das pessoas com as quais vão interagindo no âmbito do seu trabalho.

4.4.1.1. Os problemas na escola

Mais especificamente, e relativamente à identificação das problemáticas mais frequentes nas Escolas, destacam-se as seguintes:

Problemática	N
Abandono escolar precoce	3
Absentismo escolar	1
Retenções	3
Dificuldades de aprendizagem	3
Deficiência	2
Consumos (tabaco e álcool)	2
Problemas psicológicos (comportamento, ansiedade, personalidade)	3
Contextos familiares problemáticos	3
Violência doméstica e negligência	3
Baixas expectativas	3

Quadro 66 – Problemáticas identificadas pelos psicólogos das Escolas

As dificuldades de aprendizagem são caracterizadas, pelos três técnicos das escolas que serviram este estudo, em associação elevada com o abandono escolar precoce, absentismo (focado por um técnico) e retenções (associação feita pelos três técnicos das escolas). As dificuldades de aprendizagem aparecem identificadas como uma complexa realidade em que há vários factores interrelacionados.

No Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão, «*As dificuldades de aprendizagem têm quase sempre outro tipo de problemas subjacentes, nomeadamente os familiares (...). Ao nível dos contextos familiares, pouca participação e interesse nas actividades escolares e, portanto, os pais não se envolvem muito nas actividades escolares dos filhos, trabalhos de casa e não dão incentivos quanto às expectativas dos filhos relativamente à aprendizagem. Depois, temos também contextos familiares problemáticos; há problemas mais localizados em determinados sítios, como por exemplo, o problema do álcool (...). A frequência no pré-escolar, por vezes, não é total e vemos alguma resistência por parte dos pais em que os filhos frequentem o ensino pré-escolar e quando frequentam é de uma forma quase facultativa, pouco responsável (...)*».

Na Escola Secundária de Castelo de Paiva «*fracos hábitos de estudo, fraca estimulação cognitiva por parte dos pais, da família, do meio*» são factores que aparecem associados às dificuldades de aprendizagem.

No Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, «*de um modo geral as expectativas escolares são baixas, existe a influência da questão social-cultural que está pouco voltada ou orientada para a vida futura*» constituem algumas das características das situações em que há dificuldades de aprendizagem. Por outro lado, «o abandono escolar precoce» atinge principalmente «*alunos fora da escolaridade obrigatória, com antecedentes de retenções e que são posteriormente encaminhados para outro tipo de ofertas, como por exemplo para os cursos de Educação e Formação*».

Relativamente aos consumos, o álcool é indicado como uma realidade que acaba por ser observada na escola mas mais pelos contextos familiares em que os alunos estão inseridos e não tanto um problema do próprio aluno («*Há contextos familiares complicados, há problemas de saúde relacionados com o alcoolismo, toxicodependência (...)*» – técnico do Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão. Relativamente ao tabaco, «*tem aumentado (...) do ano passado para este, um acréscimo significativo no consumo de tabaco mas nas idades mais jovens – falamos de 7º, 8º e 9º ano, porque no secundário isso acaba por ser “normal”, digamos assim (...). A influência do grupo de pares é a causa mais conhecida para a iniciação destes comportamentos aditivos. E é muito fácil a influência, é o grupo de pares a dizer para fumar, se não fumar não se é homem (...)*» (técnico da Escola Secundária de Castelo de Paiva).

Os problemas psicológicos surgem de diversas formas, em «*termos de comportamento, temos aqui algumas crianças que revelam agressividade, são pouco tolerantes, pouco humildes mas isto acaba por ser, muitas vezes, uma projecção da situação lá de casa (...) baixa capacidade para ultrapassar o pequeno insucesso que vai surgindo (...), as baixas expectativas*» (técnico do Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão). Há ainda os «*problemas de ajustamento emocional, de construção de identidade (...)*» notando-se «*um acréscimo nessas situações*» o que leva à procura «*pelos alunos para falar sobre essas questões.*

Fala-se sobre dúvidas relativamente à sexualidade, toxicod dependência, relações sociais (...)» (técnico da Escola Secundária de Castelo de Paiva).

Ainda nas escolas, é pertinente salientar que, de acordo com a informação dos três técnicos das escolas que foram entrevistados, observam-se alunos inseridos em contextos familiares desestruturados e disfuncionais, o que se repercute em termos de diminuição das expectativas apresentadas pelos alunos inseridos nesses contextos. Segundo o técnico do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, *«Vão desde famílias permissivas a negligentes ou famílias autoritárias/agressivas que levam à situação extrema que é a da violência. Observam-se situações de crianças com sinais de algumas dificuldades económicas e (...) normalmente, trata-se de famílias com elementos que estão no desemprego, sem perspectivas de melhorar os rendimentos e condições económicas, muitos até têm doenças e alguns deles com problemas de integração social»*. As consequências são gravíssimas *«baixo rendimento escolar, desmotivação, desinteresse acentuado pela escola, com poucas perspectivas em continuar a estudar e a apostar na aprendizagem; poderá conduzir a problemas de comportamento na escola e a problemas de relacionamento com a comunidade escolar, ou seja, não só com colegas mas também com funcionários e professores. Chegam a ter atitudes de alguma hostilidade, com dificuldades de integração na escola, o que leva ao aumento da desmotivação escolar, afectando o processo ou desenvolvimento escolar»*.

No Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão, o técnico refere que *«há famílias em que as necessidades básicas não estão satisfeitas»*, o que torna complicado *«fazer com que aquelas necessidades de realização, as psicológicas sejam alvo de prioridade ou de atenção»*. Por outro lado, *«o tipo de contexto, isolado, sem condições, leva a que exista baixa taxa de emprego, acabando por se limitar à sobrevivência permitida pelos campos, no dia-a-dia. Nesta zona, acabamos por ver que há também um elevado alcoolismo e a taxa de absentismo escolar também acaba por ser maior nos alunos desta zona ou os atrasos, porque não há rotinas de se levantarem a horas, de cumprirem com as responsabilidades da escola e chegar atrasado é para eles normal e frequente. Muitas destas crianças, destas zonas, vêm para a escola sem o pequeno-almoço, pois não há aquele cuidado com a alimentação (...)*. Em termos de saúde, já vimos

crianças no pré-escolar que não têm vacinação aos três anos.» Ao nível de figuras parentais, «os alunos têm muitas lacunas, porque os pais também foram vítimas dessas mesmas lacunas e os filhos depois só conseguem reproduzir comportamentos saudáveis se alguém os ensinar». As consequências relacionam-se com as baixas expectativas, retenções e situações de trabalho ilegal (antes dos 16 ou 18 anos sem a escolaridade obrigatória concluída).

Na Escola Secundária de Castelo de Paiva o técnico refere que «Além daquelas como o alcoolismo, há (...) uma violência emocional muito frequente, há as (...) “famílias momentaneamente monoparentais”, as mães estão sempre, desde a manhã até à noite, depois vem o pai tardíssimo, ou mesmo só ao fim-de-semana, cansado, saturado e “despeja” em cima da mãe. Quando chega ao fim-de-semana, às vezes em vez de contribuir para a harmonia e bom ambiente familiar, chega e ainda insulta a mãe, diz que o filho tira más notas, que não vai ser capaz (...). Depois ainda falta a situação geográfica. (...) famílias, não digo isoladas, mas com acessos complicados, no baixo concelho, por exemplo. (...) As consequências são, normalmente, um fraco desempenho escolar, fracas competências de estudo, uma fraca motivação para a aprendizagem, para o processo de ensino-aprendizagem. Normalmente, um fácil desinvestimento nas aprendizagens, no percurso académico. Há um balizar precoce dos seus horizontes...».

Uma outra questão levantada por todos os técnicos das escolas que foram envolvidos, relaciona-se com a interação pais-escola. Portanto, e de um modo geral, “vai-se” observando uma relação entre os pais dos alunos e a escola.

No Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, esta participação e relação é enriquecida com a associação de pais, com as actividades comemorativas de datas especiais, reuniões com pais, procura do SPO e ainda formações para pais.

A Escola Secundária de Castelo de Paiva reforça também a existência de uma associação de pais muito dinâmica e vai havendo uma procura que tende a aumentar, por exemplo, no que respeita à participação nas actividades de orientação escolar e profissional dos filhos. No entanto, estes “pais” são maioritariamente representados pelas “mães”.

No Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão é também descrita uma relação entre a escola e pais, com uma procura do SPO que tende a aumentar por parte destes agentes educativos. A escola está também aberta aos pais para ocupação do espaço desportivo, festas e formações. Há, actualmente, maior iniciativa própria e não apenas uma procura quando é solicitado aos pais para irem à escola. No entanto, há ainda uma percentagem de pais mais “resistentes” em procurarem a escola.

4.4.1.2. Outros problemas identificados (noutros contextos além da escola)

Problemática	N
Desemprego	8
Baixa escolaridade	7
Problemas económicos	8
Violência doméstica	7
Alcoolismo	7
Toxicoddependência	6
Deficiência	3
Criminalidade	1
Gravidez na adolescência	1

Quadro 67 – Outras problemáticas, além das escolares, identificadas pelos técnicos

DESEMPREGO

De acordo com a opinião do técnico de serviço social da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, «o desemprego está associado a todas as classes sociais, a todas as idades, está muito associado, sobretudo, à falta de postos de trabalho (...). Está mais generalizado que outra problemática (...)», havendo ainda situações de famílias «equilibradas que acabam por ficar afectadas com estes problemas, mas nos grupos desfavorecidos é causa e consequência de uma série de outros problemas (...)».

No entanto, há a identificação de algumas causas contextuais específicas que são evidenciadas pelo técnico de serviço social do Centro de Saúde: «muitos dos problemas económicos são devidos ao desemprego que o fecho de algumas fábricas, como a Clark`s, e agora a construção civil têm originado». A situação do desemprego piora quando se constata que existe «oportunidade para arranjar trabalho (...) mas as pessoas não aceitam porque acham desprestigiante (...), «não

querem outro tipo de trabalho» (em relação ao trabalho que tinham anteriormente como empregados fabris, por exemplo). No Centro Social do Couto Mineiro do Pejão, o técnico de serviço social reforça esta situação dizendo que muitas pessoas desempregadas «não aceitam certas propostas de trabalho (...) porque não se compara ao que tinham. Dizem que não podem porque não têm transporte, não têm onde deixar os filhos, colocam imensos entraves» sendo que o desemprego acaba por atingir mais «as pessoas na faixa etária dos 30-50 anos, idade em que é mais difícil arranjar trabalho». Há, deste modo, uma desmotivação para o trabalho «há pouca vontade, por vezes, em irem trabalhar, pois é mais fácil o dinheiro que vem ter a casa; as pessoas acabam por pensar que não vale a pena o esforço que têm, até porque agora os salários praticados são muito baixos». Associada à desmotivação está, de acordo com o técnico da Câmara Municipal, a dependência aos subsídios.

Por outro lado, de acordo com a informação do técnico do Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão entrevistado, o desemprego também *«leva a que muitos casais estejam separados porque a figura paterna tem que sair (...) que estão agora em França ou Espanha a trabalharem».*

Segundo a informação do comandante da GNR, *«o desemprego afecta todo o concelho, todas as pessoas de uma forma geral (...) isto leva a muitas situações de criminalidade e de abuso de álcool».* Deste modo, em Castelo de Paiva, *«assistimos a um abalo significativo no que toca ao emprego, sobretudo de mulheres, pois ainda se ressentem as consequências do fecho da maior unidade fabril, que empregava principalmente mulheres, a Clark's. Portanto, são mais as mulheres desempregadas que os homens (...)»* (Presidente da Direcção do Centro Social de Santa Maria de Sardoura). O mesmo é da opinião que *«O desemprego atinge mais (...) pessoas com baixa escolaridade principalmente com idades compreendidas entre os 25-40 anos»*, sendo isso consequência de situações diferentes *«há casos em que as pessoas têm oportunidade e não querem trabalhar e que são normalmente pessoas com muitos problemas associados (falta de hábitos de trabalho, por exemplo). Depois temos pessoas que procuram trabalho mas não têm qualificações ou não conseguem pela elevada idade».*

BAIXA ESCOLARIDADE

«Verifica-se muita gente que não tem sequer o 1º ciclo concluído (...) muitas pessoas acabam por concluir 1º e 2º ciclo no Ensino Recorrente» e tendo em conta o nível sócio-económico «*parece existir um abandono mais frequente em pessoas de classes mais baixas, pois têm baixas expectativas e acabam por seguir o exemplo dos pais, que não incutem a importância de seguir os estudos (...)*» (técnico da Câmara Municipal de Castelo de Paiva). Por outro lado, «*as pessoas com baixa escolaridade são, normalmente, pessoas com agregado familiar numeroso, em que os filhos seguem o mesmo abandono escolar (...) as pessoas que são encaminhadas para acções de promoção de escolaridade acabam por recusar, dizendo que já são velhas*» (técnico de serviço social do Couto Mineiro do Pejão). Por outro lado, e de acordo com a mesma fonte, ainda se observam situações em que «*os jovens deixam de estudar muito cedo porque têm de ajudar a família nos trabalhos*».

A baixa escolaridade parece ainda afectar «*os mais velhos e a camada dos 20-30, que abandonaram a escola; a zona do Paraíso é uma zona onde se verificam vários casos*» (Comandante da GNR). Segundo o Presidente da Direcção do Centro Social de Santa Maria de Sardoura, «*a população com baixos níveis de escolaridade envolve, normalmente, pessoas com défices económicos, em que, analisados os familiares, há também baixa escolaridade, ou seja, a própria família de origem não valoriza ou alimenta a importância da aprendizagem, da escolaridade, não é incutida a importância dos estudos (...)* Observam-se pessoas já com uma idade considerável, a partir dos 50, 60 em que o analfabetismo é mais frequente».

«*A baixa escolaridade deve-se muito ao abandono. Os adultos têm um nível baixo e os jovens abandonam a escola. Os pais toleram muito que os filhos deixem a escola e não queiram estudar, não valorizam a escola*» (técnico de serviço social do Centro de Saúde). Depois, «*(...)observam-se normalmente alguns problemas associados a estas pessoas com baixa escolaridade, principalmente empregos precários, ou mesmo o desemprego e dificuldades de inserção profissional, carências a vários níveis, e outros.*» (Director do Centro Social de Santa Maria de Sardoura).

PROBLEMAS ECONÓMICOS

«Para os problemas económicos contribui o desemprego; as fábricas fecharam no concelho, mesmo na construção civil a situação começa a piorar (...) os idosos têm os problemas económicos porque as pensões são muito baixas e o nível de vida muito elevado» (técnico de serviço social do Centro de Saúde). Deste modo, e segundo o técnico de serviço social da Câmara Municipal, «os problemas económicos estão relacionados com o desemprego na zona, que tende a aumentar» e, por outro lado, «são criados postos de trabalho mas as pessoas não querem ir porque as condições não são as desejadas. Por outro lado, não há postos de trabalho suficientes para tantos desempregados».

Do técnico do Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão, obteve-se a opinião de que os «baixos níveis económicos, associados a uma situação precária, são factores que têm o seu peso nos conflitos familiares (...) situações de disruptividade familiar, agressões, violência doméstica, algumas situações de abuso físico, (...) comportamentos de negligência».

Segundo o Presidente da Direcção do Centro Social de Santa Maria de Sardoura, «Os baixos problemas económicos estão muito relacionados com o desemprego. Nas famílias mais complicadas, a associar aos problemas económicos e baixos rendimentos, está a dificuldade na gestão do dinheiro; tratam-se de pessoas que não sabem definir prioridades e que não distinguem bens essenciais de bens dispensáveis», mas, por outro lado, os «(...)baixos rendimentos acabam muitas vezes por estarem associados aos empregos precários, instáveis (...)».

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

«A violência doméstica também está associada a outras situações como o desemprego e o consumo de álcool e está espalhada pelo concelho (...) trata-se quase sempre de violência física, agressões físicas, quase sempre do homem contra a mulher e temos visto um aumento considerável (...). As crianças também são vítimas. Idosos não se tem verificado, nem enquanto vítimas nem enquanto agressores. Quanto às mulheres, embora seja menos frequente, também identificamos mulheres que maltratam os maridos e, principalmente, os filhos (...). No ano passado tivemos 17 casos denunciados; este ano, até Abril, tivemos já oito casos contabilizados (...) São pessoas inseridas em agregados desfavorecidos

economicamente, o que não quer dizer que nas famílias de bem (...) isso não aconteça» (comandante da GNR).

Ainda relativamente à violência doméstica «nas classes mais baixas, muitas vezes, acaba por ser mais aceitável, pois consideram que quem “dá pão dá criação” e como há uma grande dependência económica (da vítima) acabam por se sujeitar a essa situação» (técnico de serviço social da Câmara Municipal).

Segundo o técnico da Escola Secundária de Castelo de Paiva, uma situação que tem crescido relaciona-se com a «violência doméstica mas mais numa vertente emocional. Não é uma violência visível, com agressões físicas, que desperta a atenção (...) é a violência emocional (...) violência emocional constante é muito desgastante porque é uma violência que não se vê (...)», está presente em situações como «o pai está sempre a discutir com a mãe (...) insultam e eles (os filhos) não percebem uma situação dessas (...)» havendo casos de «alunas que dizem que preferiam que a Biblioteca da escola estivesse aberta até à meia-noite do que saírem às cinco e meia e irem para casa estudar, onde não têm um ambiente de estudo». Por outro lado, de acordo com o Presidente da Direcção do Centro Social de Santa Maria de Sardoura «(...)há também o caso da negligência, mais frequente que a própria violência física, dos pais relativamente às suas crianças, aos seus filhos; frequentes os casos de crianças em que não há preocupações com a sua higiene e aparecem à escola com piolhos, muito sujas, e depois são rejeitadas pelas outras crianças; não há cuidados de saúde, por exemplo, há muito descuido em relação à saúde oral; pais que não querem saber da alimentação dos filhos e resolvem o seu almoço com um pacote de bolachas. Esta negligência é observada também no abandono dos filhos, que ficam em casa sem cuidados nem vigilância, entregues a si próprios até a mãe chegar» e as consequências para estas crianças poderão envolver «dificuldades de aprendizagem e muitos problemas de integração escolar». Refere ainda que «No concelho, estas situações começam-se agora a conhecer, cada vez mais (...) devido a (...) maior informação, maior acompanhamento por parte dos técnicos, mais recursos humanos e informativos e as situações começam a surgir». No entanto, «É obvio que muitas outras situações certamente existem e não são do conhecimento de ninguém porque há o medo das consequências».

«O agressor, normalmente, é uma pessoa que consome álcool, é desempregado, tem baixos rendimentos, homem, é por vezes influenciado por terceiras pessoas ou seja (...), causas relacionadas com ciúmes. A vítima é normalmente a mulher, que é vítima de maus-tratos físicos, principalmente, e depende economicamente do marido (...). A violência é mais física, não constatamos tantas queixas por violência sexual (...)» (comandante da GNR). De acordo com a mesma fonte, os casos são principalmente denunciados pelos próprios ofendidos e há casos mais raros em que são os vizinhos ou familiares.

ALCOOLISMO

«O alcoolismo é uma situação muito grave, assim como os bebedores excessivos (...) em Castelo de Paiva é um problema gravíssimo, há uma cultura do álcool muito grande, as pessoas são habituadas a beber desde pequenas, há a produção de vinho nesta terra e qualquer evento social, qualquer ida ao café, o álcool está sempre presente. Os alcoólicos são principalmente homens (pelo menos os assumidos), mas também há mulheres a consumir (...) as consequências relacionam-se com os conflitos com a família, problemas de violência doméstica, não só os maus-tratos físicos mas também se observam muito os maus-tratos psicológicos, há os ciúmes e os filhos também sofrem muito (...). A nível laboral é um falhanço (...), o absentismo é elevado, aumentam os acidentes» (técnica de serviço social do Centro de Saúde).

Segundo o Presidente da Direcção do Centro Social de Santa Maria de Sardoura, «há também casos em que o consumo de álcool é muito influenciado pelas baixas competências das pessoas em enfrentar e resolver os seus problemas, bebendo para “esquecer”; são frequentes os casos em que se ouve esse discurso. O desemprego é um desses problemas e que poderá levar a pessoa ao consumo (se bem que o consumo de álcool poderá também levar ao desemprego)» ou então «trata-se de uma situação em que a pessoa bebe por beber e isso acarreta problemas para si e para a sua família, surgindo também problemas com o trabalho (aumento do absentismo, diminuição do rendimento e da segurança no trabalho, etc.). São normalmente os homens os maiores consumidores, mas também há registo de casos de mulheres».

De acordo com o técnico da Câmara Municipal, o alcoolismo «*está presente em todas as faixas etárias, em ambos os sexos (...) está associado a outros problemas, como por exemplo ao desemprego, problemas habitacionais, violência doméstica e negligência dos filhos, principalmente quando é a mãe a consumir (...) e o seu consumo é muito permissivo, desde sempre o foi*». Nos alunos, o problema do consumo de álcool acaba por se repercutir já que «*o comportamento dos pais (...) é o exemplo a seguir*» (técnico da Escola Secundária de Castelo de Paiva) e nem sempre esse exemplo é o mais positivo, numa situação mais extrema observam-se os casos de «*crianças com síndrome fetal alcoólico em que as dificuldades de integração destas crianças são uma realidade e que provam a existência de consumos abusivos de álcool nas mães deste concelho*», e mesmo «*nos casos da CPCJ de Castelo de Paiva há esta problemática (de alcoolismo nas famílias dos menores) muito presente*» (técnica da Câmara Municipal).

No que respeita ao tratamento desta problemática, acaba por ser muito difícil pois «*não há motivação para um tratamento, para deixar de beber, até porque na maioria dos casos de alcoolismo as pessoas não reconhecem que são dependentes do álcool e pensam que o que consomem é em quantidade normal*» (Presidente da Direcção do Centro Social de Santa Maria de Sardoura).

TOXICODEPENDÊNCIA

«*A toxicoddependência e os consumos de droga são mais frequentes nas zonas onde se localizam as discotecas e os bares; nas escolas já tivemos alguns casos e já tivemos que intervir em algumas situações (...) os consumos observam-se um pouco por todo o lado, principalmente na faixa dos 20-30 anos e são mais os homens (...). A dependência de droga leva à destruição da própria imagem das pessoas, do consumidor, prejudica gravemente a saúde, aparecem com uma imagem bastante deteriorada, descuidada. Depois, conduz à criminalidade, pois não têm dinheiro e têm que roubar para comprar o que precisam*» (comandante da GNR).

No entanto, alcoolismo acaba por ser um problema mais focado e mais presente na realidade social deste concelho, sendo que as respostas que enfrentem o problema do alcoolismo «*faltam a este nível; mais do que a toxicoddependência*» (técnico da Câmara Municipal)

Para este problema é muito importante haver «*uma maior sensibilização para o alcoolismo e toxicodependência*» (técnico do Centro Social do Couto Mineiro do Pejão) e «*(...) actuar no sentido da prevenção. Por exemplo, trabalhar mais nas escolas, logo com os pequeninos, Juntas de Freguesia, com acções de sensibilização com profissionais especializados que alertassem os jovens desde cedo, para prevenir. A prevenção acima de tudo*» (Comandante da GNR).

DEFICIÊNCIA

«*A deficiência psíquica (...) está mais presente, normalmente, nos indivíduos com baixa escolaridade, embora tenhamos um caso de um universitário que até deixou os estudos devido a esse problema. Os casos existem um pouco por cada zona do concelho (...) Depois, estas pessoas caracterizam-se por terem comportamentos agressivos, não se controlam (...). O problema da deficiência cria mal-estar na família, no próprio, e depois não têm onde se socorrer (...)*» (comandante da GNR).

Os casos de deficiência poderão relacionar-se com as dificuldades de aprendizagem e integração: «*Poderá haver uma deficiência associada às dificuldades dos alunos, já que em Castelo de Paiva há um número elevado de casos de deficiência que (...) poderá ter a ver com um problema de consanguinidade, porque, se formos a ver, são sempre primos, segundos primos, há um laço familiar. Neste Agrupamento temos 10 casos de alunos com necessidades permanentes (...) trissomia 21 ou outro tipo de deficiência, o que mostra que realmente aqui há uma percentagem um bocadinho elevada deste tipo de crianças*» (técnico do Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão).

CRIMINALIDADE

«*Relativamente à criminalidade, ela tem diminuído. Em 2004 foi maior (...), observando-se até Maio deste ano, uma redução em 35% (...). A criminalidade é cometida principalmente por pessoas desempregadas e pode ainda estar relacionada com o consumo de drogas (...) no desemprego, a consequência que se tem constatado é o aumento da pequena criminalidade que envolve os furtos (...). No Verão (...) a criminalidade no concelho baixa, porque quem rouba desloca-se para os locais para onde vão as pessoas passar férias e onde se concentram*

mais». Os furtos, que caracterizam a pequena criminalidade, são ainda, segundo o comandante da GNR, os que mais ocorrência têm nos serviços da GNR (comparando com as acusações, ameaças, ofensas corporais e violência doméstica) *«devido ao desemprego e não só (...). As vias de comunicação: temos duas boas pontes, permitem que haja maiores roubos por pessoas que vêm de todos os lados (...) e é mais difícil de controlar».*

Relativamente aos autores da criminalidade, é difícil identificar os principais mas *«normalmente são rapazes novos (...) não só desta zona (...). Depois há casos de mulheres que também se envolvem (...) por vezes, observamos a existência de grupos mistos com homens e mulheres»* (comandante da GNR).

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

«A gravidez na adolescência deve-se muito à falência na relação entre os pais e filhos (...)» e esta *«Deveria ser uma questão mais trabalhada. Por exemplo, é trabalhada a questão da sexualidade na escola; não é só na escola, os pais também têm que se envolver nesta questão... quando as crianças vão para a escola os pais acham que a responsabilidade é da escola. Esta ligação tem que ser promovida para mudar»* (técnico do Centro de Saúde).

4.4.1.3. Freguesias (mais) problemáticas

As freguesias mais problemáticas, de acordo com a informação da GNR, dizem respeito ao Paraíso, Santa Maria de Sardoura e S. Martinho de Sardoura, principalmente pelo problema relacionado com a toxicodependência. De acordo com a informação do técnico da Câmara Municipal, a freguesia mais “problemática” envolve Santa Maria de Sardoura, pelo facto de integrar famílias muito problemáticas, com disfunções várias. O Centro Social de Santa Maria de Sardoura identifica as freguesias de Santa Maria de Sardoura e S. Martinho de Sardoura, bem como as freguesias do Paraíso e da Raiva, como sendo zonas com muitas necessidades de actuação interventiva. O Centro Social do Couto Mineiro do Pejão indica a freguesia do Paraíso como sendo a mais problemática, pois concentram-se

vários problemas relacionados com o desemprego, consumo de álcool, falhas na higiene e violência.

4.4.1.4. Âmbito de intervenção das Instituições

Relativamente ao âmbito de intervenção de cada uma das Instituições referidas, observa-se que cada uma tem respostas específicas e próprias de actuação e oferecem respostas a que as pessoas recorrem em determinada situação.

Instituição	Âmbito de Intervenção¹³
Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão	SPO: <ul style="list-style-type: none">- Intervenção nos alunos com necessidades educativas especiais/apoios educativos- Intervenção com pais/aconselhamento parental- Orientação escolar e profissional- Organização de acções de formação/sensibilização- Atendimentos e acompanhamentos individuais (perante problemáticas específicas)- Colaboração no projecto de Educação e Formação de Jovens
Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva	SPO: <ul style="list-style-type: none">- Orientação e (re)orientação vocacional- Consulta psicológica individual e em grupo- Consultadoria com professores e outros agentes educativos- Colaboração no projecto de Educação e Formação de Jovens- Coordenação do projecto da “Promoção da Qualidade da Saúde na Escola”- Colaboração no projecto “Caravela” (clubes)- Integração dos alunos com necessidades educativas especiais na vida activa- Preparação da transição escola
Câmara Municipal de Castelo de Paiva	- Intervenção nos casos de problemas económicos (RSI); apoio escolar/acção escolar

¹³ Este “âmbito de intervenção” relaciona-se com o trabalho desenvolvido pelo técnico entrevistado relativamente a determinada população e não, obviamente, com todo trabalho que é desenvolvido pela Instituição de proveniência ou mesmo pelos próprios técnicos.

	<ul style="list-style-type: none">- Ajuda alimentar, roupa e medicamentos- Encaminhamentos, orientações e esclarecimento de dúvidas- Bolsas de estudo- Acompanhamento das famílias (visitas domiciliárias)
Centro Social do Couto Mineiro do Pejão	<ul style="list-style-type: none">- Intervenção comunitária (que inclui as visitas domiciliárias)- Acompanhamento dos casos de RSI- Intervenção nos casos de problemas económicos- Integração e acompanhamento das crianças no A. T. L.- Encaminhamentos
Centro de Saúde de Castelo de Paiva	<ul style="list-style-type: none">- Intervenção e acompanhamento da família e do “doente” (situações de alcoolismo e toxicod dependência)- Intervenção com outros da comunidade (por exemplo, amigos do “doente”)- Intervenção nos casos de problemas económicos (RSI) e ajuda nos medicamentos- Encaminhamentos para as respostas mais adequadas (RSI, Ensino Recorrente, ajudas técnicas para deficientes)- Informações e esclarecimentos (por exemplo, sobre direitos e deveres, passos necessários para pedir o subsídio de dependência de 3ª pessoa ou a pré-reforma)- Intervenção ou apoio aos doentes com problemas psicológicos/psiquiátricos.- Intervenção nos casos de gravidez na adolescência- Acolhimento de casos de serviço social encaminhados por outros Hospitais- Colaboração na realização de formações na área da saúde, alimentação, alcoolismo, entre outras áreas
Escola Secundária de Castelo de Paiva	<p>SPO:</p> <ul style="list-style-type: none">- Orientação profissional de 9º e 12º anos (vertente de grupo e vertente individual), com organização de actividades várias (feiras, visitas de estudo...)- Atendimentos e acompanhamentos psicoterapêuticos em problemáticas específicas- Acompanhamento nos alunos com necessidades educativas especiais- Atendimento de pais- Trabalho em parceria com professores e directores de turma- Colaboração no projecto de Educação e Formação de Jovens- Organização de acções de formação/sensibilização de

	temáticas específicas – por exemplo, formação do grupo de tutores na área da sexualidade
Centro Social de Santa Maria de Sardoura	<ul style="list-style-type: none">- Acções de Educação e Formação de Adultos com equivalência escolar e promoção das qualificações profissionais (quer para grupos desfavorecidos quer para desempregados não de longa duração)- Acções de formação doméstica- Apoio alimentar a carenciados- Retaguarda familiar: acompanhamento às famílias, visitas domiciliárias, encaminhamentos- Acompanhamento psicológico- Apoio e acompanhamento médico e serviços de enfermagem para públicos desfavorecidos- Intervenção e inclusão Sócio-Comunitária- Campos temáticos (para a comunidade em geral), de sensibilização e informação em áreas de interesse- Formação para quadros técnicos- Realização de um diagnóstico de necessidades concelhio- Academia de Artes e Expressões – Ateliers lúdicos e sócio-educativos para crianças em risco- Serviços de apoio à família e comunidade através de respostas relacionadas com A.T.L, ateliers, prolongamento escolar e serviço de refeições escolares, Campos de Férias, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário
GNR de Castelo de Paiva	<ul style="list-style-type: none">- Intervenção accionada quando envolve infracções da lei (tráfico de droga, excesso de álcool, roubos, certas acusações, violência doméstica, ameaças)- Sensibilização/informação para determinados comportamentos de risco- Encaminhamentos para os serviços competentes ou mais adequados (Tribunal, APAV, Hospital, NMUME...)- Esclarecimentos de dúvidas/informações: novo código da estrada, código penal, legislação...- Aconselhamento (por exemplo, o que fazer em casos de conflitos com vizinhos ou problemas de propriedade)

Quadro 68 – Âmbito de intervenção de cada Instituição envolvida

4.4.1.5. Necessidades das famílias (multi)problemáticas

Foram ainda identificadas, segundo a informação de quatro técnicos (da Câmara Municipal, do Centro de Saúde, do Centro Social de Santa Maria de Sardoura e do Centro Social do Couto Mineiro do Pejão) as maiores necessidades das pessoas inseridas em grupos (multi)problemáticos. Estas envolvem a promoção de respostas nos seguintes domínios:

- Emprego – competências e hábitos de trabalho
- Alcoolismo
- Habitação
- Promoção de competências para os cuidados básicos de higiene, saúde e alimentação
- Promoção de competências e responsabilização das famílias (*empowerment* das famílias, ou seja, devolver-lhes “o poder sobre as suas vidas”)
- Promoção de competências de educação e acompanhamento dos filhos
- Promoção de competências de gestão económica
- Promoção da cidadania

4.4.2. Experiências diferentes – visões comuns

Apesar dos guiões das entrevistas, de um modo geral, serem diferentes (com a excepção das escolas), foi possível identificar e analisar algumas visões e caracterizações comuns entre os diferentes técnicos relativamente à realidade social do concelho.

Categories	Subcategorias
Educação	Baixos níveis educacionais (baixos níveis de escolaridade) Abandono escolar precoce/não cumprimento da escolaridade obrigatória

		Desvalorização/desinteresse pela escola (cultura que não valoriza a importância da escola)
		Necessidades educativas especiais
		Alunos integrados em contextos familiares disfuncionais
Emprego		Desemprego
		Baixos níveis de qualificação profissional
		Baixos níveis de instrução/escolaridade
		Falta de hábitos de trabalho (absentismo)
		Instabilidade profissional/trajectórias instáveis
		Emprego precário
		Desinteresse pelo trabalho/desmotivação
Rendimento		Endividamento
		Rendimentos baixos
		Dependência de subsídios (de desemprego e do RSI)
		Baixos rendimentos do salário/pensões/reformas
		Dificuldades de gestão do rendimento/dificuldades na definição de prioridades
Relações (familiares e/ou familiares)	Sociais	Violência doméstica e/ou maus-tratos infantis/negligência
		Relações conflituosas entre os elementos do agregado
		Dificuldades comunicacionais na família
		Comportamentos ou conduta agressiva entre os familiares
Saúde		Alcoolismo
		Deficiência
		Toxicodependência
		Tabagismo
		Má alimentação
		Falta de higiene (pessoal e do lar)
Crianças e Jovens		Falta de actividades lúdicas/pedagógicas
		Falta de ocupação nas férias/falta de actividades de ocupação de tempos livres
		Ajuda nos trabalhos domésticos e/ou de agricultura
		Falta de ofertas para jovens que abandonam a escola
Habitação		Rendas elevadas
		Habitações sem condições
		Habitações degradadas
		Insalubridade habitacional

Quadro 69 – Categorias de problemas identificados e suas características principais

Deste modo, são estas as áreas de problemas identificadas e caracterizadas por alguns dos técnicos e que se relacionam com população com a qual vão contactando ao longo do percurso profissional.

Área - Problema	Causas	Consequências
Educação negativa	Falta de motivação/baixas expectativas Falta de alternativas de contextos de formação Barreiras sociais, regionais e políticas Deficitária ou inexistente estimulação/apoio por parte dos pais Falta de estimulação precoce – frequência limitada do pré-escolar Falta de acompanhamento/orientação Deficiência Problemas de comportamento (agressividade) Responsabilidade depositada apenas nos professores – desresponsabilização de outros agentes educativos e alunos Dificuldades de aprendizagem	Retenções repetidas Insucesso escolar Desmotivação Dificuldades de aprendizagem Abandono escolar precoce Absentismo Dificuldades de integração no mercado de trabalho Falta de competências Trabalhos não qualificados, com baixos salários Projectos de vida pouco ambiciosos e limitados no tempo
Emprego/desemprego	Baixa escolaridade/analfabetismo Elevadas exigências por parte dos desempregados Falta de motivação para determinados trabalhos Falta de hábitos de trabalho Falta de ofertas no mercado Encerramento de postos de trabalho	Diminuição da qualidade de vida Pobreza Endividamento Aumento da dependência de subsídios (RSI, por exemplo) Aumento da pequena criminalidade Aumento de comportamentos desviantes: consumo de substâncias Aumento de situações de violência (violência doméstica) e agressividade Desestruturação familiar Desinteresse pessoal/baixa auto-estima
Problemas de rendimento	de Desemprego Baixos subsídios/pensões/reformas Consumos elevados por má gestão Consumos desnecessários/«vícios» Baixas reformas	Aumento da pequena criminalidade (roubos) Necessidades não supridas – negligência na alimentação e saúde Dificuldades em aceder a bens essenciais (por exemplo, melhor habitação) Endividamentos Má qualidade de vida
Relações Sociais (familiares e/ou extra-familiares) conflituosas	Falta de modelos saudáveis de identificação Padrões de cultura que vão passando de geração em geração (por exemplo, pai alcoólico, cujos pais já bebiam, com filho também alcoólico) Falta de competências relacionais e comunicacionais	Violência doméstica e/ou maus-tratos infantis Relações conflituosas entre os elementos do agregado Dificuldades comunicacionais na família Comportamentos ou conduta agressiva entre os familiares
Problemas de Saúde (toxicod dependência e alcoolismo)	Deficiência Desemprego Problemas psicológicos/psíquicos Necessidade de emancipação e de	Criminalidade Violência doméstica – maus-tratos Aparecimento de outros problemas de saúde

	pertença social Cultura que valoriza o álcool Famílias permissivas/negligentes com historial de consumos (álcool) Isolamento geográfico (rural) / social	Deterioração da imagem pessoal Detenções e contra-ordenações Diminuição do rendimento familiar Acidentes de trabalho Desemprego Aumento dos conflitos e dificuldades de integração social/problemas sociais Desestruturação/desgaste familiar Gravidez na adolescência Consumos precoces (principalmente de álcool e tabaco) Baixas expectativas de futuro Trabalho infantil “escondido” Poucos valores para a cidadania Recusa das mães para certos trabalhos (por não terem onde colocar os filhos)
Défices na estimulação de crianças e jovens	Falta de actividades de ocupação de tempos livres Baixas expectativas dos pais Falta de modelos saudáveis de identificação Falta das figuras parentais Pouco investimento por parte dos pais Necessidade de ajuda nos trabalhos domésticos Falta de locais onde integrar crianças mais pequenas (creches)	

Quadro 70 – Causas e consequências dos problemas identificados

Da análise das causas e consequências das problemáticas identificadas e descritas pelos técnicos, constata-se que, normalmente, um problema tem mais que uma causa e mais que uma consequência. Esta situação mostra como uma problemática é complexa e envolta num emaranhado de causas e consequências que se interrelacionam mutuamente, verificando-se por vezes um ciclo vicioso. Por exemplo, o alcoolismo é um problema que arrasta uma série de outros problemas que afecta o indivíduo que consome (por exemplo, causando problemas de saúde) bem como os familiares com quem vive (problemas familiares) ou outros com quem estabelece relações (por exemplo, colegas de trabalho); outra consequência muito previsível do alcoolismo é o aumento da probabilidade de ocorrência de acidentes de trabalho ou mesmo despedimento, ou seja, desemprego; vendo-se desempregado, o indivíduo sente-se fracassado e tende a beber, aumentando ainda mais o problema do alcoolismo, das relações familiares, entre outros. Este é um dos percursos traçados para uma das problemáticas identificadas, mas outros poderiam ser facilmente encadeados através de uma série de causas e consequências.

Por outro lado, num determinado problema, uma causa poderá também ser consequência (por exemplo, na situação anteriormente descrita, o alcoolismo poderá ter como causa o desemprego, mas o desemprego poderá ser uma das consequências do alcoolismo). Assim, a identificação e delimitação de causas e consequências nem sempre são fáceis de fazer e o desenvolvimento desta tarefa

deverá partir do princípio que causas e consequências relacionam-se não de uma forma linear, mas de acordo com uma circularidade.

Face às problemáticas identificadas, os técnicos unem esforços e accionam os recursos disponíveis nas respectivas Instituições para poder enfrentar essas mesmas problemáticas, existindo uma certa “especialização” das Instituições nos serviços que prestam ou nas respostas que proporcionam. Portanto, as diversas Instituições levam a cabo essas acções, já descritas anteriormente, muitas vezes integradas em determinados projectos. Abaixo, são apresentadas algumas das acções desenvolvidas para a promoção social¹⁴:

Instituição	Projectos/actuações de promoção
<i>Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção da qualidade da saúde na escola (alimentação e higiene) – actividades, sessões de formação e sensibilização, seminários - Formação para professores sobre temáticas de interesse para os mesmos (por exemplo, relacionados com doenças específicas observadas em alunos) - Formações para toda a comunidade escolar (incluindo pais) - Clubes: jornalismo, fotografia, informática, línguas, artes, música, entre outros - Orientação escolar e profissional/ acompanhamento pelo SPO - Curso de Educação e Formação de Jovens
<i>Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de jornadas sobre temáticas diversas: sexualidade, afectos, saúde (álcool, tabaco e outras drogas) - Realização de seminários (também para pais) - Clubes: natação, jornalismo, pintura, informática, entre outros - Desporto escolar e espaço de educação física aberto à comunidade - Orientação escolar e profissional/ acompanhamento pelo SPO - Curso de Educação e Formação de Jovens
<i>Câmara Municipal de Castelo de Paiva</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Projecto “Crescer Cidadão” (sobretudo para a distribuição de roupas, alimentos e medicamentos para os mais carenciados) - RSI - Intervenção comunitária/acompanhamento das famílias - Atendimento e encaminhamentos necessários - Apoio escolar - Habitação social

¹⁴ De salientar que as acções referenciadas correspondem apenas à informação que foi possível aceder através das entrevistas e dizem respeito apenas a algumas das intervenções mais específicas que foram desenvolvidas para determinada problemática (social, educativa ou económica) e não a todas as acções interventivas gerais ou essenciais realizadas pelas respectivas Instituições.

<i>Centro de Saúde de Castelo de Paiva</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Gabinete de Atendimento a Jovens - Informação e sensibilização para determinados problemas de saúde ou temáticas (vacinação, planeamento familiar, comportamentos de risco, entre outras) - Acções de (in)formação nas escolas (alimentação saudável, sexualidade, saúde oral, tabagismo, entre outras)
<i>Centro Social do Couto Mineiro do Pejão</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Formações em temáticas relevantes (alcoholismo) dirigidas a alunos - Outras formações para técnicos (sobre a terceira idade, infância) - Mini-fórum sobre os aspectos da acção social - RSI - Intervenção comunitária/accompanhamento às famílias - Atendimentos e encaminhamentos necessários
<i>Escola Secundária de Castelo de Paiva</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Formação de um grupo de tutores para a formação de colegas/outros alunos na área da sexualidade (aborto, contracepção, sexualidade, planeamento familiar, entre outras sub-áreas) - Outras formações - Actividades de prevenção de tabaco e álcool - Ocupação saudável dos alunos: clubes, ludoteca, biblioteca, desporto escolar - Orientação escolar e profissional/ acompanhamento pelo SPO - Curso de Educação e Formação de Jovens
<i>Centro Social de Santa Maria de Sardoura</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Cursos de Educação e Formação de Adultos - Gabinete de psicologia – apoio e promoção psicológica - Gabinete médico-enfermagem – promoção nos cuidados de saúde - Campos de informação/sensibilização em diversas temáticas para as famílias e comunidade - Formação doméstica, para grupos em risco de exclusão social - Formação para técnicos de intervenção social (“Pensar os Afectos” e “Violência Doméstica”) - Projecto “Por uma Família Feliz”, com três acções: Ciclo de Seminários, Projectos de Vida (acompanhamento psicossocial das famílias dos formandos integrados em acções formativas) e Academia de Artes e Expressões; - PCAAC – Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados - Realização de seminários para toda a comunidade - Projecto “ComVida”, que inclui (entre outros) a realização do diagnóstico de necessidades concelhio - Encaminhamentos para as respostas mais adequadas/ Intervenção e actuação sistémica para a inclusão social
<i>Guarda Nacional Republicana</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento a vítimas: maus-tratos/violência doméstica, agressões, roubos, criminalidade - Encaminhamento dos casos para a entidade mais adequada (APAV, Tribunal, NMUME) - Informação/sensibilização/educação para determinados comportamentos de risco

Quadro 71 – Alguns projectos de intervenção das Instituições

Quatro técnicos foram ainda questionados sobre a (in)suficiência das respostas actualmente existentes no concelho para acolher e intervir junto de famílias (multi)problemáticas. Consta-se que três dos técnicos afirmam não existir respostas suficientes, em termos de intervenção, no problema do alcoolismo, habitação e desemprego, fundamentalmente; um dos técnicos afirma que o trabalho de intervenção junto dos públicos mais desfavorecidos «*está no bom caminho*» e «*vai havendo respostas*».

Decorre, da análise das entrevistas, a importância crescente que assume o facto de os vários organismos em que há trabalho relacionado com acção e promoção social trabalharem em colaboração uns com os outros, ou seja, sob orientação, sempre que possível, de um trabalho em parceria. Longe de tal situação querer eliminar as fronteiras entre respostas, atropelar as acções específicas de cada entidade ou sobreposição de estratégias (por exemplo, a Escola é o sistema de ensino ou o Centro de Saúde é o sistema da saúde por excelência), pretende-se e sugere-se antes uma actuação nas várias frentes e de complementaridade de esforços no combate às diversas problemáticas identificadas.

Deste modo, são de seguida apresentadas as propostas dos técnicos entrevistados relativamente a acções em parceria que poderiam ser desenvolvidas no confronto às problemáticas identificadas.

Instituição	Proposta(s) de Intervenção
<i>Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva</i>	<ul style="list-style-type: none">- Actividades de tempos livres para crianças e jovens (por exemplo, campos de férias ou escutismo)- Criação de um centro de ocupação de tempos livres (com actividades de desporto e lazer)- Criação de grupos de intervenção com promoção de actividades culturais e actividades de desenvolvimento global
<i>Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão</i>	<ul style="list-style-type: none">- Constituição de equipas de trabalho com diferentes profissionais, de diferentes pontos do concelho (o distanciamento de determinada família de um determinado técnico é considerado entrave à intervenção) que intervissem com as famílias de forma mais assegurada, directa e contínua- Intervenção com pais (sessões de informação, sensibilização, de determinadas temáticas), tipo “escola de

	<p>pais”</p> <ul style="list-style-type: none"> - Actividades de tempos livres para jovens e crianças (tipo campos de férias ou <i>ateliers</i>)
<i>Câmara Municipal de Castelo de Paiva</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Projectos de intervenção no alcoolismo (prevenção e situações de problema já instalado) - Formação com propostas de integração de trabalho futuro, através de protocolos com empresas - Projectos para a habitação social (grupos carenciados, vítimas de violência e maus-tratos), em articulação com as juntas de freguesia ou IPSS’s (que detêm um bom conhecimento das necessidades da população) - Parcerias efectivas entre a Câmara Municipal, IPSS’s, Centro de Saúde e Escolas
<i>Centro de Saúde de Castelo de Paiva</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Promover projectos, em articulação com as IPSS’s, de acordo com as necessidades da população onde estão integradas as IPSS’s (por exemplo, nas freguesias em que se verifica elevada taxa de alcoolismo, direccionar a intervenção para essa problemática na IPSS dessa mesma freguesia) - Intervir na área da toxicoddependência – prevenção e consciencialização dos riscos e perigos - Intervenção para a prevenção do álcool e tabaco - Formação para a economia doméstica, higiene do lar e higiene pessoal - Promoção das competências relacionais e comunicacionais no seio da família – entre cônjuges e entre pais e filhos - Desenvolver acções de ocupação, convívio e educação de jovens nos tempos livres e fins-de-semana - Promoção de “clubes de saúde” para pais e filhos
<i>Centro Social do Couto Mineiro do Pejão</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de mais postos de trabalho - Promoção de acções de formação com saídas profissionais - Sensibilização para a prevenção do alcoolismo e toxicoddependência - Formação doméstica de públicos desfavorecidos - Acompanhamentos no domicílio das famílias (multi)problemáticas
<i>Escola Secundária de Castelo de Paiva</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de parcerias entre as escolas e as IPSS’s - Criação de uma “escola de pais” (formação para a educação dos filhos-alunos e saber como lidarem com determinadas situações)

	<ul style="list-style-type: none"> - Maior ocupação das crianças nas férias e tempos livres, por exemplo, através de trabalho comunitário/voluntário - Educação dos jovens para os valores e cidadania
<i>Centro Social de Santa Maria de Sardoura</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Mais propostas formativas - Mais ofertas para os jovens que abandonam precocemente a escola - Sinalização mais atenta de casos problemáticos (ainda “escondidos”) por parte de cada freguesia - Maior sensibilização e prevenção do alcoolismo junto de escolas e famílias - Criação de casas abrigo para mulheres e crianças em risco - Perspectiva sistémica de actuação nas famílias - Formação de técnicos para lidar com famílias multiproblemáticas e criação de equipas multidisciplinares descentradas - Intervenção interinstitucional, entre os vários técnicos - Criação de postos de trabalho e maiores incentivos para a criação do auto-emprego
<i>Guarda Nacional Republicana</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Educação para a prevenção de comportamentos de risco - Educação para a segurança pessoal - Prevenção das toxicodependências - Sensibilização entre a população para determinadas problemáticas/criação de sessões de esclarecimento

Quadro 72 – Propostas de intervenção em parceria

Estas parcerias tornam-se relevante, sobretudo, para o tipo de intervenção a desenvolver junto de famílias (multi)problemáticas, que acumulam vários problemas em domínios distintos, o que as torna por vezes objecto de múltipla assistência. Neste sentido, é assim sugerida uma acção coordenada entre várias Instituições, capazes de agir sobre as problemáticas identificadas de uma forma integrada. Acredita-se que, identificada a principal fonte de vulnerabilidade, será mais fácil intervir, porque dificulta o aparecimento de novos problemas ou dos seus possíveis impactos nos diferentes domínios da vida destas famílias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo de diagnóstico, foram sendo analisadas e caracterizadas várias áreas e domínios de algumas realidades vividas e sentidas pela comunidade de Castelo de Paiva. Num período em que as incertezas relativamente ao futuro e as fragilidades de vários tipos vão surtindo efeitos, convém preparar e planear os passos para o processo de mudança.

Deste modo, foram analisados e caracterizados três grupos de população distintos, com o objectivo de conhecer, avaliar, estudar, preparar e planear a mudança.

Da análise dos resultados obtidos neste diagnóstico foi possível identificar vários problemas, que afectam um número indeterminado de indivíduos de formas quantitativa e qualitativamente diferentes. Assim, e de um modo geral, constatou-se que:

- Há uma presença simultânea de dois ou mais elementos do mesmo sistema familiar com comportamentos problemáticos estruturados, estáveis no tempo e suficientemente graves;
- Há uma grave insuficiência na assunção, por parte dos pais, das actividades funcionais e afectivas necessárias ao adequado desenrolar da vida familiar;
- Parece claro que os sistemas familiares parecem ter dificuldades em transformar as crises em oportunidades de transformação e crescimento, considerando-as antes como emergências e convertendo-as em avarias;
- Perante certas problemáticas, bloqueiam os comportamentos sintomáticos, potenciam a desorganização e a desagregação do núcleo familiar criando uma situação caracterizada por: insatisfatória realização das tarefas familiares, tanto no que diz respeito a aspectos mais organizativos (suporte económico, casa, educação, saúde, protecção dos filhos e dos elementos mais vulneráveis), como aspectos mais relacionais (gestão de tensões, nutrição emocional dos filhos mais pequenos, resposta às exigências de intimidade e de estabilidade afectiva dos membros do sistema);

- Necessidade de uma busca intensa de pessoas externas que possam desenvolver essas funções e cuja presença, assim tornada tão especial, rapidamente contribui para a diminuição progressiva da competência dos membros do sistema familiar e, muitas vezes, para a dependência destas famílias das Instituições que lhes prestam apoio ou lhes dão uma resposta em algum momento do seu desenvolvimento.

Claro que esta não é a realidade presente e característica de todos os indivíduos, observando-se diferenças na constituição e funcionamento das famílias ditas (multi)problemáticas e das famílias não (multi)problemáticas mas que, com certeza, apresentam um ou mais problemas, numa ou mais fases do seu desenvolvimento.

Além da intervenção directa com indivíduos da amostra, bem como respectivos agregados, grupos desfavorecidos e demais comunidade envolvente (uma actuação nas várias frentes assegurará melhores resultados), de acordo com a informação dos técnicos que trabalham com a realidade de Castelo de Paiva, seria importante accionar uma intervenção em parceria com vários grupos, não no sentido de sobreposição de estratégias mas de complementaridade de papéis. Por outro lado, as parcerias são uma necessidade e uma mais valia no combate à exclusão social que ainda se observa no concelho de Castelo de Paiva.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, M. (2002). *(des)Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.

ANTUNES, M. A. F. (2003). Violência e vítimas em contexto doméstico. In C. Machado e & R. A. Gonçalves (Orgs.), *Violência e Vítimas de Crimes* (pp. 43-77). Coimbra: Quarteto Editora.

COSTA, A. B. (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações.

MAGALHÃES, T. (2002). *Maus-Tratos em Crianças e Jovens. Guia Prático para Profissionais*. Coimbra: Quarteto Editora.

NEGREIROS, J. (1998). *Prevenção do Abuso do Álcool e Drogas nos Jovens*. Radicário.

RELVAS, A. P. (1996). *O ciclo vital da família, perspectiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.

SOUSA, L. (2005). *Famílias Multiproblemáticas*. Coimbra: Quarteto.

6.1. Outras Referências

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1999). *Anuário Estatístico de 1999*. Lisboa: INE.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2001). *Resultados Definitivos dos Censos - 2001*. Lisboa: INE.